Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Nº da proposição	Data de autuação
00073/2017	22/08/2017

Assunto principal: PROPOSIÇÕES
Assunto: MENSAGENS

Autor: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ementa:

ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ.

Comissão temática:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DE TRAB. ADM. E SERVIÇO PÚBLICO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AO DEPTO. LEGISLATIVO
PARA LEITURA NO EXPEDIENTE
21/08/17
DEPUTADO JOSÉ ALBUQUERQUE
PRESIDENTE

PRESIDÊNCIA / ALEC
REG Nº 2066
21 AGO. 2017
ASS

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MENSAGEM Nº 06, de 21 de agosto de2017.

Senhor Presidente,

Submeto à consideração da augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os requisitos constitucionais e legais que disciplinam o processo legislativo, o anexo projeto de lei que "**DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ**".

A proposição, caso aprovada, revogará a atual disciplina prevista na Lei nº 12.342, de 28 de julho de 1994, dotando o Estado do Ceará de uma estrutura judiciária mais racional e eficiente, compatível com as necessidades atuais, em privilégio da melhoria do atendimento aos jurisdicionados, tendo resultado de estudo técnico elaborado âmbito deste Poder, sob a responsabilidade de Grupo de Trabalho constituído por meio da Portaria nº 345, de 24 de fevereiro de 2017, e cujas conclusões, sob a forma de recomendações, estão disponibilizadas na internet, por meio do link: http://www.tjce.jus.br/institucional/reestruturacao-da-organizacao-judiciaria/.

Dentre as mudanças propostas, cabe destacar as seguintes:

a) o rezoneamento do território do Estado, para fins de organização judiciária, com base na divisão estabelecida pela Lei Complementar nº 154, de 20 de outubro de 2015, ampliando as atuais 9 (nove) para 14 (quatorze) zonas judiciárias, correlatas às regiões de planejamento;

b) agregações e transferências de unidades judiciárias subdemandadas, assim consideradas as que registraram, no último triênio (2014/2016), distribuição processual inferior a 50% da média de casos novos por magistrado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em cumprimento ao previsto no art. 9º, da Resolução nº 184, de 6 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

c) a criação, por força das referidas transferências, de 17 (dezessete) novas unidades judiciárias nas entrâncias inicial, intermediária e final, cumprindo o mandamento do art. 93, inciso XIII, da Constituição Federal, segundo o qual: "o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população";

d) a transformação de unidades da Comarca de Fortaleza, dando ensejo à criação de Juizados Especiais com competência exclusivamente cível e outros com competência exclusivamente criminal; além da criação de Varas Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa;

e) a definição de novos critérios para a classificação de comarcas entre as entrâncias inicial, intermediária e final;

f) a extinção de serventias extrajudiciais não instaladas e/ou vagas, de acordo com estudo de viabilidade econômica realizado pela Corregedoria-Geral da Justiça, no ano de 2016, por determinação da Corregedoria Nacional de Justiça.

Como visto, o projeto prevê a transferência de unidades judiciárias subdemandadas, em cumprimento a determinação do Conselho Nacional de Justiça, editada em 2013, e com abrangência para todos os órgãos do Poder Judiciário no Brasil, acompanhando movimento semelhante que já foi ou está sendo realizado em diversas unidades federativas.

A transferência possibilitará a criação de novas unidades em diversos pontos em que o sistema judiciário apresenta estrangulamento diante da grande quantidade de demandas, atendendo a reclamos de jurisdicionados e advogados quanto à implantação de novas unidades, além de possibilitar o atendimento de outras recomendações do CNJ, como ocorrerá com a criação de varas exclusivas para infância e juventude nas Comarcas de Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral.

De modo a evitar impacto às populações das comarcas cujas unidades serão transferidas, o projeto prevê a sua transformação em comarcas vinculadas, garantindo que todos os atos que exijam o comparecimento de pessoas em juízo continuem sendo praticados nas atuais jurisdições, cujas instalações físicas serão mantidas, bem assim outros atos como o protocolo de petições e documentos, atendimento ao público e expedição de certidões, afastando-se a necessidade de deslocamento dos jurisdicionados entre as vinculadas e suas respectivas sedes.

A aprovação do projeto que acompanha a presente mensagem resultará em ganhos significativos para tornar a estrutura da Justiça Estadual mais eficiente, dentre os quais:

a) a criação de novas zonas judiciárias, possibilitando que as Comarcas de Itapipoca, Baturité, Camocim, Aracati, Canindé e Tauá passem a figurar como sedes de suas respectivas regiões, contando com a atuação direta de juízes auxiliares;

b) a criação, por transformação, e sem aumento de despesas, de 17 (dezessete) novas unidades judiciárias nas comarcas do interior do Estado, a seguir listadas: a Vara Única da Comarca de Ocara; 2ª Vara da Comarca de Acaraú; 2ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante; 2ª Vara da Comarca de Beberibe; 2ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará; 2ª Vara da Comarca de Horizonte; 2ª Vara da Comarca de Itaitinga; 3ª Vara da Comarca de Russas; 2ª Vara da Comarca de Icó; 3ª Vara da Comarca de Canindé; 2ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública da Comarca de Caucaia; Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral; 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral; Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Juazeiro do Norte; 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte; Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Maracanaú; 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Maracanaú;

c) a criação, por transformação, na Comarca de Fortaleza, de Unidades dos Juizados Especiais com competências exclusivamente cível e criminal, além de Varas Cíveis Especializadas em Demandas em Massa.

Destaco, no ensejo, que a disciplina sobre a carreira dos magistrados estaduais, que integra o atual Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei nº 12.342, de 28 de julho de 1994 – Títulos III e IV, do Livro II), não é alterada pelo projeto que acompanha a presente mensagem, uma vez que constituirá objeto único de outra proposição, a ser enviada nos próximos dias a essa augusta Assembleia, possibilitando que, após as esperadas aprovações, o regime do atual Código seja substituído por duas leis, uma das quais tratando exclusivamente da

organização judiciária e outra sobre o regime jurídico da magistratura.

Registro, ainda, que o projeto anexo foi submetido ao e. Plenário deste Tribunal, que decidiu, à unanimidade, em sessões realizadas em 3 de julho e 17 de agosto últimos, pelo seu envio à Assembleia Legislativa, para apreciação e aprovação, bem assim que as suas premissas e fundamentos foram previamente apresentados a representações de magistrados, membros do Ministério Público e Defensoria Pública, servidores do Poder Judiciário e advogados, por meio da seccional da OAB.

Convicto de que os ilustres membros dessa Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito a Vossa Excelência emprestar valiosa colaboração no seu encaminhamento, de modo a colocá-la em tramitação em regime de **urgência**, tendo em vista os procedimentos que esta Corte deverá adotar para a efetiva implementação das mudanças, cujos resultados se espera sejam alcançados ainda no exercício de 2017.

Ressalto, por fim, que a presente Mensagem e o projeto de lei que a acompanha substituem a Mensagem nº 03/2017-TJ, e o correlato projeto que a instruiu, cuja devolução a esta Corte ora solicito.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência e aos eminentes Pares, protestos de elevado apreço e distinguida consideração.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 21 de agosto de 2017.

Desembargador Francisco Gladyson Pontes
PRESIDENTE

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual José Jácome Carneiro Albuquerque
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
Fortaleza – Ceará

PROJETO DE LEI

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ decreta:

LIVRO I
DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a organização judiciária do Estado do Ceará, compreendendo a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, observados os princípios definidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º Ao Poder Judiciário do Estado do Ceará é assegurada autonomia administrativa e financeira.

Art. 3º Compete privativamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará a iniciativa de lei que disponha sobre a organização judiciária estadual e a criação de unidades judiciárias, bem como a elaboração de seu regimento interno, disciplinando a composição e as atribuições de seus órgãos, o processo e o julgamento dos feitos de sua competência e a disciplina dos seus serviços.

TÍTULO II
DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

CAPÍTULO ÚNICO
DAS CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS

Art. 4º O território do Estado do Ceará, para fins de administração do Poder Judiciário estadual, divide-se em comarcas sedes e comarcas vinculadas, as quais, por sua vez, se dividem em distritos judiciários, na forma descrita no Anexo I, desta Lei.

Art. 5º As comarcas do interior do Estado serão agrupadas em zonas judiciárias.

Art. 6º Em cada município haverá sede de comarca, dependendo a sua implantação do cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Lei, mediante apuração pelo Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. Os municípios que não forem sedes de comarcas serão qualificados como comarcas vinculadas, formando com as respectivas sedes uma única jurisdição, observado o disposto no art. 12, desta Lei.

Art. 7º As comarcas classificam-se em 3 (três) entrâncias, denominadas: inicial, intermediária e final, de acordo com o constante do Anexo I, observados, para fins de reclassificação, os critérios previstos no art. 20, desta Lei.

Art. 8º A distribuição das varas e o número de juízes serão proporcionais à efetiva demanda judicial e à respectiva população, devendo o Tribunal de Justiça zelar para que todas as comarcas que contem com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes tenham, pelo menos, duas unidades judiciárias.

SEÇÃO I
DAS ZONAS JUDICIÁRIAS

Art. 9º À exceção da Comarca de Fortaleza, as comarcas serão agrupadas em zonas judiciárias, na forma do Anexo II, desta Lei, todas dotadas de juízes auxiliares com jurisdição no território respectivo, cuja atuação dependerá de prévia designação da Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 10. A composição das zonas judiciárias observará, tanto quanto possível, a regionalização para fins de planejamento que decorrer de legislação estadual.

Parágrafo único. A zona judiciária poderá ter mais de uma sede, de modo a atender à racionalidade e à eficiência do serviço.

SEÇÃO II
DAS COMARCAS SEDES

Art. 11. As comarcas constituem circunscrições com unidades judiciárias implantadas, observados os requisitos estabelecidos nesta Lei, cujos limites corresponderão aos de um município, ou aos de um agrupamento de dois ou mais deles, caso em que um será considerado a sua sede, figurando os demais como comarcas vinculadas.

SEÇÃO III
DAS COMARCAS VINCULADAS

Art. 12. As comarcas vinculadas são circunscrições que correspondem aos municípios que não constituem sedes de comarcas, integrando, enquanto nessa condição, a jurisdição de comarcas implantadas, a cujo juízo ficam afetos os respectivos serviços judiciais.

§ 1º O Tribunal de Justiça, por deliberação de seu Órgão Especial, observados aspectos como a demanda e a disponibilidade de recursos humanos e materiais, poderá determinar, mediante Resolução, a reunião dos acervos processuais para tramitação na comarca sede, assegurando, neste caso, que o protocolo de petições e documentos, atendimento ao público, expedição de certidões e os atos processuais que exijam o comparecimento de pessoas em juízo sejam realizados na própria

comarca vinculada, salvo se o contrário requererem as partes, bem assim nos casos de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável ou ainda nos de realização de audiências de custódia.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, se a comarca sede contar com mais de uma unidade jurisdicional, o acervo será distribuído entre elas, observados os mesmos critérios para fixação de suas competências quanto aos demais feitos.

Art. 13. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a prestação jurisdicional na comarca vinculada ficará sob a responsabilidade de juiz titular de unidade instalada na sede, em sistema de rodízio anual onde houver mais de uma, ou ainda por juiz auxiliar da respectiva Zona Judiciária, mediante prévia designação do Tribunal de Justiça em quaisquer dos casos.

Art. 14. O Tribunal de Justiça adotará providências para assegurar que as comarcas vinculadas sejam dotadas de recursos humanos e materiais em volume proporcional à demanda, podendo, para tanto, firmar convênios com os respectivos municípios e outros entes públicos, regulando, por ato normativo a ser expedido pelo Órgão Especial, as verbas indenizatórias devidas a magistrados e servidores em razão dos deslocamentos de sua sede.

SEÇÃO IV
DOS DISTRITOS JUDICIÁRIOS

Art. 15. Os distritos judiciários, integrantes das respectivas comarcas, terão a denominação e os limites correspondentes aos da divisão administrativa dos municípios.

Art. 16. Os distritos judiciários que, a critério do Tribunal de Justiça, atendam a adequados requisitos populacionais e socioeconômicos, contarão com um ofício de registro civil de pessoas naturais, a ser criado por lei, e um juizado de paz.

§ 1º Nas comarcas de significativa extensão territorial, cada distrito judiciário disporá, no mínimo, de um registrador civil das pessoas naturais, instituído por lei de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 2º Os indicadores de que trata o *caput* serão considerados com base em dados regularmente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na forma do art. 38, da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

§ 3º A instalação do distrito judiciário estará consumada com a posse da primeira pessoa que desempenhar a delegação de oficial do registro civil de pessoas naturais, após a criação da serventia por lei e provimento mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

SEÇÃO V

DA IMPLANTAÇÃO E INSTALAÇÃO DE COMARCAS

Art. 17. São requisitos para a implantação de comarcas:

I - população mínima de 15.000 (quinze mil) habitantes e eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população;

II - haver registrado média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da implantação, igual ou superior a 50% daquela registrada, por juiz, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

§ 1º A aferição do número de demandas de que trata o inciso II, do caput, será feita pela secretaria do juízo a que pertencer a comarca vinculada, com base no domicílio de, pelo menos, uma das partes envolvidas nos litígios, lavrando-se certidão que será acompanhada de relatório consolidado dos feitos identificados como relativos à comarca a ser implantada, para fins de apreciação pelo Tribunal de Justiça.

§ 2º O Tribunal de Justiça publicará, em sua página eletrônica, anualmente, até o dia 31 de março, resumo do quantitativo de casos novos ingressados no último triênio, incluído o resultado do ano imediatamente anterior, estratificado por zona, comarca e unidade, bem como a média, por magistrado, no âmbito do Poder Judiciário Estadual.

Art. 18. Atendidos os requisitos estabelecidos no artigo anterior, o Tribunal de Justiça, após a deliberação do Tribunal Pleno, providenciará o envio de projeto de lei à Assembleia Legislativa, do qual deverá constar, também, a proposta de criação dos cargos necessários para prover o juízo a ser implantado, e dos respectivos ofícios extrajudiciais.

Art. 19. Após a entrada em vigor da lei que autorizar a implantação de nova comarca, o Tribunal de Justiça disciplinará, por meio de resolução, as providências necessárias à respectiva instalação.

Parágrafo único. Quando da instalação de nova comarca, os feitos em tramitação que tenham pelo menos uma das partes com domicílio na jurisdição da unidade a ser implantada, desde que ainda não julgados, serão encaminhados para a nova sede do juízo, obedecida a legislação processual em vigor.

SEÇÃO VI
DA ELEVAÇÃO DE COMARCA

Art. 20. Para a elevação de comarca entre entrâncias devem ser observados requisitos relativos à população, eleitorado e demanda, nos seguintes termos:

I - da entrância inicial para a intermediária:

a) população mínima de 30.000 (trinta mil) habitantes; eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população; e média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da elevação, igual ou superior a 1.300 (um mil e trezentos) feitos; ou

b) população mínima de 40.000 (quarenta mil) habitantes; eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população; e média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da elevação, igual ou superior a 1.200 (um mil e duzentos) feitos; ou

c) população mínima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes; eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população; e média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da elevação, igual ou superior a 1.100 (um mil e cem) feitos.

II - da entrância intermediária para a final: população mínima de 200.000 (duzentos mil) habitantes e eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população; ou média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da elevação, igual ou superior a 8.000 (oito mil) feitos;

Parágrafo único. Aos juízes das unidades judiciárias que forem elevadas será assegurado o direito de permanecerem nas respectivas funções até serem removidos ou promovidos, fazendo jus à percepção da diferença de subsídios.

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

CAPÍTULO I
DOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

Art. 21. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Tribunal de Justiça;

II - as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública;

III - os Tribunais do Júri;

IV - os Juizados Especiais Cíveis; Criminais; Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública;

V - os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

VI - a Auditoria Militar;

VII - os Juízes de Direito;

VIII - os Juízes de Direito Substitutos;

IX - a Justiça de Paz;

X - outros órgãos criados por lei.

Parágrafo único. Os órgãos judiciários são independentes em seus desempenhos, ressalvada a estrutura recursal e observado o sistema de relações entre os poderes estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

CAPÍTULO II
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 22. A Justiça Estadual em segundo grau é constituída pelo Tribunal de Justiça.

Art. 23. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará, compõe-se de 43 (quarenta e três) desembargadores, nomeados na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

§ 1° O Tribunal de Justiça terá sua estrutura administrativa definida em lei específica, no seu regimento interno e nas resoluções que vier a editar.

§ 2° O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, a fim de ampliar o acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

§ 3° Ao Tribunal de Justiça é atribuído o tratamento de "egrégio Tribunal" e a seus membros o de "Excelência", com o título de desembargadores, os quais conservarão, bem assim as honras correspondentes, mesmo após a aposentadoria.

Art. 24. Compete ao Tribunal de Justiça:

I - eleger seus órgãos diretivos e elaborar seu regimento interno, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a composição e as atribuições de seus órgãos, o processo e o julgamento dos feitos de sua competência e a disciplina dos seus serviços;

II - organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correcional respectiva;

III - prover, na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual, os cargos necessários à administração da justiça;

IV - aposentar e conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhe forem imediatamente vinculados;

V - encaminhar as propostas orçamentárias do Poder Judiciário Estadual ao Poder Executivo;

VI - solicitar, quando cabível, a intervenção federal no Estado, nas hipóteses de sua competência;

VII - propor ao Poder Legislativo, mediante projeto de lei, observadas as Constituições Federal e Estadual:

a) a alteração da organização judiciária, ressalvado o disposto no art. 42, § 1º desta Lei;

b) a alteração do número de seus membros;

c) a criação e a extinção de cargos de juiz e de serviços auxiliares da justiça;

d) a fixação da remuneração dos magistrados, dos servidores, dos serviços auxiliares da justiça e dos juízes de paz;

e) a alteração dos valores, forma de cálculo e de recolhimento das despesas dos processos judiciais e das custas extrajudiciais e emolumentos.

Art. 25. Compete, ainda, ao Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns e de responsabilidade, o Vice-Governador, os deputados estaduais, os juízes estaduais, os membros do Ministério Público, os membros da Defensoria Pública, os prefeitos, o Comandante Geral da Polícia Militar e o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

b) os mandados de segurança e os habeas data contra atos do Governador do Estado, da Mesa e Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, dos secretários de Estado, do Tribunal de Contas do Estado ou de algum de seus órgãos, do Tribunal de Contas dos Municípios ou de algum de seus órgãos, do Procurador-Geral de Justiça, no exercício de suas atribuições administrativas, ou na qualidade de presidente dos órgãos colegiados do Ministério Público, do Procurador-Geral do Estado, do Chefe da Casa Militar, do Chefe do Gabinete do Governador, do Controlador e do Ouvidor Geral do Estado, do Defensor Público Geral do Estado, do Comandante Geral da Polícia Militar e do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar;

c) os mandados de injunção contra omissão das autoridades referidas na alínea anterior;

d) os *habeas corpus* nos processos, cujos recursos forem de sua competência, ou quando o coator ou paciente for autoridade diretamente sujeita à sua jurisdição;

e) as ações rescisórias de seus julgados e as revisões criminais nos processos de sua competência;

f) as ações diretas de inconstitucionalidade, nos termos do art. 128 da Constituição Estadual;

g) as representações para intervenção em municípios;

h) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuição para a prática de atos processuais;

i) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões; e

j) matérias disciplinares relativas aos magistrados;

II - julgar, em grau de recurso, as causas não atribuídas à competência dos órgãos recursais dos juizados especiais;

III - velar pelo exercício da atividade correicional respectiva;

IV - dar posse aos juízes de direito substitutos, organizar e rever, anualmente, a lista de antiguidade dos magistrados por classe e entrância, conhecendo das reclamações, para fins de promoção e acesso ao Tribunal de Justiça;

V - decidir sobre remoção e permuta de magistrados e organizar lista tríplice dos juízes, para fins de promoção e acesso por merecimento, bem como decidir sobre a promoção e acesso por antiguidade;

VI - eleger:

a) os membros do Órgão Especial e seus respectivos suplentes, dando-lhes posse na mesma sessão;

b) os membros do Conselho da Magistratura e respectivos suplentes;

c) os desembargadores e os juízes efetivos e substitutos do Tribunal Regional Eleitoral, apreciando a recondução, dentre os inscritos na classe dos magistrados do Estado;

VII - aprovar a indicação dos juízes para fins de substituição e auxílio à Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e ao Tribunal;

VIII - conceder licença e férias ao Presidente do Tribunal e autorizar seu afastamento, quando o prazo for superior a quinze dias;

IX - solicitar, quando cabível, a intervenção federal no Estado, por intermédio do Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição da República;

X - homologar os concursos públicos para provimento de cargos na estrutura do Poder Judiciário;

XI - deliberar:

a) indicação de juiz de direito substituto ao cargo de juiz de direito, na forma da legislação pertinente;

b) perda do cargo de juiz de direito substituto, por maioria absoluta dos membros, na hipótese prevista no inciso I, do artigo 95, da Constituição Federal;

c) pedido do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará com vistas à concessão de afastamento de magistrados e de servidores para a prestação de serviço exclusivamente à Justiça Eleitoral;

d) liberação de magistrados e servidores para frequentar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento;

XII - deliberar sobre remoção, disponibilidade e aposentadoria de magistrados, quando por interesse público, em decisão por voto da maioria absoluta dos membros efetivos;

XIII - formar:

a) listas tríplices para o preenchimento das vagas do Tribunal de Justiça reservadas aos juízes, advogados e membros do Ministério Público;

b) lista a ser encaminhada à Presidência da República para a nomeação de advogados que integrarão o Tribunal Regional Eleitoral;

XIV - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas por lei.

SEÇÃO I
DOS ÓRGÃOS JULGADORES

Art. 26. O Tribunal de Justiça tem como órgãos julgadores: o Tribunal Pleno, o Órgão Especial, a Seção de Direito Público, a Seção de Direito Privado, a Seção Criminal, as Câmaras de Direito Público, as Câmaras de Direito Privado e as Câmaras Criminais.

Art. 27. O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos membros da Corte, sendo presidido pelo Presidente do Tribunal e, nos seus impedimentos, sucessivamente, pelo Vice-Presidente ou pelo desembargador mais antigo.

Art. 28. O Órgão Especial é composto por 19 (dezenove) desembargadores, escolhidos na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica da Magistratura Nacional e no Regimento Interno do Tribunal de Justiça, e exercerá atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do Tribunal Pleno.

Art. 29. As Seções de Direito Público, de Direito Privado e Criminal são formadas, respectivamente, pelos integrantes das Câmaras de Direito Público, de Direito Privado e Criminais.

Art. 30. Cada Câmara será composta por 4 (quatro) Desembargadores, sendo os julgamentos tomados pelo voto de 3 (três) deles.

Art. 31. A composição, a organização e o funcionamento dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça serão disciplinados no seu regimento.

SEÇÃO II
DOS ÓRGÃOS DIRETIVOS

SUBSEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 32. O Tribunal de Justiça é dirigido pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelo Corregedor-Geral da Justiça.

Art. 33. O Tribunal de Justiça, pela maioria absoluta dos membros efetivos, por votação secreta, elegerá, dentre os desembargadores, os titulares dos cargos de direção, com mandato de dois anos, vedada a reeleição.

Parágrafo único. São considerados inelegíveis os desembargadores que tenham exercido quaisquer dos cargos de direção, por período de quatro anos, ou o cargo de Presidente do Tribunal, até que se esgotem todos os nomes.

Art. 34. Considerar-se-á eleito, para cada cargo de direção, o desembargador que obtiver a maioria absoluta dos votos dos membros efetivos do Tribunal.

§ 1º Computados os votos, se nenhum desembargador alcançar a maioria absoluta, será realizado novo escrutínio, concorrendo apenas os 2 (dois) desembargadores mais votados para cada cargo de direção, no primeiro escrutínio.

§ 2º No segundo escrutínio, será eleito aquele que obtiver a maioria dos votos.

§ 3º No caso de empate, por ocasião do segundo escrutínio, considerar-se-á eleito o mais antigo no Tribunal.

§ 4º Persistindo o empate, considerar-se-á eleito o mais antigo na carreira e, seguidamente, ainda em caso de empate, o mais idoso.

§ 5º Será adotada, para eleição de cada um dos cargos diretivos do Tribunal, cédula única na qual serão incluídos, na ordem decrescente de antiguidade, os nomes dos desembargadores que se tenham habilitado previamente.

Art. 35. A eleição ocorrerá, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término do mandato e com ela terá início o processo de transição, a ser encerrado com as respectivas posses.

Art. 36. Vagando os cargos de Presidente do Tribunal, de Vice-Presidente ou de Corregedor-Geral da Justiça, no curso do primeiro ano de mandato, proceder-se-á, dentro de 25 (vinte e cinco) dias, à eleição do sucessor para o tempo restante, ressalvando-se que aquele que for eleito Presidente do Tribunal não poderá ser reconduzido para o período subsequente.

§ 1º Vagando os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente do Tribunal, com menos de 12 (doze) meses para o término do mandato, a substituição, durante o período que restar, far-se-á do Presidente pelo Vice-Presidente do Tribunal, e deste pelo desembargador mais antigo, sendo que, nessa hipótese, não haverá óbice a que o substituto concorra à próxima eleição.

§ 2º Vagando o cargo de Corregedor, com menos de 12 (doze) meses para o término do mandato, realizar-se-á nova eleição, ressalvando-se que o eleito exercerá a função pelo período remanescente do mandato, não lhe sendo impedido concorrer no pleito imediatamente posterior.

SUBSEÇÃO II
DA PRESIDÊNCIA

Art. 37. Ao Presidente do Tribunal de Justiça, além das atribuições de representar o Poder Judiciário em suas relações com os demais Poderes e de superintender todo o serviço da justiça, incumbe o desempenho das competências estabelecidas em lei específica que trata da organização administrativa do Poder Judiciário e no regimento interno, bem assim:

I - votar no Tribunal Pleno e no Órgão Especial nos pedidos de intervenção da União Federal no Estado e deste nos municípios, em processos de *habeas corpus*, nas ações diretas de inconstitucionalidade, nas ações declaratórias de constitucionalidade, bem como nos incidentes de inconstitucionalidade das leis ou atos normativos, proferindo voto de qualidade nos demais casos quando ocorrer empate, e a solução não estiver de outro modo regulada;

II - suspender a execução de liminar ou de sentença, nos casos previstos na legislação federal;

III - relatar e votar, perante o órgão julgador competente, o recurso contra decisão que tenha proferido em causas de sua competência, nos casos em que não tenha havido exercício de retratação;

IV - processar e ordenar o pagamento das requisições judiciais resultantes de sentenças proferidas contra a Fazenda Pública, segundo atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

SUBSEÇÃO III
DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 38. Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente do Tribunal no exercício de suas atribuições, substituindo-o nas ausências, férias, licenças, suspeições e impedimentos, com a mesma posição hierárquica, bem como:

I - relatar exceção de suspeição não reconhecida, oposta ao Presidente do Tribunal;

II - presidir a distribuição dos processos no Tribunal, bem como assinar as atas e livros respectivos, organizados e guarnecidos pela Secretaria Judiciária;

III - deliberar acerca de pedido de desistência de ação, incidente ou recurso nos feitos ainda não distribuídos;

IV - despachar, nos termos das leis processuais vigentes, os recursos interpostos de decisões do Tribunal para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça, apreciando-lhes a admissibilidade;

V - apreciar, nos termos das leis processuais vigentes, os pedidos de concessão de efeito suspensivo aos recursos interpostos de decisões do Tribunal para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça;

VI - superintender o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP, que funcionará vinculado à Vice-Presidência, ao qual compete, dentre outras atribuições, a de uniformizar o gerenciamento dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da repercussão geral, de julgamentos

de casos repetitivos e de incidentes de assunção de competência, previstos na Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

VII - ordenar a restauração de autos de processos administrativos, quando desaparecidos no Tribunal de Justiça.

SUBSEÇÃO IV
DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Art. 39. A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação dos juízes de primeiro grau, dos juízes de paz, dos servidores e dos serviços notariais e de registro, será dirigida por um desembargador, denominado Corregedor-Geral.

Parágrafo único. A Corregedoria elaborará seu regimento interno, que será submetido à aprovação do Tribunal Pleno, do qual constarão as atribuições do Corregedor-Geral, dos juízes corregedores auxiliares e de seus demais órgãos.

Art. 40. O Corregedor-Geral da Justiça será auxiliado em suas atividades por juízes de primeiro grau, na proporção de 1 (um) para cada 100 (cem) juízes efetivos em exercício no Estado, submetendo-se a referendo do Conselho Nacional de Justiça as convocações que, eventualmente, excederem a 6 (seis).

Art. 41. São ações próprias da Corregedoria-Geral da Justiça:

I - orientar e fiscalizar os serviços judiciais e extrajudiciais em todo o Estado;

II - avaliar o desempenho dos juízes em estágio probatório para o fim de vitaliciamento;

III - fiscalizar as secretarias das unidades judiciais de primeiro grau e as serventias extrajudiciais;

IV - realizar correições e inspeções em comarcas, varas e serventias;

V - editar atos normativos para:

a) instruir autoridades judiciais, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores;

b) evitar irregularidades;

c) corrigir erros e coibir abusos com ou sem cominação de pena.

VI - realizar sindicâncias e propor a abertura de processos administrativos disciplinares;

VII - aplicar as penas disciplinares cominadas aos ilícitos administrativos praticados por seus servidores;

VIII - responder a consultas a respeito do correto funcionamento do Poder Judiciário de primeiro grau e das serventias extrajudiciais.

CAPÍTULO III
DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU

SEÇÃO ÚNICA
DA COMPOSIÇÃO

Art. 42. A Justiça de primeiro grau é composta pelos seguintes órgãos:

I - Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública;

II - Tribunais do Júri;

III - Juizados Especiais Cíveis; Criminais; Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública;

IV - Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

V - Auditoria Militar;

VI - Juízes de Direito;

VII - Juízes de Direito Substitutos;

VIII - Justiça de Paz.

§ 1º O Tribunal de Justiça, por sua composição plenária, com a aprovação por 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante resolução, poderá alterar a competência dos órgãos previstos neste artigo, bem como a sua denominação, e ainda determinar a redistribuição dos feitos neles em curso, sem aumento de despesa, sempre que necessário para racionalizar a adequada prestação jurisdicional.

§ 2º A criação de novas varas ou juizados dependerá da existência de cargos de servidores correspondentes à lotação paradigma do juízo, a ser estimada de acordo com as normas específicas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça, observados, tanto quanto possível, os parâmetros aplicáveis a unidades similares.

CAPÍTULO IV
DA COMARCA DE FORTALEZA

SEÇÃO I
DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

SUBSEÇÃO I
DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS; E DA FAZENDA PÚBLICA

Art. 43. As Turmas Recursais serão em número de 3 (três), sendo 2 (duas) Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e 1 (uma) Turma Recursal do Juizado Especial da Fazenda

Pública, cada uma delas com 3 (três) membros titulares, todas sediadas na Comarca de Fortaleza, com jurisdição e competência em todo o território do Estado.

§ 1º As Turmas Recursais serão presididas, em regime de rodízio, por um de seus membros, com mandato de 2 (dois) anos, iniciando pelo membro mais antigo, sem recondução até que se esgote a ordem de antiguidade de seus integrantes.

§ 2º O Presidente será substituído, nos períodos de férias, afastamentos ou impedimentos, pelos demais membros, observada a ordem decrescente de antiguidade no órgão.

§ 3º Compete às Turmas Recursais processar e julgar:

I - o mandado de segurança e o *habeas corpus* contra ato de Juiz de Direito dos Juizados Especiais Cíveis; Criminais; Cíveis e Criminais; e contra seus próprios atos;

II - os recursos interpostos contra sentenças dos Juizados Especiais Cíveis; Criminais; Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública;

III - os embargos de declaração opostos a seus acórdãos;

IV - as homologações de desistência e transação, nos feitos que se achem em pauta;

V - agravo de instrumento interposto contra decisões cautelares ou antecipatórias proferidas nos Juizados Especiais da Fazenda Pública;

VI - conflito de competência entre juízes de Juizados Especiais.

§ 4º Compete ao Presidente de cada Turma Recursal exercer juízo de admissibilidade em recursos interpostos às suas decisões ou acórdãos, bem como prestar as informações que lhe forem requisitadas.

§ 5º Os Juízes das Turmas Recursais serão substituídos em suas faltas, afastamentos, férias, licenças, ausências e impedimentos nos termos de resolução aprovada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça que regulamente a matéria.

§ 6º O Tribunal de Justiça, por seu Órgão Especial, poderá constituir, mediante resolução, tantas Turmas Recursais quantas forem necessárias à prestação jurisdicional, em caráter temporário ou permanente, desde que mediante a destinação de cargos já existentes, sem aumento da despesa.

SUBSEÇÃO II
DO TRIBUNAL DO JÚRI

Art. 44. O Tribunal do Júri funcionará em cada comarca, obedecidas, na sua composição e funcionamento, as normas estabelecidas em lei.

Parágrafo único. Nas Comarcas de Fortaleza e do interior, as sessões do Tribunal do Júri poderão ser realizadas durante todo o ano.

Art. 45. O alistamento de jurados será feito de acordo com os quantitativos mínimos estabelecidos pela legislação federal, devendo a lista geral, com a indicação das respectivas profissões, ser publicada até o dia 10 de outubro de cada ano, através do Diário da Justiça e de editais afixados à porta do Tribunal do Júri.

§ 1º A lista poderá ser alterada, de ofício ou mediante reclamação de qualquer do povo ao juiz presidente até o dia 10 de novembro, data de sua publicação definitiva.

§ 2º O jurado que tiver integrado o Conselho de Sentença nos 12 (doze) meses que antecederem à publicação da lista geral fica dela excluído.

§ 3º Anualmente, a lista geral de jurados será, obrigatoriamente, completada.

§ 4º O sorteio será realizado entre o 15º (décimo quinto) e o 10º (décimo) dia útil antecedente à instalação da reunião, sob a presidência do juiz, a portas abertas, cabendo-lhe retirar as cédulas até completar o número de 25 (vinte e cinco) jurados, para a reunião periódica ou extraordinária.

SUBSEÇÃO III
DA AUDITORIA MILITAR

Art. 46. A Justiça Militar Estadual, em primeiro grau, é composta por um colegiado denominado Auditoria Militar, formado por um Juiz de Direito que o presidirá, e pelos Conselhos de Justiça Militar, com jurisdição em todo o Estado.

Art. 47. Em segundo grau, as funções afetas à Justiça Militar serão exercidas pelo Tribunal de Justiça.

Art. 48. Na composição dos Conselhos de Justiça Militar, observar-se-á, no que couber, o disposto na legislação da Justiça Militar da União.

Art. 49. Compete à Justiça Militar do Estado processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares por crimes militares definidos em lei, bem como as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do Tribunal do Júri quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal de Justiça decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

Parágrafo único. Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares,

cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.

SEÇÃO II
DOS ÓRGÃOS SINGULARES

SUBSEÇÃO ÚNICA
DA ESPECIALIZAÇÃO

Art. 50. Na Comarca de Fortaleza, a jurisdição será exercida de acordo com as atribuições e competências definidas neste Código e nas normas pertinentes editadas pelo Tribunal de Justiça, nos termos do art. 42, § 1º, desta Lei, contemplando as seguintes especialidades:

I - 26 (vinte e seis) Varas Cíveis Comuns;

II - 13 (treze) Varas Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa;

III - 2 (duas) Varas de Recuperação de Empresas e Falências;

IV - 18 (dezoito) Varas de Família;

V - 5 (cinco) Varas de Sucessões;

VI - 11 (onze) Varas da Fazenda Pública;

VII - 2 (duas) Varas de Registros Públicos;

VIII - 18 (dezoito) Varas Criminais, uma das quais privativa de Audiências de Custódia;

IX - 5 (cinco) Varas do Júri;

X - 1 (uma) Vara da Auditoria Militar;

XI - 4 (quatro) Varas de Delitos de Tráfico de Drogas;

XII - 3 (três) Varas de Execução Penal e Corregedoria de Presídios;

XIII - 1 (uma) Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas;

XIV - 6 (seis) Varas de Execução Fiscal e de Crimes contra a Ordem Tributária;

XV - 5 (cinco) Varas da Infância e da Juventude;

XVI - 22 (vinte e dois) Juizados Especiais Cíveis;

XVII - 2 (dois) Juizados Especiais Criminais;

XVIII - 4 (quatro) Juizados Especiais da Fazenda Pública;

XIX - 1 (um) Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

XX - 2 (duas) Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

XXI - 1 (uma) Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública;

XXII – 36 (trinta e seis) Juizados Auxiliares, assim divididos:

a) 5 (cinco) Juizados Auxiliares Privativos das Varas do Júri;

b) 1 (um) Juizado Auxiliar Privativo do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

c) 2 (dois) Juizados Auxiliares Privativos das Varas da Infância e Juventude, para o atendimento das atribuições previstas nos parágrafos únicos, dos arts. 67 e 69, desta Lei;

d) 1 (um) Juizado Auxiliar Privativo da 17ª Vara Criminal – Vara Única Privativa de Audiências de Custódia;

e) 1 (um) Juizado Auxiliar Privativo das Varas de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios, para o atendimento das atribuições previstas no art. 62, parágrafo único, desta Lei;

f) 7 (sete) Juizados Auxiliares das Varas Cíveis Comuns; Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa; Recuperação de Empresas e Falências; e Registros Públicos;

g) 6 (seis) Juizados Auxiliares das Varas Criminais; de Delitos de Tráfico de Drogas; de Penas Alternativas e da Auditoria Militar;

h) 5 (cinco) Juizados Auxiliares das Unidades dos Juizados Especiais Cíveis; Juizados Especiais Criminais; Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

i) 4 (quatro) Juizados Auxiliares das Varas de Família; Sucessões; e Infância e Juventude;

j) 2 (dois) Juizados Auxiliares das Varas da Fazenda Pública; dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e da Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública;

k) 2 (dois) Juizados Auxiliares das Varas de Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária.

Art. 51. Na Comarca de Fortaleza, as atribuições dos Juízes de Direito serão exercidas mediante distribuição, respeitadas as especialidades de cada juízo.

Parágrafo único. As cartas precatórias serão cumpridas pelos diversos juízos, por distribuição, observadas suas competências e especialidades.

SEÇÃO III
DA JURISDIÇÃO CÍVEL

SUBSEÇÃO I
DOS JUÍZES DE DIREITO DAS VARAS CÍVEIS COMUNS E DAS VARAS CÍVEIS ESPECIALIZADAS NAS DEMANDAS EM MASSA

Art. 52. Aos Juízes de Direito das Varas Cíveis Comuns e das Especializadas nas Demandas em Massa compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas nas leis processuais civis e em resoluções editadas pelo Tribunal de Justiça, não privativas de outro Juízo.

Parágrafo único. As classes processuais e assuntos abrangidos pela competência das Varas Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa serão definidos por resolução do Tribunal de Justiça e poderão ser revistos nos casos de acentuada redução do volume de casos novos afetos a grupos específicos de unidades, aferida com base no último triênio.

SUBSEÇÃO II
DOS JUÍZES DE DIREITO DAS VARAS DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS

Art. 53. Aos Juízes de Direito das Varas de Recuperação de Empresas e Falências compete, por distribuição, processar e julgar:

I - as recuperações judiciais e as falências;

II - os feitos que, por força de lei, devam ter curso no juízo da recuperação judicial ou da falência, inclusive os crimes de natureza falimentar;

III - as causas, inclusive penais, nas quais as instituições financeiras, em regime de liquidação extrajudicial, figurem como partes, vítimas ou interessadas;

IV - as execuções por quantia certa contra devedor insolvente, inclusive o pedido de declaração de insolvência.

SUBSEÇÃO III
DOS JUÍZES DE DIREITO DAS VARAS DE FAMÍLIA

Art. 54. Aos Juízes das Varas de Família compete, por distribuição:

I - processar e julgar:

a) as ações de nulidade e de anulação de casamento, as de família (previstas no art. 693, do Código de Processo Civil), e as demais relativas ao estado e à capacidade da pessoa;

b) as ações de investigação de paternidade, cumuladas ou não com as de petição de herança;

c) as ações de alimentos, inclusive quanto à revisão e exoneração do encargo, e as de posse e guarda de filhos menores, ressalvada a competência específica das Varas da Infância e da Juventude;

d) as ações sobre suspensão e extinção do poder familiar e as de emancipação, ressalvada a competência das Varas da Infância e da Juventude;

e) as ações concernentes ao regime de bens do casamento e as doações antenupciais;

f) as ações relativas à interdição e atos decorrentes, como nomeação de curadores e administradores provisórios, levantamento de interdição, suprimento de consentimento, tomada de contas, especialização de hipoteca legal, remoção e destituição de curadores.

II - suprir o consentimento do cônjuge e dos pais ou tutores, para o casamento dos filhos ou tutelados, sob sua jurisdição;

III - julgar as habilitações de casamento civil nas hipóteses em que houver impugnação do oficial de Registro Civil, do Ministério Público ou de terceiro, na forma prevista no parágrafo único, do art. 1526, do Código Civil;

IV - presidir a celebração de casamento civil, sem prejuízo da atuação de juiz de paz, onde houver, ou de autoridade investida de competência para tanto, por ato da Presidência do Tribunal de Justiça.

SUBSEÇÃO IV
DOS JUÍZES DE DIREITO DAS VARAS DE SUCESSÕES

Art. 55. Aos Juízes das Varas de Sucessões compete, por distribuição:

I - processar e julgar:

a) inventários e partilhas ou arrolamentos, ressalvado o previsto na Lei nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007, quanto à realização de tais procedimentos por via administrativa;

b) ações concernentes à sucessão *causa mortis*, salvo as de petição de herança, quando cumuladas com as de investigação de paternidade;

c) ações de nulidade e de anulação de testamento e as pertinentes à sua execução;

d) as ações que envolvam bens vagos ou de ausentes e a herança jacente, salvo as ações diretas contra a Fazenda Pública;

II - determinar a abertura de testamento e codicilos e decidir sobre a aprovação dos testamentos particulares, ordenando ou não o registro, inscrição e cumprimento deles e dos testamentos públicos.

SUBSEÇÃO V
DOS JUÍZES DE DIREITO DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA

Art. 56. Aos Juízes de Direito das Varas da Fazenda Pública compete, por distribuição:

I - processar e julgar com jurisdição em todo o território do Estado:

a) as causas em que o Estado do Ceará, o Município de Fortaleza, as suas respectivas autarquias, fundações e empresas públicas, forem interessados, como autores, réus, assistentes ou oponentes, excetuadas as de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, as recuperações judiciais

e falências, as sujeitas à Justiça do Trabalho e à Justiça Eleitoral, bem como as definidas nas alíneas "e" e "f", do inciso I, do art. 102, da Constituição Federal;

b) os mandados de segurança contra atos das autoridades estaduais, municipais, autárquicas ou pessoas naturais ou jurídicas que exerçam funções delegadas do Poder Público, no que se entender com essas funções, ressalvada a competência originária do Tribunal de Justiça e de seus órgãos em relação à categoria da autoridade apontada como coatora, bem como a competência dos Juízes de Direito das comarcas do interior onde a autoridade impetrada tiver sua sede;

c) as medidas cautelares nos feitos de sua competência.

II - dar cumprimento às precatórias em que haja interesse do Estado do Ceará ou do Município de Fortaleza, suas autarquias, fundações e empresas públicas, salvo se elas tiverem de ser cumpridas em comarcas do interior do Estado.

§ 1° Os atos e diligências dos Juízes das Varas da Fazenda Pública poderão ser praticados em qualquer comarca do interior do Estado pelos juízes locais ou seus auxiliares, mediante a exibição de ofício ou mandado em forma regular.

§ 2° É competente o foro da situação da coisa, nos casos definidos nas letras "a" e "c" do inciso I deste artigo, caso se cuide de ação fundada em direito real sobre imóveis.

SUBSEÇÃO VI
DOS JUÍZES DE DIREITO DAS VARAS DE REGISTROS PÚBLICOS

Art. 57. Aos Juízes de Direito das Varas de Registros Públicos compete, por distribuição:

I - processar e julgar:

a) as causas que se refiram, com exclusividade, à alteração ou desconstituição dos registros públicos;

b) as impugnações a loteamento de imóveis, realizadas na conformidade do Decreto-Lei n° 58, de 10 de dezembro de 1937 e da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, bem como a incorporações imobiliárias, no termos da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964;

c) as causas relativas a bem de família;

II - responder a consultas e decidir dúvidas levantadas pelos notários e oficiais do registro público, salvo nos casos de execução de sentença proferida por outro juiz;

III - processar protestos, notificações, interpelações, vistorias e outras medidas que sirvam como documentos para a juntada em processos de sua competência;

IV - dirimir as dúvidas suscitadas entre a sociedade anônima e o acionista ou qualquer interessado, a respeito das averbações, anotações, lançamentos ou transferências de ações nos livros próprios das referidas sociedades anônimas, com exceção das questões atinentes à substância do direito.

Parágrafo único. Na forma prevista nos arts. 212 e 213, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a retificação de registro de imóvel que contenha omissão, imprecisão ou não exprima a verdade poderá ser feita na via administrativa ou judicial, ressalvando-se que a opção por aquela não exclui a prestação jurisdicional, a requerimento da parte prejudicada.

SEÇÃO IV
DA JURISDIÇÃO CRIMINAL

SUBSEÇÃO I
DOS JUÍZES DE DIREITO DAS VARAS CRIMINAIS

Art. 58. Compete aos Juízes de Direito das Varas Criminais exercer, por distribuição, as atribuições definidas nas leis processuais penais, não privativas de outros juízos.

§ 1º Ao Juiz de Direito da 12ª Vara Criminal compete, com exclusividade, processar e julgar os crimes praticados contra a criança e o adolescente, ressalvada a competência das Varas do Júri e dos Juizados Especiais Criminais.

§ 2º Ao Juiz de Direito da 17ª Vara Criminal compete exercer, em caráter privativo e exclusivo no âmbito da jurisdição da Comarca de Fortaleza, as atribuições relativas à realização das audiências de custódia, devendo ser a ele apresentadas, sem demora, todas as pessoas presas em flagrante delito, observado o regulamento próprio a ser editado pelo Tribunal de Justiça e ressalvada a competência do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

§ 3º Ao Juiz de Direito da 18ª Vara Criminal compete, privativamente, processar e julgar, com jurisdição na Comarca de Fortaleza, as ações penais pela prática de crimes ambientais, definidos em legislação federal.

SUBSEÇÃO II
DOS JUÍZES DE DIREITO DAS VARAS DO JÚRI

Art. 59. Aos Juízes de Direito das Varas do Júri compete, por distribuição:

I - processar as ações dos crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados;

II - prolatar sentença de pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária;

III - lavrar sentença condenatória ou absolutória na forma da lei;

IV - presidir o Tribunal do Júri;

V - promover o alistamento anual dos jurados e a sua revisão.

SUBSEÇÃO III
DO JUIZ DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR

Art. 60. Ao Juiz de Direito da Vara da Auditoria Militar compete:

I – presidir o Conselho da Justiça Militar, nos processos da alçada da Justiça Militar Estadual;

II – processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do Tribunal do Júri;

III - praticar, em geral, os atos de jurisdição criminal regulados pelo Código de Processo Penal Militar, não atribuídos expressamente a jurisdição diversa.

SUBSEÇÃO IV
DOS JUÍZES DE DIREITO DAS VARAS DE DELITOS DE TRÁFICO DE DROGAS

Art. 61. Aos Juízes de Direito das Varas de Delitos de Tráfico de Drogas compete, por distribuição, o processo e julgamento dos delitos de tráfico de drogas, assim definidos em legislação federal.

SUBSEÇÃO V
DOS JUÍZES DE DIREITO DAS VARA DE EXECUÇÃO PENAL E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Art. 62. Aos Juízes de Direito das Varas de Execução Penal e Corregedoria de Presídios, ressalvada a competência da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, compete:

I - executar as sentenças condenatórias, inclusive as proferidas pelos juízes das comarcas do interior, quando a pena tenha de ser cumprida em estabelecimento prisional localizada na Região Metropolitana de Fortaleza;

II - aplicar aos casos julgados a lei posterior que, de qualquer modo, favoreça o condenado;

III - declarar extinta a punibilidade;

IV - conhecer e decidir sobre:

a) soma ou unificação de penas;

b) progressão ou regressão de regime;

c) detração, remissão ou reajuste de pena, no caso de sua comutação;

d) suspensão condicional da pena;

e) livramento condicional;

f) incidentes da execução.

V - expedir alvará de soltura em favor de réus que tenham cumprido a pena;

VI - inspecionar, permanentemente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promover, quando for o caso, a apuração de responsabilidade, comunicando, outrossim, ao Corregedor-Geral da Justiça e ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, as irregularidades e deficiências da respectiva administração;

VII - interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei;

VIII - processar e julgar os pedidos de *habeas corpus*, ressalvada, entretanto, a competência do Juiz da Vara que esteja prevento em razão de anterior distribuição de inquérito policial, procedimento criminal de qualquer natureza ou ação criminal;

IX - autorizar o ingresso e a saída de presos nas unidades sob sua jurisdição, tanto os oriundos da Capital quanto os do interior do Estado, obedecidas as cautelas legais;

X - zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança;

XI - autorizar saídas temporárias;

XII - determinar:

a) a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos;

b) a aplicação da medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança;

c) a revogação da medida de segurança;

d) a desinternação e o restabelecimento da situação anterior;

e) o cumprimento da pena ou medida de segurança em outra comarca;

f) a remoção do condenado na hipótese prevista na Lei de Execução Penal.

Parágrafo único. Ao Juízo da Vara de Execuções Penais ao qual for cometido, mediante sistema de rodízio anual, o desempenho das atribuições afetas à Corregedoria dos Presídios, será assegurada, durante o período respectivo, a atuação do Juiz de Direito do Juizado Auxiliar de que trata o art. 49, inciso XXII, alínea "e", desta Lei.

SUBSEÇÃO VI
DO JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Art. 63. Ao Juiz de Direito da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas compete:

I - promover a execução e fiscalização das penas restritivas de direitos e medidas alternativas, inclusive da suspensão condicional do processo, e decidir sobre os respectivos incidentes, bem assim, das penas e medidas alternativas impostas a réus residentes na Comarca de Fortaleza, ainda que processados e julgados em outras comarcas;

II - designar a entidade ou o programa comunitário, o local, dia e horário para o cumprimento da pena ou medida alternativa, bem como a forma de fiscalização;

III - acompanhar pessoalmente, quando necessário, a execução dos trabalhos;

IV - declarar extinta a pena ou cumprida a medida.

SEÇÃO V
DA JURISDIÇÃO ESPECIAL

SUBSEÇÃO I
DOS JUÍZES DE DIREITO DAS VARAS DE EXECUÇÃO FISCAL E DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

Art. 64. Aos Juízes de Direito das Varas de Execução Fiscal e de Crimes contra a Ordem Tributária compete, por distribuição, processar e julgar:

I - as execuções fiscais ajuizadas pelo Estado do Ceará, pelo Município de Fortaleza, e por suas respectivas entidades autárquicas, contra devedores residentes e domiciliados na Capital, observando-se a legislação processual específica;

II - as ações decorrentes das execuções fiscais, como mandados de segurança, repetição do indébito, anulatória do ato declaratório da dívida, ação cautelar fiscal, dentre outras;

III - as ações penais e demais incidentes quanto aos crimes contra a ordem tributária.

Parágrafo único. Os atos e diligências dos Juízes de Direito das Varas de Execução Fiscal e de Crimes contra a Ordem Tributária poderão ser praticados em qualquer comarca do interior do Estado, pelos Juízes locais ou seus auxiliares, mediante a exibição de ofício ou mandado em forma regular.

SUBSEÇÃO II
DOS JUÍZES DE DIREITO DAS VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Art. 65. Compete aos Juízes de Direito da Infância e Juventude o exercício das atribuições constantes da legislação especial de proteção integral à criança e ao adolescente, assegurando-lhes, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à

educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 66. Aos Juízes de Direito das Varas da Infância e da Juventude compete, observadas as normas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação complementar, processar e julgar, mediante distribuição:

I - as ações de destituição do poder familiar e de adoção quando tratarem de interesse de criança ou adolescente institucionalizados;

II - as ações cíveis fundadas em interesse individual, difuso ou coletivo afetos à criança e ao adolescente;

III - as ações e medidas de colocação em família substituta;

IV - as ações por ato infracional atribuído a adolescente;

V - os pedidos de autorização de viagem.

Art. 67. Compete, privativamente, ao Juiz de Direito da 3ª Vara da Infância e Juventude processar e julgar as ações de natureza cível, especialmente:

I - os pedidos de guarda e tutela e demais ações previstas nas alíneas "c" a "h", do parágrafo único, do artigo 148, do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando a criança ou adolescente se encontrar em uma das situações do artigo 98, do mesmo diploma legal;

II - as ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação da tutela ou guarda, quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses do artigo 98, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

III - os requerimentos de adoção e seus incidentes;

IV - o Cadastro Nacional de Adoção, consoante a Resolução nº 54/2008 e as alterações dispostas na Resolução nº 93/2009, ambas do Conselho Nacional de Justiça, além das regulações posteriores pertinentes;

V - as demandas decorrentes de irregularidades em entidades de acolhimento, com exceção das hipóteses relacionadas às unidades de internação e semiliberdade, bem como aplicar as respectivas medidas cabíveis, conforme os arts. 191 a 193, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Ao Juízo da 3ª Vara da Infância será assegurada a atuação do Juiz de Direito do Juizado Auxiliar de que trata o art. 49, inciso XXII, alínea "c", desta Lei.

Art. 68. Compete, privativamente, aos Juízes de Direito da 1ª, 2ª e 4ª Varas da Infância e Juventude processar e julgar, por distribuição, as representações em face do cometimento de atos infracionais,

para fins de aplicação de medidas socioeducativas, bem como a aplicação das penalidades administrativas nos casos de infrações às normas de proteção à criança ou adolescente.

Art. 69. Compete, privativamente, ao Juiz de Direito da 5ª Vara da Infância e Juventude:

I - proceder ao atendimento inicial do adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional, conforme o art. 88, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, através do Sistema de Integração Operacional, com a participação obrigatória, perante o magistrado, tanto do Ministério Público como da Defensoria Pública ou defensor constituído, além da presença de equipe interdisciplinar, conhecendo os pedidos de arquivamento, remissão, internação provisória e aplicação de medidas de proteção, e remeter o processo imediatamente para distribuição entre uma das varas especializadas, na hipótese de oferecimento de representação;

II - a execução das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei, segundo o art. 112, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - a apuração de irregularidades em entidades de atendimento de adolescentes privados de liberdade ou em semiliberdade.

Parágrafo único. Ao Juízo da 5ª Vara da Infância será assegurada a atuação do Juiz de Direito do Juizado Auxiliar de que trata o art. 49, inciso XXII, alínea "c", desta Lei, com a finalidade de cuidar do atendimento inicial do adolescente em conflito com a lei.

Art. 70. Os pedidos de autorização administrativa de viagem devem ser apreciados por um dos Juízes de Direito das Varas da Infância e Juventude, indistintamente, com exceção dos casos em que se faz necessário suprimento judicial, os quais são de competência privativa da 3ª Vara da Infância e Juventude.

Art. 71. Compete ao Juiz Coordenador das Varas da Infância e Juventude, de que trata o art. 101, Parágrafo Único, inciso I, alínea "d", desta Lei, as seguintes funções:

I - atendimento ao público e administrativo;

II - coordenação dos setores extrajudiciais e de apoio às Varas e Juízes da Infância e Juventude;

III - disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará, as situações atinentes às hipóteses delineadas no art. 149, da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV - representar o Juizado da Infância e da Juventude em suas relações com os demais componentes do sistema de garantias de direitos.

SUBSEÇÃO III

DOS JUÍZES DE DIREITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, CRIMINAIS, E DA FAZENDA PÚBLICA

Art. 72. Na Comarca de Fortaleza haverá 22 (vinte e duas) unidades dos Juizados Especiais Cíveis e 2 (duas) unidades dos Juizados Especiais Criminais.

Parágrafo único. As respectivas jurisdições dos Juizados serão definidas em regulamento a ser editado pelo Tribunal de Justiça, o qual poderá criar anexos das unidades, bem como alterar a localização de suas sedes, priorizando as áreas de elevada densidade populacional, para maior comodidade e presteza no atendimento ao jurisdicionado.

Art. 73. Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais Cíveis compete a conciliação, o processo, o julgamento e a execução de causas de menor complexidade, definidas em lei.

Art. 74. Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais Criminais compete a conciliação, o processo, o julgamento e a execução de seus julgados, proferidos em processos relativos a infrações penais de menor potencial ofensivo, nos termos da lei, respeitadas as regras de conexão e continência e ressalvados os casos de competência da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios e da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas.

Art. 75. Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública compete, com exclusividade, mediante distribuição, processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza, suas autarquias, fundações e empresas públicas, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos, nos termos da Lei Federal nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;

II – as causas sobre bens imóveis do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;

III – as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

SUBSEÇÃO IV
DOS JUÍZES DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Art. 76. Haverá na Comarca de Fortaleza, pelo menos, 1 (uma) Unidade de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Ao Juiz de Direito do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher compete processar, julgar e executar os feitos cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

SEÇÃO VI
DOS JUIZADOS AUXILIARES

Art. 77. Os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares da Comarca de Fortaleza, à exceção dos privativos, atuarão mediante designação do Diretor do Fórum, observadas as respectivas competências dos juízos nos quais estiverem desempenhando atribuições de auxílio ou respondência, fixadas nesta Lei e nas demais normas expedidas pelo Tribunal de Justiça, valendo-se da estrutura funcional daquelas unidades jurisdicionais.

Parágrafo único. A designação de Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares ocorrerá, prioritariamente, nas hipóteses de vacâncias, licenças médicas por períodos superiores a 30 (trinta) dias, afastamentos para o exercício de funções administrativas ou convocação por Tribunais quanto aos juízes titulares, como também para participar de projetos ou programas que tenham por finalidade reduzir taxas de congestionamento processual em unidades específicas ou cumprir metas do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 78. Para o fim de atender situações excepcionais, de modo a garantir a ininterruptibilidade da prestação jurisdicional, o Juiz Diretor do Fórum da Comarca de Fortaleza poderá designar os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares para que atuem em especialidade diversa daquela a que vinculados.

Art. 79. Os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares Privativos desempenharão atribuições exclusivamente nas unidades a que vinculados, independentemente de designação do Diretor do Fórum, devendo cuidar, por ocasião da elaboração da escala anual, para não programar férias em períodos coincidentes com os do Juiz Titular.

SEÇÃO VII
DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 80. A substituição dos juízes da Comarca de Fortaleza nos casos de afastamentos, faltas, férias, licenças, impedimentos e suspeições far-se-á da forma a seguir:

I - nas varas especializadas isoladas, os Juízes serão substituídos por designação do Diretor do Foro;

II - na hipótese de serem apenas duas varas especializadas, compete reciprocamente, a substituição de um titular pelo outro, independentemente de designação, salvo nos casos de afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, quando o substituto será designado pelo Diretor do Foro;

III – nas unidades que contem, em regime de atuação privativa, com Juiz de Direito do Juizado Auxiliar, compete a este a substituição do titular, independentemente de designação e do prazo de afastamento, salvo determinação em contrário da Diretoria do Foro;

IV - quando existirem mais de duas varas especializadas, os juízes serão substituídos nos casos de faltas, impedimentos, suspeições e licenças até 30 (trinta) dias, de forma sucessiva e independentemente de designação, da seguinte forma: o Juiz da 1ª Vara será substituído pelo Juiz da 2ª Vara; o da 2ª pelo da 3ª, sendo que o Juiz da última Vara será substituído pelo Juiz da 1ª.

IV - Os Juízes dos Juizados Especiais serão substituídos na forma do inciso anterior.

Parágrafo único. Nos casos de faltas ou ausências ocasionais do juiz originalmente competente, a atuação do magistrado em regime de substituição automática deve velar pela ininterruptibilidade da jurisdição, notadamente diante de casos urgentes, nos quais se apresente risco de perecimento do direito, e, será precedida de certidão exarada pelo Supervisor da Unidade Judiciária respectiva, a ser acostada aos autos antes da prática de ato pelo substituto, da qual se aviará cópia à Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 81. O critério de substituição, regulado no artigo anterior, poderá ser modificado por motivo de relevante interesse da administração da justiça, competindo ao Diretor do Foro da Capital alterá-lo.

CAPÍTULO V
DAS COMARCAS DO INTERIOR

SEÇÃO I
DA ESPECIALIZAÇÃO

Art. 82. Nas Comarcas de Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral e Crato, a jurisdição será exercida de acordo com as atribuições e competências definidas neste Código e nas normas pertinentes editadas pelo Tribunal de Justiça, nos termos do art. 42, §1º, desta Lei, contemplando as seguintes especialidades:

I - na Comarca de Caucaia:

a) 3 (três)Varas Cíveis;

b) 2 (duas) Varas de Família e Sucessões;

c) 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude;

d) 3 (três) Varas Criminais;

e) 1 (uma) Vara do Júri; e

f) 2 (dois) Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública;

II - na Comarca de Juazeiro do Norte:

a) 3 (três)Varas Cíveis;

b) 2 (duas) Varas de Família e Sucessões;

c) 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude;

d) 3 (três) Varas Criminais;

e) 2 (dois) Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública;

f) 1 (um) Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

III - nas Comarcas de Maracanaú e Sobral:

a) 3 (três) Varas Cíveis;

b) 2 (duas) Varas de Família e Sucessões;

c) 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude;

d) 3 (três) Varas Criminais; e

e) 1 (um) Juizado Especial Cível e Criminal; e da Fazenda Pública;

IV - na Comarca do Crato:

a) 2 (duas) Varas Cíveis;

b) 2 (duas) Varas Criminais

c) 1 (uma) Vara de Família e Sucessões; e

d) 1 (um) Juizado Especial Cível e Criminal; e da Fazenda Pública;

Parágrafo único. A definição de competências, inclusive as privativas, entre as unidades judiciárias das comarcas reportadas no *caput* deste artigo será regulamentada em resoluções do Tribunal de Justiça, e deve assegurar, tanto quanto possível, a distribuição equitativa dos casos novos, privilegiando a racionalidade do serviço.

SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA EM MATÉRIA CÍVEL

Art. 83. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, em matéria cível, processar e julgar os feitos de jurisdição contenciosa ou voluntária de natureza cível e os correlatos

processos cautelares e de execução, desde que não privativos de outro Juízo, servindo por distribuição.

SEÇÃO III
DA COMPETÊNCIA EM MATÉRIA CRIMINAL

Art. 84. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, em matéria criminal, processar e julgar as ações penais e seus incidentes, inclusive por crimes falimentares, bem como a execução penal.

Parágrafo único. Nas comarcas dotadas de vara exclusiva do tribunal do júri, a competência será a definida no art. 59, desta Lei, observada a respectiva delimitação territorial.

SEÇÃO IV
COMPETÊNCIA EM MATÉRIA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Art. 85. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, em matéria de Direito de Família e Sucessões, aquelas definidas nos arts. 53 e 54, desta Lei, observados os limites territoriais de suas respectivas jurisdições.

SEÇÃO V
DA COMPETÊNCIA EM MATÉRIA DA INFÂNCIA DE JUVENTUDE

Art. 86. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, em matéria de infância e juventude, processar e julgar as causas definidas nos arts. 148 e 149, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), bem como outras fixadas em legislação específica.

SEÇÃO VI
DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS; E DA FAZENDA PÚBLICA

Art. 87. Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública das comarcas do interior do Estado compete, sem prejuízo de outras que venham ser fixadas por resolução do Tribunal de Justiça:

I - a conciliação, o processo, o julgamento e a execução de seus julgados nas causas cíveis de menor complexidade e nas infrações penais de menor potencial ofensivo, nos termos da lei;

II - processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos respectivos municípios em que sediadas as unidades, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos, nos termos da Lei Federal nº

12.153, de 22 de dezembro de 2009, de cujas decisões cautelares e antecipatórias, bem assim das sentenças, caberá recurso para a Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Art. 88. No interior do Estado, haverá 18 (dezoito) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública, localizadas nas Comarcas de Aquiraz, Aracati, Baturité, Caucaia (2 Unidades), Crateús, Crato, Icó, Iguatu, Itapipoca, Juazeiro do Norte (2 Unidades), Maracanaú, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral, Tauá e Tianguá.

Parágrafo único. Nas comarcas do interior do Estado dotadas de mais de um Juizado Especial Cível e Criminal; e da Fazenda Pública, a divisão das respectivas jurisdições será feita por resolução a ser editada pelo Tribunal de Justiça.

SEÇÃO VII
DA COMPETÊNCIA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Art. 89. Haverá na Comarca de Juazeiro do Norte, 1 (uma) Unidade de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Ao Juiz de Direito do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com sede na Comarca de Juazeiro do Norte, compete processar, julgar e executar os feitos cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, abrangendo as jurisdições das Comarcas de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, na forma prevista no art. 6º, da Lei nº 14.258, de 4 de dezembro de 2008.

SEÇÃO VIII
DA COMPETÊNCIA EM OUTRAS ÁREAS DA JURISDIÇÃO

Art. 90. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, quando investidos na jurisdição federal:

I - processar e julgar as causas mencionadas no § 3°, do art. 109, da Constituição Federal de 1988, bem como as mencionadas nos incisos I, II e III, do art. 15, da Lei n° 5.010/66, ressalvada a competência, em caso de recurso, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sediado em Recife;

II - mandar cumprir os atos e diligências da Justiça Federal requeridas pelos Juízes Federais ou Tribunais Regionais Federais, através de ofício ou mandado, quando a comarca não for sede de Juízo Federal.

SEÇÃO IX
DAS COMPETÊNCIAS COMUNS E PRIVATIVIDADES

SUBSEÇÃO I
DAS COMARCAS COM VARA ÚNICA

Art. 91. Nas comarcas com vara única, os juízes terão competência cumulativa sobre todas ações de competência da Justiça Estadual.

SUBSEÇÃO II
DAS COMARCAS COM DUAS VARAS

Art. 92. A competência dos juízes de direito das comarcas com duas varas será exercida com observância das seguintes privatividades:

I - Ao Juiz da 1ª Vara cabe:

a) os processos e as medidas relativas à jurisdição da infância e juventude;

b) os processos de competência do Tribunal do Júri;

c) a execução penal e corregedoria de presídios;

d) os feitos relativos aos conflitos fundiários.

II - Ao Juiz da 2ª Vara cabe:

a) os processos e julgamento dos crimes da competência do juiz singular;

b) o processo e medidas relativas aos registros públicos.

Parágrafo único. Compete a todos os juízos, por distribuição, e de acordo com suas respectivas competências, o cumprimento das cartas precatórias.

SUBSEÇÃO III
DAS COMARCAS COM TRÊS VARAS

Art. 93. A competência dos juízes de direito das comarcas com 3 (três) varas será exercida com observância das seguintes privatividades:

I - Ao Juiz da 1ª Vara cabe:

a) os processos de competência do Tribunal do Júri;

b) a execução penal e corregedoria de presídios;

c) os feitos relativos aos conflitos fundiários.

II - Ao Juiz da 2ª Vara cabe as ações e medidas relativas aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, onde não houver unidade autônoma instalada.

III - Ao Juiz da 3ª Vara cabe:

a) o processo e medidas relativas à jurisdição da infância e juventude;

b) o processo e medidas relativas aos registros públicos.

§ 1º O julgamento e processo dos crimes de competência do juiz singular competirá, por distribuição, à 2ª e 3ª Varas.

§ 2º As privatividades apontadas na alínea "c", do inciso I, e na alínea "b", do inciso III, serão exercidas pelo Juízo da 2ª Vara, aonde instalada unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

§ 3º Compete a todos os juízos, por distribuição, e de acordo com suas respectivas competências, o cumprimento das cartas precatórias.

SUBSEÇÃO IV
DAS COMARCAS COM QUATRO VARAS

Art. 94. A competência dos juízes de direito das comarcas com 4 (quatro) varas será exercida com observância das seguintes privatividades:

I - Ao Juiz da 1ª Vara cabe:

a) os processos de competência do Tribunal do Júri;

b) a execução penal e corregedoria de presídios;

II - Ao Juiz da 2ª Vara cabe as ações e medidas relativas aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, onde não houver unidade autônoma instalada.

III - Ao Juiz da 3ª Vara compete:

a) o processo e medidas relativas à jurisdição da infância e juventude;

b) o processo e medidas relativas aos registros públicos.

IV - Ao Juiz da 4ª Vara compete:

a) as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340/06;

b) os feitos relativos aos conflitos fundiários.

§ 1º O julgamento e processo dos crimes de competência do juiz singular competirá, por distribuição, às 2ª e 3ª e 4ª Varas.

§ 2º As privatividades apontadas na alínea "b", dos incisos III e IV, deste artigo, serão exercidas pelo Juízo da 2ª Vara, aonde instalada a unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

§ 3º Compete a todos os juízos, por distribuição, e de acordo com suas respectivas competências, o cumprimento das cartas precatórias.

SUBSEÇÃO V
DAS COMARCAS COM CINCO OU MAIS VARAS

Art. 95. Nas comarcas com cinco ou mais varas, a definição de competências observará a especialização, de acordo com as matérias previstas no art. 82 a 88, desta Lei, e será regulamentada em resoluções do Tribunal de Justiça, as quais devem assegurar, tanto quanto possível, a distribuição equitativa dos casos novos, privilegiando a racionalidade do serviço.

SEÇÃO X
DOS JUIZADOS AUXILIARES DO INTERIOR

Art. 96. Nas Zonas Judiciárias haverá 30 (trinta) Juizados Auxiliares, distribuídos de modo a atender a todo o território respectivo, de conformidade com o Anexo II, desta Lei.

Art. 97. Compete aos Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares substituir, por designação do Presidente do Tribunal, os titulares de varas ou juizados durantes as férias individuais, faltas, licenças, impedimentos e suspeições, no âmbito da respectiva Zona, bem como atuar em razão de vacância do juízo ou ainda nas comarcas vinculadas.

§ 1º Quando do interesse da justiça, poderão os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares coadjuvar os Juízes Titulares, na conformidade do que for estabelecido pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º Os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares, quando não estiverem respondendo pela titularidade de qualquer vara ou juizado, funcionarão nas comarcas vinculadas ou em unidades que registrem maiores taxas de congestionamento, mediante prévia designação.

§ 3º Os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares, quando em substituição, terão jurisdição plena, respeitadas as normas processuais em vigor.

§ 4º O Juiz de Direito do Juizado Auxiliar tem residência na sede da respectiva zona judiciária.

SEÇÃO XI
DOS JUÍZES DE DIREITO SUBSTITUTOS

Art. 98. O Juiz de Direito Substituto terá as mesmas funções, atribuições e competências conferidas aos Juízes de Direito, e sua jurisdição corresponderá à unidade territorial da comarca para a qual for nomeado.

SEÇÃO XII
DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 99. A substituição dos Juízes das comarcas do interior nos casos de afastamentos, faltas, férias, licenças, impedimentos e suspeições far-se-á do seguinte modo:

I - os juízes de comarcas de vara única serão substituídos por Juiz de Direito do Juizado Auxiliar ou por outro Juiz da zona respectiva, designado pelo Presidente do Tribunal;

II - nas comarcas com 2 (duas) varas, compete, reciprocamente, a substituição de um titular pelo outro, independentemente de designação, salvo nos casos de afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, quando o substituto será designado pelo Presidente do Tribunal;

III - nas comarcas com 3 (três) ou mais varas, a substituição dar-se-á, de modo sucessivo e independentemente de designação, da seguinte forma: o Juiz da 1ª Vara será substituído pelo Juiz da 2ª Vara; o da 2ª, pelo da 3ª, sendo que o Juiz da última Vara será substituído pelo da 1ª, salvo nos casos de afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, quando o substituto será designado pelo Presidente do Tribunal;

IV - para efeito de substituição, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública são considerados como as últimas unidades entre as existentes na comarca;

§ 1º Por motivo de relevante interesse da administração da justiça, o Presidente do Tribunal de Justiça poderá dispor de forma diferente da prevista nos incisos II e III, deste artigo, designando outros magistrados em exercício na mesma jurisdição, ou na mesma zona judiciária, conforme o caso, para fins de respondência, recaindo as indicações, preferencialmente, sobre os Juízes dos Juizados Auxiliares.

§ 2º Nos afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, será designado para responder, preferencialmente, Juiz de Direito do Juizado Auxiliar.

§ 3º Nas comarcas de Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral e Crato, que contam com unidades especializadas por competências, a substituição automática será regulada por ato do Tribunal de Justiça, observando-se, tanto quanto possível, a preferência de que magistrados sejam substituídos por outros da mesma especialidade.

§ 4º Nos casos de faltas ou ausências ocasionais do juiz originalmente competente, a atuação do magistrado em regime de substituição automática deve velar pela ininterruptibilidade da jurisdição, notadamente diante de casos urgentes, nos quais se apresente risco de perecimento do direito, e, será precedida de certidão exarada pelo Supervisor da Unidade Judiciária respectiva, a ser acostada aos autos antes da prática de ato pelo substituto, da qual se aviará cópia à Corregedoria-Geral da Justiça.

CAPÍTULO VI
DA DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL E DOS FOROS DAS COMARCAS DO INTERIOR

Art. 100. Em cada comarca haverá uma Diretoria do Foro.

Art. 101. A Diretoria do Fórum da Comarca de Fortaleza será exercida por um Juiz de Direito em efetivo exercício na Capital, indicado pela Presidência do Tribunal, devendo a escolha ser referendada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, admitida a recondução para um período imediatamente subsequente.

§ 1º A Vice-Diretoria do Fórum da Comarca de Fortaleza será exercida por 1 (um) Juiz de Direito com exercício na Comarca, indicado pela Presidência do Tribunal de Justiça, devendo a escolha ser

referendada pelo Órgão Especial, com competência para substituir o Diretor nas ausências, impedimentos, licenças e férias, bem como outras que lhe venham a ser atribuídas em ato normativo próprio.

§ 2°As designações do Juiz Diretor e do Vice-Diretor da Comarca da Capital devem coincidir com o período do mandato do Presidente que os indicou, sendo permitida a recondução para um único biênio consecutivo.

Art. 102. Compete ao Juiz Diretor do Foro da Capital:

I - superintender a administração e polícia das instalações físicas do Fórum e das demais unidades do Poder Judiciário na jurisdição da Comarca de Fortaleza, à exceção do Fórum das Turmas Recursais, que contará com direção própria, ressalvada a atribuição dos Juízes de Direito quanto à polícia das audiências e sessões do Tribunal do Júri;

II - presidir, diariamente, a distribuição dos feitos na Comarca de Fortaleza, para o que se valerá do auxílio do magistrado que vier a indicar para o desempenho de tal atribuição;

III - conceder férias e licenças aos magistrados e servidores lotados no Fórum da Capital;

IV - abrir, rubricar e encerrar livros dos titulares dos ofícios extrajudiciais da Comarca de Fortaleza;

V - elaborar, durante a primeira quinzena do mês de novembro de cada ano, a escala de férias dos magistrados e encaminhá-la à Presidência do Tribunal de Justiça;

VI - elaborar a escala de plantões judiciários e promover a sua divulgação;

VII - requisitar da autoridade competente a força policial necessária aos serviços de segurança do prédio do Fórum;

VIII - designar magistrado em substituição ao titular, nos casos de férias, licenças, afastamentos, impedimentos e suspeições, observado o disposto no art. 80, desta Lei;

IX - proceder à lotação de servidores nas unidades sob sua competência, bem assim modificá-la, de acordo com a necessidade do serviço;

X - aplicar, quando cabíveis, sanções disciplinares a servidores de Justiça, notários, registradores e a juízes de paz;

XI - remeter mensalmente ao setor competente do Tribunal de Justiça a frequência dos servidores;

XII - movimentar os servidores nos diversos serviços da Diretoria do Fórum;

XIII - desempenhar atribuições delegadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça;

XIV - apresentar, até 15 (quinze) dias antes da abertura dos trabalhos judiciários, circunstanciado relatório à Presidência do Tribunal de Justiça, a respeito das atividades judiciárias do ano, das medidas adotadas, dos serviços realizados e do grau de eficiência revelado por juízes e servidores.

Parágrafo único. O Diretor do Fórum será auxiliado por 10 (dez) Juízes de Direito em exercício na Comarca de Fortaleza, por ele indicados, com a aprovação do Órgão Especial, para desempenhar as seguintes funções:

I - Coordenadores de Áreas, que representarão os seguintes grupos de varas:

a) Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Execução Fiscal e Crimes contra a Ordem Tributária, e Registros Públicos;

b) Cíveis;

c) Família e Sucessões;

d) Infância e Juventude;

e) Criminais, de Delitos de Tráfico de Drogas, de Execuções Penais e Corregedoria de Presídios, Juízo Militar, Penas Alternativas e Júri;

f) Juizados Especiais Cíveis; Criminais; da Fazenda Pública e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

II - unidades administrativas:

a) Supervisor da Central de Cumprimento de Mandados Judiciais;

b) Supervisor da Distribuição;

c) Ouvidor-Geral;

d) Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

Art. 103. Incumbe ao Juiz de Direito investido em juízo de vara única, como titular ou interino, o desempenho das atribuições de Diretor do Fórum.

Art. 104. Nas jurisdições com mais de uma unidade judiciária, será observado rodízio anual entre os magistrados titulares em exercício, mediante prévia designação da Presidência do Tribunal de Justiça, a ocorrer até o último dia útil do mês de fevereiro.

§ 1º Nas comarcas com duas varas, em casos de afastamentos do Diretor do Fórum, a qualquer título, por período superior a 5 (cinco) dias, responderá interinamente pelas funções, independentemente de designação, o outro magistrado em exercício na mesma jurisdição, ou, quando não houver, o que for designado para responder pelo juízo do qual o Diretor é titular.

§ 2º Nas comarcas com mais de duas varas, em casos de afastamentos do Diretor do Fórum, a qualquer título, por período superior a 5 (cinco) dias, responderá interinamente pelas funções, independentemente de designação, o magistrado investido há mais tempo na titularidade de unidade judiciária na respectiva circunscrição, seguindo-se a ordem de acordo com tal critério de modo a assegurar o desempenho ininterrupto da Direção.

Art. 105. Quando no exercício da função de Diretor do Foro, nas comarcas de vara única ou de mais de uma vara, compete ao Juiz de Direito ou Juiz de Direito Substituto:

I - superintender o serviço judiciário da comarca;

II - ministrar instruções ou ordens aos servidores e auxiliares da justiça, sem prejuízo das atribuições, se houver, dos demais juízes da comarca;

III - comunicar-se diretamente com quaisquer outras autoridades públicas federais, estaduais ou municipais, quando tiver de tratar de assuntos relacionados com matéria administrativa do interesse do Foro da comarca;

IV - tomar conhecimento das indicações de substitutos de notários e oficiais de registro para os casos de faltas e impedimentos, observado o disposto no art. 119, desta Lei, garantindo a publicidade devida;

V - proceder à lotação de servidores nas unidades sob sua competência, bem assim modificá-la, de acordo com a necessidade do serviço;

VI - decidir reclamações e aplicar, quando cabíveis, sanções disciplinares por atos praticados por servidores de Justiça, notários, oficiais de registro e juízes de paz;

VII - abrir, numerar, rubricar e encerrar os livros utilizados na secretaria administrativa do Foro;

VIII - tomar providências de ordem administrativa que digam respeito à fiscalização, disciplina e regularidade dos serviços forenses;

IX - presidir a distribuição dos feitos;

X - requisitar ao Tribunal de Justiça o fornecimento de material de expediente, móveis e utensílios necessários ao serviço judiciário.

CAPÍTULO VII
DOS JUÍZES DE PAZ

Art. 106. A Justiça de Paz, de caráter temporário, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos, remunerados pelos cofres públicos, tem competência para verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação de casamento, celebrar casamentos civis e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional.

§ 1º São requisitos para o exercício do cargo:

a) nacionalidade brasileira;

b) pleno exercício dos direitos políticos;

c) idade mínima de vinte e um (21) anos;

d) escolaridade equivalente ao ensino médio completo;

e) aptidão física e mental;

f) idoneidade moral;

g) certificado de participação e aproveitamento em curso específico ministrado pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará.

h) residência na sede do distrito para o qual concorrer.

§ 2º Cada Juiz de Paz será eleito com um suplente, que o sucederá ou substituirá, nas hipóteses de vacância ou de impedimento.

§ 3º As eleições serão efetivadas até 6 (seis) meses depois da realização das eleições estaduais, sendo vedada a eleição simultânea com pleito para mandatos eletivos.

§ 4º Caberá ao Tribunal de Justiça regulamentar as eleições para Juiz de Paz até 4 (quatro) meses antes de sua realização.

§ 5º Verificando irregularidade ou nulidade de casamento, de ofício ou em caso de impugnação, o Juiz de Paz submeterá o processo ao Juiz de Direito competente.

§ 6º Os autos de habilitação de casamento tramitarão no Cartório do Registro Civil do Distrito.

§ 7º Em nenhuma hipótese, o Juiz de Paz terá competência criminal.

§ 8º É vedada a cobrança ou percepção de custas, emolumentos ou taxa de qualquer natureza nos juizados de paz.

§ 9º Os Juízes de Paz tomarão posse perante o Juiz Diretor do Foro.

§ 10 É vedado ao Juiz de Paz exercer atividade político-partidária.

§ 11 A remuneração dos Juízes de Paz será estabelecida em lei de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 12 Enquanto não instalada a Justiça de Paz, a Presidência do Tribunal de Justiça designará, por meio de provimento, cidadãos com a atribuição específica de celebrar casamentos, domiciliados nas respectivas circunscrições em que houverem de servir, mediante prévia indicação das autoridades judiciárias locais.

LIVRO II
DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 107. Os serviços auxiliares da justiça são constituídos pelos órgãos que integram os foros judicial e extrajudicial.

Art. 108. Os serviços do foro judicial compreendem as secretarias do Tribunal de Justiça, as Diretorias dos Foros e suas respectivas unidades, assim como as secretarias de unidades judiciárias e juizados.

Art. 109. Os serviços do foro extrajudicial, nos quais são lavradas as declarações de vontade e executados os atos decorrentes de legislação sobre registros públicos, compreendem os tabelionatos

de notas, os ofícios de registro de distribuição, os ofícios de registro de imóveis, os ofícios de registro civil das pessoas naturais, os ofícios de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, os ofícios de protestos de títulos e os ofícios de registro de contratos marítimos.

CAPÍTULO II
DOS SERVIÇOS DO FORO JUDICIAL

SEÇÃO I
DAS SECRETARIAS DO TRIBUNAL E DAS DIRETORIAS DOS FOROS

Art. 110. As Secretarias do Tribunal e as Diretorias dos Foros terão sua composição e atribuições definidas em lei específica que trate da estrutura administrativa do Poder Judiciário, e suas normas operacionais serão estabelecidas através de atos de competência do Presidente do Tribunal de Justiça e dos Diretores dos Foros, respectivamente.

SEÇÃO II
DO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA

Art. 111. Os servidores do Poder Judiciário, salvo nos casos em que haja disposição especial, serão regidos pelas normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará e legislação complementar, inclusive quanto aos direitos, deveres, garantias e regime disciplinar.

SEÇÃO III
DAS SECRETARIAS DE UNIDADES JUDICIÁRIAS

Art. 112. Todas as Unidades Judiciárias do Estado do Ceará, efetivamente instaladas e em funcionamento, contarão com um Supervisor e um Assistente, nomeados em comissão pela Presidência do Tribunal de Justiça após livre indicação do respectivo Juiz Titular ou, no caso de vacância, pelo Juiz em respondência, observadas as condições e atribuições fixadas em legislação específica.

Parágrafo único. Na Comarca da Capital, funcionarão Secretarias Judiciárias de 1º Grau, na forma e com a estrutura previstas na Lei nº 16.208, de 3 de abril de 2017.

Art. 113. Além do Supervisor e do Assistente, cada unidade judiciária contará com servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, integrantes das carreiras do Poder Judiciário, de que trata a Lei nº 14.786, de 13 de agosto de 2010, em número compatível com a lotação paradigma do juízo, a ser calculada de acordo com as normas específicas editadas pelo Conselho Nacional de

Justiça, ressalvando-se, quanto aos Oficiais de Justiça, a possibilidade de que estejam lotados nas respectivas Centrais de Cumprimentos de Mandados.

Art. 114. O Tribunal de Justiça disciplinará a forma de substituição dos ocupantes de cargos de provimento em comissão.

CAPÍTULO III
DOS SERVIÇOS DO FORO EXTRAJUDICIAL

Art. 115. Os serviços do foro extrajudicial compreendem serventias extrajudiciais notariais e de registro, e são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 116. Os direitos, deveres, atribuições, competências e regime disciplinar dos notários e registradores, bem como os requisitos para o ingresso na atividade notarial e de registro, são os especificados na Lei Federal nº 8.935/94.

Parágrafo Único. A responsabilidade disciplinar de notários e registradores será apurada em procedimento administrativo definido no Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 117. Extinta a delegação a notário ou a oficial de registro, em razão de quaisquer das hipóteses previstas no art. 39, da Lei Federal 8.935/94, o Juiz Diretor do Fórum designará interino para responder pelo expediente, recaindo a indicação, preferencialmente, sobre o substituto mais antigo da serventia, dando ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça para que seja realizado o concurso público, na forma prevista no art. 236, § 3º, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Verificada a absoluta impossibilidade de nomeação de um substituto para responder pelo expediente da serventia vaga, o Juiz Diretor do Fórum comunicará o fato ao Corregedor-Geral da Justiça que, por ato normativo, determinará a anexação provisória das atribuições ao serviço da mesma natureza mais próximo ou àquele localizado na sede do respectivo Município ou de Município contíguo.

Art. 118. O Tribunal de Justiça fará aprovar regulamento, disciplinando as condições para realização do concurso para provimento dos cargos de notários e registradores, a que se refere o artigo anterior.

Art. 119. A substituição dos notários e registradores e a contratação de prepostos dar-se-ão na forma da legislação específica.

§ 1º Os titulares dos ofícios de notas e de registros poderão admitir tantos empregados quantos forem necessários aos serviços do seu ofício, subordinando-se as relações empregatícias à legislação trabalhista.

§ 2º Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro.

§ 3º Os notários e os oficiais de registro encaminharão os nomes dos substitutos por eles escolhidos ao Juiz Diretor do Fórum, que os fará publicar no Diário da Justiça.

§ 4º Os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.

§ 5º Os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios.

§ 6º Dentre os substitutos, um deles será designado pelo notário ou oficial de registro para responder pelo respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular.

Art. 120. É livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.

Parágrafo único. O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora da comarca para a qual recebeu delegação, cabendo ao Diretor do Foro e ao Corregedor-Geral da Justiça, de ofício ou mediante comunicação ou reclamação, providenciarem a apuração da responsabilidade disciplinar.

Art. 121. Cada serviço notarial ou de registro funcionará em um só local, vedada a instalação de sucursal, observando-se o disposto no artigo anterior.

Art. 122. O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.

SEÇÃO I
DOS SERVIÇOS DO FORO EXTRAJUDICIAL DA CAPITAL

Art. 123. Haverá, na Comarca de Fortaleza, 1 (um) ofício de registro de distribuição de protestos.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer a vacância de 2 (dois) dos Ofícios de Distribuição de Protestos da Comarca de Fortaleza, criados pela Lei Estadual nº 12.673, de 31 de dezembro de 1996 e extintos pela Lei Estadual nº 14.706, de 14 de maio de 2010, os mesmos permanecerão com as suas competências plenas.

Art. 124. Ao Ofício de Registro de Distribuição de Protestos da Comarca de Fortaleza compete privativamente:

I - quando previamente exigida, proceder à distribuição equitativa pelos serviços da mesma natureza, registrando os atos praticados; em caso contrário, registrar as comunicações recebidas dos órgãos e serviços competentes;

II - efetuar as averbações e os cancelamentos de sua competência;

III - expedir certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis.

Art. 125. Haverá, na Comarca de Fortaleza, 10 (dez) notariados com as denominações de primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, oitavo, nono e décimo, competindo privativamente ao 1º, 2º, 5º, 7º e 8º, a lavratura e o protesto de títulos; ao 3º, 4º e 6º, as funções privativas do registro de títulos e documentos e do registro civil das pessoas jurídicas; e ao 9º e 10º, as atribuições concernentes ao ofício de notas.

Art. 126. Haverá, na Comarca de Fortaleza, 5 (cinco) ofícios do registro civil das pessoas naturais, servindo cada um deles nos limites de suas zonas, com as denominações de primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto.

§ 1° Para os serviços de registro civil das pessoas naturais, a cidade de Fortaleza se divide em 5 (cinco) zonas, observando-se os limites abaixo descritos, respeitada a circunscrição territorial dos distritos de Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim, Parangaba e Mucuripe:

a) Primeira Zona: começa na orla marítima, na Avenida Desembargador Moreira, lado poente, e por ela segue até encontrar a Avenida Pontes Vieira, lado norte, na qual prossegue até chegar à Avenida 13 de Maio, pela qual continua até atingir a Rua Senador Pompeu; daí segue por esta rua, no rumo do norte, lado do nascente, até chegar, novamente, à orla marítima;

b) Segunda Zona: tem início na Avenida Desembargador Moreira, no seu começo, lado nascente, seguindo por esta Rua até encontrar a Avenida Pontes Vieira, lado sul, por onde prossegue, alcançando a Avenida 13 de Maio, na qual continua até encontrar a Rua Senador Pompeu; parte desse ponto, na direção sul, pela Avenida dos Expedicionários, lado nascente, até atingir os limites do sudoeste dos distritos de Parangaba e Messejana; daí, ao atingir a estrada que liga a Capital ao Distrito de Messejana, retorna pelo lado poente 55 até atingir a estrada de ferro que liga Parangaba a Mucuripe, prosseguindo por esta via férrea pelos lados norte e poente até à orla marítima;

c) Terceira Zona: inicia-se na Rua Senador Pompeu, na orla marítima, lado poente, até chegar à Rua Meton de Alencar, por onde prossegue, na sua parte norte, até chegar à Avenida Bezerra de Menezes, pela qual continua até encontrar o limite noroeste do distrito de Antônio Bezerra;

d) Quarta Zona: começa na confluência da Rua Senador Pompeu com a Rua Meton de Alencar, seguindo por esta até encontrar a Avenida dos Expedicionários, no rumo do sul; prosseguindo por esta Avenida, lado poente, até encontrar os limites do distrito de Parangaba;

e) Quinta Zona: tem início na orla marítima, seguindo pela estrada de ferro que liga Parangaba ao Mucuripe, lado nascente e sul, até encontrar a estrada que liga a Capital ao Distrito de Messejana; por esta estrada, lado nascente, prossegue até alcançar os limites do sudoeste do distrito de Messejana.

§ 2° Para a execução dos mencionados serviços serão, ainda, observadas as seguintes normas:

a) são da competência do Primeiro Ofício os serviços de registro civil especificados nos artigos 89, 92 e 94 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

b) são da competência do Segundo Ofício os serviços de registro civil especificados nos artigos 84, 88 e seu parágrafo único, da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

c) são da competência do Terceiro Ofício os serviços de registro civil especificados nos artigos 66, 85 e 87 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

d) são da competência do Quarto Ofício os serviços de registro civil especificados nos artigos 51, 62 e 65 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§ 3° Os oficiais de registro civil da sede e dos distritos da comarca da Capital, bem como os das sedes das comarcas da Região Metropolitana de Fortaleza poderão também lavrar procurações, reconhecer firmas, e autenticar documentos.

Art. 127. Haverá, na Comarca de Fortaleza, 6 (seis) ofícios de registro de imóveis, com as denominações de Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto, Quinto e Sexto Ofícios.

Parágrafo único. Os oficiais de registro de imóveis exercerão suas funções dentro dos limites de suas respectivas zonas, as quais possuem as seguintes delimitações:

a) Primeira Zona: constitui parte do Leste da cidade de Fortaleza, iniciando na foz do Rio Cocó, seguindo por esse rio, lados nascente e sul, até encontrar a BR 116; prossegue por essa BR na direção Sul até alcançar o limite de Fortaleza, seguindo por essa linha divisória até a barra do Rio Pacoti;

b) Segunda Zona: tem início no Norte da cidade a partir da orla marítima, seguindo pela Avenida Barão de Studart, lado poente, até encontrar a Rua Coronel Alves Teixeira; segue por essa rua, no sentido oeste até a Avenida Visconde do Rio Branco, e por essa avenida, lado poente prossegue até alcançar a BR 116, dobrando à direita no trevo que dá acesso à Avenida Paulino Rocha; segue pelas Avenidas Paulino Rocha, Dedé Brasil e Rua Carlos Amora, dobrando à direita na Rua 7 de

Setembro seguindo pelas Avenidas João Pessoa, Universidade, e Rua General Sampaio, lado leste, até encontrar a orla marítima;

c) Terceira Zona: constitui parte do poente da cidade de Fortaleza, começando na orla marítima seguindo pela Rua General Sampaio, Avenida da Universidade, Avenida João Pessoa e Rua 7 de Setembro, lado oeste até a Rua Gomes Brasil, dobrando nesta rua, no sentido oeste, até encontrar a Av. José Bastos (Av. Augusto dos Anjos), por onde segue numa reta até encontrar o limite sul da cidade;

d) Quarta Zona: inicia na orla marítima, seguindo pela Av. Barão de Studart, lado nascente, até encontrar a rua Coronel Alves Teixeira; segue por esta rua na direção oeste até a Avenida Visconde do Rio Branco e por essa Avenida lado do nascente até encontrar a estrada de ferro que liga Parangaba ao Porto do Mucuripe, seguindo por essa via férrea, lados norte e oeste até a orla marítima;

e) Quinta Zona: tem início na foz do Rio Cocó, seguindo dito rio lados oeste e norte, até encontrar a BR 116; daí pela BR 116 na direção norte, seguindo pela Avenida Visconde do Rio Branco, lado leste, até encontrar a estrada de ferro que liga Parangaba ao Porto do Mucuripe, seguindo por essa via férrea lados sul e leste até a orla marítima;

f) Sexta Zona: inicia no limite sul de Fortaleza, seguindo pela BR 116, lado oeste, até o trevo que dá acesso à Avenida Paulino Rocha; segue por esta avenida e pela Avenida Dedé Brasil e Rua Carlos Amora, lado sul, até a Rua 7 de Setembro, dobrando nesta rua na direção sul até a rua Gomes Brasil, por onde segue dobrando nessa rua até encontrar a Avenida José Bastos (Avenida Augusto dos Anjos) lado leste, por onde segue até encontrar o limite sul da cidade.

SEÇÃO II
DOS SERVIÇOS DO FORO EXTRAJUDICIAL NAS COMARCAS SEDES E VINCULADAS DO INTERIOR

Art. 128. Haverá, na sede de cada comarca do interior do Estado, pelo menos, 1 (um) ofício de registro civil e 1 (um) ofício de registro de imóveis, cabendo a ambos, cumulativamente, os serviços de tabelionato de notas, ofício de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas e ofício de protesto de títulos.

§ 1° Nas comarcas do interior do Estado, o primeiro escrivão e tabelião exercerá as funções de oficial de registro civil e o segundo escrivão e tabelião as funções de oficial do registro de imóveis.

§ 2° Nas Comarcas do interior do Estado em que não exista Ofício de Registro de Distribuição ou nas quais ainda não esteja implantado um serviço na forma da Lei Federal nº 9.492/97 (art. 7º,

Parágrafo único), as funções de distribuição extrajudicial serão exercidas pelo titular do Primeiro Ofício.

§ 3º Todos os oficiais de registro civil das pessoas naturais das comarcas sedes ou vinculadas do interior, bem como os dos respectivos distritos judiciários, poderão também lavrar procurações, reconhecer firmas e autenticar documentos.

§ 4º Nas comarcas onde exista instalado, na sede, mais de um ofício de registro civil e/ou mais de um ofício de registro de imóveis, o Tribunal de Justiça, por ato normativo, definirá as zonas nas quais cada serventia exercerá suas atribuições.

SEÇÃO III
DOS SERVIÇOS DO FORO EXTRAJUDICIAL NOS DISTRITOS JUDICIÁRIOS

Art. 129. Na forma definida no artigo 16, desta Lei, os distritos judiciários que, a critério do Tribunal de Justiça, atendam a adequados requisitos populacionais e socioeconômicos, contarão com um ofício de registro civil de pessoas naturais, a ser criado por lei, com as atribuições definidas no art. 29, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

SEÇÃO IV
DAS REMOÇÕES E PERMUTAS

Art. 130. Os titulares de ofício de notas e de registros poderão ser removidos para ofícios de igual natureza, da mesma ou de outra comarca, mediante concurso.

Art. 131. O concurso de remoção consistirá de prova de títulos, a que se poderão habilitar todos os investidos na delegação há mais de 2 (dois), contados entre a data do efetivo exercício na atividade e a da publicação do edital.

Parágrafo único. No ato de inscrição, e antes da delegação, o candidato deverá comprovar a regularidade de sua situação em relação às obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, apresentando as correspondentes certidões negativas.

Art. 132. No edital do concurso, serão indicados os ofícios vagos e demais informações de acordo com a presente Lei e com o regulamento aprovado pelo Tribunal Pleno.

Art. 133. Os critérios de valorização dos títulos serão estabelecidos através de resolução do Tribunal de Justiça.

LIVRO III
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I
DAS TRANSFORMAÇÃO DE COMARCAS SEDES EM COMARCAS VINCULADAS

Art. 134. Na forma descrita no Anexo I desta Lei, 16 (dezesseis) comarcas de entrância inicial ficam transformadas em comarcas vinculadas e passam a integrar as jurisdições das seguintes destinatárias:

I - Antonina do Norte, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Assaré;

II - Ararendá, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Nova Russas;

III - Aratuba, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Capistrano;

IV - Baixio, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Ipaumirim;

V - Barroquinha,que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Chaval;

VI - Cariús, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Jucás;

VII - Cruz, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Acaraú;

VIII - Frecheirinha, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Tianguá;

IX - Groaíras, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Cariré;

X - Ibicuitinga, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Morada Nova;

XI - Ipaporanga, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Poranga;

XII - Jati, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Porteiras;

XIII - Meruoca, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Sobral;

XIV - Mulungu, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Baturité;

XV - Palmácia, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Maranguape; e

XVI - São Luís do Curu, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Umirim.

SEÇÃO II
DA TRANSFORMAÇÃO DE UNIDADE JUDICIÁRIA

Art. 135. Fica transformada, na entrância intermediária, a 1ª Vara da Comarca de Várzea Alegre em Vara Única da Comarca de Várzea Alegre.

Parágrafo único. A estrutura funcional da 2ª Vara da Comarca de Várzea Alegre, criada pela Lei Estadual nº 14.407, de 15 de julho de 2009, todavia não instalada, será aproveitada para a criação de novas unidades judiciárias, na forma do disposto na seção seguinte.

SEÇÃO III
DA CRIAÇÃO DE UNIDADE JUDICIÁRIAS

Art. 136. Em razão das transformações de que tratam a seções anteriores, ficam criadas as seguintes unidades:

I - na entrância inicial: a Vara Única da Comarca de Ocara;

II - na entrância intermediária:

a) 2ª Vara da Comarca de Acaraú;

b) 2ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante;

c) 2ª Vara da Comarca de Beberibe;

d) 2ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará;

e) 2ª Vara da Comarca de Horizonte;

f) 2ª Vara da Comarca de Itaitinga;

g) 3ª Vara da Comarca de Russas;

h) a 2ª Vara da Comarca de Icó; e

i) a 3ª Vara da Comarca de Canindé.

III - na entrância final:

a) 2ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública da Comarca de Caucaia;

b) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral;

c) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral;

d) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Juazeiro do Norte;

e) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte;

f) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Maracanaú; e

g) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Maracanaú;

Parágrafo único. O Tribunal de Justiça editará regulamento que disponha sobre cronograma de instalação das novas unidades.

Art. 137. O Tribunal de Justiça adotará providências para a relotação de magistrados e servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo em exercício nas unidades transformadas, observados os seguintes parâmetros:

I - no caso dos magistrados, serão removidos para unidades judiciárias de igual entrância, mediante certame de ampla concorrência, precedido do competente edital e observadas as regras em vigor;

II - no caso de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, serão removidos para qualquer unidade judiciária do Estado em que haja carência, incluídas as criadas por esta Lei, mediante certame de ampla concorrência, precedido do competente edital, o qual deverá contemplar, dentre os critérios de pontuação, a lotação originária em unidades transformadas nos termos dos arts. 138 e 139.

§ 1º Na hipótese de servidor de unidade transformada por esta Lei não se habilitar ao certame de remoção ou, caso se habilite e não logre êxito em concursos sucessivos, será realizada a remoção de ofício, nos termos da lei, priorizando-se a movimentação para unidade mais próxima da de sua lotação originária, que registre vaga.

§ 2º Os ocupantes dos cargos de provimento em comissão nas unidades transformadas serão exonerados, enquanto os respectivos cargos serão transformados em outros similares a serem lotados nas unidades criadas, de entrância igual ou superior, por resolução do Tribunal de Justiça, na forma prevista no art. 64, Parágrafo Único, da Lei nº 16.208, de 3 de abril de 2017, procedendo-se às adequações necessárias.

SEÇÃO IV
DAS ALTERAÇÕES DE SEDES DE COMARCAS VINCULADAS

Art. 138. Ficam alteradas as agregações das seguintes comarcas vinculadas, que passam a integrar jurisdições de outras comarcas sedes:

I - Alcântaras, então vinculada à Comarca de Meruoca, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Sobral;

II - Altaneira, então vinculada à Comarca de Santana do Cariri, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Nova Olinda;

III - Milhã, então vinculada à Comarca de Solonópole, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Senador Pompeu;

IV - Penaforte, então vinculada à Comarca de Jati, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Porteiras;

V - Martinópole, então vinculada à Comarca de Granja, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Uruoca;

VI - Senador Sá, então vinculada à Comarca de Massapê, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Uruoca;

VII - Tejuçuoca, então vinculada à Comarca de Itapajé, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Irauçuba;

VIII - Tururu, então vinculada à Comarca de Umirim, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Uruburetama.

SEÇÃO V
DA RECLASSIFICAÇÃO DE COMARCAS ENTRE ENTRÂNCIAS

Art. 139. Ficam reclassificadas, a partir da entrada em vigor desta Lei, passando integrar a entrância intermediária, as seguintes comarcas:

I - Horizonte;

II - Acaraú;

III - Trairi; e

IV - Itaitinga.

Parágrafo único. Os requisitos para a implantação de comarcas e para a sua classificação entre entrâncias, de que tratam os arts. 17 e 20, respectivamente, serão observados pelo Tribunal de Justiça após a entrada em vigor desta Lei, não se aplicando à classificação constante do Anexo I.

SEÇÃO VI
DA EXTINÇÃO DE UNIDADES E TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS NA COMARCA DE FORTALEZA

Art. 140. Ficam extintas 10 (dez) unidades jurisdicionais da Comarca de Fortaleza, criadas pela Lei Estadual nº 14.407, de 15 de julho de 2009, todavia não instaladas, e especificadas na Resolução nº 10, de 28 de maio de 2010, do Tribunal de Justiça, sendo os cargos de Juiz de Direito das respectivas unidades transformados nos seguintes termos:

I - Juiz de Direito da 20ª Vara de Família em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar das Varas de Família; Sucessões; e Infância e Juventude;

II - Juízes de Direito da 21ª e 26ª Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais em Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Unidades dos Juizados Especiais Cíveis; Juizados Especiais Criminais; Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

III - Juiz de Direito da 19ª Vara Criminal em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar Privativo da 17ª Vara Criminal – Vara Única Privativa de Audiências de Custódia;

IV - Juízes de Direito da 20ª, 21ª, 22ª e 23ª Varas Criminais em Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas Criminais; de Delitos de Tráfico de Drogas; de Penas Alternativas e da Auditoria Militar;

V - Juízes de Direito da 7ª e 9ª Varas de Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária em Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas de Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária.

Art. 141. Na hipótese de serem criadas, por transformação, no prazo de 5 (cinco) anos contados da entrada em vigor desta Lei, novas unidades da mesma especialidade daquelas extintas nos termos do artigo anterior, deve ser assegurado aos magistrados então nelas titularizados o direito de opção quanto a terem seus cargos transformados para que exerçam funções nos novos juízos.

Art. 142. Ficam transformados 23 (vinte e três) cargos de Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares da Comarca de Fortaleza em:

a) 3 (três) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares Privativos das Varas do Júri;

b) 1 (um) Juiz de Direito do Juizado Auxiliar Privativo do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

c) 1 (um) Juiz de Direito do Juizado Auxiliar Privativo das Varas da Infância e Juventude, para o atendimento das atribuições previstas no parágrafo único, do art. 68, desta Lei;

d) 1 (um) Juiz de Direito Juizado Auxiliar Privativo das Varas de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios, para o atendimento das atribuições previstas no art. 61, parágrafo único, desta Lei;

e) 7 (sete) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas Cíveis Comuns; Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa; Recuperação de Empresas e Falências; e Registros Públicos;

f) 2 (dois) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas Criminais; de Delitos de Tráfico de Drogas; de Penas Alternativas e da Auditoria Militar;

g) 3 (cinco) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Unidades dos Juizados Especiais Cíveis; Juizados Especiais Criminais; Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

h) 3 (quatro) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas de Família; Sucessões; e Infância e Juventude;

i) 2 (dois) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas da Fazenda Pública; dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e da Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

§ 1º Para efetivação das alterações de cargos de que trata este artigo, será publicado edital, de competência da Presidência do Tribunal de Justiça, com prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para manifestação de interesse, mediante registro de inscrição no sistema próprio, de Juízes de Direito Auxiliares da Comarca de Fortaleza, indicando, na oportunidade, o cargo pretendido.

§ 2º Na hipótese de inscrição de candidatos em número superior às vagas fixadas, será aplicado o critério de antiguidade na entrância final.

§ 3º Não havendo manifestação de interesse, ou caso o número de interessados seja inferior ao de vagas, incumbirá à Presidência do Tribunal de Justiça expedir ato que indique os cargos cuja competência será alterada, observada a ordem inversa de antiguidade, iniciando-se pelo magistrado que conte menos tempo de exercício na entrância final.

Art. 143. Ficam transformadas 39 (trinta e nove) Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza em:

I - 26 (vinte e seis) Varas Cíveis Comuns; e

II - 13 (treze) Varas Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa.

Parágrafo único. A transformação das unidades de que trata o *caput* e dos respectivos cargos de Juiz de Direito; as classes processuais e competências das unidades especializadas; bem como a redistribuição de processos, serão disciplinadas pelo Tribunal de Justiça por meio de resolução a ser editada até a data da entrada em vigor desta Lei.

Art. 144. Ficam transformadas 24 (vinte e quatro) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza em:

I - 22 (vinte e duas) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis; e

II - 2 (duas) Unidades dos Juizados Especiais Criminais, com jurisdição em todo o território da Comarca de Fortaleza, servindo por distribuição.

Parágrafo único. A transformação das unidades de que trata o *caput* e dos respectivos cargos de Juiz de Direito; as competências; as jurisdições dos Juizados Especiais Cíveis; bem como a redistribuição de processos, serão disciplinadas pelo Tribunal de Justiça por meio de resolução a ser editada até a data da entrada em vigor desta Lei.

Art. 145. Fica transformada a Vara Única de Trânsito da Comarca de Fortaleza em 4ª Vara de Tráfico de Drogas.

Parágrafo único. A redistribuição de processos das varas em funcionamento da mesma especialidade será disciplinada pelo Tribunal de Justiça por meio de resolução a ser editada até a data da entrada em vigor desta Lei.

SEÇÃO VII
DA TRANSFORMAÇÃO DOS CARGOS DE JUIZ AUXILIAR DAS ZONAS JUDICIÁRIAS

Art. 146. Ficam transformados 30 (trinta) cargos de Juízes de Direito Auxiliar, com lotação nas 9 (nove) Zonas Judiciárias do Estado do Ceará, na forma seguinte:

I - 4 (quatro) Juízes de Direito Auxiliares da 1ª Zona Judiciária em Juízes de Direito do 1º, 2º, 3º e 4º Juizados Auxiliares da 1ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Juazeiro do Norte;

II - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 2ª Zona Judiciária em Juízes de Direito do 1º e 2º Juizados Auxiliares da 2ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Iguatu; e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 14ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Tauá;

III - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 3ª Zona Judiciária em Juízes de Direito do 1º e 2º Juizados Auxiliares da 3ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Quixadá; e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 10ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Baturité;

IV - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 4ª Zona Judiciária em Juízes de Direito do 1º e 2º Juizados Auxiliares da 4ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Russas; e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 12ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Aracati;

V - 4 (quatro) Juízes de Direito Auxiliares da 5ª Zona Judiciária em Juízes de Direito do 1º, 2º, 3º e 4º Juizados Auxiliares da 5ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Maracanaú;

VI - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 6ª Zona Judiciária em Juízes de Direito do 5º, 6º e 7º Juizados Auxiliares da 5ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Caucaia;

VII - 4 (quatro) Juízes de Direito Auxiliares da 7ª Zona Judiciária em Juízes de Direito do 1º, 2º e 3º Juizados Auxiliares da 7ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Sobral; e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 6ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Itapipoca;

VIII - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 8ª Zona Judiciária em Juízes de Direito do 1º e 2º Juizados Auxiliares da 8ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Tianguá; e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 11ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Camocim;

IX - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 9ª Zona Judiciária em Juízes de Direito do 1º e 2º Juizados Auxiliares da 9ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Crateús; e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 13ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Canindé.

§ 1º Para efetivação das alterações de cargos de que trata este artigo, será publicado edital, de competência da Presidência do Tribunal de Justiça, com prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para manifestação de interesse, mediante registro de inscrição no sistema próprio, de Juízes de Direito Auxiliares da 2ª, 3ª, 4ª, 7ª, 8ª e 9ª Zonas Judiciárias, indicando, na oportunidade, o cargo pretendido.

§ 2º As inscrições serão restritas aos magistrados em atuação em cada uma das Zonas referenciadas no parágrafo anterior, que somente poderão concorrer no âmbito de suas respectivas circunscrições, observados os desmembramentos de que trata o caput.

§ 3º Na hipótese de inscrição de candidatos em número superior às vagas fixadas, será aplicado o critério de antiguidade na respectiva entrância.

§ 4º Não havendo manifestação de interesse por parte dos magistrados referenciados no § 1º, ou caso o número de interessados seja inferior ao de vagas, incumbirá à Presidência do Tribunal de Justiça expedir ato que indique os cargos cuja competência será alterada, observada a ordem inversa de antiguidade, iniciando-se pelo magistrado que conte menos tempo de exercício na respetiva entrância.

SEÇÃO VIII
DA EXTINÇÃO E CRIAÇÃO DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

Art. 147. O Tribunal de Justiça não procederá à instalação e ao provimento de serventias extrajudiciais criadas em desacordo com o art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal.

Art. 148. Ficam extintas 119 (cento e dezenove) serventias extrajudiciais listadas no Anexo IV, desta Lei, criadas por leis estaduais diversas, todavia nunca instaladas.

Art. 149. Por não atenderem a adequados requisitos populacionais, socioeconômicos e territoriais, ficam extintas 39 (trinta e nove) serventias extrajudiciais sediadas em distritos, listadas no Anexo V, desta Lei, as quais se acham vagas.

Art. 150. Fica criado o Ofício de Registro Civil do Distrito de Capitão Mor, na Comarca de Pedra Branca.

Art. 151. Fica extinto o 2º Ofício de Notas e Registro de Imóveis do Município de Moraújo, sendo suas atribuições assumidas pelo 1º Ofício de Notas e Registro Civil, ambos vagos na data da publicação desta Lei.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 152. Ficam revogadas as Disposições Preliminares; o Livro I; os Títulos I, II e V, do Livro II; e o Livro III, da Lei Estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, que instituiu o Código de Divisão e

Organização Judiciária do Estado do Ceará, à exceção das normas de criação de cargos e de serventias extrajudiciais, no que não for incompatível com o disposto nesta Lei.

Art. 153. Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo I, da Lei Estadual nº , de de 2017		
Comarcas de Entrância Inicial		
Comarcas Sedes	**Comarcas Vinculadas**	**Distritos**
Acarape	-	-
Aiuaba	-	Barra
Alto Santo	-	Baixio Grande, Batoque, Boa Fé, Bom Jesus, Cabrito, Castanhão
Alto Santo	Potiretama	Canindezinho
Amontada	-	Aracatiara, Garças, Icaraí, Lagoa Grande, Moitas, Mosquito, Nascente, Poço,Comprido, Sabiaguaba
	Miraíma	Brotas, Poço da Onça, Riachão
Araripe	-	Alagoinha, Brejinho, Pajeú, Riacho Grande
	Potengi	Barreiros
Assaré	-	Amaro, Aratama
	Antonina do Norte	Taboleiro
	Tarrafas	-
Aurora	-	Ingazeiras, Santa Vitória, Tipi
Barreira	-	Córrego, Lagoa do Barro, Lagoa Grande
Barro	-	Brejinho, Cuncas, Engenho Velho, Iara, Monte Alegre, Santo Antônio, Serrota
Bela Cruz	-	Prata
Campos Sales	-	Barão de Aquiraz, Carmelópolis, Itaguá, Monte Castelo, Quixariú
	Salitre	Caldeirão, Lagoa dos Crioulos
Capistrano	-	
	Aratuba	Pai João
Caridade	-	Campos Belos, Inhuporanga, São Domingos
	Paramoti	-
Cariré	-	Araríus, Cacimbas, Jucá, Tapuio
	Groaíras	Itamaracá

Caririaçu	-	Feitosa, Miguel Xavier, Miragem
	Granjeiro	-
Carnaubal	-	-
Catarina	-	-
Chaval	-	Passagem
	Barroquinha	Araras, Bitupitá
Chorozinho	-	Campestre, Cedro, Patos dos Liberatos, Timbaúba dos Marinheiros, Triângulo
Coreaú	-	Araquém, Aroeiras, Canto, Ubaúna
	Moraújo	Boa Esperança, Várzea da Volta
Croatá	-	Barra do Sotero, Betânia, Lagoa da Cruz, Repartição, Santa Tereza, São Roque, Vista Alegre
Farias Brito	-	Cariutaba, Nova Betânia, Quincuncá
Forquilha	-	Salgado dos Mendes, Trapiá
Fortim		Barra, Campestre, Guajiru, Maceió, Viçosa
Graça	-	Lapa
Guaiúba	-	Água Verde, Baú, Dourado, Itacima, Núcleo Colonial Pio XII (S. Gerônimo)
Guaraciaba do Norte	-	Martinslândia, Morrinhos Novos, Mucambo, Sussuanha, Várzea dos Espinhos
Hidrolândia	-	Betânia, Conceição, Irajá
Ibiapina	-	Alto Lindo, Betânia, Santo Antônio da Pindoba
Icapuí	-	Ibicuitaba, Manibú
Ipaumirim	-	Canaúna, Felizardo
	Baixio	-
	Umari	Pio X
Ipueiras	-	Alazans, América, Balseiros, Engenheiro João Tomé, Gázea, Livramento, Matriz, Nova Fátima, São José, São José das Lontras
Iracema	-	Bastiões, Ema, São José
	Ererê	São João, Tomé Vieira

Irauçuba	-	Boa Vista do Caxitoré, Juá, Missi
	Tejuçuoca	Caxitoré
Itapiúna	-	Caio Prado, Itans, Palmatória
Itarema	-	Almofala, Carvoeiro
Itatira	-	Bandeira, Cachoeira, Lagoa do Mato, Morro Branco
Jaguaretama	-	-
	Jaguaribara	Poço Comprido
Jaguaribe	-	Aquinópolis, Feiticeiro, Mapuá, Nova Floresta
Jaguaruana	-	Borges, Giqui, Santa Luzia, São José do Lagamar, Saquinho
	Itaiçaba	-
Jardim	-	Corrente, Jardimirim
Jijoca de Jericoacoara	-	-
Jucás	-	Baixio da Donana, Canafístula, Mel, Poço Grande, São Pedro do Norte
	Cariús	Bela Vista, Caipu, São Bartolomeu, São Sebastião
Madalena	-	Cacimba Nova, Cajazeiras, Macaoca, Paus Branco, União
Marco	-	Mocambo, Panacuí
Mauriti	-	Anauá, Buritizinho, Coité, Maraguá, Mararupá, Nova Santa Cruz, Palestina do Cariri, São Félix, São Miguel, Umburanas
Milagres	-	Podimirim, Rosário
	Abaiara	São José
Missão Velha	-	Jamacaru, Missão Nova, Quimami
Monsenhor Tabosa	-	Barreiros, Nossa Senhora do Livramento
Morrinhos	-	Sítio Alegre
Mucambo	-	Carqueijo, Poço Verde
	Pacujá	-
Nova Olinda	-	Triunfo
	Altaneira	São Romão

Novo Oriente	-	Emaús, Palestina, Santa Maria, São Raimundo, Três Irmãos
Ocara	-	Arisco dos Marianos ,Curupira, Novo Horizonte, Sereno de Cima, Serragem
Orós	-	Guassussê, Igarói, Palestina, Santarém
Pacoti	-	Colina, Fátima, Santa Ana
	Guaramiranga	Pernambuquinho
Paracuru	-	Jardim, Poço Doce
Paraipaba	-	Boa Vista, Camboas, Lagoinha
Parambu	-	Cococi, Gavião, Miranda, Monte Sion, Novo Assis, Oiticica
Pedra Branca	-	Capitão Mor, Mineirolândia, Santa Cruz do Banabuiú, Tróia
Pentecoste	-	Matias, Porfírio Sampaio, Sebastião de Abreu
	Apuiarés	Canafístula, Vila Soares
	General Sampaio	-
Pereiro	-	Crioulos
Pindoretama	-	Pratiús, Capim da Roça, Caponguinha, Ema
Piquet Carneiro	-	Catolé da Pista, Ibicuã, Mulungu
Poranga	-	Buritizal, Cachoeira Grande, Macambira
	Ipaporanga	Sacramento
Porteiras	-	Simão
	Jati	Balanças, Carnaúba
	Penaforte	Juá, Santo André
Quiterianópolis	-	Algodões, São Francisco
Quixelô	-	Antonico
Quixeré	-	Agua Fria, Lagoinha, Tomé
Redenção	-	Antônio Diogo, Barra Nova, Faísca, Guassi, São Gerardo
Reriutaba	-	Amanaiara, Campo Lindo
Saboeiro	-	Barrinha, Felipe, Flamengo, Malhada,São José

Santana do Acaraú	-	Bahia, Baixa Fria, Barro Preto, João Cordeiro, Mutambeiras, Parapuí, Sapó
Santana do Cariri	-	Anjinhos, Araporanga, Brejo Grande, Dom Leme, Inhumas, Pontal da Santa Cruz
Solonópole	-	Assunção, Cangati, Pasta, Prefeita Suely Pinheiro, São José de Solonópole
	Deputado Irapuan Pinheiro	Aurora, Baixio, Betânia, Maratoã, Velame
Tabuleiro do Norte	-	Olho-d'Água da Bica, Peixe Gordo
	São João do Jaguaribe	-
Tamboril	-	Açudinho, Boa Esperança, Carvalho, Curatis, Holanda, Oliveiras, Sucesso
Umirim	-	Caxitoré, São Joaquim
	São Luís do Curu	-
Uruoca	-	Campánario, Paracuá
	Martinópole	-
	Senador Sá	Salão, Serrota
Varjota	-	Croata
Comarcas de Entrância Intermediária		
Comarcas Sedes	**Comarcas Vinculadas**	**Distritos**
Acaraú	-	Aranaú, Juritianha, Lagoa do Carneiro
	Cruz	Caiçara
Acopiara	-	Barra do Ingá, Ebron, Isidoro, Quincoê, Santa Felícia, Santo Antônio, São Paulinho, Solidão, Trussu
Aquiraz	-	Camará, Caponga da Bernarda, Jacaúna, João de Castro, Justiniano de Serpa, Patacas, Tapera
Aracati	-	Barreira dos Vianas, Cabreiro, Córrego dos Fernandes, Jirau, Mata Fresca, Santa Tereza
Aracoiaba	-	Ideal, Jaguarão, Jenipapeiro, Lagoa de São João, Milton Belo, Pedra Branca, Plácido Martins, Vazantes

Barbalha	-	Arajara, Caldas, Estrela
Baturité	-	Boa Vista, São Sebastião
	Mulungu	-
Beberibe	-	Forquilha, Itapeim, Parajuru, Paripueira, Serra do Félix, Sucatinga
Boa Viagem	-	Águas Belas, Boqueirão, Domingos da Costa, Guia, Ibuaçu, Ipiranga, Jacampari, Massapê dos Paes, Olho D'Água do Bezerril, Olho d'Água dos Facundos, Poço da Pedra, Várzea da Ipueira
Brejo Santo	-	Poço, São Filipe
Camocim	-	Amarelas, Guriú
Canindé	-	Bonito, Caiçara, Campos, Capitão Pedro Sampaio, Esperança, Iguaçu, Ipueiras dos Gomes, Monte Alegre, Salitre, Targinos
Cascavel	-	Caponga, Cristais, Guanacés, Jacarecoara, Pitombeiras
Cedro	-	Assunção, Candeias, Lagedo, Santo Antônio, São Miguel, Várzea da Conceição
Crateús	-	Assis, Curral Velho, Ibiapaba, Irapuá, Lagoa das Pedras, Montenebo, Oiticica, Poti, Realejo, Santana, Santo Antônio, Tucuns
Crato	-	Baixio das Palmeiras, Bela Vista, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Ponta da Serra, Santa Fé, Santa Rosa
Eusébio	-	-
Granja	-	Adrianópolis, Ibuguaçu, Parazinho, Pessoa Anta, Sambaíba, Timonha
Horizonte	-	Aningas, Dourados, Queimados
Icó	-	Cruzeirinho,Icozinho, Lima Campos, Pedrinhas, São Vicente

Iguatu	-	Barreiras, Barro Alto, Baú, Gadelha, José de Alencar, Riacho Vermelho, Suassurana
Independência	-	Ematuba, Iapi, Jandrangoeira, Monte Sinai, Tranqueiras
Ipu	-	Abílio Martins, Flores, Ingazeiras, Recanto, Várzea do Giló
	Pires Ferreira	Donato, Otavilândia, Santo Izidro
Itaitinga	-	Gererau
Itapajé	-	Aguaí, Baixa Grande, Cruz, Iratinga, Pitombeira, São Tomé, Serrote do Meio, Soledade
Itapipoca	-	Arapari, Assunção, Baleia, Barrento, Bela Vista, Betânia, Calugi, Cruxati, Deserto, Ipu Mazagão, Lagoa das Mercês, Marinheiros
Lavras da Mangabeira	-	Amaniutuba, Arrojado, Iborepi, Mangabeira, Quitaiús
Limoeiro do Norte	-	Bixopá
Maranguape	-	Amanari, Antônio Marques, Cachoeira, Itapebussu, Jubaia, Ladeira Grande, Lages, Lagoa do Juvenal, Manoel Guedes, Papara, Penedo, São João do Amanari, Sapupara, Tanques, Umarizeiras, Vertentes do Lagedo
	Palmácia	Gado, Gados dos Rodrigues
Massapê	-	Aiuá, Ipaguaçu, Mumbaba, Padre Linhares, Tangente, Tuína
Mombaça	-	Açudinho dos Costas, Boa Vista, Cangatí, Carnaúbas, Catolé, Cipó, Manoel Correia, São Gonçalo do Umari, São Vicente
Morada Nova	-	Aruaru, Boa Água, Juazeiro de Baixo, Lagoa Grande, Pedras, Roldão, Uiraponga
	Ibicuitinga	Açude dos Pinheiros, Canindezinho, Chile, Viçosa

Nova Russas	-	Canindezinho, Espacinha, Major Simplício, Nova Betânia, São Pedro
	Ararendá	Santo Antônio
Pacajus	-	Itaipaba, Pascoal
Pacatuba	-	Monguba, Pavuna, Senador Carlos Jereissati.
Quixadá	-	Califórnia, Cipó dos Anjos, Custódio, Daniel de Queiróz, Dom Maurício, Juá, Juatama, Riacho Verde, São Bernardo, São João dos Queirozes, Tapuiará, Várzea da Onça
	Banabuiú	Laranjeiras, Pedras Brancas, Rinaré, Sitiá
	Choró	Barbada, Caiçarinha, Maravilha, Monte Castelo, Santa Rita
	Ibaretama	Nova-Vida, Oiticica, Pedra e Cal, Piranji
Quixeramobim	-	Belém, Damião Carneiro, Encantado, Lacerda, Manituba, Nenelândia, Passagem, São Miguel, Uruquê
Russas	-	Bonhu, Flores, Lagoa Grande, Peixe, São João de Deus
	Palhano	São José
Santa Quitéria	-	Lisieux, Logradouro, Macaraú, Malhada Grande, Muribeca, Raimundo Martins, Trapiá
	Catunda	Paraíso, Video
São Benedito	-	Barreiros, Inhuçu
São Gonçalo do Amarante	-	Cágado, Croatá, Pecém, Serrote, Siupé, Taiba, Umarituba
Senador Pompeu	-	Bonfim, Codia, Engenheiro José Lopes, São Joaquim do Salgado
	Milhã	Baixa Verde, Barra, Carnaubinha, Ipueira, Monte grave
Tauá	-	Barra Nova, Carrapateiras, Inhamuns, Marrecas, Marruás, Santa Tereza, Trici

	Arneiroz	Cachoeira de Fora, Planalto
Tianguá	-	Arapá, Caruataí, Pindoguaba, Tabainha
	Frecheirinha	-
Trairi	-	Canaan, Córrego Fundo, Fleicheiras, Gualdrapas, Mundaú
Ubajara	-	Araticum, Jaburuna, Nova Veneza
Uruburetama	-	Itacolomy, Mundaú, Retiro, Santa Luzia
	Tururu	Cemoaba, Conceição, São Pedro do Gavião
Várzea Alegre	-	Calabaça, Canindezinho, Ibicatu, Naraniú, Riacho Verde
Viçosa do Ceará	-	General Tibúrcio, Juá dos Vieiras, Lambedouro, Manhoso, Padre Vieira, Passagem da Onça, Quatiguaba
Comarcas de Entrância Final		
Comarcas Sedes	Comarcas Vinculadas	Distritos
Caucaia	-	Bom Príncipio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos, Tucunduba
Fortaleza	-	Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim, Parangaba
Juazeiro do Norte	-	Marrocos, Padre Cícero
Maracanaú	-	Pajuçara
Sobral	-	Aprazível, Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Patos, Patriarca, Rafael Arruda, São José do Torto, Taperuaba
	Meruoca	Anil, Camilos, Palestina do Norte, Santo Antônio dos Fernandes, São Francisco
	Alcântaras	Ventura

Anexo II, da Lei Estadual nº , de de 2017

Zona Judiciária	Sede	Cargo de Juiz Auxiliar	Área de Jurisdição
1ª	Juazeiro do Norte	04	Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre.
2ª	Iguatu	2	Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari.
3ª	Quixadá	2	Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu e Solonópole.
4ª	Russas	2	Alto Santo, Ererê, Ibicuitinga, Iracema, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.
	Caucaia	3	Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba,

5ª	Maracanaú	4	Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Palmácia, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, e Trairi.
6ª	Itapipoca	1	Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Pentecoste, São Luís do Curu ,Tejuçuoca, Tururu, Umirim e Uruburetama.
7ª	Sobral	3	Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Sobral e Varjota.
8ª	Tianguá	2	Carnaubal, Croatá, Frecheirinha, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, Pires Ferreira, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.
9ª	Crateús	2	Ararendá, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Santa Quitéria e Tamboril.
10ª	Baturité	1	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu,

			Ocara, Pacoti e Redenção.
11ª	Camocim	1	Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópole, Morrinhos, Senador Sá e Uruoca.
12ª	Aracati	1	Aracati, Beberibe, Fortim, Icapuí, Itaiçaba e Jaguaruana.
13ª	Canindé	1	Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti.
14ª	Tauá	1	Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá.

Anexo III, da Lei Estadual nº , de de de 2017

Nº	COMARCA	RAZÃO SOCIAL	CRIAÇÃO DA SERVENTIA
1	AIUABA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE BARRA	Criada pela Lei Estadual nº 3.338, de 15-09-1956 e não instalada
2	ALCÂNTARAS	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE VENTURA	Criada pela Lei Estadual 3.961 de 10/12/1957 e não instalada
3	ALTANEIRA (VINCULADA)	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE SÃO ROMÃO	Criada pela Lei Estadual 6.796 de 20/11/1963 e não instalada
4	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE GRAÇAS	Criada pela Lei Estadual 11.425 de 08/01/1988 e não instalada
5	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE LAGOA GRANDE	Criada pela Lei Estadual 11.426 de 08/01/1988 e não instalada
6	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE MOITAS	Criada pela Lei Estadual 11.420 de 05/01/1988 e não instalada
7	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE NASCENTE	Criada pela Lei Estadual 11.424 de 08/01/1988 e não instalada
8	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE POÇO COMPRIDO	Criada pela Lei Estadual 11.421 de 05/01/1988 e não instalada
9	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE SABIAGUABA	Criada pela Lei Estadual 11.419 de 05/01/1988 e não instalada
10	ANTONINA DO NORTE (VINCULADA)	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE TABULEIRO	Criada pela Lei Estadual 7.151 de 14/01/1968 e não instalada
11	APUIARÉS (VINCULADA)	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CANAFÍSTULA	Criada pela Lei Estadual 6.446 de 21/07/1963 e não instalada
12	APUIARÉS (VINCULADA)	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE VILA SOARES	Criada pela Lei Estadual 6.445 de 21/07/1963 e não instalada
13	AQUIRAZ	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CAMARÁ	Criada pela Lei Estadual 11.469 de 06/07/1988 e não instalada

14	AQUIRAZ	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CAPONGA DA BERNARDA	Criada pela Lei Estadual 11.474 de 06/07/1988 e não instalada
15	ARACATI	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CUIPIRANGA	Criada pelo Decreto Lei Estadual 114/1943 e não instalada
16	ARACATI	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE BARREIRA DOS VIANAS	Criada pela Lei Estadual 11.481 de 20/07/1988 e não instalada
17	ARARIPE	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE ALAGOINHA	Criada pela Lei Estadual 7.140 de 10/01/1964 e não instalada
18	ARARIPE	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE PAJEÚ	Criada pela Lei Estadual 7.140 de 10/01/1964 e não instalada
19	ARARIPE	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE RIACHO GRANDE	Criada pela Lei Estadual 7.140 de 10/01/1964 e não instalada
20	BARRO	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE ENGENHO VELHO	Criada pela Lei Estadual 11453 de 02/06/1988 e não instalada
21	BARRO	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE MONTE ALEGRE	Criada pela Lei Estadual 11452 de 02/06/1988 e não instalada
22	BARRO	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE SERROTE	Criada pela Lei Estadual 11454 de 02/06/1988 e não instalada
23	BREJO SANTO	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE POÇO	Criada pela Lei Estadual 1.153 de 22/11/1951 e não instalada
24	CAMOCIM	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE AMARELAS	Criada pela Lei Estadual 6.397 de 03/071963 e não instalada
25	CANINDÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE IPUEIRA DOS GOMES	Criada pela Lei Estadual 7.166 de 14/01/1964 e não instalada
26	CANINDÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MONTE ALEGRE	Criada pela Lei Estadual 7.166 de 14/01/1964 e não instalada
27	CARIRÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ALTO	Criada pela Lei Estadual nº 6767, de 19/11/1963 e

28	CROATÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BETÂNIA	Criada pela Lei Estadual 11.430/88 e não instalada
29	CRUZ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAIÇARA	Criada pela Lei Estadual 11.323/87 e não instalada
30	DEP. IRAPUAN PINHEIRO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BETÂNIA	Criada pela Lei Estadual 11.429/88 e não instalada
31	FORQUILHA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE TRAPIÁ	Criada pela Lei Estadual 11.012/85 e não instalada
32	HIDROLÂNDIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CONCEIÇÃO	Criada pela Lei Estadual 7.400/63 e não instalada
33	HORIZONTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ANINGÁS	Criada pela Lei Estadual 11.300 de 06/03/1987 e não instalada
34	HORIZONTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE DOURADO	Criada pela Lei Estadual 11.300 de 06/03/1987 e não instalada
35	ICAPUÍ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MANIBÚ	Criada pela Lei Estadual 11.003 de 15/01/1985 e não instalada
36	ICÓ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BENÁDINÓPOLIS	Criada pela Lei Estadual 6.880/63 e não instalada
37	ICÓ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO JOÃO	Criada pela Lei Estadual 6.880/63 e não instalada
38	ICÓ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO VICENTE	Criada pela Lei Estadual 6.880/63 e não instalada
39	IGUATU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CRUZ DAS PEDRAS	Criada pela Lei Estadual 6.915/63 e não instalada
40	INDEPENDÊNCIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE JANDRAGOEIRA	Criada pela Lei Estadual 7.103/1964 e não instalada
41	IPAPORANGA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SACRAMENTO	Criada pela Lei Estadual 11.348/1987 e não instalada
42	IPU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE FLORES	Criada pela Lei Estadual 7.264/1964 e não instalada
43	IPU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE VARZEA DO JILÓ	Criada pela Lei Estadual 7.010/1963 e não instalada
44	IRACEMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE EMA	Criada pela Lei Estadual 6.883/1963 e não instalada
45	IRACEMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO JOSÉ	Criada pela Lei Estadual 6.778/1963 e não instalada

46	IRAUÇUBA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BOA VISTA DO CAXITORÉ	Criada pela Lei Estadual 6476/1963 e não instalada
47	ITAITINGA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE GERERAÚ	Criada pela Lei Estadual 11927/1963 e não instalada
48	ITAPAJÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE AGUAI	Criada pela Lei Estadual 11.458/1988 e não instalada
49	ITAPAJÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAMARÁ	Criada pela Lei Estadual 6.602/1963 e não instalada
50	ITAPAJÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SOLEDADE	Criada pela Lei Estadual 6.602/1963 e não instalada
51	ITAPIPOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BELA VISTA	Criada pela Lei Estadual 7.188/64 e não instalada
52	ITAPIPOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE DESERTO	Criada pela Lei Estadual 11.102/86 e não instalada
53	ITAREMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CARVOEIRO	Criada pela Lei Estadual 6.990/63 e não instalada
54	ITATIRA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BANDEIRA	Criada pela Lei Estadual 7.180/64 e não instalada
55	JAGUARIBE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE AQUINÓPOLIS	Criada pela Lei Estadual 6.405/63 e não instalada
56	JAGUARUANA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO JOSÉ	Criada pela Lei Estadual 6.876/63 e não instalada
57	JUCÁS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BAIXIO DA DONANA	Criada pela Lei Estadual 6.531/63 e não instalada
58	JUCÁS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE POÇO GRANDE	Criada pela Lei Estadual 6.531/63 e não instalada
59	LIMOEIRO DO NORTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BIXOPÁ	Criada pela Lei Estadual 1.153 de 22/11/1951 e não instalada
60	MASSAPÊ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MUMBABA	Criada pela Lei Estadual 6.802/1963 e não instalada
61	MAURITI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BURITIZINHO	Criada pela Lei Estadual 11.157/85 e não instalada
62	MAURITI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO MIGUEL	Criada pela Lei Estadual 11.161/85 e não instalada
63	MERUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE	Criada pela Lei Estadual

		CAMILOS	7.159/64 e não instalada
64	MERUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PALESTINA DO NORTE	Criada pela Lei Estadual 7.167/64 e não instalada
65	MERUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SANTO ANTONIO DOS FERNANDES	Criada pela Lei Estadual 7.163/64 e não instalada
66	MERUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO FRANCISCO	Criada pela Lei Estadual 7.158/64 e não instalada
67	MILHÃ (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MONTE GRAVE	Criada pela Lei Estadual 11.315/64 e não instalada
68	MIRAÍMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BROTAS	Criada pela Lei Estadual 11.437/88 e não instalada
69	MISSÃO VELHA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE GAMELEIRA DE SÃO SEBASTIÃO	Criada pela Lei Estadual 8339/65 e não instalada
70	MOMBAÇA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CANGATI	Criada pela Lei Estadual 6933/63 e não instalada
71	MOMBAÇA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO GONÇALO DO UMARI	Criada pela Lei Estadual 6933/63 e não instalada
72	MOMBAÇA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO VICENTE	Criada pela Lei Estadual 6933/63 e não instalada
73	MONSENHOR TABOSA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BARREIRAS	Criada pela Lei Estadual 7.107/63 e não instalada
74	MONSENHOR TABOSA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	Criada pela Lei Estadual 6.898/63 e não instalada
75	MORADA NOVA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LAGOA GRANDE	Criada pela Lei Estadual 11.417/88 e não instalada
76	MORAÚJO (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE GOIÂNIA	Criada pela Lei Estadual 3.920/1957 e não instalada
77	MORAÚJO (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE VÁRZEA DA VOLTA	Criada pela Lei Estadual 3.920/1957 e não instalada
78	MUCAMBU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CARGUEIRO	Criada pela Lei Estadual 2.160/1953 e não instalada
79	ORÓS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PALESTINA	Criada pela Lei Estadual 7.168/64 e não instalada
80	PACOTI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE COLINA	Criada pela Lei Estadual 7.269/64 e não instalada
81	PACOTI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE FÁTIMA	Criada pela Lei Estadual 7.269/64 e não instalada
82	PACOTI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SANTA ANA	Criada pela Lei Estadual 7.269/64 e não instalada

83	PALHANO (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO JOSÉ	Criada pela Lei Estadual 11.455/88 e não instalada
84	PALMÁCIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ANTONIO MARQUES	Criada pela Lei Estadual 7.148/64 e não instalada
85	PALMÁCIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE VERTENTE DO LAJEDO	Criada pela Lei Estadual 7.148/64 e não instalada
86	PARACURU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE JARDIM	Criada pela Lei Estadual 6526/63 e não instalada
87	PARAIPABA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ALAGOINHA	Criada pela Lei Estadual 11.009/85 e não instalada
88	PENTECOSTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PORFÍRIO SAMPAIO	Criada pela Lei Estadual 6.569/63 e não instalada
89	PEREIRO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CRIOULAS	Criada pela Lei Estadual 7.069/62 e não instalada
90	PIQUET CARNEIRO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MULUNGU	Criada pela Lei Estadual 11.418/88 e não instalada
91	POTENGI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BARREIRAS	Criada pela Lei Estadual 3.786/57 e não instalada
92	QUIXERÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LAGOINHA	Criada pela Lei Estadual 11.158/85 e não instalada
93	QUIXERÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE TOMÉ	Criada pela Lei Estadual 11.159/85 e não instalada
94	REDENÇÃO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO GERARDO	Criada por Ato Estadual de 04/11/1912 e não instalada
95	SALITRE (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LAGOA DOS CREOULUS	Criada pela Lei Estadual 11.467/88 e não instalada
96	SALITRE (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CALDEIRÃO	Criada pela Lei Estadual 11.467/88 e não instalada
97	SANTA QUITÉRIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE AREAL	Criada pela Lei Estadual 7.162/64 e não instalada
98	SANTA QUITÉRIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LISEUX	Criada pela Lei Estadual 7.162/64 e não instalada
99	SANTA QUITÉRIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LOGRADOURO	Criada pela Lei Estadual 7.165/64 e não instalada

100	SANTA QUITÉRIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MURIBECA	Criada pela Lei Estadual 7.020/64 e não instalada
101	SANTANA DO ACARAÚ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE JOÃO CORDEIRO	Criada pela Lei Estadual 7.022/64 e não instalada
102	SANTANA DO CARIRI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE DOM LEME	Criada pela Lei Estadual 11.327/87 e não instalada
103	SÃO JOAO DO JAGUARIBE (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BARRA DO FIGUEIREDO	Criada pela Lei Estadual 1.153 de 22/11/1951 e não instalada
104	SENADOR POMPEU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CODIÁ	Criada pela Lei Estadual 11.335/87 e não instalada
105	SENADOR SÁ (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SERROTE	Criada pela Lei Estadual 3.762/57 e não instalada
106	SENADOR SÁ (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SALÃO	Criada pela Lei Estadual 3.762/57 e não instalada
107	SOBRAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAIOCA	Criada pela Lei Estadual 7150/64 e não instalada
108	SOBRAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CARACARÁ	Criada pela Lei Estadual 6754/63 e não instalada
109	SOBRAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BONFIM	Criada pela Lei Estadual 6.482/63 e não instalada
110	SOLONÓPOLE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ASSUNÇÃO	Criada pela Lei Estadual 7.093/64 e não instalada
111	TABULEIRO DO NORTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PEIXE GORDO	Criada pela Lei Estadual 7.023/63 e não instalada
112	TAMBORIL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CARVALHO	Criada pela Lei Estadual 7.014/63 e não instalada
113	TAMBORIL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BOA ESPERANÇA	Criada pela Lei Estadual 7.019/63 e não instalada
114	UMIRIM	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAXITORÉ	Criada pela Lei Estadual 11.441/88 e não instalada
115	URUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAMPANÁRIO	Criada pela Lei Estadual 6.751 e não instalada
116	BELA CRUZ	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CAJUEIRINHO	Criada pela Lei Estadual 4.439/58 e não instalada
117	CARNAUBAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE GRAÇA	Criada pela Lei Estadual 3.702/57 e não instalada
118	CARNAUBAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MONTE CASTELO	Criada pela Lei Estadual 3.702/57 e não instalada
119	TAUÁ	CARTÓRIO REG.CIVIL DIST. CAIÇARA	Criada pela Lei Estadual 11.949/92 e não instalada

ANEXO IV, da Lei Estadual nº , de de de 2017.

Nº	COMARCA	RAZÃO SOCIAL
1	ACOPIARA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ISIDORO
2	ARARIPE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. BREJINHO
3	ASSARÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ARATAMA
4	CAMPOS SALES	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. BARÃO DE AQUIRAZ
5	CARIRIAÇU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MIGUEL XAVIER
6	CARIRIAÇU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. VILA FEITOSA
7	CAUCAIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. SÍTIOS NOVOS
8	CAUCAIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DO DIST. DE TUCUNDUBA
9	CEDRO	CARTÓRIO REG. CIVIL DO DIST. VARZEA DA CONCEIÇÃO
10	CHAVAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PASSAGEM
11	COREAÚ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. AROEIRAS
12	CRATEÚS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE IRAPUÃ
13	CRATEÚS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE TUCUNS
14	CROATÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. BARRA DO SOTERO
15	GUAIÚBA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ITACIMA
16	GUARACIABA DO NORTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MORRINHOS NOVOS
17	HIDROLÂNDIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DO DIST. IRAJÁ
18	ICÓ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ICOZINHO
19	IGUATU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BAÚ
20	ITAPIPOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ASSUNÇÃO
21	JUCÁS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MEL
22	MADALENA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MACAOCA
23	MASSAPÊ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. TUINÁ
24	MASSAPÊ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. AIUÁ
25	MORADA NOVA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. UIRAPONGA
26	PARAMBU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. COCOCI

27	PEDRA BRANCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. TRÓIA
28	SANTANA DO CARIRI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ANJINHOS
29	SOBRAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. PATRIARCA
30	SOLONÓPOLE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. CANGATÍ
31	SOLONÓPOLE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. PASTA
32	TAUÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. CARRAPATEIRAS
33	TAUÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MARRUÁS
34	TAUÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. TRICI
35	URUBURETAMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. SANTA LUZIA
36	VÁRZEA ALEGRE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. RIACHO VERDE
37	CHORÓ LIMÃO (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAIÇARINHA
38	IBARETAMA (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PIRANGI
39	TURURU (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. CEMOABA

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	DESPACHO
Descrição:	LEITURA NO EXPEDIENTE		
Autor:	99725 - EVA SARA STUDART ARAÃšJO PEREIRA		
Usuário assinador:	99735 - DEPUTADO AUDIC MOTA		
Data da criação:	22/08/2017 09:36:09	**Data da assinatura:**	01/09/2017 09:32:28

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PLENÁRIO

DESPACHO
01/09/2017

LIDO NA 100ª (CENTÉSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 22 DE AGOSTO DE 2017.

CUMPRIR PAUTA.



DEPUTADO AUDIC MOTA

1º SECRETÁRIO

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA ADITIVA Nº 1 /2017

À mensagem do Poder Judiciário 06/2017 (Proposição nº 00073/2017)

Adiciona a alínea "j" ao inciso II do artigo 136 ao Projeto de Lei que acompanha a Mensagem n.º 06/2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º. Fica acrescentada a alínea "j" ao inciso II do artigo 136 ao Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 06/2017, de acordo com a seguinte redação:

"j) a 4ª Vara da Comarca de Iguatu."

Sala das Sessões. 22 de Agosto de 2017.

Agenor Neto
Deputado Estadual
Mat. 327

Agenor Neto
Deputado Estadual PMDB/CE

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por finalidade aditar dispositivo ao projeto de lei que garanta a criação da 4ª Vara na Comarca de Iguatu para atender a demanda judicial crescente na região. Consequentemente demonstra-se ser de vital importância a criação da referida vara.

Agenor Neto
Deputado Estadual
Mat. 327

Agenor Neto
Deputado Estadual PMDB/CE

Emenda Aditiva n.º 21/2017 a Mensagem 73/2017.

Acrescenta a alínea j) ao inciso II do art. 136 da Mensagem 73/2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 136 (...)

II – na entrância intermediária:

j) a 4ª Vara da Comarca de Iguatu.

Justificativa

A presente emenda tem como objetivo garantir a criação da 4ª Vara da Comarca de Iguatu, a fim de atender os aspectos de demanda, população e recomendação do Conselho Nacional de Justiça.

Deputada Mirian Sobreira
Partido Democrático Trabalhista – PDT

EMENDA MODIFICATIVA Nº 3 AO PROJETO DE LEI Nº 073/2017 ORIUNDO DA MENSAGEM N.º06/2017 DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Modifica a redação do art. 17, §2º, do Projeto de Lei nº 073/2017 oriundo da mensagem n.º 03/2017 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 1º - Altera o §2º do art. 17 do Projeto de Lei nº 073/2017 oriundo da mensagem nº 06/2017 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará passa a ter a seguinte redação:

Art. 17.

(...)

§2º O Tribunal de Justiça publicará, em sua página eletrônica, anualmente, até o dia 31 de março, resumo do quantitativo de casos novos ingressados no último triênio, incluído o resultado do ano imediatamente anterior, estratificado por zona, comarca e unidade, bem como a média, por magistrado no âmbito do Poder Judiciário Estadual, **como também o demonstrativo populacional e eleitoral de cada município.**

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em 22 de agosto de 2017.

JUSTIFICATIVA

Conforme se verifica no art. 17º do Projeto de Lei nº 073/2017 oriundo da mensagem n.º 06/2017 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, são requisitos para a implantação de comarcas a população mínima, eleitorado e casos novos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, dessa maneira, propomos não só a realização de resumo de casos novos ingressados, como também o crescimento populacional e eleitoral de cada município, respeitando, assim os princípios do Devido Processo Legal e do Acesso à Justiça.

DR. CARLOS FELIPE
Deputado Estadual (PCdoB)

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

EMENDA Nº 4 /2017
AO PROJETO DE LEI QUE ACOMPANHA A MENSAGEM DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE Nº 73/2017

Adiciona parágrafo único ao art.7º e altera o anexo I do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 73/2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art.1º. Adicione-se parágrafo único ao Art.7º do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 73/2017, ficando sua redação como se segue:

> Art.7º OMISSIS
> Parágrafo único. A Comarca de Crato, atualmente de entrância intermediária, fica classificada como de entrância final.

Art.2º. No Anexo I do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 73/2017, o município do Crato deixa de figurar como de entrância intermediária para figurar como entrância final.

Art. 3º. Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Sala das comissões, em 23 de agosto de 2017.

Av. Desembargador Moreira, 2807 / Bairro: Dionísio Torres / CEP: 60170.900 / Fortaleza, CE
Fone: (85) 3277.2889

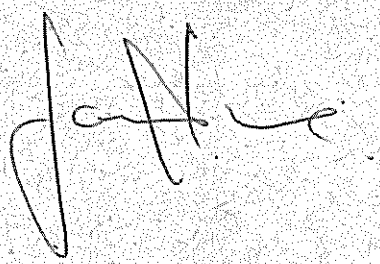
JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo reconhecer a importância do município de Crato no desenvolvimento de nosso estado, além de homenagear esta que é a mais antiga comarca do interior do Estado pois instituída em alvará do dia 27 de junho de 1816 por Dom João VI que dividiu a jurisdição do Estado em duas: Ceará e Crato. A nova Comarca compreendia as vilas da São João do Príncipe, Campo Maior de Quixeramobim, Icó, Santo Antônio do Jardim e São Vicente das Lavras.

Também é uma forma de homenagear a cidade com a mais antiga Faculdade de Direito do interior do Estado, uma vez que foi instituída como autarquia municipal em 21 de junho de 1973 pelo então Prefeito Pedro Feliciano.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres pares pela aprovação da referida emenda.

Sala das comissões, em 23 de agosto de 2017.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
16ª LEGISLATURA/ 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
LIDO NO EXPEDIENTE DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA
DESPACHO
( ) Publique-se e Inclua-se em Pauta
( ) Inclua-se na Ordem do Dia em
( ) Encaminhe-se ao Gabinete da Presidência
( ) Encaminhe-se à Comissão
( ) Encaminhe-se ao Autor da Proposição
Em: 22/8/17
Presidente / Secretário

Ao Expediente Legislativo, em providência.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA
Roberto Cesar de A. Mendonça
Chefe de Gabinete da Presidência

Ofício nº 834/2017

Fortaleza, 22 de agosto de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual José Jácome Carneiro Albuquerque
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
Fortaleza – Ceará

Assunto: Encaminha, em versão digital, a Mensagem nº 06/2017-TJ, acompanhada do projeto de lei que "Dispõe sobre a organização judiciária do Estado do Ceará", solicitando corrigenda – PL nº 73/17

Senhor Presidente,

Apraz-me cumprimentar Vossa Excelência e, no ensejo, aviar a anexa Mensagem nº 06/2017-TJ, em versão digital e editável, acompanhada de projeto de lei que "Dispõe sobre a organização judiciária do Estado do Ceará", protocolados, em meio físico, na data de ontem, nessa augusta Assembleia, e lidos no expediente de hoje, 22 de agosto de 2017, quando a referida proposição recebeu o nº 73/17.

Colho, ainda, desta oportunidade, para solicitar a Vossa Excelência a corrigenda dos seguintes erros materiais no referido PL, a qual já foi realizada na versão digital que ora é encaminhada:

- Art. 62, Parágrafo Único: onde se lê: "[...] de que trata o art. 49, inciso XXII, alínea "e", desta Lei", leia-se: **"[...] de que trata o art. 50, inciso XXII, alínea "e", desta Lei"**;
- Art. 67, Parágrafo Único: onde se lê: "[...] de que trata o art. 49, inciso XXII, alínea "c", desta Lei", leia-se: **"[...] de que trata o art. 50, inciso XXII, alínea "c", desta Lei"**;
- Art. 69, Parágrafo Único: onde se lê: "[...] de que trata o art. 49, inciso XXII, alínea "c", desta Lei", leia-se: **"[...] de que trata o art. 50, inciso XXII, alínea "c", desta Lei"**;
- Art. 71: onde se lê: "[...] de que trata o art. 101, Parágrafo Único, inciso I, alínea "d", desta Lei", leia-se: **"[...] de que trata o art. 102, Parágrafo Único, inciso I, alínea "d", desta Lei"**;
- Art. 85: onde se lê: "[...] aquelas definidas nos arts. 53 e 54, desta Lei [...]", leia-se: **"[...] aquelas definidas nos arts. 54 e 55, desta Lei [...]"**;
- Art. 137: onde se lê: "[...] unidades transformadas nos termos dos arts. 138 e 139", leia-se: **"[...] unidades transformadas nos termos dos arts. 134 e 135"**;
- Art. 142, alínea "c": onde se lê: "[...] atribuições previstas no parágrafo único, do art. 68, desta Lei", leia-se: **"[...] atribuições previstas no parágrafo único, do art. 69, desta Lei"**;
- Art. 142, alínea "d": onde se lê: "[...] atribuições previstas no art. 61, parágrafo único, desta Lei", leia-se: **"[...] atribuições previstas no art. 62, parágrafo único, desta Lei"**;

Sem mais para esta, despeço-me respeitosamente.

Desembargador Francisco Gladyson Pontes
PRESIDENTE

PRESIDÊNCIA ALEC
REG Nº 2081
22 AGO. 2017
ASS

EMENDA MODIFICATIVA Nº 5 À MENSAGEM 73/17

Modifica a alínea d, do inciso II, do artigo 82 e o inciso III do artigo 136 da Mensagem 73/17.

Art. 1º. Modifica a alínea d, do inciso II, do artigo 82 da Mensagem 73/17, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 82. (...)
II – na Comarca de Juazeiro do Norte:
d) 4 (quatro) Varas Criminais;

Art. 2º. Modifica o inciso III do art. 136 da Mensagem 73/17, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 136. (...)
III – na entrância final:
a) 2ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazendo Pública da Comarca de Caucaia;
b) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral;
c) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral;
d) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Juazeiro do Norte;
e) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte;
f) 4ª **Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte**;
g) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Maracanaú; e
h) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Maracanaú

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo atender a elevada demanda da comarca do município de Juazeiro do Norte, comarca sede da 1ª Zona Judiciária, em que a criação de apenas duas novas unidades judiciárias, quais sejam, Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Juazeiro do Norte e 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte, não atenderá totalmente a demanda, portanto a criação de mais uma unidade judiciária, no caso, a 4ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte, será de extrema importância no atendimento da demanda, bem como trará diversos benefícios, como celeridade e maior qualidade de serviço.

Fortaleza, 24 de agosto de 2017.

Dr. Santana
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA MODIFICATIVA N° 6 /2017

À mensagem do Poder Judiciário 06/2017 (Proposição n° 00073/2017)

Modifica o inciso II do artigo 146 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem do Poder Judiciário n.º 06/2017.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º. Modifica inciso II do artigo 146 da Mensagem do Poder Judiciário nº 06/2017, que passa a ter a seguinte redação:

"II – 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 2ª Zona Judiciária em Juízes de Direito do 1º, 2º e 3º Juizados Auxiliares da 2ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Iguatu;"

Sala das Sessões. 24 de Agosto de 2017.

Agenor Neto
Deputado Estadual PMDB/CE

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem pôr finalidade modificar a Mensagem do Poder Judiciário para que, devido a alta demanda judicial na 2ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Iguatu e nesta ter apenas 3 (três) juízes auxiliares, não seja prejudicada. Em respeito ao princípio constitucional do acesso a Justiça, norteado pelo artigo 5º, XXXV, *in verbis*: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;" deverá ser mantido os 3 Juízes de Direito Auxiliares da 2ª Zona Judiciária.

Agenor Neto
Deputado Estadual PMDB/CE

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA SUPRESSIVA N° 7/2017

À mensagem do Poder Judiciário 06/2017
(Proposição N° 00073/2017)

SUPRIME O INCISO VII DO ART. 134 DA PROPOSIÇÃO N° 00073/2017 ORIUNDA DA MENSAGEM 06/2017 DO PODER JUDICIÁRIO

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º - Suprima-se o Inciso VII do artigo 134 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem N° 06/2017 do Poder Judiciário.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua aprovação.

JUSTIFICATIVA

O Município de Cruz é uma das cidades mais importantes da região do baixo Acaraú. Possui uma extensão territorial de 334,1 km², uma população de 23.833 habitantes e hoje abriga em seu território o Aeroporto de Jericoacoara que colocou o município no cenário Internacional.

A Comarca de Cruz tem suas instalações cedidas pela Prefeitura do Município desde o ano de 1995, onde funcionam a Promotoria e a Defensoria Pública, além do mais dispõe de 06 (seis) funcionários do Município exercendo funções administrativas e auxiliares, onde podemos constatar que a manutenção da referida Comarca não trará prejuízos ao Poder Judiciário que em nada economizará com a extinção da mesma.

A Comarca em questão tem suma importância para a Região, com uma média anual de 485 processos e teve vinculada a sí a Comarca de Jijoca de Jericoacoara por mais de 10 (dez) anos.

Ressaltamos que a distância da sede do Município de Cruz para a Cidade de Acaraú é de mais de 11 km e dos distritos de Cruz para a sede é de 40 km, assim a Cidade de Acaraú fica cerca de 51 km dos distritos de Cruz, tornando-se um enorme obstáculo para a população daquele município, principalmente de seus distritos, se deslocarem até Acaraú para terem acesso à Justiça.

Diante de todo exposto, levando em consideração a importância do Município de Cruz, os danos que a extinção da Comarca trará para a população e a inexistência de prejuízos para o Poder Judiciário em manter a Comarca de Cruz, pedimos o apoio dos nobres pares para aprovação dessa emenda.

DEPUTADO MANOEL DUCA
PDT

EMENDA ADITIVA Nº 8 À MENSAGEM 73/17

Acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao artigo 134 da Mensagem 73/17.

Art. 1º. Acrescenta o §1º e o §2º ao art. 134 da Mensagem 73/17, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 134. (...)

§ 1º Os municípios que não atingirem a média de 35% de casos novos por magistrado no último triênio, terão sua unidade judiciária/comarca transferida para outra mais próxima, cuja movimentação processual de novos processos seja superior, sendo assegurado em tais municípios a instalação de sistema informatizado de processo judicial, estabelecendo os parâmetros para sua implementação e funcionamento.

§ 2º Nos municípios com unidade judiciária/comarca transferida, será assegurado atendimento judiciário itinerante por meio de mutirões, sempre justificado por demanda que sobrevier.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A proposta de transferência de unidades judiciárias/comarca com distribuição processual inferior a 50% da média de casos novos do último triênio, não apresenta melhor indicativo para aferir o baixo desempenho das comarcas e unidades

judiciárias, uma vez que tal percentual informará a mediana existente entre as comarcas/unidades judiciárias utilizadas em comparativo.

De outro modo, o percentual de 35% da média de casos novos do último ano, apresenta demonstrativo capaz de evidenciar com clareza o baixo rendimento da unidade judiciária ou comarca, justificando, por conseguinte, sua transferência para outra cidade com maior demanda.

Além disso, a implantação de um sistema informatizado de processo judicial nos municípios afetados pelas mudanças supracitadas reduziria o impacto no acesso da população à Justiça, que é um direito que não pode ser prejudicado, além de que o uso do processo eletrônico traz diversos benefícios, gerando celeridade, qualidade de serviço, racionalização de recursos e reduzindo impactos ambientais, sendo, portanto, uma alternativa viável e necessária.

Também, como medida de evitar a redução ao acesso da população à Justiça, a implantação de justiça itinerante por meio de mutirões nos municípios afetadas assegurará a manutenção de tal acesso, de maneira plena e eficiente.

Fortaleza, 28 de agosto de 2017.

Dr. Santana
Deputado Estadual

Ao Departamento Legislativo
para as medidas cabíveis.
25/8/2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
Roberto César de A. Mendonça
Chefe de Gabinete da Presidência

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDÊNCIA / ALEC
REG Nº 2117
25 AGO. 2017
ASS

Ofício nº 839 /2017

Fortaleza, 25 de agosto de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual José Jácome Carneiro Albuquerque
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
Fortaleza – Ceará

Assunto: Encaminha, em versão digital, a Mensagem nº 06/2017-TJ, acompanhada do projeto de lei que "Dispõe sobre a organização judiciária do Estado do Ceará", solicitando nova corrigenda – PL nº 73/17

Senhor Presidente,

Apraz-me cumprimentar Vossa Excelência e, no ensejo, aviar a anexa Mensagem nº 06/2017-TJ, em versão digital e editável, acompanhada de projeto de lei que "Dispõe sobre a organização judiciária do Estado do Ceará", protocolados, em meio físico, no dia 21 de agosto último, nessa augusta Assembleia, e lidos no expediente do dia 22 de agosto de 2017, quando a referida proposição recebeu o nº 73/17.

Colho, ainda, desta oportunidade, para solicitar a Vossa Excelência a corrigenda dos seguintes erros materiais no referido PL, a qual já foi realizada na versão digital que ora é encaminhada:

- Art. 82, inciso I, alínea "f": onde se lê: "2 (dois) Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública;", leia-se: **"2 (dois) Juizados Especiais Cíveis e Criminais;"**;
- Art. 82, inciso II, alínea "e": onde se lê: "2 (dois) Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública;", leia-se: **"2 (dois) Juizados Especiais Cíveis e Criminais;"**;
- Art. 82, inciso III, alínea "e": onde se lê: "1 (um) Juizado Especial Cível e Criminal; e da Fazenda Pública;", leia-se: **"1 (um) Juizado Especial Cível e Criminal;"**;
- Art. 82, inciso IV, alínea "d": onde se lê: "1 (um) Juizado Especial Cível e Criminal; e da Fazenda Pública;", leia-se: **"1 (um) Juizado Especial Cível e Criminal;"**;
- Seção VI: onde se lê: **"DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS; E DA FAZENDA PÚBLICA"**, leia-se: **"DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS"**;
- Art. 87, caput: onde se lê: "Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública das comarcas do interior do Estado [...]", leia-se: **"Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais das comarcas do interior do Estado [...]"**;
- Art. 87, inciso I: passa a integrar o caput do art. 87;
- Art. 87, inciso II: suprimido;
- Art. 88: onde se lê: "No interior do Estado, haverá 18 (dezoito) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública, localizadas [...]", leia-se: **"No interior do Estado, haverá 18 (dezoito) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais localizadas [...]"**;
- Art. 88, Parágrafo único: onde se lê: "Nas comarcas do interior do Estado

dotadas de mais de um Juizado Especial Cível e Criminal; e da Fazenda Pública, a divisão [...]", leia-se: **"Nas comarcas do interior do Estado dotadas de mais de um Juizado Especial Cível e Criminal, a divisão [...]"**;

- Art. 99, inciso IV: onde se lê: "para efeito de substituição, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública são considerados [...]", leia-se: "para efeito de substituição, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são considerados";
- Art. 136, inciso III, alínea "a": onde se lê: "2ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública da Comarca de Caucaia", leia-se: **"2ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Caucaia"**.

Sem mais para esta, despeço-me respeitosamente.

Desembargador Francisco Gladyson Pontes
PRESIDENTE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
29 LEGISLATURA/ 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
LIDO NO EXPEDIENTE DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA

DESPACHO

(x) Publique-se e Inclua-se em Pauta
( ) Inclua-se na Ordem do Dia em ___/___/___
( ) Encaminhe-se ao Gabinete da Presidência
( ) Encaminhse-se à Comissão
( ) Encaminhe-se ao Autor da Proposição

Em: 29/08/14 Presidente / Secretário

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	INFORMAÇÂO
Descrição:	ENCAMINHE - SE À PROCURADORIA		
Autor:	99113 - VIRNA LISI AGUIAR		
Usuário assinador:	99113 - VIRNA LISI AGUIAR		
Data da criação:	01/09/2017 10:19:30	**Data da assinatura:**	01/09/2017 10:20:11

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

INFORMAÇÂO
01/09/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-034-00
FORMULÁRIO DE PROTOCOLO PARA PROCURADORIA	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	27/04/2012
	ITEM NORMA:	7.2

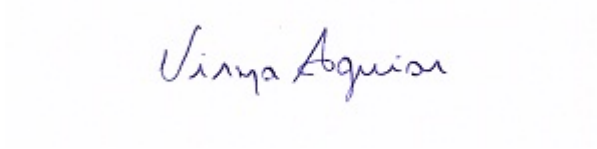
MATÉRIA:

- **MENSAGEM N° 73/2017(ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06/17)**
- PROJETO DE LEI N°.
- PROJETO DE INDICAÇÃO N°.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°.
- PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N°.
- PROJETO DE RESOLUÇÃO N°

AUTORIA:TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Encaminha-se à Procuradoria para emissão de parecer.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.



VIRNA LISI AGUIAR

SECRETÁRIO (A) DA COMISSÃO

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº 9/17

Acrescenta dispositivos ao Projeto de Lei nº 73/17, oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art. 1º Acrescenta dispositivos ao Projeto de Lei nº 73/17, oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.150 - A A serventia extrajudicial do 4º Ofício da comarca de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, tem idênticos serviços, atribuições e competência da serventia extrajudicial do 2º Ofício da comarca de Juazeiro do Norte.

Parágrafo único. O Tribunal de Justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 03 (três) circunscrições imobiliárias do município de Juazeiro do Norte.

Art.150 - B Fica criado o 3º Ofício de Notas e Registro de Imóveis da comarca de Tauá, Ceará, com idênticos serviços, atribuições e competência da serventia extrajudicial 2º Ofício da mesma comarca.

Parágrafo único. O Tribunal de Justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 02 (duas) circunscrições imobiliárias da comarca de Tauá, para fins de registro imobiliário.

JUSTIFICATIVA

Visa a presente emenda ao projeto de lei melhorar a qualidade da prestação jurisdicional na área extrajudicial, que abrange os serviços notariais e registrais, dando condições necessárias para que sejam esses serviços públicos prestados com rapidez, qualidade satisfatória e eficiência, como preconiza art. 38, da Lei Federal nº 8.935/94, beneficiando toda a população cearense, e em especial o município de Juazeiro do Norte e Tauá.

Importa, ainda, referir que a emenda ao projeto de lei, não trará ônus para o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário cearense, pois a administração dos serviços notariais e registrais é de responsabilidade exclusiva do notário e registrador, nos termos do art. 21 da Lei Federal nº 8.935/94.

Audic Mota
Deputado Estadual

PARTIDOS	DEPUTADOS ESTADUAIS	ASSINATURAS
SD	Aderlania Noronha	
PMDB	Agenor Neto	
PDT	Antonio Granja	
PC do B	Augusta Brito	
PMB	Bethrose	
PEN	Bruno Gonçalves	
PP	Bruno Pedrosa	
PR	Capitão Wagner	
PSDB	Carlos Matos	
PMDB	Danniel Oliveira	
PRB	David Durand	
PT	Dr. Santana	
PDT	Dr. Sarto	
PC do B	Carlos Felipe	
PMDB	Dra. Silvana	
PT	Elmano Freitas	
PSDC	Ely Aguiar	
PDT	Evandro Leitão	
PR	Fernanda Pessoa	
PP	Fernando Hugo	
PDT	Ferreira Aragão	
PSD	Gony Arruda	
PSB	Heitor Férrer	
PDT	Jeová Mota	
DEM	João Jaime	
PRP	Joaquim Noronha	
PDT	Julinho	
PMDB	Leonardo Araújo	
PP	Leonardo Pinheiro	
PP	Lucílvio Girão	
PDT	Manoel Duca	
PDT	Mário Hélio	
PDT	Mirian Sobreira	
PT	Moisés Braz	
PMB	Odilon Aguiar	
PSD	Osmar Baquit	
PT	Rachel Marques	
PSOL	Renato Roseno	
PDT	Robério Monteiro	
PSD	Roberto Mesquita	
PDT	Sérgio Aguiar	
PHS	Tin Gomes	
PPS	Tomaz Holanda	
PP	Walter Cavalcante	
PDT	José Albuquerque	

- Quadro de assinaturas referente à emenda 09 – Mensagem 73/17 oriundo da mensagem 06/2017 do Tribunal de Justiça.

Nº do documento:	00063/2017	**Tipo do documento:**	TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Descrição:	TERMO DE DESENTRANHAMENTO DO DOCUMENTO: EMENDA SUPRESSIVA Nº (S/N)		
Autor:	99005 - FRANCISCO EUGÊNIO DE CASTRO CRUZ		
Usuário assinador:	99005 - FRANCISCO EUGÊNIO DE CASTRO CRUZ		
Data da criação:	04/09/2017 16:18:59	**Data da assinatura:**	04/09/2017 16:19:31

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

TERMO DE DESENTRANHAMENTO Nº 00063/2017
04/09/2017

Termo de desentranhamento EMENDA SUPRESSIVA nº (S/N)
Motivo: Por incorrreÃ§Ã&o.

NÃO HÁ ASSINADOR ASSOCIADO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
4ª SECRETARIA DA MESA DIRETORA
DEPUTADA AUGUSTA BRITO

EMENDA SUPRESSIVA 10/2017
(Ao Projeto de Lei nº 73/2017 – Oriundo da Mensagem nº 6, de 21 de Agosto de 2017).

SUPRIME O INCISO VIII DO ART. 134 DO PROJETO DE LEI 73/2017 ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 06, DE 21 DE AGOSTO DE 2017 DO PODER JUDICIÁRIO.

Art. 1º. Fica suprimido o inciso VIII do art. 134 do projeto de lei 73/2017 que acompanha a mensagem nº 06/2017 de 21 de agosto de 2017 oriunda do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2017

JUSTIFICATIVA

A presente ementa objetiva resguardar o acesso à justiça dos cidadãos do Município do Frecheirinha drasticamente afetado com a proposta de reestruturação do Poder Judiciário.

Apesar de tratar-se de pequeno Município, Frecheirinha abriga importante pólo industrial do setor têxtil, notadamente na produção de vestuário de moda íntima, bem como setor industrial de produção de cerâmicas, proporcionado geração empregos e desenvolvimento não somente para o município em questão bem como para os demais circunvizinhos. Fato que, per si, já seria autorizativo de manutenção da comarca atualmente ali instalada. Mas não é só.

A proposta do Poder Judiciário prevê a transformação da Comarca de Frecheirinha em comarca vinculada à Comarca de Tianguá, distantes entre si em 36Km. Além da distância a

ser percorrida pelo cidadão para ter acesso à justiça outro dado geográfico peculiar deve ser considerado: a existência de uma subida de serra. Aumentando de forma imensurável os riscos do deslocamento necessário para obtenção da prestação jurisdicional.

Importante destacar que tramita nesta casa legislativa projeto de definição de limites intermunicipais (230/2016) que amentará os limites territoriais de Frecheirinha com a consequente absorção da população que vive nas áreas abrangidas superando o mínimo exigido para criação de novas unidades judiciários pelo Tribunal de Justiça de forma que, por economia processual, é recomendável que já neste processo legislativo, mantenhamos o Município de Frecheirinha como sede de Comarca.

DEPUTADA AUGUSTA BRITO
4ª Secretária da Mesa Diretora
Procuradora Especial da Mulher

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
4ª SECRETARIA DA MESA DIRETORA
DEPUTADA AUGUSTA BRITO

EMENDA SUPRESSIVA 11 /2017
(Ao Projeto de Lei nº 73/2017 – Oriundo da Mensagem nº 6, de 21 de Agosto de 2017).

SUPRIME O INCISO XIII DO ART. 134 DO E O INCISO I DO ART. 138 DO PROJETO DE LEI 73/2017 ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 06, DE 21 DE AGOSTO DE 2017 DO PODER JUDICIÁRIO.

Art. 1º. Fica suprimido o inciso XIII do art. 134 do projeto de lei 73/2017 que acompanha a mensagem nº 06/2017 de 21 de agosto de 2017 oriunda do Poder Judiciário.

Art. 2º. Fica suprimido o inciso I do art. 138 do projeto de lei 73/2017 que acompanha a mensagem nº 06/2017 de 21 de agosto de 2017 oriunda do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2017

JUSTIFICATIVA

A presente ementa objetiva resguardar o acesso à justiça de mais de 26.000 (vinte seis mil) habitantes dos Municípios de Meruoca e Alcântaras drasticamente afetados com a proposta de reestruturação do Poder Judiciário.

A proposta de lei que dispõe sobre a organização judiciária enviada pelo Poder Judiciário prevê a transformação da Comarca Sede de Meruoca em Comarca Vinculada à Comarca de Sobral. Prevê ainda que a Comarca de Alcântaras, atualmente vinculada à Comarca de Meruoca, passaria a vinculada à Sobral.

Entendemos que com tal modificação o Acesso à Justiça restará seriamente prejudicado, em razão dos grandes deslocamentos que importará para que a prestação jurisdicional seja efetivamente exercida.

Pelo projeto enviado para implantação e instalação de comarca se exigirá população mínima de 15.000 (quinze mil habitantes) e eleitorado não inferior a 60% da sua população bem como media anual de casos novos superior a 50% da media por magistrado registrada no ultimo triênio (art. 17, I e II do projeto de lei 73/2017).

A população estimada para 2017 do município de Meruoca é de 14.948 (quatorze mil novecentos e quarenta e oito) segundo dados do IBGE, disponível no sitio eletrônico http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230820&search=ceara|meruoca.

Ora, por apenas 52 pessoas, o Município de Meruoca deixará de ser sede de comarca? Além de ferir o princípio do acesso à justiça, tal medida também se afigura extremamente desproporcional.

Acrescente-se ainda o fato da Comarca de Meruoca cumprir o segundo requisito para implantação de comarca, qual seja, media de casos novos superior a 50% da registrada pelos Magistrados do Estado do Ceará.

Quanto a Comarca Vinculada de Alcântaras, atualmente vinculada à Meruoca e que pelo projeto passaria a vinculada de Sobral, o impacto ao acesso a justiça é notório. Aumento da distância entre a residência dos jurisdicionados e local onde a justiça será prestada e dificuldade de locomoção entre as sedes do municípios em questão (Sobral-Alcântaras) principalmente para os que residem na Zona Rural de Alcântaras combinada com a baixa oferta de transporte coletivo são razões que motivam a manutenção da comarca de Alcântaras Vinculada à comarca de Meruoca.

Ressalte-se o fato que comarcas vinculadas nunca terão juízes titulares nas suas respectivas jurisdições restando comprometido de forma imensurável a prestação jurisdicional.

Senhores Parlamentares, por todos os motivos acima expostos, tudo devidamente comprovado, apresentamos a presente emenda com a finalidade de que o município de Meruoca permaneça como sede de comarca bem como o Município de Alcântaras permaneça com sua Comarca Vinculada à Comarca de Meruoca.

DEPUTADA AUGUSTA BRITO
4ª Secretária da Mesa Diretora
Procuradora Especial da Mulher

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
4ª SECRETARIA DA MESA DIRETORA
DEPUTADA AUGUSTA BRITO

EMENDA ADITIVA 12/2017
(Ao Projeto de Lei nº 73/2017 – Oriundo da Mensagem nº 6, de 21 de Agosto de 2017).

ACRESCE O INCISO V AO ARTIGO 139 PROJETO DE LEI 73/2017 ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 6, DE 21 DE AGOSTO DE 2017 DO PODER JUDICIÁRIO.

Art. 1º. Fica acrescido o inciso V ao art. 139 do projeto de lei 73/2017 que acompanha a mensagem nº06/2017 21 de Agosto de 2017 oriunda do Poder Judiciário com a seguinte redação:

Art. 139...

(...)

V – Guaraciaba do Norte

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2017

JUSTIFICATIVA

A Comarca de Guaraciaba do Norte fica localizada na Serra da Ibiapaba, região norte do Estado do Ceará, distante cerca de 300 quilômetros da cidade de Fortaleza/Ce, tendo como vizinhas e mais próximas as Comarcas de São Benedito, Croatá, Reriutaba, Carnaubal, Ipu, Ipueiras, Varjota, Ibiapina, Graça, Pacujá, Ubajara e Tianguá.

Destaca-se que a Comarca de Guaraciaba do Norte funciona sob a forma de Juízo de Entrância Inicial, sob a tutela da Juíza Substituta Titular **Dra. JULIANA BRAGANÇA FERNANDES LOPES**, esta que exerce o seu mister na comarca desde 25/02/2016, sendo que na sobredita comarca a magistrada exerce suas funções jurisdicionais de julgamento com um acervo atualmente aproximado de **4.100 (Quatro mil e cem) processos** de natureza Cível, Criminal dentre outros, bem como em processos que tramitam sob a égide da Lei 9.099/95 (Juizado Especial Cível e Criminal) e ainda atua junto aos processos de natureza eleitoral da 74ª Zona Eleitoral, esta que engloba os municípios de Guaraciaba do Norte e Croatá.

Entretanto, cumpre salientar que só no ano de 2016 foram distribuídos 1.419 processos novos e até o presente período do ano de 2017 a comarca registrou a distribuição de mais de 1.800 novos casos e que o acervo processual antes da chegada desta Magistrada superava os 5.000 processos.

Importante frisar que o trabalho na Comarca de Guaraciaba do Norte/Ce vem sendo feito de maneira escorreita, observando com retidão o ordenamento jurídico brasileiro, com manifesto respeito e atenção aos jurisdicionados, opinião esta que é compartilhada pelos advogados, profissionais do direito, servidores.

Em reconhecimento ao trabalho ora desempenhado na comarca de Guaraciaba do Norte, o Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará homenagiou esta magistrada por obter a maior produtividade dentre todas as comarcas do estado em entrância incial, com a **MEDALHA DO MÉRITO JURISDICIONAL DESEMBARGADOR CARLOS FACUNDO**, cuja a solenidade ocorreu em 27/01/17.

Sucede que, antes da chegada desta magistrada supra, **a comarca de Guaraciaba do Norte historicamente não conseguia por muito tempo manter um(a) juiz(a) titular e com tanta atuação, posto que os juízes que na comarca trabalharam demoraram pouco mais de um ano, momento em que tiveram sua saída determinada, seja por remoção ou por promoção para entrância intermediária, ficando a comarca sob o comando de juízes em respondência, o que devido ao grande volume de processos distribuídos mensalmente, atrasava por demais os trabalhos da comarca e, por consequência, a prestação jurisdicional.**

Diante deste quadro, ante a quantidade expressiva de processos e verificando que a comarca preenche todos os requisitos elencados no Projeto de novo Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, , não resta dúvidas que a **Comarca de Guaraciaba do Norte merece elevação de 1ª Entrância/Inicial para Segunda Entrância/Intermediária,** senão vejamos:

NOVO PROJETO

Art. 20 - Para a elevação de comarca entre entrâncias devem ser observados requisitos relativos á população, eleitorado e demanda, nos seguintes termos:

a) população mínima de 30.000 (trinta mil) habitantes, eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população; e média anual de casos novos, considerando o triênio anterior ao da elevação da comarca, igual ou superior a 1.300 (um mil e trezentos) feitos ou

b) população mínima de 40.000 (trinta mil) habitantes, eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população; e média anual de casos novos, considerando o triênio anterior ao da elevação da comarca, igual ou superior a 1.200 (um mil e trezentos) feitos ou ...

Neste requisito para elevação da comarca, Guaraciaba do Norte preenche perfeitamente, pois segundo dados populacionais baseados no censo realizado pelo instituto, em 2016 a População da cidade foi estimada **em 39.301 (Trinta e Nove Mil Trezentos e Um) habitantes** - Fonte IBGE: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=230500.

Ademais, a média de distribuição de casos novos no último triênio se aproxima dos 1300 processos.

Destaca-se que Comarcas como Ipu, Lavras de Mangabeira, Cedro, Nova Russas, entre outras, apresentam um número de processos inferior à média de processos da Comarca de Guaraciaba do Norte,no entanto, são classificadas como Intermediária.

Segundo dados do Cartório da 74ª Zona Eleitoral, sediado no fórum da comarca, **existem 32.950 (Trinta e Dois Mil Novecentos e Cinquenta) eleitores ativos na comarca de Guaraciaba do Norte ou seja eleitorado aproximado de 84%.** Já na Comarca de Croatá, esta também vinculada à 74ª Zona Eleitoral, existem 14.978 (Quatorze Mil Novecentos e Setenta e Oito) eleitores ativos.

O edifício público que cedia o Fórum da comarca é por demais estruturado, com dependências amplas, sala de audiências adequada para sua finalidade, dispõe de um amplo salão do júri, está localizado próximo ao centro da cidade, condição que facilita o acesso aos moradores de sítios e distritos mais distantes da sede, tendo recentemente passado por uma singela reforma determinada por este Tribunal de Justiça.

Apesar da simplicidade da comarca, o fórum encontra-se em perfeitas condições de funcionamento podendo até mesmo ser ampliado caso haja necessidade.

A cadeia pública da comarca também mantém boa estrutura, tendo recentemente passado por uma reforma estrutural, onde foi reforçada, principalmente no quesito de

segurança, na medida em que todas as celas foram reformadas e tiveram sua alvenaria refeita com armações em aço e concreto, inclusive sendo construída uma cela para o devido cumprimento dos apenados que se encontram no regime semiaberto.

A comarca dispõe de uma casa para residência do magistrado, no entanto este imóvel encontra-se em condição não habitável. Contudo, a cidade dispõe de inúmeros imóveis novos para locação, o que facilita a instalação de qualquer órgão do Poder Judiciário, Ministério Público ou qualquer outra autoridade.

Com efeito, verifica-se que a Comarca de Guaraciaba do Norte/Ce, preenche todos os requisitos definidos, razão pela qual resta imperiosa a sua elevação para entrância Intermediária.

Senhores Parlamentares, por todos os motivos acima expostos, tudo devidamente comprovado, apresentamos a presente emenda com a finalidade de que a comarca de Guaraciaba do Norte/Ce seja elevada à entrância intermediária, posto que atende a todos requisitos legais, bem assim dispõe de estrutura física e de pessoal para proporcionar uma prestação jurisdicional cada vez mais efetiva, reforçando assim a aplicação da justiça.

DEPUTADA AUGUSTA BRITO
4ª Secretária da Mesa Diretora
Procuradora Especial da Mulher

EMENDA MODIFICATIVA 13 /2017 AO PROJETO DE LEI 73/2017 (MENSAGEM N.° 06, DE 21 DE AGOSTO DE 2017).

"Altera a redação de dispositivo do projeto de lei 73/2017, na forma que indica".

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ APROVA:

Art.1°. O *caput* do artigo 17 do projeto de lei 73/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17. São requisitos para a implantação de comarcas, considerados não cumulativamente:

CAPITÃO WAGNER

DEPUTADO ESTADUAL PR/CE

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem como objetivo garantir que os requisitos estipulados para a implantação de Comarcas no Estado do Ceará, quais sejam, população mínima de 15.000 (quinze mil) habitantes e média anual de casos novos nos últimos 3 (três) anos igual ou superior à media estadual, sejam considerado isoladamente para fins de implantação de comarcas.

Isto posto, solicito de meus Pares o necessário apoio para a aprovação da presente matéria.

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA ADITIVA 14 /2017 AO PROJETO DE LEI 73/2017 (MENSAGEM N.º 06, DE 21 DE AGOSTO DE 2017).

"Acrescenta dispositivo ao projeto de lei 73/2017, na forma que indica".

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ APROVA:

Art.1°. Fica acrescentado o seguinte parágrafo ao artigo 17 do projeto de lei 73/2017:

Art. 17. (...)

§3º. Independentemente dos critérios estabelecidos no caput *deste artigo, será implantada comarca nos Municípios onde haja o aforamento anual de 300 (trezentos) feitos de jurisdição contenciosa.*

CAPITÃO WAGNER

DEPUTADO ESTADUAL PR/CE

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem como objetivo garantir que a implantação de comarca nos Municípios onde haja o aforamento de 300 (trezentas) ações litigiosas, como forma de garantir a prestação jurisdicional. Ressalte-se que os critérios estabelecidos no *caput* (população mínima de 15.000 habitantes e média anual de casos novos nos últimos 3 anos igual ou superior à media estadual) não são avaliados ano a ano, razão pela qual surge a necessidade de estabelecer critério objetivo que possa ser verificado anualmente.

Isto posto, solicito de meus Pares o necessário apoio para a aprovação da presente matéria.

EMENDA ADITIVA 15 /2017 AO PROJETO DE LEI 73/2017 (MENSAGEM N.º 06, DE 21 DE AGOSTO DE 2017).

"Acrescenta dispositivo ao projeto de lei 73/2017, na forma que indica".

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ APROVA:

Art.1º. Fica acrescentado o seguinte parágrafo ao artigo 17 do projeto de lei 73/2017:

Art. 17. (...)

§3º. Para fins do disposto no inciso I do caput *deste artigo, será considerada a estimativa populacional dos municípios para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.*

CAPITÃO WAGNER

DEPUTADO ESTADUAL PR/CE

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem como objetivo garantir o critério populacional divulgado pelo IBGE.

Isto posto, solicito de meus Pares o necessário apoio para a aprovação da presente matéria.

EMENDA ADITIVA 16 /2017 AO PROJETO DE LEI 73/2017 (MENSAGEM N.º 06, DE 21 DE AGOSTO DE 2017).

"Acrescenta dispositivo ao projeto de lei 73/2017, na forma que indica".

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ APROVA:

Art.1°. Fica acrescentado o seguinte parágrafo ao artigo 76 do projeto de lei 73/2017:

Art. 76. (...)

§2º. Haverá, pelo menos, 1 (uma) Unidade de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, em todas as Zonas Judiciárias do Estado do Ceará.

CAPITÃO WAGNER

DEPUTADO ESTADUAL PR/CE

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem como objetivo estabelecer critério de implantação de Unidades de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Estado do Ceará, estabelecendo a implantação de pelo menos 14 Unidades no Estado.

Isto posto, solicito de meus Pares o necessário apoio para a aprovação da presente matéria.

EMENDA SUPRESSIVA 17 /2017 AO PROJETO DE LEI 73/2017 (MENSAGEM N.º 06, DE 21 DE AGOSTO DE 2017).

"Suprime dispositivo ao projeto de lei 73/2017, na forma que indica".

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ APROVA:

Art.1º. Fica suprimido o inciso VIII do artigo 134 do projeto de lei 73/2017.

CAPITÃO WAGNER

DEPUTADO ESTADUAL PR/CE

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem como objetivo evitar a transformação da comarca de entrância inicial do Município em Frecheirinha em comarca vinculada, integrando a jurisdição da comarca de Tianguá. Ressalte-se que A distância entre as duas cidades é de 35,3 km, ocasionando deslocamento de mais de 70km para o jurisdicionado.

O presente pleito fora encaminhado pelo Poder Legislativo do Município de Frecheirinha, que argumenta a peculiar situação daquele Município, posto que se configura em pólo de moda íntima, gerando centenas de empregos diretos e indiretos, ocasionando por isso grande demanda processual. A População estimada do Município hoje é de quase 14 mil habitantes, mas suas demandas judiciais superam até mesmo as de municípios de maior população.

Isto posto, solicito de meus Pares o necessário apoio para a aprovação da presente matéria.

EMENDA ADITIVA Nº 18 /2017

À mensagem do Poder Judiciário 06/2017
(Proposição N° 00073/2017)

Acrescenta o Art. 151A. a Proposição Nº73/2017, oriunda da mensagem 06/2017 do Poder Judiciário que dispõe sobre a Reestruturação do Código de Organização Judiciário do Estado do Ceará

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art 151A. - Ficam anexados/acumulados ao Cartório do 1º Ofício da cidade e Comarca de Saboeiro, todos os serviços e atribuições do Cartório do 2º Ofício da mesma localidade, que passará denominar-se Ofício Único de Notas e Registros.

§ 1º Em virtude da acumulação de que trata o caput fica extinto o Cartório do 2º Ofício da cidade e Comarca de Saboeiro.

§ 2º A Anexação/acumulação de que trata o caput dar-se-á automaticamente, devendo o Titular do Cartório do 1º Ofício, no prazo de até sessenta dias, contado a partir da publicação desta Lei, formalizar o pedido junto à Presidência do Tribunal de Justiça.

JUSTIFICATIVA

O art. 92, da CF/88 preconiza que a iniciativa de Projeto de Lei que trate da Organização Judiciária compete aos Tribunais.

Contudo, o art. 227, do Regimento Interno desta Casa, dispõe:

"Não será permitida emenda que aumente as despesas previstas (art. 60, Parágrafo Único, CE):
I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador;
II - nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e do Ministério Público Estadual".

No caso em apreço, **trata-se tão somente de emenda** a Projeto de Lei de competência privativa do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, emenda esta que não gera nem tampouco aumenta despesas para o erário, já que os serviços notariais e registrais sãoexercidos em caráter privado, por força do art. 236 da Constituição Federal,

regulamentado pela Lei Federal nº 8.935/94, e os emolumentos pagos pelo usuário pelos serviços prestados são regularmente tabelados por Ato do Tribunal de Justiça.

Assim exposto, a presente emenda é jurídica e tecnicamente viável.

Quanto à anexação/acumulação em si, temos o dispositivo do art. 26, da Lei Federal 8.935/94: "**Não são acumuláveis o serviços enumerados no art. 5º**".

Serviços do art. 5º, da Lei 8.935/94:

I-Tabelião de Notas;

II-Tabeliães e oficiais de registros de contratos marítimos;

III-Tabeliães de protesto de títulos;

IV-Oficiais de registro de imóveis;

VI-Oficiais de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas;

VI-Oficiais de registros civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas;

VII-Oficiais de registro de distribuição.

Porém, temos o parágrafo único, do citado art. 26, da Lei Federal 8.935/94: **"PODERÃO, CONTUDO, SER ACUMULADOS (todos os serviços elencados no art. 5º) NOS MUNICÍPIOS QUE NÃO COMPORTAREM, EM RAZÃO DO VOLUME DOS SERVIÇOS OU DA RECEITA, A INSTALAÇÃO DE MAIS DE UM DOS SERVIÇOS".**

Muito embora a regra seja a da não-cumulatividade, porém, esta deve ser mitigada, quando o exercício de uma especialidade isolada torne a serventia inviável economicamente. Essa, inclusive, é a ressalva feita pelo parágrafo único, do artigo 26, da Lei nº 8.935/1994, como já registrado. Ou seja, a realidade socioeconômica se sobrepõe ao ordenamento jurídico.

Assim é que, no Estado do Ceará, temos as seguintes sedes de município com apenas um cartório, com a designação de Ofício Único de Notas e Registros: Abaiara, Acarape, Alcântaras, Altaneira, Apuiarés, Ararendá, Arneiroz, Barroquinha, Cariús, Catunda, Choró Limão, Chorozinho, Croatá, Deputado Irapuan Pinheiro, Ererê, General Sampaio, Grangeiro, Guaiaíuba, Guaramiranga, Ibicuitinga, Itaiçaba, Itaitinga, Jaguaribara, Jijoca de Jericoacoara, Milhã, Miraíma, Ocara, Pacujá, Penaforte, Pindoretama, Pires Ferreira, Potiretama, Quiterianópolis, Quixelô, Salitre, São João do Jaguaribe, Senador Sá, Tarrafas, Tejuçuoca, Tururu, Umari, Umirim e Varjota, todos anexados/acumulados através da **Lei Estadual nº 12.776, de 29.12.1997**; e ainda a cidade de Várzea Alegre, através da Lei Estadual nº **12.832, de 10.07.1998.**

Em todos os municípios acima elencados a causa da anexação, nos precisos termos do parágrafo único, do art. 26, da Lei Federal 8.935/94, se deu em razão do volume dos serviços ou da receita ou pelo critério populacional/socioeconômico (art. 38, da Lei Federal nº 8.935/94). Por consequência lógica, a anexação/acumulação das atividades do Cartório do 2º Ofício ao 1º Ofício da cidade de Saboeiro se deve dar dentro do parâmetro serviços/receita e do parâmetro populacional/socioeconômico.

Assim, vejamos no quadro abaixo o volume de serviços/receita do Cartório do 1º Ofício e do Cartório do 2º Ofício da cidade de Saboeiro, conforme informações do sítio do Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/corregedoria/justiçaaberta):

QUADRO I MUNICÍPIO DE SABOEIRO

Cartório	Cod. CNJ	Período de Arrecadação	Atos Praticados	Arrecadação	Média Mensal
1º Ofício	01.808-5	01/07/2016 a 31/12/2016	801	17.412.34,	2.902,05
2º Ofício	01.976-0	01/07/2016 a 31/12/2016	1.576	21.764,56	3.627,42
MÉDIA MENSAL EM R$ DAS DUAS SERVENTIAS: R$ 6.529,47					

Desse modo, tomemos seis sedes de município onde existe apenas um Cartório, a fim de comparar o volume de serviços e de receita com o dos cartórios da cidade de Saboeiro:

QUADRO II MUNICÍPIOS COM CARTÓRIO ÚNICO NA SEDE (Fonte: CNJ/Sítiowww.cnj.jus.br/corregedoria/justiçaaberta

Município	Cod CNJ	Período de Arrecadação	Atos Praticados	Arrecadação	Média Mensal
ABAIARA	01.654-3	01/07/2016 a 31/12/2016	3.176	74.707,85	12.451,13
CARIUS	01.646-9	01/07/2016 a 31/12/2016	5.352	67.369,46	11.228,24
GUARAMIRANGA	01.657-6	01/07/2016 a 31/12/2016	5.601	440.590,11	73.431,68
ITAITINGA	13.697-8	01/07/2016 a 31/12/2016	57.190	1.632.647,24	272.607,87
CHOROZINHO	02.026-3	01/07/2016 a 31/12/2016	8.578	89.145,61	14.587,60
VÁRZEA ALEGRE	02.054-5	31/07/2016 a 31/12/2016	17.144	240.517,71	40.862,21

Por outro lado, verifiquemos a situação das localidades abaixo, nas quais existe apenas um Cartório, com as atribuições notariais e registrais, em confronto com o Município de Saboeiro, do ponto de vista populacional/socioeconômico:

QUADRO II INDICADORES SOCIOECONOMICOS DE MUNICÍPIOS ONDE EXISTE APENAS UM CARTÓRIO NA SEDE EM CONFRONTO COM O MUNICÍPIO DE SABOEIRO, ONDE EXISTEM DOIS OFÍCIOS (Fonte: IBGE/Censo 2010/Sítio www.ibge.gov.br)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	IDH	PIB R$
ACARAPE	15.537	0,623	50.468,00
CARIUS	18.567	0,630	52.236,60
CHOROZINHO	18.920	0,633	71.220,00
ITAITINGA	38.933	0,626	305.858,00
VÁRZEA ALEGRE	40.255	0,629	124.647,00
SABOEIRO	**15.754**	**0,560**	**42.855,00**

Seja conforme o critério volume de serviços/receita (art. 36, da Lei Federal nº 8.935/94), seja no critério populacional/socioeconômico (art. 38, da Lei Federal nº 8.935/94), todos os municípios acima apontados, no quais há apenas um Cartório de Notas e Registros, têm seus indicadores muito superiores aos do Município de Saboeiro, onde há dois serviços de Notas e Registros na sede.

Portanto, nos moldes dos critérios apontados, mostra-se perfeitamente factível a anexação/acumulação dos serviços do Cartório do 2º Ofício aos do 1º Ofício da cidade de Saboeiro.

Ademais, assinale-se que o Cartório do 1º Ofício da cidade de Saboeiro já desenvolve todas as atividades desenvolvidas pelo Cartório do 2º Ofício, com exceção do Registro de Imóveis. Demonstra-se, assim, que a anexação de apenas a atividade de Registro de Imóveis não irá gerar solução de continuidade nem tampouco afetar a boa prestação de serviço ao usuário.

Por outro lado, o Cartório do 2º Ofício da cidade de Saboeiro**está com a titularidade vaga**, conforme se infere do sítio do CNJ

(www.cnj.jus.br/corregedoria/justiçaaberta) e do sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (www.tjce.jus.br). A anexação, portanto, não irá prejudicar direitos adquiridos.

Inclusive, nos "*considerandos*" da Resolução nº 80/2009/CNJ está claro o entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de que "***é no momento da vacância que devem ser efetivadas as acumulações e desacumulações, bem como as anexações e desanexações previstas nos artigos 26 e 49 da Lei nº 8.935/1994***".

Por força de tal entendimento, a anexação visada adquire mais um inconteste respaldo legal.

Observando, portanto, o volume de serviço e receita do Cartório do 1º Ofício da sede da Comarca de Saboeiro verifica-se ser o mesmo deficitário, vista que a maior parte dos serviços por ele prestados é gratuita, tais como Registros de Nascimento e Óbito (gratuidade universal), Casamento Civil, 2ª Via, Averbação, Divórcio, Reconhecimento de Paternidade (para as pessoas carentes).

Por tudo exposto, a anexação/acumulação das atividades do Cartório do 2º Ofício da cidade de Saboeiro ao Cartório do 1º Ofício da mesma localidade, mostra-se juridicamente viável.



DEPUTADO MANOEL DUCA
PDT

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	PARECER
Descrição:	PROJETO DE LEI Nº 73/2017 - TJ - MENSAGEM N. 06/2017 - PARECER - REMESSA À CCJR		
Autor:	99649 - RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS		
Usuário assinador:	99649 - RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS		
Data da criação:	12/09/2017 15:09:12	**Data da assinatura:**	12/09/2017 15:10:06

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

GABINETE DO PROCURADOR

PARECER
12/09/2017

PROJETO DE LEI Nº 73/2017

MENSAGEM N. 06/2017 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

P A R E C E R

Vem ao exame desta Procuradoria, nos termos regimentais, a **Mensagem nº 06/17**, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), com fito de submeter à apreciação do Poder Legislativo o Projeto de Lei que "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ".

O Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Presidente da Egrégia Corte Judicial do Estado, ao justificar o projeto, observa que se trata de novo disciplinamento acerca da estrutura judiciária, mais racional e eficiente, compatível com as necessidades atuais, em privilégio da melhoria do atendimento aos jurisdicionados.

Segundo o D. Desembargador, foi realizado estudo técnico elaborado no âmbito do Poder Judiciário, tendo resultado sob a responsabilidade de Grupo de Trabalho constituído por meio da Portaria nº 345, de 24 de fevereiro de 2017, e cujas conclusões, sob a forma de recomendações, estão disponibilizadas na internet, por meio do link: http:www//tjce.jus.br/institucional/reestruturação-da-organização-judiciaria/.

Dentre as mudanças propostas, cabe destacar as seguintes:

a) o rezoneamento do território do Estado, para fins de organização judiciária , com base na divisão estabelecida pela Lei Complementar nº 154, de 20 de outubro de 2015, ampliando as atuais 9 (nove) para 14 (quatorze) zonas judiciárias, correlatas às regiões de planejamento;

b) agregações e transferências de unidades judiciárias subdemandas, assim consideradas as que registraram, no último triênio (2014/2016), distribuição processual inferior a 50% da média de casos novos por magistrado do tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em cumprimento ao previsto no art. 9º, da Resolução nº 184, de 6 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

c) a criação, por força das referidas transferências, de 17 (dezessete) novas unidades judiciárias nas entrâncias inicial, intermediária e final, cumprindo o mandamento do art. 93, inciso XXIII, da Constituição Federal, segundo o qual: " o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população."

d) a transformação de unidades da Comarca de Fortaleza, dando ensejo à criação de Juizados Especiais com competência exclusivamente cível e outros com competência exclusivamente criminal; além da criação de Varas Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa;

e) a definição de novos critérios para a classificação de comarcas e entrâncias inicial, intermediária e final;

f) a extinção de serventias extrajudiciais não instaladas e/ou vagas, de acordo com estudo de viabilidade econômica realizado pela Corregedoria-Geral da Justiça , no ano de 2016, por determinação da Corregedoria Nacional de Justiça.

Demonstra que o projeto prevê a transferência de unidades judiciárias subdemandadas, em cumprimento a determinação do Conselho Nacional de Justiça, editada em 2013, e com a abrangência para todos os órgãos do Poder Judiciário no Brasil, acompanhando movimento semelhante que já foi ou está sendo realizado em diversas unidades federativas.

A transferência possibilitará a criação de novas unidades em diversos pontos em que o sistema judiciário apresenta estrangulamento diante da grande quantidade de demandas, atendendo a reclamos de jurisdicionais e advogados quanto à implantação de novas unidades, alem de possibilitar o atendimento de outras de outras recomendações do CNJ, como ocorrerá com a criação de varas exclusivas para infância e juventude nas Comarcas de Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral.

De modo a evitar impacto às populações das comarcas cujas unidades serão transferidas, o projeto prevê a sua transformação em comarcas vinculadas, garantindo que todos os atos que exijam o comparecimento de pessoas em juízo continuem sendo praticados nas atuais jurisdições, cujas instalações físicas serão mantidas, bem assim outros atos como o protocolo de petições e documentos, atendimento ao público e expedição de certidões, afastando-se a necessidade de deslocamento dos juridicionados entre as vinculadas e suas respectivas sedes.

A aprovação do projeto que acompanha a presente mensagem resultará em ganhos significativos para tornar a estrutura da Justiça Estadual mais eficiente, dentre os quais:

a) a criação de zonas judiciárias, possibilitando que as Comarcas de Itapipoca, Baturité, Camocim, Aracati, Canindé e Tauá passem a figurar como sedes de suas respectivas regiões, contando com a atuação direta de juízes auxiliares;

b) a criação, por transformação, e sem aumento de despesas , 17 (dezessete) novas unidades judiciárias nas comarcas do interior do estado, a seguir listadas: a Vara única da Comarca de Ocara; 2ª Vara da Comarca de Acaraú; 2ª Vara da Comarca de São Gonçalo do AMARANTE; 2ª Vara da Comarca de Beberibe; 2ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará; 2ª Vara da Comarca de Horizonte; 2ª Vara da comarca de Itaitinga; 3ª Vara da Comarca de Russas; 2ª Vara da Comarca de Icó; 3ª Vara da Comarca de Canindé; 2ª Unidade dos juizados Especiais Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública da Comarca de Caucaia; Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral; 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral; Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Juazeiro do Norte; 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte; Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Maracanaú; 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Maracanaú;

c) a criação, por transformação, na Comarca de Fortaleza, de Unidades dos Juizados Especiais com competências exclusivamente cível e criminal, além de Varas Cíveis Especializadas em Demandas em Massa.

Destacou-se, que a disciplina sobre a carreira dos magistrados estaduais, que integra o atual Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei nº 12.342, de 28 de julho de 1994 – Títulos III e IV, do Livro II), não é alterada pelo protejo que acompanha a próximos das a essa augusta Assembleia, possibilitando que, após as esperas aprovações, o regime do atual Código seja substituído por duas leis, uma das quais tratando exclusivamente da organização judiciária e outra sobre o regime jurídico de magistratura.

Registra, ainda, que a proposta foi submetida ao crivo de seu plenário, que decidiu, à unanimidade, em sessões realizadas em 3 de julho e 17 de agosto últimos, pelo envio da presente mensagem a esta Casa Legislativa, bem assim que as suas premissas e fundamentos foram previamente apresentados a representações de magistrados, membros do Ministério Público e Defensoria Pública, servidores do Poder Judiciário e advogados, por meio da seccional da OAB.

Por fim, ressalta-se, que a presente Mensagem e o projeto de lei que a acompanha substituem a Mensagem nº 03/2017-TJ, e o correlato projeto que a institui, cuja devolução a esta Corte ora solicita.

É o relatório.

Passo ao parecer.

O projeto de lei apresentado visa promover uma vasta reestruturação na organização no âmbito do Poder Judiciário, com rezoneamento do território do Estado na ampliação de zonas judiciárias, criação de novas unidades judiciárias , definição de novos critérios para a classificação de comarcas entre as entrâncias inicial, intermediária e final e extinção de serventias extrajudiciais não instaladas de acordo com o estudo de viabilidade econômica realizado pela Corregedoria Geral da Justiça.

A tutela jurisdicional prestada pelo o Estado deve ser efetiva e eficaz, produzindo efeitos no plano fático, o que reflete na efetividade da tutela jurisdicional, readaptando os seus serviços à realidade.

Uma das garantias institucionais do Poder Judiciário é a garantia da autonomia administrativa, que visa permitir ao Poder Judiciário sua auto-organização, não só na elaboração de regimentos, provimentos, comunicados, criação de novas Varas, providências a respeito dos cargos necessários à Administração da Justiça, mas enfim, do auto-atendimento rápido ao cidadão, a organização nos procedimentos, sendo de suma importância que a base estrutural esteja bem fundamentada.

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará detém ampla autonomia, que na concepção de autoadministração, dota-o de campo próprio de atuação, com base em regras de competência previamente estabelecidas que garantam a gerência própria na sua organização e serviços administrativos.

O projeto *sub examine* encontra guarida no art. 96, II, "b" da Constituição Federal de 1988, que estabelece ser de competência privativa do Tribunal de Justiça dispor sobre organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva. A Constituição Estadual, em seu art. 96 e em adendo ao já disposto no texto federal, assim trata a matéria: A Lei de Organização Judiciária, de iniciativa do Tribunal de Justiça, disporá sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário do Estado e a carreira da magistratura [...].

De maneira mais explícita, a Constituição do Estado do Ceará, com a redação dada pela EC 61/08, passou a prever expressamente, em seu art. 60, a iniciativa de leis remetidas pelo Presidente do Tribunal de Justiça, em decorrência de sua autonomia administrativa e financeira, nos seguintes termos:

> *Art. 60. Cabe a iniciativa de leis: (...)*
>
> *III – ao Presidente do Tribunal de Justiça, em matérias de sua competência privativa, previstas nesta Constituição;*

Ainda em complemento, o art. 108, da Constituição do Estado do Ceará:

> ***Art. 108**. Compete ao Tribunal de Justiça:*

***I** – propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:*

***a)** a alteração do número de seus membros;*

***b)** a criação, extinção ou alteração do número de membros dos Tribunais inferiores, que serão previamente ouvidos, nos últimos casos;*

***c)** a criação e a extinção de cargos e a fixação de subsídios de magistrados do Estado;*

***d)** dispor sobre a regulamentação e remuneração dos juízes de paz e dos serviços auxiliares;*

***e)** a alteração, mediante lei, da organização e da divisão judiciária;*

De se observar, ainda, que o projeto de lei passou pelo crivo do pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, atendendo-se ao disposto no art. 4º, III, da Lei Estadual n.º 12.483/95.

Inconteste, portanto, que a matéria tratada no projeto de lei está entre aquelas submetidas à iniciativa conferida ao próprio Tribunal de Justiça, para regular seus cargos, estrutura, vantagens, serviços e funções.

Destarte, a proposta não apresenta nenhum óbice material ou formal, sendo inteiramente viável do ponto de vista jurídico-constitucional.

Diante do exposto, entendemos que a proposição remetida por intermédio da **Mensagem n° 06/2017**, de iniciativa da Presidente do **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, encontra-se em perfeita harmonia com os ditames jurídico-constitucionais e de técnica legislativa, pelo que somos de **PARECER FAVORÁVEL** à sua normal tramitação nesta Assembleia Legislativa.

É o parecer, à consideração da douta Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROCURADORIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 12 de setembro de 2017.



RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS

PROCURADOR

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	MEMORANDO
Descrição:	DESIGNAÇÃO DE RELATORIA		
Autor:	99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR		
Usuário assinador:	99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR		
Data da criação:	12/09/2017 16:05:08	**Data da assinatura:**	12/09/2017 16:05:55

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

MEMORANDO
12/09/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-021-04**
MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/03/2016
	ITEM NORMA:	7.2

(CCJR)

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Joaquim Noronha

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), designamos Vossa Excelência para relatoria de:

Proposição	**Emenda(s)** (especificar a numeração)	**Regime de Urgência**	**Estudo Técnico**
X			

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

> **Art. 82.** O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:
>
> **I -** 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;
>
> **II -** 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;
>
> **III -** 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,



DEPUTADO SERGIO AGUIAR

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 19 /2017

ADICIONA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 73/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1° Adiciona dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/2017, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art. 150 - A – Fica criado o 1° Oficio de Registro de Imóveis da Comarca de Amontada.

JUSTIFICATIVA

Pretendemos com esta emenda, dar mais qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais cartorários, buscando desta maneira que estes sejam desempenhados de maneira mais ágil, eficiente, primando sempre pelo respeito a população deste município que conta com mais de 42.500 mil habitantes, com intenso turismo nas suas belas praias, como Icaraí de amontada, sem contudo possuir sequer um único cartório especifico de Registro Imobiliário.

A criação do Ofício em questão tem como fundamento os critérios socioeconômico, populacional, territorial e turístico, baseando-se, ainda no potencial de investimento tanto públicos, quanto privados, construção de hotéis e casas luxuosos.

Assim, criar o primeiro cartório imobiliário trará sem sombra de duvidas mais comodidade e agilidade aos usuários.

Roberio Monteiro
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 20 /2017

ADICIONA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 73/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1° Adiciona dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/2017, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art. 150 - A – Fica criado o 1 (um) novo Oficio de Registro de Imóveis da Comarca de Trairi.
Paragrafo Único – O Tribunal de Justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 02 (duas) circunscrições imobiliárias da comarca de Trairi, para fins de registro imobiliário.

JUSTIFICATIVA

Pretendemos com esta emenda, dar mais qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais cartorários, buscando desta maneira que estes sejam desempenhados de maneira mais ágil, eficiente, primando sempre pelo respeito a população deste município que conta com mais de 54.822 mil habitantes, e possui apenas um único cartório especifico de Registro de Imóveis.

A criação do Ofício em questão pretende, baseando-se, nos critérios socioeconômico, populacional e territorial, desatrelar do cartório existente o referido e específico serviço listado no caput, dividindo as atribuições e a competência territorial, nos moldes estipulado por resolução do Tribunal de Justiça, o que trará mais comodidade aos usuários e por via de consequência desafogará o cartório de registro de imoveis existente que exerce sozinho a referida função, congestionando e causando a demora na prestação dos serviços demandados pela população.

Roberio Monteiro
Deputado Estadual

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 21 /2017

ADICIONA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 73/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1° Adiciona dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/2017, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art. 150 - A – Fica criado o 1° Oficio de Notas, Protestos e Títulos da Comarca de Trairi.
Paragrafo Único – É de competência exclusiva deste Oficio, as atribuições e serviços nele estabelecidos.

JUSTIFICATIVA

Pretendemos com esta emenda, dar mais qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais cartorários, buscando desta maneira que estes sejam desempenhados de maneira mais ágil, eficiente, primando sempre pelo respeito a população deste município que conta com mais de 54.822 mil habitantes, não possuindo sequer um único cartório especifico de Notas, Protestos e Títulos.

A criação do Ofício em questão pretende, baseando-se, nos critérios socioeconômico, populacional e territorial, desatrelar dos demais cartórios os referidos e específicos serviços listados no caput, especializando um único Oficio, o que trará mais comodidade aos usuários e por via de consequência desafogará os demais cartórios que acumulam a referida função, congestionando-os e causando a demora na prestação dos serviços demandados pela população.

Roberio Monteiro
Deputado Estadual

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 22/2017

ADICIONA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 73/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1° Adiciona dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/2017, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art. 150 - A – Fica criado o 1° Oficio de Registro de Imóveis da Comarca de Jijoca de Jericoacoara.

JUSTIFICATIVA

Pretendemos com esta emenda, dar mais qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais cartorários, buscando desta maneira que estes sejam desempenhados de maneira mais ágil, eficiente, primando sempre pelo respeito a população deste município que conta com mais de 19.224 mil habitantes, abrangendo uma das mais belas e famosas praias do Estado do Ceará, com grande fluxo turístico e comercial, com enorme e crescente especulação imobiliária, sem contudo possuir sequer um único cartório especifico de Registro Imobiliário.

A criação do Oficio em questão tem como fundamento os critérios socioeconômico, populacional, territorial e turístico, baseando-se, ainda no potencial de investimento tanto públicos, quanto privados, construção de hotéis e casas luxuosos, bem como o recente aeroporto internacional que atende a região.

Assim, criar o primeiro cartório imobiliário trará sem sombra de duvidas mais comodidade e agilidade aos usuários.

Roberio Monteiro
Deputado Estadual

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 23 /2017

ADICIONA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 73/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1° Adiciona dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/2017, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art. 150 - A – Fica criado o 1° Oficio de Notas, Protestos e Títulos da Comarca de Quixadá.
Paragrafo Único – É de competência exclusiva deste Oficio, as atribuições e serviços nele estabelecidos.

JUSTIFICATIVA

Pretendemos com esta emenda, dar mais qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais cartorários, buscando desta maneira que estes sejam desempenhados de maneira mais ágil, eficiente, primando sempre pelo respeito a população deste município que conta com mais de 86.605 mil habitantes, não possuindo sequer um único cartório especifico de Notas, Protestos e Títulos.

A criação do Ofício em questão pretende, baseando-se, nos critérios socioeconômico, populacional e territorial, desatrelar dos demais cartórios os referidos e específicos serviços listados no caput, especializando um único Oficio, o que trará mais comodidade aos usuários e por via de consequência desafogará os demais cartórios que acumulam a referida função, congestionando-os e causando a demora na prestação dos serviços demandados pela população.

Roberio Monteiro
Deputado Estadual

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 24 /2017

ADICIONA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 73/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1º Adiciona dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/2017, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art. 150 - A – Fica criado o 1(um) novo Oficio de Registro de Imóveis da Comarca de Barbalha.
Paragrafo Único – O tribunal de justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 02 (duas) circunscrições imobiliárias da comarca de Barbalha, para fins de registro imobiliário.

JUSTIFICATIVA

Pretendemos com esta emenda, dar mais qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais cartorários, buscando desta maneira que estes sejam desempenhados de maneira mais ágil, eficiente, primando sempre pelo respeito a população deste municipio que conta com mais de 59.811 mil habitantes, distribuídos em uma extensão territorial de mais de 569,5 km², municipio referencia em atendimento hospitalar, com universidades com diversos cursos, sem falar no crescimento imobiliário e comercial do municipio.

A criação do Ofício em questão tem como fundamento os critérios socioeconômico, populacional, territorial, baseando-se, ainda no potencial de investimento tanto públicos, quanto privados.

Assim, desmembrar o único cartório imobiliário em dois oficios, dividindo assim as competências territoriais de forma igualitária, trará sem sombra de duvidas mais comodidade e agilidade aos usuários e por via de consequência desafogará o Oficio que acumula toda a demanda do município, causando congestionamento e demora na prestação dos serviços demandados pela população.

Roberio Monteiro
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 25 /2017

ADICIONA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 73/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1° Adiciona dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/2017, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art. 150 - A – Fica criado o 1° Oficio de Notas, Protestos e Títulos da Comarca de Barbalha.
Paragrafo Único – É de competência exclusiva deste Oficio, as atribuições e serviços nele estabelecidos.

JUSTIFICATIVA

Pretendemos com esta emenda, dar mais qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais cartorários, buscando desta maneira que estes sejam desempenhados de maneira mais ágil, eficiente, primando sempre pelo respeito a população deste município que conta com mais de 59.811 mil habitantes, não possuindo sequer um único cartório especifico de Notas, Protestos e Títulos.

A criação do Ofício em questão pretende, baseando-se, nos critérios socioeconômico, populacional e territorial, desatrelar dos demais cartórios os referidos e específicos serviços listados no caput, especializando um único Oficio, o que trará mais comodidade aos usuários e por via de consequência desafogará os demais cartórios que acumulam a referida função, congestionando-os e causando a demora na prestação dos serviços demandados pela população.

Roberio Monteiro
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 26 /2017

ADICIONA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 73/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1° Adiciona dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/2017, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art. 150 - A – Fica criado o 1 (um) novo Oficio de Registro de Imóveis da Comarca de Quixeramobim.
Paragrafo Único – O tribunal de justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 02 (duas) circunscrições imobiliárias da comarca de Quixeramobim, para fins de registro imobiliário.

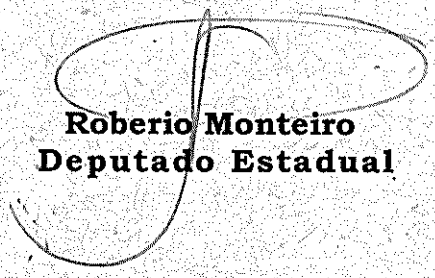
JUSTIFICATIVA

Pretendemos com esta emenda, dar mais qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais cartorários, buscando desta maneira que estes sejam desempenhados de maneira mais ágil, eficiente, primando sempre pelo respeito a população deste município que conta com mais de 78.658 mil habitantes, distribuídos em uma extensão territorial de mais de 3.276 km², com potencial de crescimento extraordinário em face do novo Hospital Regional, bem como da instalação de universidade com diversos cursos, sem falar no crescimento imobiliário e comercial do município.

A criação do Ofício em questão tem como fundamento os critérios socioeconômico, populacional, territorial, baseando-se, ainda nos recentes investimentos que o município vem recebendo tanto públicos, quanto privados.

Assim, desmembrar o único cartório imobiliário em dois oficios,

dividindo assim as competências territoriais de forma igualitária, trará sem sombra de duvidas mais comodidade e agilidade aos usuários e por via de consequência desafogará o 1 ° Oficio que acumula toda a demanda do município, causando congestionamento e demora na prestação dos serviços demandados pela população.



Roberio Monteiro
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 27 /2017

ADICIONA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 73/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1° Adiciona dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/2017, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art. 150 - A – Fica criado o 1° Oficio de Notas, Protestos e Títulos da Comarca de Quixeramobim.
Paragrafo Único – É de competência exclusiva deste Oficio, as atribuições e serviços nele estabelecidos.

JUSTIFICATIVA

Pretendemos com esta emenda, dar mais qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais cartorários, buscando desta maneira que estes sejam desempenhados de maneira mais ágil, eficiente, primando sempre pelo respeito a população deste município que conta com mais de 78658 mil habitantes, não possuindo sequer um único cartório especifico de Notas, Protestos e Títulos.

A criação do Ofício em questão pretende, baseando-se, nos critérios socioeconômico, populacional e territorial, desatrelar dos demais cartórios os referidos e específicos serviços listados no caput, especializando um único Oficio, o que trará mais comodidade aos usuários e por via de consequência desafogará os demais cartórios que acumulam a referida função, congestionando-os e causando a demora na prestação dos serviços demandados pela população.

Roberio Monteiro
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA/MODIFICATIVA Nº. 28/2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150. - A - Ficam criados os 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º E 18º Oficios de Notas e Protestos de Títulos da Comarca de Fortaleza, com identicos serviços e atribuições das serventias extrajudiciais do 1º, 2º, 5º, 7º e 8º Oficios da mesma comarca."

Art.2°: O art. 125 do Projeto de Lei nº 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica com a seguinte redação:

"Art. 125. *Haverá, na Comarca de Fortaleza, 18 (dezoito) notariados com as denominações de primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, setimo, oitavo, nono, decimo, decimo primeiro, decimo segundo, decimo terceiro, decimo quarto e decimo quinto, competindo privativamente ao 1º, 2º, 5º, 7º, 8º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º a lavratura e protesto de títulos; ao 3º, 4º, 6º as funções privativas do registro do título e documentos e do Registro civil das pessoas jurídicas; e ao 9º e 10º as atribuições concernentes ao oficio de notas."*

JUSTIFICATIVA

Pretendemos com esta emenda, dar mais qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais cartorários, buscando desta maneira que estes sejam desempenhados de maneira mais agil, eficiente, primando sempre pelo respeito a população deste municipio que conta com mais de 2.627.482 milhões Habitantes, que por certo acarreta uma grande demanda em serviços cartorários, o que termina por congestionar os oficios já existentes.

A emenda ora proposta se baseia nos critérios socioeconômico, populacional e territorial, trazendo sem sombra de dúvidas mais comodidade e agilidade aos usuários, restando demonstrado o interesse público sobre o tema.

Roberio Monteiro
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA/SUPRESSIVA Nº. 29 /2017

ADICIONA E SUPRIME DISPOSITIVO NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1º: Adiciona dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/2017, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

"Art. 150. - A - Ficam criados os 7º e 8º Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de Fortaleza.

Paragrafo Único - O Tribunal de Justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 8 (oito) circunscrições imobiliárias da comarca de Fortaleza, para fins de registro imobiliário."

Art.2º: O art. 127 do Projeto de Lei nº 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica com a seguinte redação:

"Art. 127. *Haverá, na Comarca de Fortaleza, 08 (oito) ofícios de registro de imóveis, com as denominações de Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto, Quinto, Sexto, Setimo e Oitavo Ofícios. "*

Art.3º: Fica suprimido o Paragrafo Único do art. 127 do Projeto de Lei nº 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 4º: Revogam-se todas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Pretendemos com esta emenda, dar mais qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais cartorários, buscando desta maneira que estes sejam desempenhados de maneira mais agil, eficiente, primando sempre pelo respeito a população deste municipio que conta com mais de 2.627.482 milhões de habitantes.

A criação do Ofício em questão tem como fundamento os critérios socioeconômico, populacional, territorial, baseando-se, ainda no potencial de investimento tanto publicos, quanto privados.

Assim, aumentar o número de cartorios imobiliários permitira a divisão das com-

petencias territoriais de forma igualitária, trazendo sem sombra de duvidas mais comodidade e agilidade aos usuários e por via de consequência desafogará os Ofícios já existentes que acumulam toda a demanda do município, causando congestionamento e demora na prestação dos serviços demandados pela população.

Roberio Monteiro
Deputado Estadual

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 30 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150 - A. Fica criado o 1º Oficio de Notas, Protestos e Títulos da Comarca de Crateús.

Paragrafo Único – É de competência exclusiva deste Oficio, as atribuições e serviços nele especificados."

JUSTIFICATIVA

O que se almeja com a presente Emenda, é possibilitar ao usuário do serviço publico cartorário uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

O Município de Crateús é uma das mais populosas cidades do Estado do Ceará, recheada de comércio, centros médicos, órgãos judiciais, concessionárias, no entanto, não possui nenhum Oficio especializado em Notas, Protestos e Títulos, o que termina por congestionar os demais Oficios que acumulam suas funções, trazendo imensuráveis prejuízos a população e ao comércio local.

Ademais, a criação do Ofício em questão tem como fundamento os critérios socioeconômico, populacional e territorial, trazendo sem sombra de dúvidas mais comodidade e agilidade aos usuários.

Jeová Mota
Deputado Estadual

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 31 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150- A. Fica criado o 1º Oficio de Notas, Protestos e Títulos da Comarca de Canindé.

Paragrafo Único – É de competência exclusiva deste Oficio, as atribuições e serviços nele especificados."

JUSTIFICATIVA

O que se almeja com a presente Emenda, é possibilitar ao usuário do serviço publico cartorário uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

O Município de Canindé é uma das mais populosas cidades do Estado do Ceará, recheada de comércio, turismo religioso, órgãos judiciais, no entanto, não possui nenhum Oficio especializado em Notas, Protestos e Títulos, o que termina por congestionar os demais Oficios que acumulam suas funções, trazendo imensuráveis prejuízos a população e ao comércio local.

Ademais, a criação do Ofício em questão tem como fundamento os critérios socioeconômico, populacional e territorial, trazendo sem sombra de dúvidas mais comodidade e agilidade aos usuários.

Jeová Mota
Deputado Estadual

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 32 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150 - A. Fica criado o 1º Oficio de Notas, Protestos e Títulos da Comarca de Parambu.

Paragrafo Único – É de competência exclusiva deste Oficio, as atribuições e serviços nele especificados."

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda objetiva possibilitar ao usuário do serviço publico cartorário uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

O Município de Parambu possui cerca de 31.137 mil habitantes, no entanto, não possui nenhum Oficio especializado em Notas, Protestos e Títulos, o que termina por congestionar os demais Oficios que acumulam suas funções, trazendo imensuráveis prejuízos a população e ao comércio local.

Ademais, a criação do Ofício em questão tem como fundamento os critérios socioeconômico, populacional e territorial, trazendo sem sombra de dúvidas mais comodidade e agilidade aos usuários, restando demonstrado o interesse público sobre o tema.

Jeová Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 33 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150 - A. Fica criado o 1(um) novo Oficio de Registro de Imóveis na Comarca de Parambu.

Paragrafo Único - O Tribunal de Justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 02 (duas) circunscrições imobiliárias da comarca de Parambu, para fins de registro imobiliário."

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda objetiva possibilitar ao usuário do serviço público cartorário uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

O Município de Parambu possui cerca de 31.137 mil habitantes, no entanto, possui apenas um Oficio especializado em Imóveis, o que termina por congestionar o Oficio existente, trazendo imensuráveis prejuízos a população e ao comércio local, bem como gerando monopólio sobre aquele vasto e populoso município.

Ademais, a criação do Ofício em questão tem como fundamento os critérios socioeconômico, populacional e territorial, trazendo sem sombra de dúvidas mais comodidade e agilidade aos usuários, restando demonstrado o interesse público sobre o tema.

Jeová Mota
Deputado Estadual

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 34 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150 – A. Fica criado 1(um) novo Oficio de Notas, Protestos, Títulos e Documentos da Comarca de Sobral, com identicos serviços, atribuições e competencia da serventia extrajudicial do 3º Oficio da mesma comarca."

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda objetiva possibilitar ao usuário do serviço publico cartorario uma prestação de serviço, mais eficiente, celere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

O Municipio de Sobral possui cerca de 205.529 mil habitantes, distribuidos em 2.130 km², sendo uma cidade refencia no interior do Estado, em vários setores, como automobilistico, Hospitalar, Universitario, cidade rica em industrias, comercio, com vasta especulação imobiliaria, com grande potencial de investimento, no entanto, possui apenas um Oficio especializado em Notas, Protestos e Títulos, o que termina por congestionar os demais Oficios que acumulam suas funções, trazendo imensuráveis prejuizos a população e ao comercio local.

Ademais, a criação do Ofício em questão tem como fundamento os critérios socioeconômico, populacional e territorial, trazendo sem sombra de dúvidas mais comodidade e agilidade aos usuários, restando demonstrado o interesse público sobre o tema.

Jeová Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 35 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150 – A. Ficam criados 2 (dois) novos Oficios de Registro Civil da Comarca de Maracanaú, com idênticos serviços, atribuições e competência da serventia extrajudicial do Cartório de Registro Civil da mesma comarca.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda objetiva possibilitar ao usuário do serviço publico cartorário uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

O Município de Maracanaú possui cerca de 224.804 mil habitantes, sendo uma cidade de referência na região metropolitana de Fortaleza, sendo o maior centro industrial do Estado do Ceará, o que por certo acarreta uma grande demanda relativa aos serviços cartorários, o que termina por congestionar os poucos Oficios existentes, que acumulam diversas funções, trazendo imensuráveis prejuízos a população e ao comercio local.

Ademais, a criação do Ofício em questão tem como fundamento os critérios socioeconômico, populacional e territorial, trazendo sem sombra de dúvidas mais comodidade e agilidade aos usuários, restando demonstrado o interesse público sobre o tema.

Jeová Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 36 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150 – A. Fica criado o 1(um) novo Oficio de Registro de Imóveis na Comarca de Maracanaú.

Paragrafo Único - O Tribunal de Justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 03 (três) circunscrições imobiliárias da comarca de Maracanaú, para fins de registro imobiliário."

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda objetiva possibilitar ao usuário do serviço publico cartorário uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

O Município de Maracanaú possui cerca de 224.804 mil habitantes, sendo uma cidade de referência na região metropolitana de Fortaleza, sendo o maior centro industrial do Estado do Ceará, o que por certo acarreta uma grande demanda relativa aos serviços cartorários, o que termina por congestionar os poucos Oficios existentes, que exercem estas funções, trazendo imensuráveis prejuízos a população e ao comércio local.

Ademais, a criação do Ofício em questão tem como fundamento os critérios socioeconômico, populacional e territorial, trazendo sem sombra de dúvidas mais comodidade e agilidade aos usuários, restando demonstrado o interesse público sobre o tema.

Jeová Mota
Deputado Estadual

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 37 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei n°. 73/17, oriundo da Mensagem n°. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150 - A. Fica criado o 1º Oficio de Notas, Protestos e Títulos da Comarca de São Gonçalo do Amarante.

Paragrafo Único – É de competência exclusiva deste Oficio, as atribuições e serviços nele especificados."

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda objetiva possibilitar ao usuário do serviço publico cartorário uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

O Município de São Gonçalo do Amarante possui cerca de 48.265 mil habitantes, cidade rica em indústrias, com grande potencial de investimento, no entanto, não possui nenhum Oficio especializado em Notas, Protestos e Títulos, o que termina por congestionar os demais Oficios que acumulam suas funções, trazendo imensuráveis prejuízos a população e ao comércio local.

Ademais, a criação do Ofício em questão tem como fundamento os critérios socioeconômico, populacional e territorial, trazendo sem sombra de dúvidas mais comodidade e agilidade aos usuários, restando demonstrado o interesse público sobre o tema.

Jeová Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 38 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150 – A. Fica criado o 1(um) novo Oficio de Registro de Imóveis na Comarca de São Gonçalo do Amarante.

Paragrafo Único - O Tribunal de Justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 03 (três) circunscrições imobiliárias da comarca de São Gonçalo do Amarante, para fins de registro imobiliário."

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda objetiva possibilitar ao usuário do serviço publico cartorário uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

O Município de São Gonçalo do Amarante possui cerca de 48.265 mil habitantes, cidade rica em indústrias, com grande potencial de investimento, e a existência de apenas 2 cartórios de imoveis não conseguem prestar de forma eficiente e eficaz o serviço demandado, trazendo imensuráveis prejuízos a população e ao comércio local.

Ademais, a criação do Ofício em questão tem como fundamento os critérios socioeconômico, populacional e territorial, trazendo sem sombra de dúvidas mais comodidade e agilidade aos usuários, restando demonstrado o interesse público sobre o tema.

Jeová Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 39 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150. - A - Ficam criados os 11°, 12°, 13°, 14° e 15° Oficios de Notas e Protestos de Títulos da Comarca de Fortaleza, com idênticos serviços e atribuições das serventias extrajudiciais do 1º, 2º, 5º, 7º e 8º Oficios da mesma comarca."

Art.2º: O art. 125 do Projeto de Lei nº 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica com a seguinte redação:

"Art. 125. *Haverá, na Comarca de Fortaleza, 15 (quinze) notariados com as denominações de primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, oitavo, nono, decimo, decimo primeiro, decimo segundo, decimo terceiro, decimo quarto e decimo quinto, competindo privativamente ao 1º, 2º, 5º, 7º, 8º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, a lavratura e protesto de títulos; ao 3º, 4º, 6º as funções privativas do registro do título e documentos e do Registro civil das pessoas jurídicas; e ao 9º e 10º as atribuições concernentes ao oficio de notas."*

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda objetiva possibilitar ao usuário do serviço publico cartorário uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

O Município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, é famoso polo turístico, hoteleiro, industrial e comercial do Estado, possuindo cerca de 2.627.482 milhões Habitantes, que por certo acarreta uma grande demanda em serviços cartorários, o que termina por congestionar os oficios já existentes.

Assim, a criação do Ofício em questão sem dúvida proporcionará melhores serviços no município que possui demanda suficiente para manter o adequado funcionamento dos demais, cabendo lembrar que o aumento no número de serventias ensejará ainda uma melhor distribuição de riquezas, com a criação de novos postos de trabalho, bem como a

quebra de eventual monopólio, frente aos vultosos valores recebidos por cada serventia.

A emenda ora proposta se baseia nos critérios socioeconômico, populacional e territorial, trazendo sem sombra de dúvidas mais comodidade e agilidade aos usuários, restando demonstrado o interesse público sobre o tema.

Jeová Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 40 /2017

ACRESCENTA E MODIFICA OS DISPOSITIVOS QUE INDICAM NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150. - A - Ficam criados os 7º, 8º, 9º, 10º Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de Fortaleza."

Paragrafo Único - O Tribunal de Justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 10 (dez) circunscrições imobiliárias da comarca de Fortaleza, para fins de registro imobiliário."

Art.2º: O art. 127 do Projeto de Lei nº 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica com a seguinte redação:

"Art. 127. *Haverá, na Comarca de Fortaleza, 10 (dez) ofícios de registro de imóveis, com as denominações de Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto, Quinto, Sexto, Sétimo, Oitavo, Nono e Decimo Oficios. "*

Art.3º: Fica suprimido o Paragrafo Único do art. 127 do Projeto de Lei nº 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 4º: Revogam-se todas as disposições em contrário.

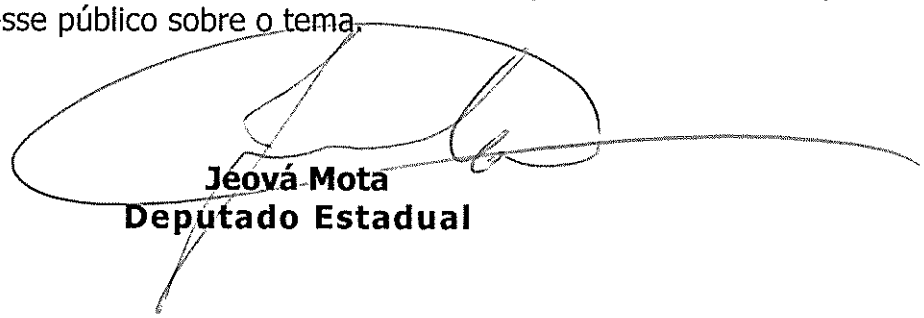
JUSTIFICATIVA

A presente Emenda objetiva possibilitar ao usuário do serviço publico cartorário uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos.

O Município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, é famoso polo turístico, hoteleiro, industrial e comercial do Estado, possuindo cerca de 2.627.482 milhões Habitantes, e segundo dados do IBGE em 2010 detinha mais de 710 mil residências, o que por certo acarreta uma grande demanda relativa aos mais diversos serviços cartorários, o que termina por congestionar os poucos oficios existentes.

Assim, a criação do Ofício em questão sem dúvida proporcionará melhores serviços no município que possui demanda suficiente para manter o adequado funcionamento dos demais, cabendo lembrar que o aumento no número de serventias ensejará ainda uma melhor distribuição de riquezas, com a criação de novos postos de trabalho, bem como a quebra de eventual monopólio, frente aos vultosos valores recebidos por cada serventia.

A emenda ora proposta se baseia nos critérios socioeconômico, populacional e territorial, trazendo sem sombra de dúvidas mais comodidade e agilidade aos usuários, restando demonstrado o interesse público sobre o tema.



Jeová Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 41 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150. - A - Fica criado 1 (um) Novo Oficio de Registro de Imóveis da Comarca de Juazeiro do Norte."

Paragrafo Único - O Tribunal de Justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 3 (três) circunscrições imobiliárias da comarca de Juazeiro do Norte, para fins de registro imobiliário."

JUSTIFICATIVA

Juazeiro do Norte, capital mais populosa do interior do Estado, sua população é de 270.383 habitantes, segundo estimativas 2017 (IBGE), é um conhecido e requisitado destino turístico religioso. Grande polo cultural do Brasil, sendo um dos maiores centros de artesanato e cordel do nordeste do país, a cidade tem ainda um dos maiores polos acadêmico do interior Nordestino e é carinhosamente chamada de " A metrópole do Cariri ".

Devido à figura de Padre Cícero, é considerado um dos três maiores centros de religiosidade popular do Brasil, juntamente com Aparecida (SP) e Nova Trento (SC).

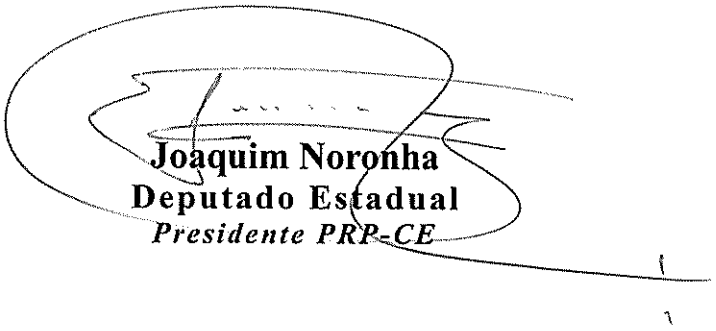
Tamanha densidade demográfica, e constante fluxo de visitantes certamente demanda uma grande quantidade de serviços, inclusive os cartorários, que terminam por serem deficientes, tendo em vista o reduzido número de Oficios no município.

Atualmente existem 02 Oficios de Registro de Imóveis, que nem de longe conseguem suprir de maneira eficiente e ágil as necessidades dos usuários que buscam por seus serviços. Ressalte-se que tal deficiência acaba por implicar inclusive, em longas, desconfortáveis e intermináveis peregrinações de um bairro a outro para conseguir serviços cartorários.

Assim, a presente Emenda tem como objetivo principal possibilitar ao usuário do serviço público cartorário do Município de Juazeiro do Norte uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

Assim, a criação de mais 01 (um) Ofício em questão sem dúvida proporcionará melhoria na qualidade de vida dos munícipes, trazendo além do conforto para o público em geral um estimulo para o comércio local, impulsionando o crescimento da região, bem como dividindo de forma mais igualitária o município, facilitando o acesso a população a estes serviços.

A emenda ora proposta se baseia nos critérios socioeconômicos, populacional e territorial, restando sem sombra de dúvidas demonstrado a necessidade da ampliação dos Oficios aqui pretendida.



Joaquim Noronha
Deputado Estadual
Presidente PRP-CE

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 42 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150. - A - Fica criado o 1º (primeiro) Ofício de Notas e Protesto da Comarca de Tianguá"

Paragrafo Único. É de competência exclusiva deste Ofício as atribuições e serviços nele especificados.

JUSTIFICATIVA

O município de Tianguá, principal porta de escoamento e distribuição de frutas e hortaliças da Ibiapaba, se estende por 908,9 km² e conta com 68 901 habitantes. A densidade demográfica é de 75,8 habitantes por km² no território do município.

Tamanha densidade demográfica e extensão territorial, certamente demanda uma grande quantidade de serviços, inclusive os cartorários, que terminam por serem deficientes, tendo em vista a inexistência de ofício especializado em Notas, Protestos e Títulos, o que acarreta o congestionamento dos demais oficios que acumulam suas funções trazendo imensuráveis prejuízos a população e ao comércio local, tendo em vista a grande demora na prestação dos serviços.

Atualmente não existem Oficios de Notas no município, inviabilizando o suprimento de maneira eficiente e ágil das necessidades dos usuários que buscam por seus serviços. Ressalte-se que tal deficiência acaba por implicar inclusive, em longas, desconfortáveis e intermináveis peregrinações para conseguir serviços cartorários.

Assim, a presente Emenda tem como objetivo principal possibilitar ao usuário do serviço público cartorário do Município do Tianguá uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando longas filas e prazos extensos para as mais diversas demandas.

Assim, a criação do Ofício em questão sem dúvida proporcionará melhoria na qualidade de vida dos munícipes, trazendo além do conforto para o público em geral um estimulo para o comércio local, impulsionando o crescimento e o desenvolvimento da região.

A emenda ora proposta se baseia nos critérios socioeconômicos, populacional e territorial, restando sem sombra de dúvidas demonstrado a necessidade da ampliação do Oficio aqui pretendida.

Joaquim Noronha
Deputado Estadual
Presidente PRP-CE

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 43 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150. - A - Fica criado o 1º (primeiro) Ofício de Notas e Protesto da Comarca de Eusébio"

Paragrafo Único. É de competência exclusiva deste Ofício as atribuições e serviços nele especificados."

JUSTIFICATIVA

O Município de Eusébio é localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, a 24 quilômetros da capital, possui 79 km² de área territorial e uma população estimada em 52.667 mil habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017.

A economia local é baseada no turismo, nos empreendimentos imobiliários, empresas de prestação de serviços, indústrias diversas, com destaque para a indústria alimentícia, e é passagem obrigatória para os turistas que procuram as praias do litoral leste cearense. Apesar de localizada na região metropolitana de Fortaleza, Eusébio é tranquila como uma cidadezinha do interior, o que atrai o interesse de investidores do ramo imobiliário.

Tendo em vista as razões acima aduzidas, certamente demanda uma grande quantidade de serviços, inclusive os cartorários, que terminam por serem deficientes, tendo em vista a inexistência de ofício especializado em Notas e Títulos, o que acarreta no congestionamento dos demais oficios que acumulam suas funções trazendo imensuráveis prejuízos a população e ao comércio local.

Portanto, não dispondo atualmente de qualquer Ofício de Notas no Município, resta inviabilizado o suprimento de maneira eficiente e ágil das necessidades dos usuários que buscam por seus serviços. Ressalte-se que tal deficiência acaba por implicar inclusive, em longas, desconfortáveis e intermináveis peregrinações para conseguir serviços cartorários.

Assim, a presente Emenda tem como objetivo principal possibilitar ao usuário do serviço público cartorário do Município do Eusébio uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

Destarte, a criação de 01 (um) Ofício em questão sem dúvida proporcionará melhoria na qualidade de vida dos munícipes, trazendo além do conforto para o público em geral um estimulo para o comércio local, impulsionando o crescimento da região.

A emenda ora proposta se baseia nos critérios socioeconômicos, populacional e territorial, restando sem sombra de dúvidas demonstrado a necessidade da ampliação do Ofício aqui pretendida.

Joaquim Noronha
Deputado Estadual
Presidente PRP-CE

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 44 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150. - A - Fica criado 1 (um) Novo Oficio de Registro de Imóveis da Comarca do Eusebio."

Paragrafo Único - O Tribunal de Justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 2 (duas) circunscrições imobiliárias da comarca do Eusébio, para fins de registro imobiliário."

JUSTIFICATIVA

O Município de Eusébio é localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, a 24 quilômetros da capital, possui 79 km² de área territorial e uma população estimada em 52.667 mil habitantes.

A economia local é baseada no turismo, nos inúmeros e luxuosos empreendimentos imobiliários, empresas de prestação de serviços, indústrias diversas, com destaque para a indústria alimentícia, e é passagem obrigatória para os turistas que procuram as praias do litoral leste cearense. Apesar de localizada na região metropolitana de Fortaleza, Eusébio é tranquila como uma cidadezinha do interior, o que atrai o interesse de investidores do ramo imobiliário.

Tendo em vista as razões acima aduzidas, certamente demanda uma grande quantidade de serviços, inclusive os cartorários, que terminam por serem deficientes, tendo em vista a existência de apenas 1 (um) único ofício especializado em Registro de Imóveis, o que acarreta no congestionamento deste ofício que acumula toda a demanda do município tra-

zendo imensuráveis prejuízos a população e ao comércio local.

Portanto, dispondo atualmente de apenas 1 (um) Oficio de Registro de Imoveis no Município, resta inviabilizado o suprimento de maneira eficiente e ágil das necessidades dos usuários que buscam por seus serviços. Ressalte-se que tal deficiência acaba por implicar inclusive, em longas, desconfortáveis e intermináveis peregrinações para conseguir serviços cartorários.

Assim, a presente Emenda tem como objetivo principal possibilitar ao usuário do serviço público cartorário do Município do Eusébio uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

Destarte, a criação de mais 01 (um) Ofício, dividindo as competências territoriais do município em questão, sem dúvida proporcionará melhoria na qualidade de vida dos munícipes, trazendo além do conforto para o público em geral um estimulo para o comércio local, impulsionando o crescimento da região.

A emenda ora proposta se baseia nos critérios socioeconômicos, populacional e territorial, restando sem sombra de dúvidas demonstrado a necessidade da ampliação do Oficio aqui pretendida.

Joaquim Noronha
Deputado Estadual
Presidente PRP-CE

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 45 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150. - A - Fica criado 1(um) novo Oficio de Registro Civil da Comarca de Eusebio, com idênticos serviços, atribuições e competência da serventia extrajudicial do 1º Oficio da mesma comarca.

JUSTIFICATIVA

O Município de Eusébio é localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, a 24 quilômetros da capital, possui 79 km² de área territorial e uma população estimada em 52.667 mil habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017.

A economia local é baseada no turismo, nos empreendimentos imobiliários, empresas de prestação de serviços, indústrias diversas, com destaque para a indústria alimentícia, e é passagem obrigatória para os turistas que procuram as praias do litoral leste cearense. Apesar de localizada na região metropolitana de Fortaleza, o que atrai o interesse de investidores do ramo imobiliário.

Tendo em vista as razões acima aduzidas, certamente demanda uma grande quantidade de serviços, inclusive os cartorários, que terminam por serem deficientes, tendo em vista a existência de apenas 1 (um) único ofício especializado em Registro Civil, o que acarreta no congestionamento deste ofício que acumula toda a demanda do município trazendo imensuráveis prejuízos a população e ao comércio local.

Portanto, dispondo atualmente de apenas 1 (um) Oficio de Registro Civil no Municí-

pio, resta inviabilizado o suprimento de maneira eficiente e ágil das necessidades dos usuários que buscam por seus serviços, tendo em vista a densidade populacional deste município. Ressalte-se que tal deficiência acaba por implicar inclusive, em longas, desconfortáveis e intermináveis peregrinações para conseguir serviços cartorários.

Assim, a presente Emenda tem como objetivo principal possibilitar ao usuário do serviço público cartorário do Município do Eusébio uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

Destarte, a criação de mais 01 (um) Ofício em questão sem dúvida proporcionará melhoria na qualidade de vida dos munícipes, trazendo além do conforto para o público em geral um estimulo para o comércio local, impulsionando o crescimento da região.

A emenda ora proposta se baseia nos critérios socioeconômicos, populacional e territorial, restando sem sombra de dúvidas demonstrado a necessidade da ampliação do Oficio aqui pretendida.

Joaquim Noronha
Deputado Estadual
Presidente PRP-CE

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 46 /2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150. - A - Fica criado o 1º (primeiro) Ofício de Notas e Protesto da Comarca de Aquiraz"

Paragrafo Único. É de competência exclusiva deste Ofício as atribuições e serviços nele especificados."

JUSTIFICATIVA

O Município de Aquiraz possui o segundo maior parque hoteleiro do Ceará, bem como comporta um dos maiores parques aquáticos das Américas, segundo dados da Secretaria Estadual do Turismo.

Os principais atrativos naturais são os seus 36 km de praias (Porto das Dunas, Prainha, Presídio, Iguape, Barro Preto e Batoque). A sede do município é guardiã de um rico patrimônio histórico, colocando o município em lugar de destaque no cenário nacional.

A vasta rede hoteleira e residencial, bem como sua densidade populacional de aproximadamente 79.128 mil habitantes, certamente demanda uma grande quantidade de serviços, inclusive os cartorários, que terminam por serem deficientes, tendo em vista a inexistência de ofício especializado em Notas e Títulos, o que acarreta no congestionamento dos demais ofícios que acumulam suas funções trazendo imensuráveis prejuízos a população e ao comércio local.

Portanto, não dispondo atualmente de qualquer Ofício de Notas no Município, resta

inviabilizado o suprimento de maneira eficiente e ágil das necessidades dos usuários que buscam por seus serviços. Ressalte-se que tal deficiência acaba por implicar inclusive, em longas, desconfortáveis e intermináveis peregrinações para conseguir serviços cartorários.

Assim, a presente Emenda tem como objetivo principal possibilitar ao usuário do serviço público cartorário do Município do Aquiraz uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

Destarte, a criação de 01 (um) Ofício em questão sem dúvida proporcionará melhoria na qualidade de vida dos munícipes, trazendo além do conforto para o público em geral um estimulo para o comércio local, impulsionando o crescimento da região.

A emenda ora proposta se baseia nos critérios socioeconômicos, populacional e territorial, restando sem sombra de dúvidas demonstrado a necessidade da ampliação do Oficio aqui pretendida.

Joaquim Noronha
Deputado Estadual
Presidente PRP-CE

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 47/2017

ACRESCENTA O DISPOSITIVO QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150. - A - Fica criado 1 (um) Novo Oficio de Registro de Imóveis da Comarca do Aquiraz - Distrito Porto das Dunas."

Paragrafo Único - O Tribunal de Justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 3 (três) circunscrições imobiliárias da comarca do Aquiraz, para fins de registro imobiliário."

JUSTIFICATIVA

O Município de Aquiraz possui o segundo maior parque hoteleiro do Ceará, bem como comporta um dos maiores parques aquáticos das Américas segundo dados da Secretaria Estadual do Turismo.

Os principais atrativos naturais são os seus 36 km de praias (Porto das Dunas, Prainha, Presídio, Iguape, Barro Preto e Batoque). A sede do município é guardiã de um rico patrimônio histórico, colocando o município em lugar de destaque no cenário nacional.

A vasta rede hoteleira e residencial, bem como sua densidade populacional de aproximadamente 79.128 mil habitantes, certamente demanda uma grande quantidade de serviços, inclusive os cartorários, que terminam por serem deficientes, tendo em vista a existencia de apenas 2 (dois) cartórios de Registro de Imoveis, ambos na sede do município, o que acarreta no congestionamento dos demais oficios que acumulam suas funções trazendo imensuráveis prejuízos a população e ao comércio local.

Portanto, dispondo de reduzido número de Oficios Registro de Imoveis no Municí-

pio, frente a necessidade populacional, tamanho territorial e desenvolvimento da Região do Porto das Dunas, resta inviabilizado o suprimento de maneira eficiente e ágil das necessidades dos usuários que buscam por seus serviços. Ressalte-se que tal deficiência acaba por implicar inclusive, em longas, desconfortáveis e intermináveis peregrinações para conseguir serviços cartorários.

Assim, a presente Emenda tem como objetivo principal possibilitar ao usuário do serviço público cartorário do Município do Aquiraz (Distrito do Porto das Dunas) uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

Destarte, a criação de mais 01 (um) Ofício em questão sem dúvida proporcionará melhoria na qualidade de vida dos munícipes, trazendo além do conforto para o público em geral um estimulo para o comércio local, impulsionando o crescimento da região.

A emenda ora proposta se baseia nos critérios socioeconômicos, populacional e territorial, restando sem sombra de dúvidas demonstrado a necessidade da ampliação do Ofício aqui pretendida.

Joaquim Noronha
Deputado Estadual
Presidente PRP-CE

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA/MODIFICATIVA Nº. 48 /2017

ACRESCENTA E MODIFICA OS DISPOSITIVOS QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150. - A - Fica criado o 11º Ofício de Notas da Comarca de Fortaleza – Distrito do Cocó, com idênticos serviços e atribuições das serventias extrajudiciais do 3º, 4º, 6º Ofícios da mesma comarca."

Art.2º: O art. 125 do Projeto de Lei nº 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica com a seguinte redação:

"Art. 125. *Haverá, na Comarca de Fortaleza, 11 (onze) notariados com as denominações de primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, oitavo, nono, décimo, décimo primeiro, competindo privativamente ao 1º, 2º, 5º, 7º, 8º, a lavratura e protesto de títulos; ao 3º, 4º, 6º, 11º as funções privativas do registro do título e documentos e do Registro civil das pessoas jurídicas; e ao 9º e 10º as atribuições concernentes ao ofício de notas."*

Art.3º: Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Fortaleza, capital do Estado do Ceará, é um conhecido e requisitado destino turístico, com grande e diversificado polo hoteleiro, vasto poderio industrial e comercial, contando com aproximadamente 2.627.482 milhões Habitantes (IBGE 2017).

Tamanha densidade demográfica, certamente demanda uma grande quantidade de serviços, inclusive os cartorários, que terminam por serem deficientes, tendo em vista o reduzido número de Ofícios na Capital.

Assim, Fortaleza, anda na contramão de diversas Capitais do Brasil, a exemplo do que ocorre em Salvador e São Paulo, que o número de cartórios é bem superior aos do Estado do Ceará.

Atualmente existem 10 Ofícios de Notas, que nem de longe conseguem suprir de maneira eficiente e ágil as necessidades dos usuários que buscam por seus serviços. Ressalte-se que tal deficiência acaba por implicar inclusive, em longas, desconfortáveis e intermináveis peregrinações de um bairro a outro para conseguir serviços cartorários.

Assim, a presente Emenda tem como objetivo principal possibilitar ao usuário do serviço público cartorário do Bairro Cocó uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

Importante Destacar que o Cocó é um bairro denso, populosos e novo de Fortaleza, sendo sua população de aproximadamente 20.500 mil habitantes cujo a demanda por serviços cartorários enorme e cada vez mais crescente, não havendo notariado nas suas proximidades, com a pretendida atribuição, motivo pelo qual propomos a presente emenda.

Assim, a criação do Ofício em questão sem dúvida proporcionará melhoria na qualidade de vida do bairro e adjacências, trazendo além do conforto para o público em geral um estimulo para o comércio local, impulsionando o crescimento da região.

A emenda ora proposta se baseia nos critérios socioeconômicos, populacional e territorial, restando sem sombra de dúvidas demonstrado o interesse público sobre o tema.

Joaquim Noronha
Deputado Estadual
Presidente PRP-CE

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA/MODIFICATIVA Nº. 49 /2017

ACRESCENTA E MODIFICA OS DISPOSITIVOS QUE INDICA NO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1°: O artigo 150 do Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica acrescido do dispositivo que indica, e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 150. (...)

Art. 150. - A - Fica criado o Oficios de Registro Civil de Pessoas Naturais no Distrito do Conjunto Ceará, Município de Fortaleza, com idênticos serviços e atribuições das serventias extrajudiciais do Oficios do Mucuripe, Parangaba, Mondubim, Messejana e Antonio Bezerra da mesma comarca."

Art.2º: O §1º do art. 126 do Projeto de Lei nº 73/17, oriundo da Mensagem nº. 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fica com a seguinte redação:

"Art. 126. (...)

§1º. Para os serviços de registro civil das pessoas naturais a cidade de Fortaleza se dividem em 5 zonas, observando-se os limites abaixo descritos, respeitada a circunscrição territorial dos distritos de Antônio Bezerra, Conjunto Ceará, Messejana, Mondubim, Parangaba e Mucuripe."

Art.3º: Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Fortaleza, capital do Estado do Ceará, é um conhecido e requisitado destino turístico, com grande e diversificado polo hoteleiro, vasto poderio industrial e comercial, contando com aproximadamente 2.627.482 milhões Habitantes (IBGE 2017).

Tamanha densidade demográfica, certamente demanda uma grande quantidade de serviços, inclusive os cartorários, que terminam por serem deficientes, tendo em vista o reduzido número de Oficios na Capital.

Assim, Fortaleza, anda na contramão de diversas Capitais do Brasil, a exemplo do que ocorre em Salvador e São Paulo, que o número de cartórios é bem superior aos do Estado do Ceará.

Atualmente existem 5 Ofícios de Registro de Civil de Pessoas Naturais, bem como 5 Ofícios distritais, que nem de longe conseguem suprir de maneira eficiente e ágil as necessidades dos usuários que buscam por seus serviços. Ressalte-se que tal deficiência acaba por implicar inclusive, em longas, desconfortáveis e intermináveis peregrinações de um bairro a outro para conseguir serviços cartorários.

Assim, a presente Emenda tem como objetivo principal possibilitar ao usuário do serviço público cartorário do Bairro Conjunto Ceará uma prestação de serviço, mais eficiente, célere e especializado, evitando filas intermináveis e prazos longos para as mais diversas demandas.

Importante Destacar que o Conjunto Ceará é um dos bairros mais densos e populosos de Fortaleza, sendo sua população maior a de 141 dos 184 municípios cearenses.

Ressalte-se que o Conjunto Ceará, cuja a demanda por serviços cartorários é imensa, situa-se na Região Sudoeste da Cidade, sendo afastado do centro, razão pela qual, força as mais de 50 mil pessoas a se deslocar para outros bairros, em busca de obtê-los, que são o Antônio Bezerra e a Parangaba, com tempo médio de deslocamento de 25 e 40 minutos respectivamente.

Assim, a criação do Ofício em questão sem dúvida proporcionará melhoria na qualidade de vida do bairro e adjacências, trazendo além do conforto para o público em geral um estimulo para o comércio local, impulsionando o crescimento da região.

A emenda ora proposta se baseia nos critérios socioeconômicos, populacional e territorial, restando sem sombra de dúvidas demonstrado o interesse público sobre o tema.

Joaquim Noronha
Deputado Estadual
Presidente PRP-CE

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA SUPRESSIVA Nº 50/17

Suprime o art. 12 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art. 1º Suprime o art. 12 do projeto de lei 73/2017 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça, e renumera os demais.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa suprimir o art. 12 e seus parágrafos pelo simples fato dos mesmos não atenderem ao que predispõe o processo legislativo, já que determina, através de Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, sendo afastado pelo projeto, o estabelecimento pelo juízo competente estadual, por lei em sentido estrito, sob o crivo do Poder Legislativo Estadual.

O presente artigo prevê a possibilidade de se deslocar os processos físicos e eletrônicos, das comarcas vinculadas para as comarcas sedes para que sejam processados e julgados por essas últimas, perdendo-se, neste ponto, a possibilidade da população e os advogados tenham acesso aos autos dos processos judiciais, nos então municípios que passaram a ter suas comarcas identificadas como comarcas vinculadas, sendo inevitável o deslocamento para as comarcas sedes.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA Nº 51/17

Altera o art. 127, *caput* e parágrafo único do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art. 1º Altera o art. 127, *caput* e parágrafo único do projeto de lei 73/2017 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça, que passa a vigorar com a seguinte redação.

Art.127 Haverá, na Comarca de Fortaleza, 12 ofícios de registro de imóveis, com as denominações de Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto, Quinto, Sexto, Sétimo, Oitavo, Nono, Décimo, Décimo Primeiro e Décimo Segundo.

Parágrafo único. Os oficiais de registro de imóveis exercerão suas funções dentro dos limites de suas respectivas zonas, sendo que cada **zona terá atribuições exercidas por dois ofícios de registro de imóveis**, as quais possuem as seguintes delimitações:

a) Primeira Zona: constitui parte do Leste da cidade de Fortaleza, iniciando na foz do Rio Cocó, seguindo por esse rio, lados nascente e sul até encontrar a BR 116; prossegue por essa BR na direção Sul até alcançar o limite de fortaleza, seguindo por essa linha divisória até a Barra do Rio Pacoti;

b) Segunda Zona: Tem início no Norte da cidade a partir da orla marítima, seguindo pela Avenida Barão de Studart lado poente, até encontrar a Rua Coronel Alves Teixeira; segue por essa rua, no sentido oeste até a Avenida Visconde do Rio Branco, e por essa avenida lado poente prossegue até alcançar a BR 116, dobrando à direita no trevo que dá acesso a Avenida Paulino Rocha; segue pelas Avenidas Paulino Rocha, Dedé Brasil e Rua Carlos Amora, dobrando à direita na Rua 7 de Setembro seguindo pelas Avenidas João Pessoa, Universidade e Rua General Sampaio, lado leste, até encontrar a orla marítima

c) Terceira Zona: constitui parte do poente da cidade de Fortaleza, começando na orla marítima seguindo pela Rua General Sampaio, Avenida da Universidade, Avenida João Pessoa e Rua 7 de Setembro, lado oeste até a Rua Gomes Brasil, dobrando nesta rua,

no sentido oeste, até encontrar a Av. José Bastos (Av. Augusto dos Anjos), por onde segue numa reta até encontrar o limite sul da cidade;

d) Quarta Zona: inicia na orla marítima, seguindo pela Av. Barão de Studart lado nascente, até encontrar a Rua Coronel Alves Teixeira; segue por esta rua na direção oeste até a Avenida Visconde do Rio Branco e por essa Avenida lado do nascente até encontrar a estrada de ferro que liga a Parangaba ao Porto do Mucuripe, seguindo por essa via férrea, lados norte e oeste até a orla marítima;

e) Quinta Zona: tem início na foz do Rio Cocó, seguindo dito rio, lados oeste e norte, até encontrar a BR 116; daí pela BR 116 na direção norte, seguindo pela Avenida Visconde do Rio Branco, lado leste, até encontrar a estrada de ferro que liga a Parangaba ao Porto do Mucuripe, seguindo por essa via férrea lados sul e leste até a orla marítima.

f) Sexta Zona: inicia no limite sul de fortaleza, seguindo pela BR 116, lado oeste, até o trevo que dá acesso à Avenida Paulino Rocha; segue por esta avenida e pela Avenida Dedé Brasil e Rua Carlos Amora, lado sul até a Rua 7 de Setembro dobrando nesta Rua na direção sul até a rua Gomes Brasil, por onde segue dobrando nessa rua ate encontrar José Bastos (Avenida Augusto dos Anjos) lado leste, por onde segue até encontrar o limite sul da cidade.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº 52/17

Acrescenta dispositivos ao Projeto de Lei nº 73/17, oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art. 1º Acresce a alínea b ao art. 136, III, e renumera os demais.

Art. 136 ...
III...
b) 2ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Parambu

Audic Mota
Deputado Estadual

EMENDA SUPRESSIVA N.º 53 /2017

AO PROJETO DE LEI Nº 073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06 DE 21/08/2017 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ. AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

"SUPRIME O INCISO VII DO ART. 134 DO PROJETO DE LEI Nº 0073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 06 DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ."

Art. 1º – Fica suprimido o inciso VII do Art. 134 do Projeto de Lei nº 0073/2017, oriundo da mensagem nº 06 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

JUSTIFICATIVA

O Inciso VII do artigo 134 da forma como se encontra no Projeto de Lei original (PL nº 0073/2017) transforma a comarca do município de Cruz de entrância inicial para comarca vinculada, passando esta a integrar a jurisdição da comarca de Acaraú.

O artigo 17 do PL nº 0073/2017, traz em seu bojo os requisitos para a implantação das comarcas e o inciso I deste, estatui que a população mínima do município deva ser de 15.000 (quinze mil habitantes). A população atual do município de Cruz, de acordo com o último censo do IBGE, 2010 é de 22.479 (vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e nove) pessoas, com estimativa para 23.983 (vinte e três mil, novecentos e oitenta e três) pessoas no ano de 2017, de acordo com o mesmo instituto.

Portanto, pelos cálculos atuais a comarca do município de Cruz preenche a este requisito, o qual julgamos como sendo o mais importante, pois se esta mudança vier a ocorrer estaremos deixando de atender a uma população de quase 25.000 (vinte e cinco mil pessoas), visto que as mesmas terão de se deslocar até o município de Acaraú para resolver suas querelas judiciais. Ressalte-se a importância que tem sido dada a este município nos últimos anos pelo governo do Estado, este que abriga atualmente um dos aeroportos mais importante do Brasil para o turismo nacional e internacional, pela distância que tem do município de Jijoca de Jericoacoara.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 18 de setembro de 2017.

SÉRGIO DE ARAÚJO LIMA AGUIAR
Deputado Estadual – PDT

EMENDA SUPRESSIVA N.º 54/2017

AO PROJETO DE LEI Nº 073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06 DE 21/08/2017 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ. AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

"SUPRIME O INCISO VIII DO ART. 134 DO PROJETO DE LEI Nº 0073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 06 DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ."

Art. 1º – Fica suprimido o inciso VIII do Art. 134 do Projeto de Lei nº 0073/2017, oriundo da mensagem nº 06 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

JUSTIFICATIVA

O Inciso VIII do artigo 134 da forma como se encontra no Projeto de Lei original (PL nº 0073/2017) transforma a comarca do município de Frecheirinha de entrância inicial para comarca vinculada, passando esta a integrar a jurisdição da comarca de Tianguá.

O artigo 17 do PL nº 0073/2017, traz em seu bojo os requisitos para a implantação das comarcas e o inciso I deste, estatui que a população mínima do município deva ser de 15.000 (quinze mil habitantes). A população atual do município de Frecheirinha, de acordo com o último censo do IBGE, 2010 é de 12.991 (doze mil, novecentos e noventa e uma) pessoas, com estimativa para 13.669 (treze mil, seiscentos e sessenta e nove) pessoas no ano de 2017, de acordo com o mesmo instituto.

Pelos cálculos atuais a comarca do município de frecheirinha já possui quase esta totalidade para preencher a este requisito, o qual julgamos como sendo o mais importante, acreditamos que se esta estimativa for feita para 2020, com certeza esta será atingida. Se esta mudança vier a ocorrer estaremos dificultando, quanto ao atendimento jurisdicional a uma população de quase 15.000 (quinze mil pessoas), visto que as mesmas terão de se deslocar até o município de Tianguá para resolver suas querelas judiciais. Ressalte-se a importância que tem este município para toda a região, pois se trata de um município que se destaca no setor industrial.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 18 de setembro de 2017.

SÉRGIO DE ARAÚJO LIMA AGUIAR
Deputado Estadual – PDT

EMENDA SUPRESSIVA N.º 55 /2017

AO PROJETO DE LEI Nº 073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06 DE 21/08/2017 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ. AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

"SUPRIME O INCISO IX DO ART. 134 DO PROJETO DE LEI Nº 0073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 06 DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ."

Art. 1º – Fica suprimido o inciso IX do Art. 134 do Projeto de Lei nº 0073/2017, oriundo da mensagem nº 06 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

JUSTIFICATIVA

O Inciso VIII do artigo 134 da forma como se encontra no Projeto de Lei original (PL nº 0073/2017) transforma a comarca do município de Groaíras de entrância inicial para comarca vinculada, passando esta a integrar a jurisdição da comarca de Cariré.

O município de Goaíras que foi emancipado há exatos 60 anos do município de Cariré volta a depender deste município judicialmente falando, ou seja para a população local, é como se eles voltassem a ser um distrito de Cariré, o que observamos como um retrocesso. É verdade que o artigo 17 do PL nº 0073/2017, traz em seu bojo dentre seus requisitos para a implantação das comarcas que a população mínima do município deva ser de 15.000 (quinze mil habitantes). Assim como também é verdade que a população atual do

município de Groaíras, de acordo com o censo do IBGE é estimada em 11.000 (onze mil) no ano de 2017. Apesar de achar esse requisito como sendo um dos mais importantes, não podemos punir esta população que já é tão sofrida pela estiagem, acreditamos que se esta estimativa for feita para 2020, com certeza esta será atingida. Se esta mudança vier a ocorrer estaremos dificultando, quanto ao atendimento jurisdicional a uma população considerável, visto que as mesmas terão de viajar para outro município para resolver suas querelas judiciais.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 18 de setembro de 2017.

SÉRGIO DE ARAÚJO LIMA AGUIAR
Deputado Estadual – PDT

EMENDA SUPRESSIVA N.º 56 /2017

AO PROJETO DE LEI Nº 073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06 DE 21/08/2017 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ. AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

"SUPRIME O INCISO XIII DO ART. 134 E O INCISO I DO ART. 138 DO PROJETO DE LEI Nº 0073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 06 DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ."

Art. 1º – Fica suprimido o inciso XIII do Art. 134 e o inciso I do Art. 138 do Projeto de Lei nº 0073/2017, oriundo da mensagem nº 06 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

JUSTIFICATIVA

O Inciso XIII do artigo 134 da forma como se encontra no Projeto de Lei original (PL nº 0073/2017) transforma a comarca do município de Meruoca de entrância inicial para comarca vinculada, passando esta a integrar a jurisdição da comarca de Sobral. Ressalte-se que o município de Alcântara é vinculado à comarca de Meruoca, este que também será vinculado à jurisdição da Comarca de Sobral, como reza o inciso I do artigo 138 do atual Projeto de Lei.

O artigo 17 do PL nº 0073/2017, traz em seu bojo os requisitos para a implantação das comarcas e o inciso I deste, estatui que a população mínima do município deva ser de 15.000 (quinze mil habitantes). A população atual do município de Meruoca, de acordo com o último censo do IBGE, 2010 é de

13.693 (treze mil seiscentos e noventa e três) pessoas, com estimativa para 14.948 (quatorze mil, novecentos e quarenta e oito) pessoas no ano de 2017, de acordo com o mesmo instituto. Esta comarca que tem o município de Alcântara ali vinculada, este que possui uma população de 10.771 (dez mil, setecentos e setenta e uma) pessoas, de acordo com o último censo do IBGE, 2010, com a estimativa para 2017 de 11.459 (onze mil, quatrocentos e cinquenta e nove) pessoas.

Portanto, pelos cálculos estimados para o ano de 2017 a comarca de Meruoca atende a uma população de 26.407 (vinte e seis mil, quatrocentos e sete) pessoas, estas que terão de se deslocar até o município de Sobral para resolver suas querelas judiciais.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 18 de setembro de 2017.

SÉRGIO DE ARAÚJO LIMA AGUIAR
Deputado Estadual – PDT

Emenda Aditiva n.º 57/2017 a Mensagem 73/2017.

Acrescenta dispositivo à Proposição n.º 73/2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 150 A – Fica criado 1 (um) novo Ofício de Registro de Imóveis da Comarca do município de Iguatu.

Parágrafo único - É de competência exclusiva deste Ofício, as atribuições e serviços nele estabelecido.

Justificativa

A presente emenda tem como objetivo garantir mais qualidade e agilidade no atendimento ao cidadão na prestação de serviços, tendo em vista que o município possui população com mais de 102.614 habitantes.

Deputada Mirian Sobreira
Partido Democrático Trabalhista – PDT

Emenda Aditiva n.º 58/2017 a Mensagem 73/2017.

Acrescenta dispositivo à Proposição n.º 73/2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 150 A – Fica criado 1 (um) novo Ofício de Registro de Imóveis da Comarca do município de Várzea Alegre.

Parágrafo único - É de competência exclusiva deste Ofício, as atribuições e serviços nele estabelecido.

Justificativa

A presente emenda tem como objetivo garantir mais qualidade e agilidade no atendimento ao cidadão na prestação de serviços, tendo em vista que o município possui população com mais de 40.255 habitantes.

Deputada Mirian Sobreira
Partido Democrático Trabalhista – PDT

Emenda Aditiva n.º 59/2017 a Mensagem 73/2017.

Acrescenta dispositivo à Proposição n.º 73/2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 150 A – Fica criado 1 (um) novo Ofício de Registro de Imóveis da Comarca do município de Jardim.

Parágrafo único - É de competência exclusiva deste Ofício, as atribuições e serviços nele estabelecido.

Justificativa

A presente emenda tem como objetivo garantir mais qualidade e agilidade no atendimento ao cidadão na prestação de serviços, tendo em vista que o município possui população com mais de 27.076 habitantes.

Deputada Mirian Sobreira
Partido Democrático Trabalhista – PDT

Emenda Aditiva n.º 60/2017 a Mensagem 73/2017.

Acrescenta dispositivo à Proposição n.º 73/2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 150 A – Fica criado 1 (um) novo Ofício de Registro de Imóveis da Comarca do município de Quixelô.

Parágrafo único - É de competência exclusiva deste Ofício, as atribuições e serviços nele estabelecido.

Justificativa

A presente emenda tem como objetivo garantir mais qualidade e agilidade no atendimento ao cidadão na prestação de serviços, tendo em vista que o município possui população com mais de 15000 habitantes.

Deputada Mirian Sobreira
Partido Democrático Trabalhista – PDT

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 61 /2017

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1° Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art. 150 - A – Fica criado o 1° Oficio de Notas, Protestos e Títulos da Comarca de Horizonte.
Paragrafo Único – Competirá exclusivamente ao Oficio criado no caput do presente artigo, as atribuições e serviços nele especificados.

Justificativa

A presente Emenda tem como objetivo, melhorar a qualidade da prestação dos serviços jurisdicionais na área extrajudicial, que abrage os serviços cartorários, buscando mais agilidade, presteza, eficiência e respeito a população daquele municipio que hoje ultrapassa a barreira de 65.928 mil habitantes, em uma área territorial de 159 Km².
A criação do Ofício em questão pretende, baseando-se, ainda nos critérios socioeconomicos e populacional deste municipio, desatrelar dos demais cartorios os referidos e especificos serviços, a fim de facilitar o acesso aos serviços, agilizando o atendimento dos prazos para obteção do serviço publico demandado e prestado com maior eficiência.
Como se observa nos termos do art. 21 da Lei Federal nº. 8.935/94(Lei dos Cartórios), a responsabilidade pela administração dos serviços é exclusiva do tabelião, o que não importa em qualquer ônus aos Poderes Executivo e Judiciário.

Evandro Leitão
Deputado Estadual
Lider do Governo

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 62 /2017

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1° Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art. 150 - A – Fica criado o 1(um) novo Oficio de Registro de Imóveis da Comarca de Aquiraz.
Paragrafo Único – O tribunal de justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 03 (três) circunscrições imobiliárias da comarca de Aquiraz, para fins de registro imobiliário.

Justificativa

A presente Emenda tem como objetivo, melhorar a qualidade da prestação dos serviços jurisdicionais na área extrajudicial, que abrange os serviços cartorários, buscando mais agilidade, presteza, eficiência e respeito a população daquele município que hoje ultrapassa a barreira de 79.128 mil habitantes.
A criação do Ofício em questão pretende, baseando-se, nos critérios socioeconômicos e populacional deste município, bem como no potencial turístico, residência e hoteleiro, desafogar dos demais cartórios o referido e específico serviço subdivindindo o municipio em três grandes regiões, a fim de facilitar o acesso aos serviços por parte da população local, agilizando o atendimento dos prazos para obtenção do serviço publico demandado e prestado de forma mais eficiente.
Como se observa nos termos do art. 21 da Lei Federal nº. 8.935/94(Lei dos Cartórios), a responsabilidade pela administração dos serviços é exclusiva do tabelião, o que não importa em qualquer ônus aos Poderes Executivo e Judiciário.

Evandro Leitão
Deputado Estadual
Lider do Governo

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 63 /2017

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1° Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art. 150 - A – Fica criado o 1º Oficio de Notas, Protestos e Títulos da Comarca de Itapipoca.
Paragrafo Único – Competirá exclusivamente ao Oficio criado no caput do presente artigo, as atribuições e serviços nele especificados.

Justificativa

A presente Emenda tem como objetivo, melhorar a qualidade da prestação dos serviços jurisdicionais na área extrajudicial, que abrage os serviços cartorários, buscando mais agilidade, presteza, eficiência e respeito a população daquele municipio que hoje ultrapassa a barreira de 126.234 mil habitantes, em uma área territorial de 1.615 Km².
A criação do Ofício em questão pretende, baseando-se, ainda nos critérios socioeconomicos e populacional deste municipio, desatrelar dos demais cartorios os referidos e especificos serviços, a fim de facilitar o acesso aos serviços, agilizando o atendimento dos prazos para obteção do serviço publico demandado e prestado com maior eficiência.
Como se observa nos termos do art. 21 da Lei Federal nº. 8.935/94(Lei dos Cartórios), a responsabilidade pela administração dos serviços é exclusiva do tabelião, o que não importa em qualquer ônus aos Poderes Executivo e Judiciário.

Evandro Leitão
Deputado Estadual
Lider do Governo

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 64 /2017

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1° Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art. 150 - A – Fica criado o 2º e 3º Oficio de Notas e Registro de Imoveis da Comarca de Caucaia, com identicos serviços, atribuições e competencia da serventia extrajudicial 1º Oficio da mesma comarca.
Paragrafo Unico. O tribunal de justiça, através de Resolução, procederá à proporcional divisão territorial das 03 (três) circuncrisções imobiliárias da comarca de Caucaia, para fins de registro imobiliário.

Justificativa

A presente Emenda tem como objetivo, melhorar a qualidade da prestação dos serviços jurisdicionais na área extrajudicial, que abrage os serviços cartorarios, buscando mais agilidade, presteza, eficiência e respeito a população daquele municipio que hoje ultrapassa a barreira de 362.223 mil habitantes, em uma área territorial de 1.228 Km².
A criação dos Ofícios em questão pretende realizar uma melhor e igualitaria divisão do territorio do Municipio de Caucaia, de modo a delimitar a atuação do cada oficio cartorario a uma extensão territorial aproximadamente de 500km², baseando-se, ainda nos critérios socioeconomicos e populacional deste municipio, a fim de facilitar o deslocamento dos usuarios, o acesso aos serviços e redução dos prazos para obteção do serviço publico demandado e prestado.
Como se observa nos termos do art. 21 da Lei Federal nº. 8.935/94(Lei dos Cartórios), a responsabilidade pela administração dos serviços é exclusiva do tabelião, o que não importa em qualquer ônus aos Poderes Executivo e Judiciário.

Evandro Leitão
Deputado Estadual
Lider do Governo

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 65 /2017

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº. 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Art.1° Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei nº. 73/17, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art. 150 - A – Fica criado o 1º Oficio de Notas, Protestos e Títulos da Comarca de Aracati.
Paragrafo Único – Competirá exclusivamente ao Oficio criado no caput do presente artigo, as atribuições e serviços nele especificados.

Justificativa

A presente Emenda tem como objetivo, melhorar a qualidade da prestação dos serviços jurisdicionais na área extrajudicial, que abrage os serviços cartorários, buscando mais agilidade, presteza, eficiência e respeito a população daquele municipio que hoje ultrapassa a barreira de 73.629 mil habitantes, em uma área territorial de 1.229 Km².
A criação do Ofício em questão pretende, baseando-se, ainda nos critérios socioeconomicos e populacional deste municipio, desatrelar dos demais cartorios os referidos e especificos serviços, a fim de facilitar o acesso aos serviços, agilizando o atendimento dos prazos para obteção do serviço publico demandado e prestado com maior eficiência.
Como se observa nos termos do art. 21 da Lei Federal nº. 8.935/94(Lei dos Cartórios), a responsabilidade pela administração dos serviços é exclusiva do tabelião, o que não importa em qualquer ônus aos Poderes Executivo e Judiciário.

Evandro Leitão
Deputado Estadual
Lider do Governo

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Emenda nº 66 a Mensagem 73/2017

Esta Emenda acrescenta e modifica artigos da Mensagem 73/17.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º - Adiciona o Parágrafo único ao art. 13 da Mensagem 73/2017, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 13. (...)

Parágrafo único: O Juiz responsável pela Comarca vinculada deverá comparecer, obrigatoriamente, a cada quinze dias para realização de audiências e/ou de quaisquer outros atos necessários para uma célere prestação jurisdicional.

Art. 2º - Modifica o §1º do art. 12 da Mensagem 73/17, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. (...)

§1º - O Tribunal de Justiça, por deliberação de seu Órgão Especial, observados aspectos como demanda e a disponibilidade de recursos humanos e matérias determinará a reunião de todos os acervos processuais para tramitação na comarca sede, **assegurando, neste caso, que o protocolo de petições e documentos, bem como atendimento ao público, expedição de certidões possam ser feito tanto na Comarca sede quando na Comarca vinculada.**

Art. 3º - Adiciona o §3º ao art. 12 da Mensagem 73/2017, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 12. (...)

§3º: As audiências e/ou quaisquer atos processuais que exijam comparecimento de pessoas em juízo serão realizados obrigatoriamente na Comarca vinculada. .

§4º A extinção, transformação ou transferência de Unidades Judiciárias somente poderá ocorrer mediante Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativa

A presente emenda visa aperfeiçoar o projeto, garantindo presença mínima do magistrado na Comarca Vinculada, prerrogativas do Poder Legislativo e melhora da Prestação Jurisdicional.

Fortaleza, 18 de setembro de 2017.

Elmano de Freitas

Deputado Estadual – PT/CE

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA MODIFICATIVA Nº 67 /2017
AO PROJETO DE LEI Nº 73/2017 QUE ACOMPANHA A MENSAGEM DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA Nº 06/2017

MODIFICA O ART. 33 DO PROJETO DE LEI Nº 73/2017, QUE ACOMPANHA A MENSAGEM DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA Nº 06/2017.

Art. 1º Fica modificado o Art. 33 do Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a mensagem do Tribunal de Justiça nº 06/2017, que passa a ter a seguinte redação:

"**Art. 33.** O Tribunal de Justiça, pela maioria absoluta dos membros efetivos, por votação secreta, elegerá, dentre os desembargadores, os titulares dos cargos de direção, com mandato de dois anos, **permitida a reeleição para um único período subsequente.**

Parágrafo único. São considerados inelegíveis os desembargadores que tenham exercido a Presidência do Tribunal ou quaisquer outros cargos de direção, **por um período de quatro anos, até que se esgotem todos os nomes."(NR)**

JUSTIFICATIVA

Um dos grandes desafios que a gestão pública brasileira enfrenta, no âmbito de todos os Poderes, é a solução de continuidade na implementação de políticas públicas por ocasião das mudanças de gestores. Essa impermanência gera desconfortos e prejuízos.

Visando evitar esse desassossego institucional, o ordenamento jurídico pátrio já consagrou que o instituto da reeleição para um único período subsequente, ao mesmo tempo em que homenageia o postulado da continuidade administrativa, não se confronta com o princípio republicano que impede a perpetuação de uma mesma pessoa ou grupo no poder.

Nada mais oportuno que a Corte Justiça Alencarina encampe esse postulado. Em verdade, a presente Emenda apenas faculta ao Poder Judiciário algo que já está pacificado nos demais Poderes: a autorização para uma recondução por igual período. A Emenda não é impositiva, mas autorizativa; não obriga, franqueia, não impõe, dispõe. A utilização ou não do instituto fica adstrita à seara de discricionariedade dos senhores Desembargadores. Eis nossa Proposta, para a qual rogamos o apoio dos demais pares.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2017.

Roberto Mesquita
Deputado Estadual - PSD

EMENDA SUPRESSIVA N.º 68 /2017

AO PROJETO DE LEI Nº 073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06 DE 21/08/2017 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ. AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

"SUPRIME O INCISO V DO ART. 134 DO PROJETO DE LEI Nº 0073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 06 DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ."

Art. 1º – Fica suprimido o inciso V do Art. 134 do Projeto de Lei nº 0073/2017, oriundo da mensagem nº 06 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

JUSTIFICATIVA

O Inciso V do artigo 134 da forma como se encontra no Projeto de Lei original (PL nº 0073/2017) transforma a comarca do município de Barroquinha de entrância inicial para comarca vinculada, passando esta a integrar a jurisdição da comarca de Chaval.

O artigo 17 do PL nº 0073/2017, traz em seu bojo os requisitos para a implantação das comarcas e o inciso I deste, estatui que a população mínima do município deva ser de 15.000 (quinze mil habitantes). A população atual do município de Barroquinha, de acordo com o último censo do IBGE, é de 14.880 (quatorze mil, oitocentos e oitenta) pessoas.

Julgamos este requisito como sendo o mais importante, acreditamos que se

esta estimativa for feita para 2020, com certeza a população de Barroquinha irá ultrapassar estes números.

Se esta mudança vier a ocorrer estaremos dificultando o atendimento jurisdicional a uma população de quase 15.000 (quinze mil pessoas), visto que as mesmas terão de se deslocar até o município de Chaval para resolver suas querelas judiciais.

O município de Barroquinha é um dos municípios cearenses que mais se desenvolve, pois possui grande potencial turístico. Barroquinha se destaca, ainda, pelo grande potencial pesqueiro do Distrito de Bitupitá.

Recentemente, com a pavimentação da estrada Barroquinha-Bitupitá, a velocidade de crescimento populacional e estrutural supera a média do estado. Após a entrega de mais esta obra importante, o município tem experimentado grande desenvolvimento a partir da segunda metade do ano de 2016.

Quanto à distância entre municípios não podemos focar somente entre as sedes, pois temos alguns distritos que já são bastantes distantes da sede, senão vejamos, sendo transferidos os processos para o município vizinho, a crescente população do Distrito de Bitupitá, entre outras localidades, terá de percorrer cerca de 50km para ter acesso à Justiça e ter proteção de seus direitos, uma vez que o projeto transforma a comarca Sede em vinculada e permite ao TJCE transferir o acervo processual para a comarca vizinha por meio de simples resolução do Tribunal de Justiça, tornando o Fórum de Barroquinha um mero posto para protocolo de petições.

Quanto aos dados estatísticos considerados pelo TJCE (janeiro/2014 a dezembro/2016) não traduzem a tendência atual, uma vez que, como dito, o Município de Barroquinha tem experimentado grande desenvolvimento a partir da conclusão da estrada que liga a Sede ao distrito de Bitupitá, o que ocorreu no segundo semestre de 2016. A demanda de novos casos ajuizados no último triênio está acima da média de muitas comarcas que não estão no mapa da extinção, conforme tabela abaixo:

NOVOS PROCESSOS JUDICIAIS – NO ÚLTIMO TRIÊNIO (JULHO/2014 a JUNHO/2017)				
COMARCA	**2014 a 2015**	**2015 a 2016**	**2016 a 2017**	**MÉDIA**
Barroquinha	414	448	599	487,00
* Chaval	419	490	401	436,67
* Uruoca	281	362	323	322,00
* Madalena	447	579	489	505,00
* Aiuaba	300	459	449	402,67
* Graça	283	360	290	311,00
* Fortim	531	525	381	479,00

FONTE: http://www.tjce.jus.br/areas/meta-7/

* Comarcas que NÃO constam na Lista de Extinção

Os dados do quadro a seguir demonstram claramente que a comarca de Barroquinha, somente em 6 meses do ano de 2017 já atingiu praticamente o número mínimo de novas demandas exigido pela Resolução nº 184 do CNJ para permanecer instalada(50% da Demanda do respectivo tribunal, que é de aproximadamente 996 casos novos por magistrado). Somente em 2017(até o mês de junho), foi ajuizado um número de processos superior a várias comarcas que não constam no mapa da extinção:

NOVOS PROCESSOS JUDICIAIS – 2017 (JAN/2017 a JUN/2017)							
COMARCA	**JAN**	**FEV**	**MARÇO**	**ABRIL**	**MAIO**	**JUN**	**Total**
Barroquinha	52	61	81	38	109	94	**435**
* Chaval	43	13	50	39	43	39	**227**
* Uruoca	18	11	25	23	40	58	**175**
* Madalena	19	53	67	49	50	21	**259**
* Aiuaba	19	16	72	88	39	39	**273**
* Graça	21	13	36	46	20	24	**160**
* Fortim	44	22	45	32	50	-	**193**

FONTE: http://www.tjce.jus.br/areas/meta-7/

* Comarcas que NÃO constam na Lista de Extinção

O Total de Processos na Comarca de Barroquinha é crescente, apesar do número significativo de processos baixados no mesmo período:

PROCESSOS ARQUIVADOS NO BIÊNIO			
COMARCA	**2015**	**2016**	**Até JUNHO/2017**
Barroquinha	491	581	250
*Chaval	667	691	209
*Uruoca	450	393	193

FONTE: http://www.tjce.jus.br/areas/meta-7/

* Comarcas que NÃO constam na Lista de Extinção

QUANTIDADE TOTAL DE PROCESSOS na COMARCA – NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (2012 a 2017)						
COMARCA	**Dez/2012**	**Dez/2013**	**Dez/2014**	**Dez/2015**	**Dez/2016**	**Até JUNHO/2017**
Barroquinha	632	687	783	759	709	946
*Chaval	1.254	1.391	1.079	1.052	1.172	1.221
*Uruoca	431	442	522	484	444	451
*Madalena	798	904	1.052	1.062	1.160	1.055
* Aiuaba	694	822	845	879	982	828
* Graça	636	685	722	808	802	885
* Fortim	843	971	994	1.079	1.045	979

FONTE: http://www.tjce.jus.br/areas/meta-7/

* Comarcas que NÃO constam na Lista de Extinção

Frise-se que o rebaixamento de comarcas instaladas à condição de comarcas vinculadas tem o mesmo efeito nefasto que o fechamento definitivo dos estabelecimentos forenses. A comarca vinculada, como o próprio TJCE reconheceu, é uma experiência que não deu certo. As comarcas vinculadas não dispõem de estrutura funcional para dar andamento e desfecho aos processos num prazo razoável exigido constitucionalmente.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 20 de setembro de 2017.

SÉRGIO DE ARAÚJO LIMA AGUIAR
Deputado Estadual – PDT

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº 65/17

Acrescenta dispositivos ao art. 134 do Projeto de Lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Acrescenta dispositivos ao art. 134 do Projeto de Lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça:

§1º Todos os processos situados nas comarcas vinculadas deverão estar em formato virtual.

§2º O tribunal terá o prazo de 18 (dezoito meses) para se adequar a regra do parágrafo anterior.

Justificativa

Essa emenda visa assegurar que todos os processos oriundos das comarcas vinculadas se encontrem no formato virtual, para que sejam acompanhados com mais facilidade pelos cidadãos e advogados, evitando a locomoção dos mesmos para as comarcas sedes, e respeitando o princípio da celeridade judicial.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA ADITIVA Nº ..70../2017
Ao Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 06/17 - TJ

Acrescenta o §3º ao art. 17 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem 06/17 - TJ

Art. 1º - Acrescenta o §3º ao art. 17 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem 06/17 - TJ, com a seguinte redação:

"Art. 17 [...]
[...]
§3º - O Poder Judiciário disponibilizará três vezes por semana meios de transporte para conduzir os jurisdicionados dos municípios onde não possui comarca para os municípios com comarcas."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda pretende proteger a garantia constitucional do acesso à justiça para os jurisdicionados no Estado do Ceará. Com essa transformação promovida pelo Poder Judiciário cearense, a população ficará desguarnecida das comarcas e, por conseguinte, ausência do Juiz e do Promotor de Justiça. Não podemos deixar ressoar a máxima de Ovídio "cura pauperibus est clausus", o Tribunal está fechado para os pobres. O Estado do Ceará tem que resguardar o direito do cidadão de acessar à justiça e, por isso, deverá fornecer meios de transportes três vezes por semana para levar os cidadãos aos municípios que possuem comarcas.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em 20 de setembro de 2017.

Deputado HEITOR FÉRRER

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

EMENDA SUPRESSIVA Nº 71 /2017

À mensagem do Poder Judiciário 06/2017
(Proposição nº 00073/2017)

SUPRIME O INCISO III DO ART. 138 DA PROPOSIÇÃO Nº 00073/2017 ORIUNDA DA MENSAGEM 06/2017 DO PODER JUDICIÁRIO

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º – Suprima-se o Inciso III do artigo 138 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 06/2017 do Poder Judiciário.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua aprovação.

JUSTIFICATIVA

A cidade de Milhã sempre teve Solonópole como rede de apoio para o desenvolvimento político e social. Ressaltamos que Milhã se tornou cidade em 1986, sendo parte desmembrada do município de Solonópole. A ligação e interação entre as duas cidades é histórica, cultural, econômica, política e social. Sendo assim, a população Milhaense faz usò dos bancos, comércio e dispoertivos de políticas públicas na cidade de Solonópole, justificando, assim, a importância da comarca de Milhã permanecer atrelada ao fórum de Solonópole.

ANTÔNIO GRANJA
DEPUTADO

EMENDA Nº 72/2017
AO PROJETO DE LEI QUE ACOMPANHA A MENSAGEM DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE Nº 73/2017

Requer acatamento de emenda que suprime o inciso IX do art.134 do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 73/2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art.1º. Suprime-se o inciso IX do art.134 do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 73/2017.

Art. 2º. Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Sala das comissões, em 18 de setembro de 2017.

Deputado Tomaz Holanda

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo melhorar o projeto de lei oriundo da Mensagem de nº 73/2017 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

O Município de Groaíras está em franco desenvolvimento, com uma economia baseada no cultivo do algodão herbáceo sequeiro, fabricação de lacticínios, fabricação de conservas de frutas e hortaliças, preparação de leite, beneficiamento de cera de carnaúba, caprinocultura corte e leite semi-intensiva e ovinocultura extensiva.

Além do setor produtivo, Groaíras conta com agência e correspondente bancário, do Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, além de Agência Lotérica, daí a necessidade de mantermos a nossa Comarca, pela importância do Setor Judiciário no desenvolvimento do nosso município.

A população de Groaíras, tem confiança na permanência do nosso Fórum de Entrância Inicial, com uma Vara e uma Promotoria, que realiza um excelente e importante trabalho de levar justiça a toda comunidade local

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres pares pela aprovação da referida emenda.

Sala das comissões, em 18 de setembro de 2017.

Deputado Tomaz Holanda

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Memo. n.º 111 / 2017.

Fortaleza, 18 de setembro de 2017.

Excelentíssimo senhor
ROBÉRIO MONTEIRO
Deputado Estadual

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, venho à presença de Vossa Excelência, para solicitar a subscrição da **EMENDA ADITIVA N.º 19**, junto à Mensagem n.º 73/17, ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06, de autoria do Tribunal de Justiça, que DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ.

Atenciosamente,

Roberto Mesquita
Deputado Estadual - PSD

De acordo:

Robério Monteiro

EMENDA Nº 73/2017
AO PROJETO DE LEI QUE ACOMPANHA A MENSAGEM DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE Nº 73/2017

Requer acatamento de emenda que suprime os incisos III e XIV do art.134 do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 73/2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art.1º. Suprime-se os incisos III e XIV do art.134 do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 73/2017.

Art. 2º. Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Sala das comissões, em 22 de setembro de 2017.

Deputado Evandro Leitão

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo melhorar o projeto de lei oriundo da Mensagem de nº 73/2017 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Suprime os incisos que transformam as comarcas de entrância inicial de Aratuba e Mulungu em comarcas vinculadas.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres pares pela aprovação da referida emenda.

Sala das comissões, em 22 de setembro de 2017.

Deputado Evandro Leitão

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº 74/17.

Acrescenta o art. 4º ao Projeto de Lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça e renumera os demais.

Art.1º Acrescenta o art. 4º ao Projeto de Lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça e renumera os demais.

Art. 4º Todos os processos submetidos ao Poder Judiciário do Estado do Ceará deverão estar em formato virtual.

Parágrafo único. O Poder Judiciário terá até o dia 31 de dezembro de 2018 para se adequar a regra do parágrafo anterior.

Justificativa

Essa emenda visa assegurar que todos os trâmites processuais submetidos à jurisdição do Estado, em qualquer instância estejam em formato virtual. A digitalização dos autos consiste, hoje, na maneira mais democrática de atender aos anseios da população por um Poder Judiciário mais acessível, célere e efetivo, como também permite que estes processos sejam acompanhados com mais facilidade tanto pelos cidadãos e advogados, evitando muitas vezes a locomoção dos mesmos para acesso físico aos autos, permitindo, inclusive, aos magistrados que despachem de maneira remota. Assim, com essa medida se busca resolver questões de efetividade e produtividade da prestação jurisdicional do Estado.

Audic Mota
Deputado Estadual

EMENDA SUPRESSIVA N.º 75 /2017

AO PROJETO DE LEI Nº 073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06 DE 21/08/2017 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ. AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

"SUPRIME O INCISO VI DO ART. 138 DO PROJETO DE LEI Nº 0073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 06 DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ."

Art. 1º – Fica suprimido o inciso VI do Art. 138 do Projeto de Lei nº 0073/2017, oriundo da mensagem nº 06 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

JUSTIFICATIVA

O Capitulo I, Seção IV do Projeto de Lei nº 0073/2017 trata da alteração e agregação das sedes de algumas comarcas vinculadas, que passam a integrar a jurisdição de outras comarcas sedes e o Inciso VI do artigo 138 da forma como se encontra, transforma a comarca do município de Senador Sá, até então vinculada ao município de Massapê, em comarca vinculada ao município de Uruoca.

Constatamos com isso que se o PL for mantido da forma apresentado, o atendimento aos seus jurisdicionais restará prejudicado, pois Senador Sá sempre foi culturalmente ligado ao município de Massapê e o caminho será invertido, este que já é histórico por diversos fatores, senão

vejamos:

- Senador Sá encontra-se numa posição geográfica favorável para a sua população, entre Senador Sá/Massapê/Sobral;

- O batalhão de Polícia Militar que atende a Senador Sá encontra-se localizado em Massapê;

- O atendimento do INSS do município que antes era feito em Camocim, recentemente, se viu transferido para Sobral;

- Há regularmente transportes, tanto particular como no atendimento de cursos universitários e vinculações comercias que sempre foram dirigidas para Massapê, se ampliando até Sobral.

Observamos que não há vinculações entre os municípios de Senador Sá e Uruoca, a não ser a cordialidade e amizade entre seus munícipes.

Como dito anteriormente, este caminho que já é histórico foi absorvido por sua população, alterá-lo agora, sem nenhum desmerecimento ao município de Uruoca, será um retrocesso. Se esta mudança vier a ocorrer estaremos dificultando quanto ao atendimento jurisdicional, a uma população considerável, visto que a mesma terá de fazer uma viajem em sentido oposto do que já são acostumados para resolver suas querelas judiciais.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA, em 26 de setembro de 2017.

SERGIO DE ARAUJO LIMA AGUIAR
Deputado Estadual – PDT

EMENDA SUPRESSIVA 76 /2017

Ao Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a MENSAGEM do Tribunal de Justiça nº 6, de 21 de agosto de 2017.

Suprime dispositivo ao Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a Mensagem nº 6/2017, na forma que indica.

Art. 1º. Fica suprimido o inciso II do art. 134 do Projeto de Lei nº 73/2017.

Art. 2º. No Anexo I do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 6/2017, o município de Ararendá deixa de figurar como Comarca Vinculada à Comarca Sede de Nova Russas.

Sala das Sessões, em ___ de setembro de 2017.

Deputado MOISÉS BRAZ
(PT)

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem como objetivo obstar a transformação da Comarca Sede de Entrância Inicial de Ararendá em Comarca Vinculada, integrando a jurisdição de Nova Russa. Ressalte-se que a distância entre as duas cidades é de, aproximadamente, 37 km, ocasionando deslocamento de mais 72 km para o jurisdicionado, que terá que arcar com o ônus do deslocamento para obter a prestação jurisdicional.

Com uma população de 10.823 (dez mil oitocentos e vinte três) habitantes, a Comarca Sede de Ararendá encontra-se devidamente estruturada, com a presença de juiz, promotor público e corpo técnico, assim como um razoável volume de demandas judiciais e/ou processos diversos.

A transformação desta Comarca Sede em Comarca Vinculada acarretará um enorme retrocesso, pois precariza o acesso ao Judiciário para o conjunto de cidadãos que hoje dispõe desse serviço bem estruturado.

EMENDA ADITIVA 77/2017

Ao Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a MENSAGEM do Tribunal de Justiça nº 6, de 21 de agosto de 2017.

Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a Mensagem nº 6/2017, na forma que indica.

Art. 1º. Acrescente-se o inciso V ao art. 139 da Mensagem nº 6/2017, com a seguinte redação:

"Art. 139...

...

V – Mauriti." (NR)

Art. 2º. No Anexo I do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 6/2017, o município de Mauriti deixa de figurar como Comarca de Entrância Inicial e passa a integrar como Comarca de Entrância Intermediária.

Sala das Sessões, em___ de setembro de 2017.

Deputado MOISÉS BRAZ
(PT)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa elevar a categoria da Comarca de Mauriti, de Entrância Inicial, para Comarca de Entrância Intermediária.

Com 46.548 (quarenta e seis mil quinhentos e quarenta e oito) habitantes (IBGE-2017) e 35.109 (trinta e cinco mil cento e nove) eleitores (TRE-CE/2017), e movimento processual superior a 2.500 (dois mil e quinhentos) processos, o município de Mauriti preenche, perfeitamente, os requisitos para elevação de comarca.

A Comarca de Mauriti conta com edifício público que sedia o fórum, assim como dispõe de cadeia pública. O município é constituído de 9 (nove) distritos, na divisa com dois outros estados.

Ressalte-se que comarcas como Cedro, Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira, Brejo Santo, apresentam um número de processos inferior a media de processos da Comarca de Mauriti, no entanto, são classificadas como Intermediárias.

Com efeito, verifica-se que a Comarca de Mauriti preenche todos os requisitos definidos, razão pela qual é imperiosa a sua elevação para Entrância Intermediária.

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA SUPRESSIVA Nº 78 /2017 AO PROJETO DE LEI 73/2017

(Mensagem nº 06, de 21 de agosto de 2017, oriunda do Poder Judiciário)

SUPRIME DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº 73/2017, NA FORMA QUE INDICA.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ** decreta:

Art. 1º Fica suprimido o inciso III do artigo 134 do projeto de lei 73/2017.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem como objetivo evitar a transformação da Comarca de entrância inicial do Município de **Aratuba** em Comarca Vinculada, integrando a jurisdição da Comarca de Capistrano.

O argumento do Egrégio Tribunal de Justiça para a aludida transformação decorre do critério de número de processos que deram entrada na Comarca nos últimos três anos, sendo passíveis de transformação as Comarcas que receberam menos de 50% da média do número de processos recebidos per capita pelos magistrados, no âmbito do Estado do Ceará, isto é, 490 processos. Na Comarca de Aratuba, nos últimos três anos deram entrada em média 450 processos.

Ocorre que a Comarca de Aratuba estava sem Juiz titular desde o início de 2011 até fevereiro de 2016. Mesmo assim, o Juiz que assumiu, passou cerca de 4 meses fazendo cursos. Já o Juiz zonal substituto comparece à Comarca uma vez por semana, quando comparece. Por essa razão a quantidade de processos a serem demandados para a Comarca diminuiu consideravelmente, dado que os advogados se sentem desmotivados, já que seus processos não andam,

acarretando grave prejuízo para a vida das pessoas do Município, em especial os mais carentes.

Diante do exposto, solicitamos o apoio de todos os colegas parlamentares para a aprovação dessa importante matéria.

Fernanda Pessoa
Deputada Estadual – PR

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 79 /2017

Substitui expressões no Art. 117 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 73/2017, de autoria do TJ/CE.

Art. 1º - Substitua-se do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 73/2017, de autoria do TJ/CE, pelas seguintes:

> "**Art. 117.** Extinta a delegação do Notário ou do Oficial de Registro e em quaisquer das hipóteses previstas nos Artigos 35 e 39 da Lei Federal nº 8.935/1994, o Juiz Diretor do Fórum designará para responder pelo expediente, o Substituto Legal por força do § 5º do Artigo 20 da Lei Federal nº 8.935/1994 e no caso de impedimento deste, designará para responder pelo expediente o Substituto mais antigo da Serventia, dando ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça para que seja realizado o concurso público no caso da extinção a Delegação na forma do § 3º do Artigo 236 da Constituição Federal."

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em 22 de setembro de 2017.

Deputado Dr. Sarto

JUSTIFICATIVA

Nobres Colegas Parlamentares:

A Norma Estadual deverá convergir com a Norma Federal, ou seja, apresento esta Emenda Substitutiva para que o artigo em epígrafe atenda ao disposto da Lei Federal de nº 8.935/1994 em que no § 5º do Artigo 20 determina o seguinte:

> "Art. 20. Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.

§ 1º Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro.

§ 2º Os notários e os oficiais de registro encaminharão ao juízo competente os nomes dos substitutos.

§ 3º Os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.

§ 4º Os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios exceto, nos tabelionatos de notas, lavrar testamentos.

§ 5º Dentre os substitutos, um deles será designado pelo notário ou oficial de registro para responder pelo respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular.

Nobres colegas, o § 5º acima citado veio pela Doutrina do Direito Notarial e Registral a conceituar este NOTÁRIO ou OFICIAL DE REGISTRO SUBSTITUTO como SUBSTITUTO LEGAL, sendo este, a pessoa em que incumbe a tarefa de substituir o titular em suas ausências e impedimentos e que deve responder pela serventia extrajudicial, praticando pelo notário ou registrador os atos que lhe são próprios, enfatiza o Doutrinador Gilberto Valente da Silva:

"... a mim parece que só pode cogitar do substituto mais antigo (entendida a antiguidade como tempo de serviço em atividade notarial ou registral) quando inexistir o substituto designado com fundamento no art. 20, § 5º, pois havendo um preposto em tal condição a ele caberá responder pelo serviço vago. ..." Fonte: http://www.ggv.com.br/breves_anotacoes.pdf

É o que tenho a justificar e apresentar para discussão e votação dos nobres Pares, sendo aprovado, será dá mais salutar justiça e direito.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em 22 de setembro de 2017.

Deputado Dr. Sarto

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA SUPRESSIVA Nº 80 /2017

Suprime o Inciso III do Art. 138 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 73/2017, de autoria do TJ/CE.

Art. 1º - Suprime o Inciso III do Art. 138 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 73/2017, de autoria do TJ/CE:

"**Art. 138.** Ficam alteradas as agregações das seguintes comarcas vinculas, que passam a integrar jurisdições de outras comarcas sedes:

I - .....

II - .....

III - *OMISSIS.*"

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em 22 de setembro de 2017.

Deputado Dr. Sarto

JUSTIFICATIVA

O Município de MILHÃ se encontra historicamente e culturalmente ligado de forma extrema com o Município de Solonópole, inclusive tendo sido Distrito deste Município, então venho através deste remédio Legislativo propor a supressão deste inciso por atender o interesse público e os anseios da população milhaense.

É o que tenho a justificar e apresentar para discussão e votação dos nobres Pares, sendo aprovado, será dá mais salutar justiça e direito.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em 22 de setembro de 2017.

Deputado Dr. Sarto

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA ADITIVA Nº 81 /2017

Acrescenta artigo ao Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 73/2017, de autoria do TJ/CE.

Art. 1º - Acrescente-se, onde couber, o artigo abaixo descrito, ao Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 73/2017, de autoria do TJ/CE:

"**Art. _____.** A competência da serventia extrajudicial do 2º Ofício da sede da Comarca de Missão Velha, em virtude de sua vacância, passa a ter apenas as funções de Registro de Imóveis, nos termos do Art. 26 da Lei 8.935/94, sendo revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em 22 de setembro de 2017.

Deputado Dr. Sarto

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo melhorar a qualidade da prestação jurisdicional na área extrajudicial, que abrange os serviços notariais e registrais, facilitar o acesso da população que mora nos bairros mais afastados do centro aos cartórios e, ainda, evitar filas de espera. Inclusive, trazendo grandes benefícios a toda população, principalmente aquelas mais carentes.

A referida proposição busca se adequar e cumprir as normas atinentes estabelecidas na Lei Federal 8.935/94 e a Resolução 80/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em 22 de setembro de 2017.

Deputado Dr. Sarto

EMENDA MODIFICATIVA Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 73/2017 ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 06/2017 DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Modifica a redação do art. 14 do Projeto de Lei nº 73/2017 oriundo da mensagem n.º 03/2017 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 1º - O art. 14 do Projeto de Lei nº 73/2017 oriundo da mensagem nº 03/2017 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará passa a ter a seguinte redação:

> Art. 14 - O Tribunal de Justiça adotará providências para que as comarcas vinculadas sejam dotadas de recursos humanos e materiais em volume proporcional à demanda, podendo para tanto, firmar convênios com os respectivos municípios e outros entes públicos, **mantendo os cargos comissionados já instalados, transferindo-se apenas o remanescente da estrutura funcional do quadro efetivo da unidade transformada e/ou a criação de funções comissionadas a serem desempenhadas por servidores efetivos da comarca sede**, regulando, por ato normativo a ser expedito pelo Órgão Especial, as verbas indenizatórias devidas a magistrados e servidores em razão dos deslocamentos da sua sede.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em 27 de setembro de 2017.

Carlos Felipe Soares Bezerra

DR. CARLOS FELIPE
Deputado Estadual e Líder do PCdoB

JUSTIFICATIVA

Nossa proposta busca manter os cargos comissionados já instalados, transferindo-se apenas o remanescente da estrutura funcional do quadro efetivo da unidade transformada ou criar funções comissionadas a serem desempenhadas por servidores efetivos da comarca sede, medida que impactaria no aumento da movimentação processual, atualmente fragilizada nas comarcas vinculadas pela ausência absoluta de estrutura funcional do Poder Judiciário nessas unidades.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em 27 de setembro de 2017.

DR. CARLOS FELIPE
Deputado Estadual e Líder do PCdoB

EMENDA ADITIVA Nº 83 /2017

Acrescenta artigo, ao Projeto de Lei 73/2017, que acompanha a Mensagem nº 006/2017, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art.1º Acrescente-se, onde couber, o artigo abaixo, ao Projeto de Lei 73/2017, através da mensagem 06/17.

Art. ___. Ficam convalidadas por esta Lei as demais Leis que criaram as Serventias Extrajudiciais atualmente inscritas e ativas no Cadastro Nacional de Serventias – CNS do Conselho Nacional de Justiça desde que estejam instaladas em suas respectivas comarcas.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente emenda tem por objetivo convalidar a situação de vários Cartórios Extrajudiciais que não dispõe de sua lei de criação, seja porque são muito antigos ou por não conseguirem encontrar os respectivos atos no arquivo público estadual.

Assim, por os referidos Cartórios se encontrarem em pleno funcionamento atendendo a população e por estarem devidamente reconhecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, nada mais justo em reconhecer os mesmos na legislação estadual.

DEPUTADO JULINHO
3º SECRETÁRIO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	PARECER
Descrição:	PARECER DO RELATOR		
Autor:	99705 - DIRCEU COSTA LIMA FILHO		
Usuário assinador:	99584 - JOAQUIM NORONHA.		
Data da criação:	27/09/2017 16:48:39	**Data da assinatura:**	27/09/2017 16:58:05

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO JOAQUIM NORONHA

PARECER
27/09/2017

PROPOSIÇÃO Nº 73/2017 (Mensagem 06/2017)

"ORIUNDA DA MENSAGEM Nº. 06/2017 – TJCE, DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ".

RELATOR: DEPUTADO JOAQUIM NORONHA.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Proposição de iniciativa oriunda do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que dispõe sobre a "Organização Judiciária do Estado do Ceará."

O presente projeto de Lei apresentado pelo Tribunal de Justiça do Ceará tem como objetivo promover uma profunda reestruturação administrativa na organização do Poder Judiciário no Ceará, rezoneando o território do Estado, tratando da ampliação das zonas judiciárias, abordando vinculação de comarcas, criando novas unidades judiciárias, definindo novos critérios para a classificação de comarcas entre as entrâncias inicial, intermediária e final, bem como redefinindo e extinguindo serventias extrajudiciais instaladas, não instaladas ou inviáveis.

O projeto sob análise possui 153 (cento e cinquenta e três) artigos em sua totalidade, tendo recebido, até a prolação do presente parecer, 83 emendas dos excelentíssimos Deputados Estaduais.

II- ANÁLISE

É de bom alvitre esclarecer logo de inicio que o presente parecer analisará a proposição apenas quanto a sua constitucionalidade frente à Constituição Estadual e Federal, redação e compatibilidade com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, não adentrando, assim, no mérito da matéria ou nas emendas já protocoladas, que serão analisadas em momento oportuno nas comissões pertinentes.

Assim, passando a análise propriamente dita da constitucionalidade, iniciativa e redação, da proposição de autoria do Poder Judiciário (oriunda da mensagem 06/2017 TJCE), verificamos que a mesma se encontra em perfeita consonância com o art. 108, I, da Constituição Estadual, que repete o modelo previsto na Constituição Federal, em seu art. 96, qual seja, assegura a competência privativa do Tribunal de Justiça para propor ao Poder Legislativo alteração, mediante lei, da organização e da divisão judiciária, organizando suas secretarias e serviços auxiliares e juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correcional respectiva. Vejamos.

> **CF:**
>
> **Art. 96. Compete privativamente:**
>
> **I - aos tribunais:**
>
> a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;
>
> **b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correcional respectiva;**
>
> c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;
>
> **d) propor a criação de novas varas judiciárias;**
>
> e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;
>
> f) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;
>
> **II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:**
>
> a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;
>
> **b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;**
>
> **c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;**
>
> **d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;**

Como dito, no mesmo sentido é o texto da Constituição Estadual:

> **Art. 108. Compete ao Tribunal de Justiça:**

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

a) a alteração do número de seus membros;

b) a criação, extinção ou alteração do número de membros dos Tribunais inferiores, que serão previamente ouvidos, nos últimos casos;

c) a criação e a extinção de cargos e a fixação de subsídios de magistrados do Estado;

d) dispor sobre a regulamentação e remuneração dos juízes de paz e dos serviços auxiliares;

e) **a alteração, mediante lei, da organização e da divisão judiciária;**

Verifica-se, ainda, que a presente proposição também se amolda aos arts. 60, III, e 96 da Constituição Estadual não apresentando, portanto, qualquer vicio de iniciativa, *in verbis*:

Art. 60. Cabe a iniciativa de leis: (...)

III – ao Presidente do Tribunal de Justiça, em matéria de sua competência privativa, previstas nesta Constituição.

Art. 96. A Lei de Organização Judiciária, de iniciativa do Tribunal de Justiça, disporá sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário do Estado e a carreira da magistratura, adotados os seguintes princípios:

Observa-se que os dispositivos Constitucionais acima citados, conferem ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará ampla autonomia, inclusive para se auto-organizar, elaborando regimentos, provimentos, comunicados, criando novas varas, novas serventias extrajudiciais, novas zonas, ou seja, tudo aquilo que proporcione uma melhor organização estrutural e procedimental para prestar uma tutela jurisdicional mais rápida e eficaz ao cidadão, propiciando um melhor acesso a justiça.

Vale destacar, que o presente projeto de lei foi aprovado pelo Pleno do Tribunal de Justiça, nos moldes do disposto no art. 4º. III, da Lei Estadual nº. 12.483/95, tendo como amparo e fundamento estudo técnico realizado por Grupo de Trabalho constituído por meio de Portaria do Poder Judiciário de nº. 345/2017.

Art. 4º - **O Tribunal Pleno é o órgão máximo da Administração Superior do Poder Judiciário, incumbindo-lhe** exercer, de modo geral e normativamente, as atividades de definição das estratégias, diretrizes gerais e políticas administrativas, e, especificamente:

(...)

III - **apreciar e votar propostas e projetos de resoluções que impliquem em criação de cargos e funções técnico-administrativas e auxiliares da Justiça no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, para posterior apreciação pelo Poder Legislativo, na forma estabelecida na Constituição Estadual**;

Desta forma no que se refere à admissibilidade jurídico-constitucional e redacional, nenhum óbice há à tramitação do projeto em exame, atendendo aos ditames do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e aos pressupostos constitucionais, inclusive quanto à iniciativa de proposição.

Quanto à possibilidade de emendar por parte dos parlamentares na proposição em trâmite, estamos convictos de sua legitimidade para tanto, não havendo qualquer óbice, tendo em vista que é prerrogativa regimental destes propor emendas a qualquer matéria em trâmite na Assembleia Legislativa, inobstante não tenham a legitimidade para propor projeto de lei sobre a matéria, vez que privativa do Poder Judiciário no caso em comento, nos moldes dos arts. 222 e SS do Regimento Interno da ALECE.

Por fim, destaque-se o art. 227 do Regimento Interno da ALECE, onde resta patente e expresso que em matéria de iniciativa do Poder Judiciário, o parlamentar pode apresentar emendas, ressalvadas as que gerem aumento de despesas.

> **Art. 227.** Não será permitida emenda que aumente as despesas previstas (art. 60, Parágrafo Único, CE):
>
> **I -** nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador;
>
> **II - nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e do Ministério Público Estadual.**

III- PARECER DA PROCURADORIA DA ALECE

A Procuradoria da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará emitiu parecer favorável à tramitação deste projeto.

IV- PARECER DO RELATOR

Face ao exposto, averiguando que a redação da Proposição n° 73/2017, oriunda da mensagem 06/2017 do Poder Judiciário, encontra-se em consonância com Regimento Interno desta Casa, bem como com os ditames das Constituições Federal e Estadual, somos de **PARECER FAVORÁVEL** a admissibilidade da tramitação da matéria.



JOAQUIM NORONHA.

DEPUTADO (A)

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 84/2017

*ADICIONA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI Nº.*73/2017, ORIUNDA DA MENSAGEM 06 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Atr. 1º Adiciona dispositivo ao Projeto de Lei *nº*. 73/2017, oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

Art.150 -A – Fica criado o 1º Oficio de Notas, Protesto e Títulos da Comarca de Salitre.
Parágrafo Único – É de competência exclusiva deste Oficio, as atribuições e serviços nele estabelecidos.

JUSTIFICATIVA

Esta Emenda Aditiva visa à criação de mais um cartório de 1º Ofício de notas, Protesto e Títulos na cidade de Salitre, que está necessitando dessa unidade cartorial, para expansão dos serviços de registro desse município.

Pela evolução sócio-econômica que esse município está atravessando, se faz necessária a expansão desses serviços para aquela população, quer no setor jurídico, quer no cidadão comum.

Acreditamos que o município de Salitre esteja entre os que merecem receber esse cartório de 1º Ofício de Notas, Protesto e Títulos, que contribuirá para o progresso daquele município.

Deputado Tomaz Holanda -PPS

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA ADITIVA N.º 05 /2017

AO PROJETO DE LEI Nº 073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06 DE 21/08/2017 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ. AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

"ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 118 DO PROJETO DE LEI Nº 073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 06 DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ."

Art. 1º – Fica acrescido o Parágrafo Único ao Art. 118 do Projeto de Lei nº 073/2017, oriundo da mensagem nº 06 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 118 [...]

Parágrafo Único. As delegações de serviços notariais e registrais em relação às quais existam pendências judiciais, com ou sem liminar, não serão incluídas em lista geral de vacâncias enquanto não houver decisão judicial transitada em julgado.

SÉRGIO DE ARAÚJO LIMA AGUIAR
Deputado Estadual – PDT

Gabinete do Deputado Estadual Sérgio Aguiar - Av. Desembargador Moreira, 2807 – Dionísio Torres / 60.170-900 – Fortaleza/CE / Gab. n.º 516 - Fone/Fax: (85) 3277.2978 / 2979 - CEP / Email: dep.sergioaguiar@al.ce.gov.br

JUSTIFICATIVA

O Capitulo III da Seção III do Projeto de Lei nº 073/2017 trata dos "serviços do foro extrajudicial" e o artigo 118 disciplina as condições para a ocupação dos cargos vagos de notários e registradores. Portanto, o nosso objetivo é proteger os cartorários que estão discutindo judicialmente a outorga de suas titularidades, uma vez que mesmo estando amparados judicialmente, suas serventias correm risco de entrar em lista de vacância para concurso público.

Assim, a referida emenda tem o condão de proteger direitos dos atuais cartorários, bem como os que venham a ingressar na atividade por concurso público, uma vez que os novos ao assumirem terão a certeza que estão assumindo uma serventia sem nenhuma pendência judicial no tocante a sua titularidade.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 02 de outubro de 2017.

SÉRGIO DE ARAÚJO LIMA AGUIAR
Deputado Estadual – PDT

Gabinete do Deputado Estadual Sérgio Aguiar - Av. Desembargador Moreira, 2807 – Dionísio Torres / 60.170-900 – Fortaleza/CE / Gab. n.º 516 - Fone/Fax: (85) 3277.2978 / 2979 - CEP / Email: dep.sergioaguiar@al.ce.gov.br

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
Descrição:	CONCLUSÃO DA COMISSÃO		
Autor:	801 - JERÔNIMO ARAÚJO COSTA NETO		
Usuário assinador:	99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR		
Data da criação:	03/10/2017 12:12:33	**Data da assinatura:**	03/10/2017 15:34:33

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
03/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-012-04**
CONCLUSÃO DA COMISSÃO	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	10/08/2016
	ITEM NORMA:	7.2

24ª REUNIÃO ORDINÁRIA Data 03/10/2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CONCLUSÃO: APROVADO O PARECER DO RELATOR.



DEPUTADO SERGIO AGUIAR

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

EMENDA ADITIVA Nº 86 /2017

À mensagem do Poder Judiciário 06/2017
(Proposição Nº 00073/2017)

Acrescenta o Art. 150B. a Proposição Nº73/2017, oriunda da mensagem 06/2017 do Poder Judiciário que dispõe sobre a Reestruturação do Código de Organização Judiciário do Estado do Ceará

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art 151B. - Fica criado um novo Cartório de Ofício de Notas, Protestos e Títulos na Comarca de Acaraú.

Parágrafo Único: o Cartório será sediado no Distrito de Juritianha.

JUSTIFICATIVA

O distrito de Juritianha, em Acaraú, localizado no litoral oeste do Estado, o qual preenche todos os requisitos para sua emancipação política, atualmente com uma população de aproximadamente 13 mil habitantes têm como principais fontes de renda a pesca, a carcinicultura(criação de Camarão), e a agricultura (coco e castanha de caju).

Tem um núcleo urbano já constituído e dotado de infraestrutura, edificações e equipamentos "compatíveis com a condição de município", tendo receitas de arrecadação própria, localizado há 13 km da sede de Acaraú, e a aproximadamente 210 km da capital Fortaleza.

Tem como principal via de acesso a CE-085, possuindo escolas de nível fundamental e médio, postos de saúde, praças, quadras esportivas, lagoas, sítios e praias conhecidas como Volta do Rio e Espraiado.

Abrange diversas localidades que são: Espraiado, Volta do Rio, Ostras, Olhos d'água, Papagaio, Correguinho, Buriti, Ilha do Rato, Ilha dos Coqueiros, Cauassu, Córrego de Ana Veríssimo, Córrego da Rola, Cachorro Seco, Lagoa Dantas, Mirindiba, Cajueiro do Boi, Cedro, entre outras...

Pela lei estadual nº 6809, de 02-12-1963, desmembra do município de Acaraú o distrito de Itarema. Elevado à categoria de município.

Pela lei estadual nº 6990, de 23-12-1963, é criado os distritos de Almofada, Carvoeiro, **Juritianha**, Olhos D`água, Patos, Santa Fé e Santo Antônio e anexado ao município de Itarema.

Pela lei estadual nº 8339, de 14-12-1965, é extinto o município de Itarema, sendo seu território anexado ao município de Acaraú, como simples distrito.

Pela lei estadual nº 11008, de 05-02-1985, desmembra de Acaraú o distrito de Itarema. Elevado à categoria de município.

Pela lei municipal nº 732, de 14-09-1991, é criado o distrito de Juritianha e anexado ao município de Acaraú, assim permanecendo até hoje.

O distrito de Juritianha já teve seu pedido de emancipação aprovado na Assembleia Legislativa do Ceará em 2010.

Temos relatos datados do século XIX. Em 7 de outubro de 1875, foi criada e aprovada pelo padre Antônio Xavier Maria de Castro, a Irmandade de Santa Rita de Cássia da Juritianha. Isto evidencia a existência de culto religioso católico na antiga povoação.

De 1916 a 1922, a construção de taipa foi substituída por alvenaria, com aproximadamente 26m de comprimento, por 12m de largura. Os trabalhos foram chefiados por Livino Graciano da Silveira (procurador da capela local), com recursos adquiridos por meio de leilões e doações de devotos e romeiros da Padroeira. Há 15 anos, a Diocese de Itapipoca transformou a comunidade e adjacência em Área Pastoral de Juritianha, e em 2017, foi elevada a paróquia. O templo está em ótimo estado de conservação e preserva a arquitetura dos anos da sua edificação.

Tendo em vista a importância e o tamanho do Distrito, bem como sua iminente emancipação, fica clara a necessidade da criação do referido Cartório no distrito de Juritianha.

DEPUTADO MANOEL DUCA
PDT

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

MEMORANDO nº 20/2017/AL

Fortaleza, 05 de outubro de 2017

Ao Departamento Legislativo
Senhor Carlos Alberto

Assunto: **Retirada de Emendas**

Ilustre Diretor do Departamento Legislativo,

Vimos através do presente memorando requerer a retirada de tramitação das emendas de nº.s 42, 45 e 48 a Proposição nº. 73/2017, oriunda da mensagem nº. 06 do Poder Judiciário..

Atenciosamente,
Renovamos os votos de cordialidade.

Joaquim Noronha
Deputado Estadual
Líder do PRP-CE

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Requerimento Nº: 4593 / 2017

EXMO. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA
Em 05 de outubro de 2017
SECRETÁRIO

REQUER A DECRETAÇÃO DO REGIME DE URGÊNCIA PARA O PROJETO DE LEI Nº 73/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM DE Nº 06/2017 – AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

O Líder Partidário abaixo assinado, nos termos do art. 280 do Regimento Interno, vem à presença de V. Exa., após ouvido o Plenário, requerer a decretação do regime de urgência para o Projeto de Lei nº 73/2017, oriundo da Mensagem nº 06/2017, de autoria do Tribunal de Justiça que "Dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado do Ceará".
Sala das Sessões, 04 de Outubro de 2017

Dep. FERREIRA ARAGÃO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	MEMORANDO
Descrição:	DESIGNAÇÃO DE RELATORIA - PROPOSIÇÃO E EMENDAS - DEP. ELMANO FREITAS		
Autor:	99612 - DEPUTADO AGENOR NETO		
Usuário assinador:	99612 - DEPUTADO AGENOR NETO		
Data da criação:	05/10/2017 14:58:26	**Data da assinatura:**	05/10/2017 15:00:16

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE TRABALHO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

MEMORANDO
05/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-021-04**
MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/03/2016
	ITEM NORMA:	7.2

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP)

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Elmano Freitas

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), designamos Vossa Excelência para relatoria de:

Proposição	**Emenda(s)** (especificar a numeração)	**Regime de Urgência**	**Estudo Técnico**
SIM	Nº 1 a 41; 43, 44; 46, 47; 49 a 65; 67 a 86	SIM: 05/10/2017	NÃO

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

Art. 82. O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

I - 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;

II - 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;

III - 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,



DEPUTADO AGENOR NETO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

EMENDA SUPRESSIVA 87 /2017

Ao Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a MENSAGEM do Tribunal de Justiça nº 6, de 21 de agosto de 2017.

Suprime dispositivo ao Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a Mensagem nº 6/2017, na forma que indica.

Art. 1º. Fica suprimido o inciso VII do art. 134 do Projeto de Lei nº 73/2017.

Art. 2º No Anexo I do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 6/2017, o município de Cruz deixa de figurar como Comarca Vinculada à Comarca Sede de Acaraú..

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 2017.

Deputado MOISÉS BRAZ
(PT)

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem como objetivo obstar a transformação da Comarca Sede de Entrância Inicial de Cruz em Comarca Vinculada, integrando a jurisdição de Acaraú. Ressalte-se que a distância entre distritos e localidades do município de Cruz chega a aproximadamente 50 km da sede de Acaraú, ocasionando um enorme transtorno no deslocamento deste jurisdicionado, que terá que arcar com o ônus do transporte para obter a prestação jurisdicional.

Com uma população de 23.983 (vinte e três mil novecentos e oitenta e três) habitantes, a Comarca Sede de Cruz encontra-se devidamente estruturada, com a presença de juiz, promotor público, defensor público e corpo técnico, assim como um razoável volume de demandas judiciais e/ou processos diversos.

A transformação desta Comarca Sede em Comarca Vinculada acarretará um enorme retrocesso, pois precariza o acesso ao Judiciário para o conjunto de cidadãos que hoje dispõe desse serviço bem estruturado.

EMENDA SUPRESSIVA 88 /2017

Ao Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a MENSAGEM do Tribunal de Justiça nº 6, de 21 de agosto de 2017.

Suprime dispositivo ao Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a Mensagem nº 6/2017, na forma que indica.

Art. 1º. Fica suprimido o inciso XIII do art. 134 do Projeto de Lei nº 73/2017.

Art. 2º. Fica suprimido o inciso I do art. 138 do Projeto de Lei nº 73/2017.

Art. 3º No Anexo I do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 6/2017, o município de Meruoca deixa de figurar como Comarca Vinculada à Comarca Sede de Sobral.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 2017.

Deputado MOISÉS BRAZ
(PT)

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem como objetivo obstar a transformação da Comarca Sede de Entrância Inicial de Meruoca e sua Vinculada – Alcântaras, em Comarcas Vinculadas, integrando a jurisdição de Sobral.

Meruoca possui uma população de 14.978 (quatorze mil novecentos e setenta e oito) habitantes, conjuntamente com a população do município de Alcântaras, de 11.459 (onze mil quatrocentos e cinquenta e nove) habitantes, formam a Comarca Sede de Meruoca, que encontra-se devidamente estruturada, com a presença de juiz, promotor público e corpo técnico, assim como um razoável volume de demandas judiciais e/ou processos diversos.

A transformação desta Comarca Sede em Comarca Vinculada acarretará um enorme retrocesso, pois precariza o acesso ao Judiciário para o conjunto de cidadãos que hoje dispõe desse serviço bem estruturado.

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA ADITIVA Nº. 07 /2017

AO PROJETO DE LEI N.º 073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM N.º06/2017 DO PODER JUDICIÀRIO - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ.

Acrescenta o Dispositivo ao art. 150º do Projeto de Lei n.º 073/2017, que acompanha a mensagem n.º 06/2017, na forma que indica.

Art. 1º – Fica acrescentado o seguinte dispositivo ao artigo 150 do projeto de Lei n.º 73/2017, oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Ceará

Art. 150. (...)

150 - A - Fica transformado o Cartório do Registro Civil do extinto Distrito de Poço Comprido, município de Jaguaribara em Cartório do 1º ofício da Comarca vinculada de Jaguaribara, o mesmo passará a funcionar na sede da referida comarca.

Walter Cavalcante
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado Walter Cavalcante/Av. Desembargador Moreira, 2807 – Dionísio Torres / Fone/Fax: (085) 3277.2884
CEP 60.170-900 – Fortaleza/Ce

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda ao Projeto da nova Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará, visa reestruturar a organização judiciária do município de Jaguaribara/CE, que teve parte de seu espaço geográfico inundado pelo açude público do Castanhão, resultando em deixar o Distrito de Poço Comprido, daquele município, submerso pelas águas.

Esta emenda, pretende ainda, corrigir lapsos e garantir a equidade de direitos, com a redistribuição de atribuições às serventias existentes, visto que, na criação da comarca vinculada ao município de Jaguaribara, não atentou-se ao fato de que ambas as serventias existentes naquele Termo Judiciário tinham atribuições equivalentes, tendo sido efetivada a transformação e direcionamento de todas as atribuições dos serviços cartorários do 1º e 2º Ofício, somente à uma das serventias existentes naquele Termo Judiciário.

Outrossim, informamos ainda, que a emenda ao projeto de lei, não trará ônus aos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário cearense, pois a administração dos serviços notariais e registrais é de responsabilidade exclusiva do notário e do registrador, nos termos do art. 21, da Lei Federal nº 8.935/94.

Walter Cavalcante
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado Walter Cavalcante/Av. Desembargador Moreira, 2807 – Dionísio Torres / Fone/Fax: (085) 3277.2884
CEP 60.170-900 – Fortaleza/Ce

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Memo nº 013/2017

Fortaleza, 09 de outubro de 2017

Ao Senhor Carlos Alberto Aragão
Diretor do Departamento Legislativo da Assembleia Legislativo,

Cumprimentando Vossa Senhoria, vimos solicitar atenção no sentido de viabilizar a **RETIRADA das Emendas de nº s 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29** de minha autoria, que acompanha o Projeto de Lei nº 73/2017, oriunda da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Atenciosamente,

Deputado Robério Monteiro

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

MEMORANDO Nº 08/2017/GAB

Fortaleza, 10 de outubro de 2017.

Para: Departamento Legislativo
De: Deputado Jeová Mota
Assunto: Retirada de Emendas (Proposição nº 73/2017 – Mensagem nº 06 do TJ/CE)

Ilmo. Diretor,
Sr. Carlos Alberto Aragão

Venho, pelo presente expediente, respeitosamente, requerer a retirada de tramitação das Emendas nºs 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39 e 40/2017, todas propostas em face da Proposição nº 73/2017, oriunda da Mensagem nº 06 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Sem mais para o momento, e certo do pronto atendimento, aproveito o ensejo para apresentar votos de consideração.

Atenciosamente,

Jeová Mota

Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

MEMORANDO nº 21/2017/AL

Fortaleza, 10 de outubro de 2017

Ao Departamento Legislativo
Senhor Carlos Alberto

Assunto: **Retirada de Emendas**

Ilustre Diretor do Departamento Legislativo,

Vimos através do presente memorando requerer a retirada de tramitação das emendas de nº.s 41, 43 e 46 a Proposição nº. 73/2017, oriunda da mensagem nº. 06 do Poder Judiciário..

Atenciosamente,
Renovamos os votos de cordialidade.

Joaquim Noronha
Deputado Estadual
Lider do PRP-CE

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº. 90/2017

Acrescenta o Artigo 151-A ao Projeto de Lei nº 73/2017 que acompanha a Mensagem nº 06/2017 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 1°: Acrescenta o artigo 151-A ao Projeto de Lei 73/2017 que acompanha a Mensagem n° 006/2017, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

"Art. 151 – A: Extinguem-se o Cartório do 2° Ofício da Comarca de Mauriti e o Cartório do 2° Ofício de São Gonçalo do Amarante em virtude de suas vacâncias na data desta lei, passando o acervo do 2° Ofício da comarca de Mauriti a pertencer ao Cartório do 3° Ofício da mesma comarca e o acervo do 2° Ofício da Comarca de São Gonçalo do Amarante a pertencer ao Cartório do 1° Ofício da mesma comarca.

§ 1° – O Cartório do 3° Ofício de Mauriti passará a ser denominado como Cartório do 2° Ofício da Comarca de Mauriti.

§ 2° - O Cartório do 1° Ofício de São Gonçalo do Amarante permanecerá com a mesma denominação, ficando apenas, as atribuições/anexação do Cartório do 2° Ofício de São Gonçalo do Amarante, assim extinto, sendo a 1ª Zona Imobiliária da Comarca de São Gonçalo do Amarante

§ 3° – O Cartório do 3° Ofício de São Gonçalo do Amarante passará a ser denominado como Cartório do 2° Ofício de São Gonçalo do Amarante.

§ 4° – A Anexação/Acumulação de que trata o caput dar-se-á automaticamente, devendo o Titular que receber a acumulação/atribuição, formalizar pedido no prazo máximo trinta (30) dias junto a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, ficando este, responsável a expedir o respectivo ato de anexação/acumulação também dentro de trinta (30) dias do protocolo do pedido. "

Art. 2°. Renumerem-se os demais artigos.

Art. 3°. Revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo melhorar a qualidade da prestação jurisdicional na área extrajudicial, que abrange os serviços notariais e registrais, facilitar o acesso da população que mora nos bairros mais afastados do centro aos cartórios e, ainda, evitar filas de espera. Inclusive, trazendo grandes benefícios a toda população, principalmente aquelas mais carentes.

A referida proposição busca se adequar e cumprir as normas atinentes estabelecidas na Lei Federal 8.935/94, quando diz em seu artigo 26 o seguinte: **"poderão, contudo, ser acumulados nos municípios que não comportarem, em razão do volume dos serviços ou da receita, a instalação de mais de um dos serviços"** e os "considerandos" da Resolução do CNJ nº 80/2009 do Conselho Nacional de Justiça, em que cidades com excesso de serventias onde haja comprometimento da autonomia financeira das unidades extrajudiciais, as unidades possam ser extintas com aproveitamento do acervo por outra unidade da mesma comarca.

Nobres pares Parlamentares, a ANOREG-BR em Nota Técnica expedida em 05 de Junho de 2014 define que "... Diversos Estados, como Goiás, Paraná e São Paulo, possuem leis que procedem a acumulação/desacumulação das atividades de diversas serventias somente quando ocorrer a vacância, a fim de resguardar o direito dos titulares."

Inclusive nos "considerandos" da Resolução nº 80 está claro o entendimento do Conselho Nacional de Justiça de que "é no momento da vacância que devem ser efetivadas as acumulações e desacumulações, bem como, as anexações e desanexações previstas nos artigos 26 e 49 da Lei nº 8.935/1994.

De qualquer sorte, a acumulação ou desacumulação dos serviços notariais e de registro não deve ser feita ao exclusivo critério da Administração. É necessário atender a critérios objetivos, tendo em vista a viabilidade econômica do serviço com uma única especialidade, o que é o caso das serventias extrajudiciais citadas.

A Lei nº 8.935/1994 definiu os critérios delineadores, ao determinar "a elaboração de planos de adequada e melhor prestação desses serviços, observados, também, critérios populacionais e socioeconômicos, publicados regularmente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística" (art. 38).

O Conselho Nacional de Justiça, no artigo 7º da Resolução nº 80, também define critérios objetivos que orientam os Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal para procederem a acumulações e desacumulações dos serviços notariais e de registro.

Por outro lado, é importante registrar que, conforme entendimento já pacificado no Supremo Tribunal Federal, qualquer acumulação ou desacumulação de especialidades que implique em criação, modificação ou extinção de serventias existentes somente pode se dar mediante lei em sentido formal (ADI 2415, ADI 4140, ADI 4657, etc.), RESPEITANDO OS DIREITOS DOS ATUAIS

DELEGATÁRIOS.

Desta forma, é entendimento da ANOREG/BR, com base na Lei nº 8.935/1994 e na Resolução nº 80 do Conselho Nacional de Justiça, e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que as acumulações são possíveis desde que exista a necessidade para a sobrevivência do serviço, bem como que as desacumulações devam respeitar os mesmos critérios, podendo ocorrer somente na ***vacância da serventia***, e por meio de lei em sentido formal, caso implique em criação, modificação ou extinção de unidades.

É o que tenho a justificar e peço aos nobres pares que para ser dá mais salutar justiça e direito APROVEM estas normas.

Robério Monteiro
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

MEMORANDO Nº 10/2017

Fortaleza, 10 de outubro de 2017.

Ao Ilustríssimo Senhor
Carlos Alberto Aragão
Chefe do Departamento Legislativo da ALCE

Prezado Senhor,

Dirijo-me a Vossa Senhoria para solicitar a retirada das Emendas nº 61, 62, 63 e 65 de nossa autoria na Mensagem nº 73/2017 (Oriundo da Mensagem nº 06/2017 Tribunal de Justiça).

Na oportunidade, reiteramos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Evandro Leitão
DEPUTADO ESTADUAL

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	PARECER
Descrição:	PARECER MENSAGEM		
Autor:	99581 - DEPUTADO ELMANO FREITAS		
Usuário assinador:	99581 - DEPUTADO ELMANO FREITAS		
Data da criação:	10/10/2017 15:26:36	**Data da assinatura:**	10/10/2017 15:29:25

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO ELMANO FREITAS

PARECER
10/10/2017

PARECER SOBRE MENSAGEM Nº 73/2017 (ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 06/2017 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA).

ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ.

RELATOR: DEPUTADO ELMANO DE FREITAS

I – RELATÓRIO

Trata-se de mensagem nº 73/2017, oriunda da mensagem nº 06/2017 do Tribunal de Justiça que submete à apreciação do Poder Legislativo projeto de lei que **"ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ."**

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e de Redação com parecer favorável.

II- ANÁLISE

O Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, ao justificar o projeto, observa que se trata de novo disciplinamento acerca da estrutura judiciária, mais racional e eficiente, compatível com as necessidades atuais, em privilégio da melhoria do atendimento aos jurisdicionados.

Segundo o Douto Desembargador, foi realizado estudo técnico elaborado no âmbito do Poder Judiciário, tendo resultado sob a responsabilidade de Grupo de Trabalho constituído por meio da Portaria nº 345, de 24 de fevereiro de 2017, e cujas conclusões, sob a forma de recomendações, estão disponibilizadas na internet, por meio do link: http:www//tjce.jus.br/institucional/reestruturação-da-organização-judiciaria.

Dentre as mudanças propostas, cabe destacar as seguintes:

a) o rezoneamento do território do Estado, para fins de organização judiciária , com base na divisão estabelecida pela Lei Complementar nº 154, de 20 de outubro de 2015, ampliando as atuais 9 (nove) para 14 (quatorze) zonas judiciárias, correlatas às regiões de planejamento;

b) agregações e transferências de unidades judiciárias subdemandas, assim consideradas as que registraram, no último triênio (2014/2016), distribuição processual inferior a 50% da média de casos novos por magistrado do tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em cumprimento ao previsto no art. 9º, da Resolução nº 184, de 6 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

c) a criação, por força das referidas transferências, de 17 (dezessete) novas unidades judiciárias nas entrâncias inicial, intermediária e final, cumprindo o mandamento do art. 93, inciso XXIII, da Constituição Federal, segundo o qual: " o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população."

d) a transformação de unidades da Comarca de Fortaleza, dando ensejo à criação de Juizados Especiais com competência exclusivamente cível e outros com competência exclusivamente criminal; além da criação de Varas Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa;

e) a definição de novos critérios para a classificação de comarcas e entrâncias inicial, intermediária e final;

f) a extinção de serventias extrajudiciais não instaladas e/ou vagas, de acordo com estudo de viabilidade econômica realizado pela Corregedoria-Geral da Justiça , no ano de 2016, por determinação da Corregedoria Nacional de Justiça.

Demonstra que o projeto prevê a transferência de unidades judiciárias subdemandadas, em cumprimento a determinação do Conselho Nacional de Justiça, editada em 2013, e com a abrangência para todos os órgãos do Poder Judiciário no Brasil, acompanhando movimento semelhante que já foi ou está sendo realizado em diversas unidades federativas.

A transferência possibilitará a criação de novas unidades em diversos pontos em que o sistema judiciário apresenta estrangulamento diante da grande quantidade de demandas, atendendo a reclamos de jurisdicionais e advogados quanto à implantação de novas unidades, alem de possibilitar o atendimento de outras de outras recomendações do CNJ, como ocorrerá com a criação de varas exclusivas para infância e juventude nas Comarcas de Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral.

De modo a evitar impacto às populações das comarcas cujas unidades serão transferidas, o projeto prevê a sua transformação em comarcas vinculadas, garantindo que todos os atos que exijam o comparecimento de pessoas em juízo continuem sendo praticados nas atuais jurisdições, cujas instalações físicas serão mantidas, bem assim outros atos como o protocolo de petições e documentos, atendimento ao público e expedição de certidões, afastando-se a necessidade de deslocamento dos juridicionados entre as vinculadas e suas respectivas sedes.

.O projeto sob análise possui 153 (cento e cinquenta e três) artigos em sua totalidade, tendo recebido, até o presente parecer, 90 emendas

Destarte, o projeto em questão tem como escopo a observância do princípio da legalidade administrativa, consubstanciada na necessidade de autorização através de lei específica para a efetivação da medida pretendida, sendo inteiramente viável do ponto de vista jurídico-constitucional, quer em relação a sua iniciativa, quer na sua formalização.

Da mesma forma, nada há que se lhe oponha no plano da regimentalidade.

Além disso, o projeto está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001, que dispõe sobre os preceitos da boa técnica legislativa na legislação pátria.

Quanto aos aspectos normativos e impeditivos da continuidade deste projeto de lei, não há qualquer propositura em regime de tramitação ou lei aprovada no Estado do Ceará versando sobre o objeto deste projeto, que impeça ou barre a aprovação de tal medida.

III- VOTO DO RELATOR

Insta salientar que a presente proposição encontra-se, até o presente momento, com 90 emendas e, devido ao curto tempo para analisá-las, solicitamos **dilação do prazo da relatoria das mesmas para que possa ser realizado um estudo mais profundo e possíveis negociações políticas junto ao Tribunal de Justiça e com os autores das referidas emendas.**

Por fim, **VOTO A FAVOR DO PROJETO DE LEI ENCAMINHADO POR MEIO DA MENSAGEM Nº 73/2017** (oriunda da mensagem nº 06/2017), de autoria do Tribunal de Justiça, **salientando que este projeto poderá sofrer modificações com a possível aprovação das Emendas.**



DEPUTADO ELMANO FREITAS

DEPUTADO (A)

EMENDA ADITIVA Nº 91 /2017

Acrescenta Artigo 151-A ao Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 73/2017, de autoria do TJ/CE.

Art. 1º - Acrescenta o artigo 151-A ao Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 73/2017, de autoria do TJ/CE:

"**Art. 151–A.** Extinguem-se o Cartório do 2º Ofício da Comarca de Acopiara em virtude de suas vacâncias na data desta lei, passando o acervo do 2º Oficio da comarca de Acopiara a pertencer ao Cartório do 3º Ofício da mesma comarca.

§ 1º – O Cartório do 3º Ofício de Acopiara passará a ser denominado como Cartório do 2º Ofício da Comarca de Acopiara.

§ 2º – A Anexação/Acumulação de que trata o caput dar-se-á automaticamente, devendo o Titular que receber a acumulação/atribuição, formalizar pedido no prazo máximo trinta (30) dias junto a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, ficando este, responsável a expedir o respectivo ato de anexação/acumulação também dentro de trinta (30) dias do protocolo do pedido."

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em 10 de outubro de 2017.

Deputado Dr. Sarto

JUSTIFICATIVA

O segundo e o terceiro ofício do município de Acopiara possuem as mesmas atribuições, quais sejam: Registro de Imóveis, Registro de títulos e documentos, registro civil de pessoa jurídica, Tabelionato de Protesto e Tabelionato de Notas.

O artigo 26º da Lei 8935/94 dispõe que em regra não são acumuláveis os serviços dispostos no artigo 5º , mas em seu § único dispõe que : "poderão, contudo, ser

acumulados nos Municípios que não comportarem, em razão do volume dos serviços ou da receita, a instalação de mais de um dos serviços."

É sabido que a regra seja da não – cumulatividade, porém, esta deve ser mitigada, quando o exercício de uma especialidade isolada torne a serventia inviável economicamente. A realidade socioeconômica é fator importante para a acumulação ou desmembramento de serventias.

Assim, podemos observar é que várias cidades com população e desenvolvimento econômico similar ou maior do que a de Acopiara possuem apenas com dois ofícios na sede. Podemos citar como exemplo: Maranguape, Barbalha, Morada Nova, Cascavel, Limoeiro do Norte e Quixeramobim. Por consequência lógica e utilizando o princípio constitucional da igualdade , a anexação/ acumulação das atividades do 2 ° ofício ao 3 ° ofício de Acopiara se deve dar dentro dos parâmetros serviço/ receita e do parâmetro populacional/socioeconômico.

Segue abaixo no quadro I o volume de serviços/receita dos Cartórios do 1°, 2 ° e 3 ° ofício da cidade de Acopiara-CE, conforme dados disponibilizados no site do Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/corregedoria/justiçaaberta)

QUADRO I – MUNICÍPIO DE ACOPIARA TEM TRÊS SERVENTIAS NA SEDE

MUNICIPIO	COD. CNJ	PERÍODO DE ARRECADAÇÃO	ATOS PRATICADOS	VALOR ARRECADADO	MÉDIA MENSAL
ACOPIARA 1° OFÍCIO (VAGO)	01.737-6	01/01/2017 até 30/06/2017	10.313	R$ 105.219,51	R$ 17.536,5
ACOPIARA 2° OFÍCIO (VAGO)	01.963-8	01/07/2016 até 31/12/2016	9.658	R$ 184.984,93	R$ 30.830,82
ACOPIARA 3° OFÍCIO -PROVIDO	01.792-1	01/01/2017 até 30/06/2017	15.106	R$ 206.147,13	R$ 34.357,85

*Os valores aqui apresentados são fornecidos pelas próprias serventias no sistema, constituindo a **receita bruta** do período, ou seja, produto entre a quantidade de atos praticados e o valor de cada ato. Parte dessa receita é repassada a entidades ou órgãos, na forma da legislação estadual específica. www.cnj.jus.br/corregedoria/justiçaaberta)

Após informar os dados das serventias de Acopiara, apresentamos seis sedes de municípios que possuem apenas dois ofícios na sede. O quadro abaixo contem apenas aos ofícios que tem as mesmas competências do 2° e 3 ° ofício de Acopiara-CE, para que fique mais clara a comparação.

QUADRO II – MUNICÍPIOS QUE TEM APENAS DUAS SERVENTIAS NA SEDE

MUNICIPIO	COD. CNJ	PERÍODO DE ARRECADAÇÃO	ATOS PRATICADOS	VALOR ARRECADADO	MÉDIA MENSAL
BARBALHA 2 OFÍCIO	01.981-0	01/01/2017 até 30/06/2017	28.441	R$ 897.950,29	R$ 149.658
MORADA NOVA 2º OFÍCIO	01.569-3	01/01/2017 até 30/06/2017	20.707	R$ 303.743,36	R$ 50.623,8
CASCAVEL 2º OFÍCIO	01.968-7	01/01/2017 até 30/06/2017	35.731	R$ 481.886,15	R$ 80.314,3
LIMOEIRO DO NORTE 2º OFÍCIO	02.047-9	01/01/2017 até 30/06/2017	35.939	R$ 419.271,19	R$ 69.878,5
QUIXERAMO -BIM 2º OFÍCIO	01.996-8	01/01/2017 até 30/06/2017	30.648	R$ 649.634,52	R$ 108.272
MARANGUA-PE 2º OFÍCIO	02.049-5	01/07/2016 até 31/12/2016	5.431	R$ 865.778,61	R$ 144.296

*Os valores aqui apresentados são fornecidos pelas próprias serventias no sistema, constituindo a **receita bruta** do período, ou seja, produto entre a quantidade de atos praticados e o valor de cada ato. Parte dessa receita é repassada a entidades ou órgãos, na forma da legislação estadual específica. Fonte: www.cnj.jus.br/corregedoria/justicaaberta).

O último quadro comparativo se refere aos índices socioeconômicos (população, PIB e IDH) dos municípios citados acima.

QUADRO III – INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	IDH	PIB R$
BARBALHA	55.373	0.683	R$ 504.630,00
MORADA NOVA	62 086	0.61	R$ 383. 023,00
CASCAVEL	72 877	0,646	R$ 447. 137,00
LIMOEIRO DO NORTE	58.915	0,682	R$ 402. 180,00
QUIXERAMOBIM	71.887	0,642	R$ 405. 315,38
MARANGUAPE	126.486	0,659	R$ 753. 273,931
ACOPIARA	**51.160**	**0,597**	**R$ 236.658**

*Fonte IBGE (www.ibge.gov.br)

Assim, analisando os critérios serviço/receita (disposto no art. 26 da lei federal 8935/94) e no critério populacional/socioeconômico (art. 38 da lei federal 8935/94), todos os municípios apontados, nos quais há apenas dois cartórios na sede , têm seus indicadores bem superiores ao município de Acopiara, onde há três serviços atualmente.

É importante informar que o cartório do 3 ° ofício de Acopiara tem as mesmas atribuições do cartório do 2 ° ofício. Por outro lado, **o cartório do 2 ° ofício de Acopiara está com titularidade VAGA** (informação obtida no site do CNJ - www.cnj.jus.br/corregedoria/justiçaaberta). Assim, a anexação não causará prejuízo a nenhum direito adquirido. Atualmente a única serventia na sede que se encontra com a titularidade PROVIDA é o 3 ° ofício.

Nesse sentido a resolução 80/2009 do Conselho nacional de Justiça considera que é no momento da vacância que devem ser efetivadas as acumulações e desacumulações, bem como anexações e desanexações, previstas nos artigos 26 e 49 da Lei n. 8.935/1994. Assim, a anexação visada tem mais um amparo legal.

Diante do exposto acima, a anexação/ acumulação das atribuições do cartório do 2° ofício(VAGO) pelo cartório do 3° ofício(PROVIDO) de Acopiara, mostra-se juridicamente viável.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em 10 de outubro de 2017.

Deputado Dr. Sarto

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA SUPRESSIVA Nº 02/2017

À mensagem do Tribunal de Judiciário 06/2017 (Proposição nº 00073/2017)

Suprime dispositivo ao Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a Mensagem nº 6/2017, na forma que indica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º. Fica suprimido o inciso VI do art.134 do Projeto de Lei nº 73/2017

Art. 2º. No Anexo I do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 6/2017, o Município de Cariús deixa de figurar como Comarca Vinculada á Comarca Sede de Jucás

Sala das Sessões. 10 de Outubro de 2017.

Agenor Neto
Deputado Estadual PMDB/CE

Justificativa:

A presente emenda tem por finalidade obstar a transformação da Comarca de Cariús, em Comarca vinculada, integrando a jurisdição de Jucás.

Cariús possui uma população de 18.567 (dezoito mil quinhentos e sessenta e sete) habitantes, a transformação desta Comarca em Comarca vinculada acarretará um enorme retrocesso para a população.

Agenor Neto
Deputado Estadual PMDB/CE

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA SUPRESSIVA Nº 03/2017

À mensagem do Tribunal de Judiciário 06/2017 (Proposição n° 00073/2017)

Suprime dispositivo ao Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a Mensagem nº 6/2017, na forma que indica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º. Fica suprimido o inciso XVI do art.134 do Projeto de Lei nº 73/2017

Art. 2º. No Anexo I do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 6/2017, o Município de São Luís do Curu deixa de figurar como Comarca Vinculada á Comarca Sede de Umirim

Sala das Sessões. 10 de Outubro de 2017.

Agenor Neto
Deputado Estadual PMDB/CE

Justificativa:

A presente emenda tem por finalidade obstar a transformação da Comarca de São Luís do Curu, em Comarca vinculada, integrando a jurisdição de Umirim.

São Luís do Curu possui uma população de 12.332 (doze mil trezentos e trinta e dois) habitantes, a transformação desta Comarca em Comarca vinculada acarretará um enorme retrocesso para a população.

Agenor Neto
Deputado Estadual PMDB/CE

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

GABINETE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA

EMENDA ADITIVA Nº 94 /2017

AO PROJETO DE LEI Nº 73/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 06/2017, 21 DE AGOSTO DE 2017.

Adiciona o inciso V ao Art. 53, do Projeto de Lei nº 73/2017, oriundo da Mensagem nº 06/2017,do Tribunal de Justiça.

Art. 1º - Fica adicionado o inciso V ao Art. 53, do Projeto de Lei nº 73/2017, oriundo da Mensagem nº 06/2017,do Tribunal de Justiça.

Art. 53(...)

V – Somente nas varas de Recuperação de Empresas e Falências da comarca de Fortaleza serão aceitos os pedidos de recuperação de empresa e falência e demais reguladas pela Lei Federal nº 11.101/2005.

Deputado Roberto Mesquita – PSD

Justificativa

A Região Metropolitana de Fortaleza possui destacada e intensa atividade econômica, notadamente quando comparada às demais macrorregiões do Estado do Ceará. A intensa ocupação urbana e as boas condições de mobilidade entre os seus municípios fazem com que a produção e a circulação de mercadorias e serviços sejam intrinsecamente interligadas. Todavia, em eventual crise dos empresários individuais e das sociedades empresárias sediadas na circunscrição territorial da região, ocorre injusta

diferenciação de tratamento ao se recorrer ao Poder Judiciário pleiteando a adoção nos instrumentos da Lei nº 11.101/2005 objetivando reestruturar-se (recuperação judicial) ou encerrar adequadamente a atividade econômica (falência). Aqueles que tenham sede em Fortaleza terão seus pleitos processados em uma das Varas especializadas em direito empresarial da Comarca da Capital. Enquanto os demais se sujeitarão às unidades jurisdicionais generalistas abarrotadas de demandas criminais e cíveis comuns. Os primeiros indiscutivelmente terão mais chances de êxito.

Se a especialização judicial já é desejável em qualquer seara do direito, pois tende a resultar em prestação jurisdicional mais célere e efetiva, em matéria de crise empresarial ela é essencial. De fato, o tempo da atividade econômica não se coaduna com eventual morosidade da resposta do Judiciário em aplicar os remédios previstos no ordenamento para viabilizar a recuperação judicial.

Em Virtude das especificidades dos procedimentos previstos na Lei nº 11.101/2005, as Varas especializadas da Capital estão bem mais instrumentalizadas para dar andamento célere e eficaz às demandas relacionadas à crise empresarial. Ademais, como o acervo dessas unidades é integralmente eletrônico, haverá ampla facilidade não só no peticionamento inicial e intermediário como também na prolação e comunicação das decisões judiciais. Acrescente-se ainda que em procedimentos dessa natureza, sendo rara as necessidades de audiências, os deslocamentos até a sede do Juízo não serão usuais e, ainda quando necessários, serão amplamente facilitados pela integração urbana existente entre os municípios da região.

Sala das sessões, 10 de Outubro 2017.

Deputado Roberto Mesquita – PSD

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

MEMORANDO Nº 11/2017

Fortaleza, 17 de outubro de 2017

Ao Ilustríssimo Senhor
Carlos Alberto Aragão
Chefe do Departamento Legislativo da ALCE

Prezado Senhor,

Dirijo-me a Vossa Senhoria, para solicitar a retirada da Emenda nº 64 de nossa autoria, que acompanha a Mensagem nº 73/2017 (Oriundo da Mensagem nº 06/2017 Tribunal de Justiça).

Na oportunidade, reiteramos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Evandro Leitão
DEPUTADO ESTADUAL

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Memo nº 039/2017

Fortaleza- CE, 17 de outubro de 2017

Ao Departamento Legislativo
Carlos Alberto Aragão

Assunto: **Retirada de Emendas**

Vimos por meio deste, requerer a retiradas de tramitação das emendas n° 18/2017 e 86/2017 a Proposição n° 73/2017, oriunda da mensagem n° 06 do Poder Judiciário.

Desde já devotamos nossos elevados votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

MANOEL DUCA DA SILVEIRA NETO
DEPUTADO ESTADUAL
2º Vice Presidente

Email: depduquinha@al.ce.gov.br – 3277-2593/2594/2314 (85)9929-0700

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

MEMORANDO Nº 09/2017/GAB

Fortaleza, 17 de Outubro de 2017.

Ilmo. Diretor
Sr. Carlos Alberto Aragão

Venho, pelo presente expediente, respeitosamente, requerer a retirada de tramitação da Emenda Nº 36/2017, proposta em face da Proposição Nº 73/2017, oriunda da mensagem nº 06 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado Do Ceará.

Sem mais para o momento, e certo do pronto atendimento, aproveito o ensejo para apresentar votos de consideração.

Atenciosamente,

Jeová Mota
Deputado Estadual

EMENDA MODIFICATIVA Nº 95 À PROPOSIÇÃO Nº. 73/2017 ORIUNDA DA MENSAGEM Nº. 6 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Modifica o parágrafo 2º, do artigo 17 e o artigo 21 da Proposição nº 73/2017 oriunda da Mensagem nº. 6 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 1º. Modifica o §2º do artigo 17 da Proposição nº 73/2017 oriunda da Mensagem nº. 6 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. São requisitos para a implantação de comarcas:

(...)

§ 2º O Tribunal de Justiça publicará, em sua página eletrônica, anualmente, até o dia 31 de março, resumo do quantitativo de casos novos ingressados no último triênio, incluído o resultado do ano imediatamente anterior, estratificado por zona, comarca e unidade, bem como a média, por magistrado, mediador e conciliador, no âmbito do Poder Judiciário Estadual."

Art. 2º. Modifica o artigo 21 da Proposição nº 73/2017, oriunda da Mensagem nº. 6 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. São órgãos do Poder Judiciário:

(...)

X – o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC);

XI – outros órgãos criados por lei.

§ 1º Os órgãos judiciários são independentes em seus desempenhos, ressalvada a estrutura recursal e observado o sistema de relações entre os poderes estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

§ 2º Os CEJUSCs implantados através de parcerias com as mais diversas entidades como Faculdades de Direito, Faculdades de Psicologia, Prefeituras e ONGs, geridos sempre por magistrados, mas com recursos dos próprios parceiros."

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) valoriza os métodos consensuais de resolução de conflitos, métodos estes de fundamental importância para a economia processual e financeira, bem como, a satisfação das partes na administração de suas demandas.

Tal valorização dos métodos consensuais de resolução de conflitos pelo Código de Processo Civil fica aparente no que dispõe os §§ 2º e 3º, do seu art. 3º:

> Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
>
> (...)
>
> § 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.
>
> § 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Bem como, em seu art. 165:

> Art. 165. Os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição.

Além desta valorização, Código de Processo Civil demonstra em seu art. 167, § 4º, a necessidade de publicar para conhecimento da população e para fins estatísticos a efetividade dessas modalidades de resolução de conflitos, de modo a pesquisar, desenvolver e evoluir métodos de facilitar o acesso à justiça e agilizar o tempo processual.

> Art. 167. Os conciliadores, os mediadores e as câmaras privadas de conciliação e mediação serão inscritos em cadastro nacional e em cadastro de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal, que manterá registro de profissionais habilitados, com indicação de sua área profissional.
>
> (...)
>
> § 4o Os dados colhidos na forma do § 3o serão classificados sistematicamente pelo tribunal, que os publicará, ao menos anualmente, para conhecimento da população e para fins estatísticos e de avaliação da conciliação, da mediação, das câmaras privadas de conciliação e de mediação, dos conciliadores e dos mediadores.

Portanto, diante do exposto, solicita-se o apoio parlamentar para a matéria em questão que é de fundamental importância para o acesso à justiça, qualidade e celeridade processual.

Fortaleza, 17 de Outubro de 2017.

Dr. Santana
Deputado Estadual

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	MEMORANDO
Descrição:	RELATORIA DA EMENDA Nº 66		
Autor:	99612 - DEPUTADO AGENOR NETO		
Usuário assinador:	99612 - DEPUTADO AGENOR NETO		
Data da criação:	18/10/2017 11:27:18	**Data da assinatura:**	18/10/2017 11:30:11

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE TRABALHO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

MEMORANDO
18/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-021-04**
MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/03/2016
	ITEM NORMA:	7.2

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP)

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Leonardo Pinheiro

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), designamos Vossa Excelência para relatoria de:

Proposição	**Emenda(s)** (especificar a numeração)	**Regime de Urgência**	**Estudo Técnico**

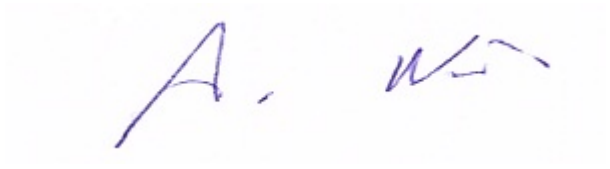
NÃO **66** **SIM** **NÃO**

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

> **Art. 82.** O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:
>
> **I -** 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;
>
> **II -** 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;
>
> **III -** 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,



DEPUTADO AGENOR NETO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	PARECER
Descrição:	PARECER A EMENDA MODIFICATIVA N°66/2017		
Autor:	99063 - DEPUTADO LEONARDO PINHEIRO		
Usuário assinador:	99063 - DEPUTADO LEONARDO PINHEIRO		
Data da criação:	18/10/2017 11:52:47	**Data da assinatura:**	18/10/2017 11:54:25

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO LEONARDO PINHEIRO

PARECER
18/10/2017

A Emenda Modificativa N°66/2017 de autoria do nobre Deputado Estadual Elmano de Freitas a Mensagem N°73/2017, visa aperfeiçoar a matéria garantindo presença mínima dos Magistrados nas comarcas vinculadas. Dessa forma, o nosso parecer é FAVORÁVEL, desde que seja modificado o §4°, substituindo o termo **Unidades Judiciárias** pela palavra **Comarcas**.



DEPUTADO LEONARDO PINHEIRO

DEPUTADO (A)

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

MEMORANDO nº 22/2017/AL

Fortaleza, 17 de outubro de 2017

Ao Departamento Legislativo
Senhor Carlos Alberto

Assunto: **Retirada de Emendas**

Ilustre Diretor do Departamento Legislativo,

Vimos através do presente memorando requerer a retirada de tramitação das emendas de nº.s 44, 47 e 49 a Proposição nº. 73/2017, oriunda da mensagem nº. 06 do Poder Judiciário..

Atenciosamente,
Renovamos os votos de cordialidade.

Joaquim Noronha
Deputado Estadual
Líder do PRP-CE

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Gabinete do Deputado Leonardo Pinheiro

MEMO N° 90/2017

Fortaleza, 18 de outubro de 2017

Excelentíssimo Senhor
Antônio Granja
Deputado Estadual

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, venha á presença de Vossa Excelência, para solicitar a subscrição da Emenda Supressiva N° 71/2017, junto a Mensagem N° 73/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM N° 06, DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ.

Atenciosamente,

Leonardo Pinheiro
Deputado Estadual – PP

Aceito
18/10/17

Emenda nº 96 a Mensagem 73/2017

Esta Emenda modifica artigos da Mensagem 73/17.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º - Modifica o inciso IV do art. 42 da Mensagem 73/2017, que passará a ter a seguinte redação:

IV – Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, **contra LGBT´S e contra negros e negras.**

Art. 2º Modifica o inciso XIX e XXII, "b" do art. 50 da Mensagem 73/17, que passará vigorar com a seguinte redação:

XIX – 1 (um) Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, **contra LGBT´S e contra negros e negras.**

XXII – (...)

b) 1 (um) Juizado Auxiliar Privativo da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, **contra LGBT´S e contra negros e negras.**

Art. 3º Modifica o §2º, do art. 58 da Mensagem 73/17, que passará a vigorar com a seguinte redação:

§2º - Ao Juiz de Direito da 17ª Vara Criminal compete exercer, em caráter privativo e exclusivo no âmbito da jurisdição da Comarca de Fortaleza, as atribuições relativas à realização das audiências de custódia, devendo ser a ele apresentadas, sem demora, todas as pessoas presas em flagrante delito, observado o regulamento próprio a ser editado pelo Tribunal de Justiça e ressalvada a competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, **contra LGBT´S e contra negros e negras.**

Art. 4º Modifica o *caput* e Parágrafo primeiro do art. 76 da Mensagem 73/17, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76 Haverá na Comarca de Fortaleza, pelo menos, 1 (uma) Unidade de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, **contra LGBT´S e contra negros e negras**, com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a

violência doméstica e familiar contra a mulher, contra a população LGBT e contra negros e negras.

Parágrafo único: Ao Juiz de Direito do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, **contra LGBT´S e negros e negras** compete processar, julgar e executar os feitos cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, **bem como decorrente de práticas de violência contra a população negra nos termos da Lei Federal nº 7.717/89.**

Art. 5º Modifica a alínea "f" do inciso II do art. 82 da Mensagem 73/17, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 82 (...)

II –(...)

f) 1 (um) Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, **contra LGBT´S e contra negros e negras.**

Art. 6º Modifica o *caput* e Parágrafo único do art. 89 da Mensagem 73/17, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 89 Haverá na Comarca de Juazeiro do Norte, 1 (uma) Unidade de Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, **contra LGBT´S e contra negros e negras,** com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único: Ao Juiz de Direito do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com sede na Comarca de Juazeiro do Norte, compete processar, julgar e executar os feitos cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, **bem como decorrente de práticas de violência contra a população negra nos termos da Lei Federal nº 7.717/89,** abrangendo as jurisdições das Comarcas de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, na forma prevista no art. 6º, da Lei nº 14.258, de 4 de dezembro de 2008.

Art. 7º Modifica a alínea "a" do inciso IV do art. 94 da Mensagem 73/17, que passará a vigorar com a seguinte redação:

IV - Ao Juiz da 4ª Vara compete: a) as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, **contra LGBT´S e contra negros e negras,** nos termos da Lei nº 11.340/06, **bem como decorrente de práticas de violência contra a população negra nos termos da Lei Federal nº 7.717/89.;**

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativa

A presente emenda visa concentrar os processos decorrentes de violências sofridas pela comunidade LGBT e violências sofridas por negros e negras, no Estado do Ceará, uma vez que a Lei Federal nº 11.340/2006, no seu artigo 14, não explicita uma competência restritiva.

> Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Desta maneira, contamos com o apoio dos pares para aprovação dessa importante e inovadora ideia para ajudar a combater a impunidade contra essas comunidades tão sofridas.

Fortaleza, 22 de setembro de 2017.

Elmano de Freitas

Deputado Estadual – PT/CE

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	MEMORANDO
Descrição:	DESIGNADO RELATOR - DEP LEONARDO PINHEIRO - EMENDA 96		
Autor:	99612 - DEPUTADO AGENOR NETO		
Usuário assinador:	99612 - DEPUTADO AGENOR NETO		
Data da criação:	18/10/2017 20:58:46	**Data da assinatura:**	18/10/2017 21:01:20

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE TRABALHO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

MEMORANDO
18/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-021-04**
MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/03/2016
	ITEM NORMA:	7.2

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP)

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Leonardo Pinheiro

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), designamos Vossa Excelência para relatoria de:

Proposição	**Emenda(s)** (especificar a numeração)	**Regime de Urgência**	**Estudo Técnico**
Não	96	Sim	Não

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

Art. 82. O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

I - 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;

II - 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;

III - 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,



DEPUTADO AGENOR NETO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	PARECER
Descrição:	PARECER A EMENDA MODIFICATIVA N°96 A MENSAGEM Nº73/2017.		
Autor:	99063 - DEPUTADO LEONARDO PINHEIRO		
Usuário assinador:	99063 - DEPUTADO LEONARDO PINHEIRO		
Data da criação:	18/10/2017 21:12:30	**Data da assinatura:**	18/10/2017 21:14:18

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO LEONARDO PINHEIRO

PARECER
18/10/2017

A Emenda Modificativa N°96, de autoria do nobre Deputado Elmano de Freitas, a Mensagem N°73/2017, visa concentrar os processos decorrentes de violência sofrida pela comunidade LGBT e violência sofrida por negros no Estado do Ceará, uma vez que a Lei Federal N° 11.340/2006, no seu Artigo 14, não explicita uma competência restritiva. Dessa forma, o nosso Parecer é **FAVORÁVEL**.



DEPUTADO LEONARDO PINHEIRO

DEPUTADO (A)

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA MODIFICATIVA 97 /2017

Ao Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a MENSAGEM do Tribunal de Justiça nº 6, de 21 de agosto de 2017.

Modifica a redação do Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a Mensagem nº 6/2017, na forma que indica.

Art. 1º. Modifica os incisos II e XI, do art. 134, que passam a ter a seguinte redação:

"Art. 134...

(...)

II – Poranga, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Ararendá;

XI – Ipaporanga, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Ararendá;

(...)

Art. 2º. O Anexo I do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 6/2017, passa a ter as seguintes modificações:

– Onde consta:

Poranga	-	Buritizal, Cachoeira Grande.
	Ipaporanga	Sacramento.

- Passa a constar:

Ararendá	Poranga	Buritizal, Cachoeira Grande.
	Ipaporanga	Sacramento
		Santo Antônio

- Onde consta:

Nova Russas	-	Canindezinho, Espacinha, Major Simplício, Nova Betânia, São Pedro.
	Ararendá	Santo Antônio

- Passa a Constar:

Nova Russas	-	Canindezinho, Espacinha, Major Simplício, Nova Betânia, São Pedro

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 2017.

Deputado MOISÉS BRAZ
(PT)

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem como objetivo definir a jurisdição de Ararendá como sede de Comarca, tendo como vinculadas as Comarcas de Poranga e Ipaporanga.

Essa medida se justifica em razão da localização geográfica de Ararendá, que se situa equidistante às cidades de Poranga (14 km), e Ipaporanga (22 km), respectivamente.

Desta a forma, tanto a as populações de Ararendá, Poranga e Iparoranda o terão tratamento equânime no acesso a prestação jurisdicional.

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA SUPRESSIVA 98/2017

Suprime o inciso X do art. 134 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça, e renumera os demais.

Art. 1º Fica suprimido o inciso X do art. 134 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça, e renumera os demais.

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Justificativa

A presente emenda visa evitar que a comarca de Ibicuitinga passe a integrar a jurisdição da comarca de Morada Nova, tornando-a vinculada.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 99/2017

Modifica o art. 107 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Modifica o art. 107 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art. 107. Os serviços auxiliares da justiça estadual são constituídos pelos órgãos que integram os foros judiciais em 1º e 2º graus de jurisdição em toda sua órbita, secretarias do Tribunal de Justiça, as Diretorias dos Fóruns e suas respectivas unidades, assim como as secretarias de unidades judiciárias e juizados, além de outros existentes na jurisdição estadual.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA 100/2017

Acrescenta o art. 108 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Acrescenta o art. 108 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art. 108. O Tribunal de Justiça do Estado concederá as delegações por outorga, referente aos serviços *extrajudiciais* de Notários e de Registradores, através de Concurso Público de Provas e de Títulos, observada 2/3 em classe de provimento inicial e a 3/3 parte mediante remoção na forma do art. 236, §3º da CRFB-88, além de fiscalização, orientação, disciplina dos titulares e escreventes, bem como a organização semestral da lista geral de vacância, na forma do art. 236, §1º que ficará a cargo da Corregedoria Geral de Justiça do Estado.

I – A lista geral de vacância que se reporta o presente artigo *caput* será atualizada semestralmente e operacionalizado provimento uniforme, por certame público de provas e de títulos, nos termos das orientações contidas em lei e resoluções aplicáveis, editadas pelo Conselho Nacional da Justiça.

II – Eventual justificativa que excedeu o prazo periódico de 6 (seis) meses, para provimento das vagas, poderá ser acolhida, dadas as circunstâncias apresentadas e aprovadas pelo Colegiado definido no Tribunal de Justiça, não podendo ser ultrapassado por outro periódico consecutivo de 6 (seis) meses nas vagas contabilizadas e que devem ser providas.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 101/2017

Modifica o art. 109 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Modifica o art. 109 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art. 109. Os serviços *extrajudiciais,* nos quais são lavradas as declarações de vontade das partes e executados os atos decorrentes de legislação sobre notas e registros públicos, compreendem os tabelionatos de notas, os Ofícios de registro de distribuição, os Ofícios de registros de imóveis, os Ofícios de registro civil das pessoas naturais, os Ofícios de registro de títulos e de documentos e civis das pessoas jurídicas, os Ofícios de protestos de títulos e os Ofícios de contratos marítimos.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 102/2017

Modifica o art. 115 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Modifica o art. 115 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

> Art. 115. Os serviços *extrajudiciais,* previstos no art. 109 desta lei, são exercidos em caráter privado por delegação do Poder Público na forma do art. 236, §3º da CRFB-88 e art. 108 deste diploma de lei estadual.

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 103/2017

Modifica o parágrafo único do art. 116 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Modifica o parágrafo único do art. 116 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art. 116 (...)
Parágrafo Único. A responsabilidade disciplinar de notários e registradores será apurada, em procedimento administrativo definido no Regimento Interno e Provimento aplicável à espécie por parte da Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 104/2017

Modifica o art. 117 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art. 1º Modifica o art. 117 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art. 117. Extinta a delegação a notário ou a oficial de registro, nas hipóteses previstas no art. 39, da Lei Federal 8.935/94, o Juiz Diretor do Fórum designará interino para responder pelo expediente, recaindo a indicação, preferencialmente, sobre o substituto mais antigo da serventia, dando ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça para que seja realizado o concurso público, na forma prevista no art. 236,§3º da Constituição Federal.

§1º Fica vedada designação de interino, mesmo quando observada a ocorrência de ser escrevente mais antigo, com sua vez prejudicada, nas situações constantes no art. 39, II, IV, V e VI, da Lei Federal 8.935/94, em caso de renúncia do titular do Ofício, para interinidade de seus parentes até o terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade, ou em qualquer outra hipótese que ficar constatado que sua renúncia, se deu para assumir outra delegação em qualquer Unidade da Federação, conforme disposto na Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal.

§2º As designações feitas com ofensas aos incisos deste artigo sujeitarão o infrator à responsabilidade civil, criminal e administrativa. Em caso de dúvida, fica facultado o juízo competente pela designação, consultar previamente a Corregedoria Geral de Justiça e esta, na dúvida, consultar a Corregedoria Nacional de Justiça.

§3º Verificada a absoluta impossibilidade nos casos de nomeação de um substituto interino para responder pelo expediente, ou de se prover por Concurso, a serventia vaga, o Juiz Diretor do Fórum no primeiro caso ou o Presidente do Tribunal no caso de inviabilidade de

provimento, comunicará o fato correspondente ao Corregedor-Geral da Justiça que, por ato normativo, determinará a anexação provisória do acervo e atribuições do distrito ao serviço de mesma natureza da sede do município ou acumulação provisória na mesma especialidade da sede, evitando o funcionamento inviável ou desnecessário.

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 10/5/2017

Modifica dispositivos do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Modifica o art. 123 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça que passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 123. Haverá na Comarca de Fortaleza, 03 (três) Ofícios de registro de distribuição de protestos, revogando-se através da presente lei, quaisquer efeitos de extinção contidas na Lei nº 14.706, de 14 de maio de 2010, permanecendo suas competências plenas privativas em:
>
> I. proceder à prévia distribuição equitativa pelos serviços da mesma natureza, registrando os atos praticados;
>
> II. efetuar as averbações e os cancelamentos de sua competência;
>
> III. expedir certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis.

Art. 2º O art. 124 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça, que passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 124. Todo zoneamento das circunscrições, em todas as órbitas do seio extrajudicial, concebidas da capital, serão, redimensionadas das já existentes, na forma de ato normativo do Tribunal de Justiça, com base em dados e simetria, no prazo de até 90 (noventa) dias, para ocasionar provimento, ocasião que os atuais titulares, exercerão o direito de opção, observada antiguidade, na forma do art. 29, I da Lei Federal nº 8.935-94.

Art. 3º Essa emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 106/2017

Modifica o art. 125 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Modifica o art. 125 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 125. Haverá, na comarca de Fortaleza, 20 (vinte) notariados com as denominações de primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, oitavo, nono, décimo, décimo primeiro, décimo segundo, décimo terceiro, décimo quarto, décimo quinto, décimo sexto, décimo sétimo, décimo oitavo, décimo nono e vigésimo, competindo privativamente ao 1º, 2º, 5º, 7º, 8º, 11º e 12º, a lavratura e o protesto de títulos; ao 3º, 4º, 6º e 13º, as funções privativas do registro de títulos e de documentos e de registro civil das pessoas jurídicas; e ao 9º, 10º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º e 20º, as atribuições ao Ofício de notas.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 107/2017

Modifica o art. 126 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Modifica o art. 126 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça, que passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 126. Haverá, na Comarca de Fortaleza, 10 (dez) Ofícios do registro civil das pessoas naturais, servindo cada um deles, nos limites de suas zonas, com as denominações de primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, oitavo, nono e décimo Ofícios.
> § 1º Para os serviços de registro civil das pessoas naturais, a cidade de Fortaleza se divide em 10 (dez) zonas, observando os limites nas circunscrições com base em cada território dos quadrantes de funcionamento no Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim, Parangaba, Mucuripe, Vila Velha, Jacarecanga, Passaré, Parquelândia e Edson Queiroz.
> § 2º Para execução dos mencionados serviços serão, ainda, observadas as seguintes normas:
> a) São de competência do 1º e 6º Ofícios os serviços de registro civil especificados nos artigos 89, 92 e 94 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;
> b) São de competência do 2º e 7º Ofícios os serviços de registro civil especificados nos artigos 84 e 88 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;
> c) São de competência do 3º e 8º Ofícios os serviços de registro civil especificados nos artigos 66, 85 e 87 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;
> d) São de competência do 4º e 9º Ofícios os serviços de registro civil especificados nos artigos 51, 62 e 65 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;
> e) São de competência do 5º e 10º Ofícios os serviços de registro civil especificados nos artigos 67, 71 e 76 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

André Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 108/2017

Modifica o art. 127 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Modifica o art. 127 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça, que passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 127. Haverá, na Comarca de Fortaleza, 20 (vinte) Ofícios do registro de imóveis, servindo cada um deles, nos limites de suas zonas, com as denominações de primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, oitavo, nono, décimo, décimo primeiro, décimo segundo, décimo terceiro, décimo quarto, décimo quinto, décimo sexto, décimo sétimo, décimo oitavo, décimo nono e vigésimo Ofícios.
>
> **Parágrafo Único**. Os Ofícios de registro de imóveis deverão ser instalados, por seus respectivos titulares, preferencialmente na área de seu zoneamento de modo a facilitar o acesso às partes interessadas na prestação do serviço privativo.

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 109/2017

Modifica o art. 128 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Modifica o art. 128 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 128. Na sede de cada comarca do interior do Estado, onde houver 02 (dois) Ofícios, passará a ser, 01 (um) Ofício de Registro Civil e 01 (um) Ofício de Registro de Imóveis, cabendo a ambos, cumulativamente, os serviços de tabelionato de notas, ofício de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas e ofício de protestos de títulos.

§1º Nas comarcas do interior do Estado, onde só existam 02 (dois) Ofícios, o primeiro Oficial titular exercerá as funções de Registro Civil, enquanto o segundo Oficial titular exercerá as funções de Registro Imóveis, sendo para ambos, as cumulações das demais funções anotadas no *caput* do art. 128 desta lei.

§2º Nas Comarcas do interior do Estado em que não exista Ofício de Registro de Distribuição ou nas quais ainda não esteja implantado um serviço na forma da Lei Federal nº 9.492/97 (art. 7º, Parágrafo Único), as funções de distribuição extrajudicial serão exercidas pelo 1º Ofício, devendo este titular ou interino, fazer remessa de relatório (semestralmente), aos demais Ofícios, para conferência na equidade de distribuição (observado valor em emolumentos), dos atos distribuídos àqueles partícipes.

§4º Nas Comarcas onde exista instalado, mais de um Ofício de registro civil e/ou mais de um Ofício de registro de imóveis, permanecerão distintas as atribuições em cada Ofício, quando, no caso de serem concebidos novos Ofícios *extrajudiciais*, na forma do art. 26, *caput* da Lei Federal nº 8.935/94, assim como na capital, igualmente para o interior, será aplicada regra na íntegra, contida no art. 124 desta lei.

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA 11/10/2017

Acrescenta o art. 130 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Acrescenta o art. 130 do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça e renumera os demais.

> Art. 130. Os titulares de Ofício de Notas e de Registros poderão concorrer mediante Concurso unificado de Provas e de Títulos que ocorrerá conjuntamente com o certame para as vagas iniciais de ingresso em 2/3 (dois terços), para vagas classificadas em remoção, na 3ª parte remanescente, na formação observada na listagem geral de vacância prevista nesta lei e em regra balizada de modo uniforme pelo Conselho Nacional quanto à sua formação.

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA 111/2017

Acrescenta o art. 130 - A do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Acrescenta o art. 130 - A do projeto de lei 73 oriundo da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça e renumera os demais.

Art. 130. Os concursos serão realizados semestralmente ou, por conveniência da Administração, em prazo inferior, caso estiverem vagas ao menos três delegações de qualquer natureza na forma da Lei e balizamentos uniformes do Conselho Nacional da Justiça.

§ 1º Os concursos serão concluídos impreterivelmente no prazo de doze meses, com a outorga das delegações. O prazo será contado da primeira publicação do respectivo edital de abertura do concurso, sob pena de apuração de responsabilidade funcional.

§ 2º Duas vezes por ano, sempre nos meses de janeiro e julho, a Corregedoria Geral de Justiça, publicará a relação geral dos serviços vagos, especificada a data da morte, da aposentadoria, da invalidez, da apresentação da renúncia, inclusive para fins de remoção, ou da decisão final que impôs a perda da delegação (artigo 39, V e VI da Lei n. 8.935/1994).

§ 3º O preenchimento de 2/3 (dois terços) das delegações vagas far-se-á por concurso público, de provas e títulos, destinado à admissão dos candidatos que preencherem os requisitos legais previstos no artigo 14 da Lei Federal nº 8.935/94; e o preenchimento de 1/3 (um terço) das delegações vagas far-se-á por concurso de provas e títulos de remoção, com a participação exclusiva daqueles que já estiverem exercendo a titularidade de outra delegação, de notas ou de registro, em qualquer localidade da unidade da federação que realizará o concurso, por mais de dois anos, na forma do artigo 17 da Lei Federal nº 8.935/94, na data da publicação do primeiro edital de abertura do concurso.

§ 4º O edital do concurso será publicado por três vezes no Diário Oficial e disporá sobre a forma de realização das provas, que incluirão exame seletivo objetivo, exame escrito e prático, exame oral e análise dos títulos.

§ 5º O edital somente poderá ser impugnado no prazo de 15 dias da sua primeira publicação.

§ 6. A relação geral de vacância será atualizada semestralmente quanto à classificação para provimento inicial (2/3 de partes) ou remoção (3/3 parte), devendo conter, indicação da vaga, número de ordem e do critério em que a vaga conste na lista de vacância, também a data da criação da serventia, o que servirá para determinar o desempate e a ordem em que a vaga deverá ser adotado ao tempo do concurso de provimento ou de remoção, ao tempo que, persistindo empate para ambas as vacâncias, o desempate se dará por sorteio público, com prévia publicação de editais para conhecimento geral dos interessados para acompanhar.

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 112/2017

Modifica o art. 131 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Modifica o art. 131 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art. 131. O Concurso de remoção consistirá de provas e de títulos, a que se poderão habilitar nesta órbita de disputa (remoção), todos os investidos há mais de 2 (dois) anos, contados da data do efetivo exercício na atividade e a da publicação do edital.

Parágrafo Único. Constarão em edital de provas e de títulos, regras atinentes ao pleito de remoção nas vagas disponibilizadas em lista geral de vacância.

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 113/2017

Modifica o art. 133 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Modifica o art. 133 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

> Art. 133. Os critérios de valorização dos títulos serão estabelecidos através de resolução do Tribunal de Justiça e em harmonia com as regras norteadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 114/2017

Modifica o art. 147 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Modifica o art. 147 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

> Art. 147. O Poder Público, mediante estudo técnico, procederá com aprovação de Lei que vise a desacumulação de Ofícios *extrajudiciais* na forma do art. 26 *caput*, Lei Federal nº 8.935-94, com objetivo de atender o interesse público e combater arrecadações exorbitantes, ainda que nas funções exercidas em caráter privado mediante aprovação em Concurso Público.

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 115/2017

Modifica o art. 151 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art.1º Modifica o art. 151 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

> Art. 151. Ficam extintas as serventias do 2º Ofício das cidades de Moraújo e Saboeiro, para acumulação (excepcionalidade contida no art. 26, parágrafo único da Lei Federal nº 8.935/94) do acervo e atribuições nas serventias dos 1º Ofícios, respectivamente, das mesmas cidades de Moraújo e Saboeiro, que comportarão Ofício Único, a partir da vigência da presente lei.

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA 116/2017

Acrescenta o art. 152 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

Art. 1º Acrescenta o art. 152 do projeto de lei 73/2017 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça.

> Art. 152. O Tribunal de Justiça, no prazo de 6 (seis) meses após a publicação desta Lei, enviará Mensagem à Assembleia Legislativa que trate a reorganização e readequação das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará.

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Audic Mota
Deputado Estadual

Proposta de emenda modificativa Nº 044/17

Modifica dispositivos do projeto de lei 73/17 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça

Art. 1º Modifica dispositivos do projeto de lei 73/17 oriundo da mensagem 06 do Tribunal de Justiça, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 136. Em razão das transformações de que tratam as seções anteriores, fica autorizada a criação das seguintes unidades:
I - na entrância inicial: a Vara Única da Comarca de Ocara;
II - na entrância intermediária:
a) 2ª Vara da Comarca de Acaraú;
b) 2ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante;
c) 2ª Vara da Comarca de Beberibe;
d) 2ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará;
e) 2ª Vara da Comarca de Horizonte;
f) 2ª Vara da Comarca de Itaitinga;
g) 3ª Vara da Comarca de Russas;
h) a 2ª Vara da Comarca de Icó;
i) a 3ª Vara da Comarca de Canindé; e
j) 2ª Vara da Comarca de Trairi.
III - na entrância final:
a) 2ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Caucaia;
b) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral;
c) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral;

d) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Juazeiro do Norte;

e) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte;

f) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Maracanaú; e

g) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Maracanaú;

Parágrafo único. O Tribunal de Justiça editará regulamento que disponha sobre cronograma de instalação das novas unidades, observada a sua disponibilidade orçamentária.

Art. 152-A. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará implantará, até 31 de dezembro de 2020, ferramentas computacionais que permitam a

tramitação em formato eletrônico de todos os casos novos de sua competência, observado o seguinte cronograma:
I – 60% dos casos novos até 31 de dezembro de 2018;
II – 80% dos casos novos até 31 de dezembro de 2019; e
III – 100% dos casos novos até 31 de dezembro de 2020.
Parágrafo único. Para assegurar o cumprimento do disposto no caput deste artigo, o Poder Judiciário do Estado do Ceará incluirá as previsões das despesas necessárias e suficientes em suas respectivas propostas constantes das leis orçamentárias anuais dos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

Art. 2º essa emenda passa a vigorar na data de sua publicação.

Deputado Audic Mota

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA ADITIVA N° 018/2017

À mensagem do Poder Executivo 06/2017 (Proposição n° 00073/2017)

Adiciona o parágrafo 1 ao art. 7º do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 73/2017, ficando sua redação como se segue:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art.1º. Adiciona-se parágrafo primeiro ao art. 7º do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 73/2017, ficando sua redação como se segue:

Art.7º OMISSIS

Parágrafo primeiro. A comarca de Iguatu, atualmente de entrância intermediária, fica classificada como de entrância final.

Art.2º No anexo I do projeto de lei que acompanha a mensagem nº73/2017, o munícipio de Iguatu deixa de figurar como de entrância intermediária para figurar como entrância final.

Art.3º. Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação

Sala das comissões, 19 de Outubro de 2017.

Agenor Neto
Deputado Estadual PMDB/CE

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo atender a demanda judicial crescente na região e o aumento populacional.

Tem também como objetivo reconhecer a importância do Município de Iguatu no desenvolvimento do nosso estado.

Agenor Neto
Deputado Estadual PMDB/CE

Recebido
19/10/17

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

EMENDA ADITIVA N° 17/2017

À mensagem do Poder Executivo 06/2017 (Proposição n° 00073/2017)

Adiciona o parágrafo 1 ao art. 7º do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 73/2017, ficando sua redação como se segue:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art.1º. Adiciona-se parágrafo primeiro ao art. 7º do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 73/2017, ficando sua redação como se segue:

Art.7º OMISSIS

Parágrafo primeiro. A comarca de Maranguape, atualmente de entrância intermediária, fica classificada como de entrância final.

Art.2º No anexo I do projeto de lei que acompanha a mensagem nº73/2017, o munícipio de Iguatu deixa de figurar como de entrância intermediária para figurar como entrância final.

Art.3º. Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação

Sala das comissões, 19 de Outubro de 2017.

Agenor Neto
Deputado Estadual PMDB/CE

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo atender a demanda judicial crescente na região e o aumento populacional.

Tem também como objetivo reconhecer a importância do Município de Maranguape no desenvolvimento do nosso estado.

Agenor Neto
Deputado Estadual PMDB/CE

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA ADITIVA N° 120/2017

À mensagem do Poder Executivo 06/2017 (Proposição n° 00073/2017)

Adiciona o parágrafo 1 ao art. 7º do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 73/2017, ficando sua redação como se segue:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art.1º. Adiciona-se parágrafo primeiro ao art. 7º do projeto de lei que acompanha a mensagem nº 73/2017, ficando sua redação como se segue:

Art.7º OMISSIS

Parágrafo primeiro. A comarca de Itapipoca, atualmente de entrância intermediária, fica classificada como de entrância final.

Art.2º No anexo I do projeto de lei que acompanha a mensagem nº73/2017, o munícipio de Iguatu deixa de figurar como de entrância intermediária para figurar como entrância final.

Art.3º. Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação

Sala das comissões, 19 de Outubro de 2017.

Agenor Neto
Deputado Estadual PMDB/CE

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo atender a demanda judicial crescente na região e o aumento populacional.

Tem também como objetivo reconhecer a importância do Município de Itapipoca no desenvolvimento do nosso estado.

Agenor Neto
Deputado Estadual PMDB/CE

PROPOSTA SUBEMENDA MODIFICATIVA Nº 1 /2017

Modifica o caput da Emenda 116, que acrescenta o Artigo 152 ao Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 73/2017, de autoria do TJ/CE.

Art. 1º - Modifica o caput da Emenda 116, que acrescenta o Artigo 152 ao Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 73/2017, de autoria do TJ/CE:

"Art. 1. O Tribunal de Justiça, no prazo de, **90 (noventa) dias**, após a publicação desta Lei, enviará Mensagem à Assembléia Legislativa que trate a reorganização e readequação das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará, **ficando condicionada a realização de concurso público para preenchimento das serventias extrajudiciais vagas, à aprovação da matéria específica, que trata da reorganização e readequação das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará**."

Art. 2º - Esta subemenda entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em 19 de outubro de 2017.

Dr. Sarto
Deputado Estadual

EMENDA SUPRESSIVA Nº 121/2017

Suprime o Art. 135 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 73/2017, de autoria do TJ/CE.

Art. 1º - Suprime o Art. 135 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 73/2017, de autoria do TJ/CE:

> "Art. 1. Fica suprimido o art. 135 do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 73/2017, de autoria do TJ/CE."

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em 19 de outubro de 2017.

Dr. Sarto
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O artigo 135 como se encontra no Projeto de Lei (PL nº 0073/2017, transforma a 1ª Vara da Comarca de Várzea Alegre em Vara Única, enquanto o parágrafo primeiro dispõe que a estrutura funcional da 2ª Vara, passaria a ser aproveitada na criação de novas unidades judiciárias, haja vista esta última, criada pela Lei Estadual nº 14.407, de 15 de julho de 2009, não haveria sido instalada.

O município de Várzea Alegre foi emancipado há 147 anos, possuindo em torno de 45 mil habitantes, possui em pleno funcionamento, divisão e distribuição de processos nas suas 02 Vara Judiciárias, conforme disposição legal e vigência da Lei Estadual nº 14.407, de 15 de julho de 2009. O fundamento da não instalação da segunda vara, não é entendível por parte do Tribunal de Justiça, vez que se percebe a plena existência da sua atividade, existindo divisão interna de competências, distribuição de servidores e divisão nos sistemas internos do próprio TJCE, que informam a existência das 02 duas Varas. Logo, em verdade, a implantação é percebida tanto de modo legal, com base na supradita, quando pelo ponto de vista funcional, vez que a 2ª Vara conta com Juiz Titular, o Dr. Ronald Neves Pereira, Promotor de Justiça, Dr. Paulo Roberto Cristo da Cruz Albuquerque, a Sra. Luzia Rodrigues de Lima Duarte, Supervisora da Unidade – mat. 569, o Sr. Wallach Abrantes de Andrade, Técnico Judiciário, e a Sra. Raysla Ferreira do Carmo, Assessora do Magistrado. Todos estes estão devidamente lotados em suas respectivas funções junto a 2ª Vara, enquanto os demais estão vinculados a outra

Vara, sendo recorrentes os atos próprios das 1ª e 2ª Varas Judiciais, estando o próprio TJCE ciente disso, ou seja, da devida implantação prática de ambas.

A demanda processual da Comarca, atualmente, gira em torno de 4 mil processos em trâmite, número que só não é maior em razão da ausência de Defensor Público titular, em ambas as Varas, desde o ano de 2012. Vale ressaltar ainda, a existência da Ação Civil Pública nº 7245-11.2013.8.06.0181, julgado procedente em primeira instância, e que se encontra em sede recursal no próprio TJCE, estando concluso desde 07 de novembro de 2016, a qual cobra a nomeação de Defensor Público Titular para a Comarca de Várzea Alegre, que há cerca de 5 anos sofre por carecer do atendimento jurídico para os que não possuem meios financeiros de arcar com honorários advocatícios.

Portanto, se a retirada da 2ª Vara da Comarca de Várzea Alegre, que é possui total efetividade, além de ser legalmente existente, vier a acontecer, a população do município sofrerá enormes prejuízos na prestação jurisdicional.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em 19 de outubro de 2017.

Dr. Sarto
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA SUPRESSIVA Nº 122 /2017

Altera dispositivos do Projeto de Lei nº 73/2017 oriundo da Mensagem 06/2017 do Tribunal de Justiça que dispõe sobre a organização judiciária do Estado do Ceará.

Art. 1º Fica suprimido o inciso VII do artigo 138 do Projeto de Lei nº 73/2017 oriundo da Mensagem 06/2017 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

"Art. 138 .....
(...)
VII - suprimido
(...) (NR)

Art. 2º O anexo I do Projeto de Lei nº 73/2017 oriundo da Mensagem 06/2017 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará passa a ter a seguinte redação:

"Anexo I, da Lei Estadual nº , de de 2017		
Comarcas de Entrância Inicial		
Comarcas Sedes	**Comarcas Vinculadas**	**Distritos**
(...)		
General Sampaio (NR)		-
(....)		
Miraíma (NR)		Brotas, Poço da Onça, Riachão
(...)		
Tejuçuoca (NR)		Caxitoré

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem como objetivo evitar a transformação das comarcas sedes dos municípios de Miraíma, Tejuçuoca e General Sampaio em comarcas vinculadas, integrando, respectivamente, a jurisdição das comarcas de Amontada, Irauçuba e Pentecoste.

Ressalte-se que a distância média entre as referidas cidades é de 40 a 50km, o que acarretaria um deslocamento de quase 100km, entre ida e volta, criando, assim, um enorme obstáculo para a população dos municípios de Miraíma, Tejuçuoca e General Sampaio, e seus distritos, terem acesso à Justiça.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 2017

Deputado João Jaime
2º Secretário

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA MODIFICATIVA Nº 123 /2017

Altera dispositivos do Projeto de Lei nº 73/2017 oriundo da Mensagem 06/2017 do Tribunal de Justiça que dispõe sobre a organização judiciária do Estado do Ceará.

Art. 1º Altera-se o inciso XVII do art. 50, do Projeto de Lei nº 73/17, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 50.

(. . .)

XVII - **24 (vinte e quatro)** Juizados Especiais Criminais".

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei enviado pelo Poder Judiciário tenciona reduzir de 24 (vinte e quatro) para apenas 02 (dois) o número de Juizados Especiais Criminais na Comarca de Fortaleza, o que certamente dificultará o acesso à Justiça da população a esse serviço específico realizado pelo Egrégio Tribunal de Justiça, bem como deve provocar a ocorrência, em massa, da extinção da punibilidade dos crimes de menor potencial ofensivo em razão do fenômeno da prescrição.

A iniciativa desta emenda visa manter as atuais 24 Unidades dos Juizados e com isso conservar o status quo uma vez que os juizados na forma atual vêm gerando consequências positivas na profilaxia ao crime de maior lesividade evitando assim a concretude de crimes de grande monta. Ora se com 24 juizados criminais a situação da violência já não é boa imagine a redução para duas unidades criminais. Como dito, o projeto de redução tira o acesso do cidadão a justiça no âmbito criminal.

O projeto como se apresenta vai de encontro aos interesses coletivos afetando uma camada social pobre e sem voz uma vez que terão vítimas e supostos autores que se deslocarem para o outro lado da cidade sem condições financeiras para tal, quando a situação

atual permite que o cidadão ao buscar a tutela dos juizados especiais criminais possam fazê-lo a pé, de bicicleta posto que tem um juizado em seu bairro.

Também vai de encontro ao Projeto Ceará Pacífico do Governo do Estado aumentando mais ainda os índices de violência, não se justificando a redução que equivale a extinção.

A preocupação maior é no sentido de resguardar os interesses da sociedade, a qual, caso o PL seja aprovado nessa parte sem qualquer modificação, passará a contar com apenas 02 (dois) Juizados Criminais em Fortaleza que suportarão a demanda dos atuais 24 (vinte e quatro) Juizados Criminais instalados. Como consequência, caso não seja feita a modificação sugerida por meio desta emenda parlamentar, vários processos criminais deixarão de ser julgados em razão da prescrição, visto que certamente o volume de trabalho concentrado em somente dois Juizados Criminais atrasará a conclusão dos julgamentos.

Vale ainda ressaltar que os crimes de menor potencial ofensivo, julgados pelos Juizados Especiais Criminais, são atingidos pela prescrição nos prazos mínimos de 02 (dois) ou 03 (três) anos, o que torna ainda mais grave a situação concreta e em alguns casos a prescrição ocorre em um ano apenas. Além da prescrição que ocorrerá em massa, aumentará também o arquivamento de processos pela decadência circunstâncias estas que constitui um plus a mais no já elevado índice de violência.

Ainda com relação à temática em análise, propõe-se que se MANTENHAM os atuais juizados na forma em que se encontram pelas razões acima elencadas. A quem interessa essa mudança que só traz prejuízos? Já que nenhuma economia traz?

Assim tem se que a manutenção dos juizados especiais criminais não traz nenhum ônus financeiro ao erário uma vez que toda estrutura física e de pessoal permanecerão funcionando nos bairros funcionando apenas para atender as demandas cíveis, isso implica dizer que com a extinção dos juizados criminais nos bairros a população perderá o acesso ao Promotor de Justiça nas chamadas demandas extrajudiciais, como conflitos de vizinhança, etc.

A ser aprovado o projeto assim como enviado pelo Tribunal de Justiça, haverá um grande prejuízo para o sistema de justiça penal uma vez que segundo levantamentos a título de exemplo no mês de abril de 2017 foram efetuados em 22 unidades nada menos do que 6.131 TCOs em fase preliminar, 429 processos em tramitação com instrução e julgamento e 132 precatórias, ou seja, ficará para duas varas algo em torno de 3.500 processos, acarretando

prescrições e decadência já que as vítimas não poderão se deslocar ao outro lado da cidade para exercerem seus direitos e como consequência gerando impunidade e aumento de violência.

Em segundo plano, a emenda parlamentar acima colacionada goza de pertinência temática, na medida em que se trata do mesmo assunto referente no Projeto de Lei, apenas para manter os atuais 24 juizados. Ademais, não gera qualquer despesa adicional para o Estado de modo geral, visto que não será acrescida nenhuma unidade e a redução como consta do projeto do Tribunal de Justiça não traz nenhuma economia posto que as unidades continuarão nos bairros atendendo apenas as demandas cíveis.

Ressalte se por oportuno que com a saída dos juizados criminais dos bairros a população perderá o atendimento extrajudicial que é feito, inclusive em causas como conflitos de vizinhança e demais atividades cíveis, distanciando cada vez mais do acesso de maneira informal e célere tal como previsto na lei 9099/95.

A emenda presente pode ser apresentada por Parlamentar mesmo sendo o projeto em questão de iniciativa privada ao Poder Judiciário e visa evitar a extinção do combate ao crime ainda no seu nascedouro.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 2017

Deputado João Jaime
2º Secretário

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA ADITIVA Nº 124 /2017

Adiciona ao Art. 129 do Projeto de Lei nº 73/2017 oriundo da Mensagem 06/2017 do Tribunal de Justiça que dispõe sobre a organização judiciária do Estado do Ceará.

Art. 1º Adiciona ao Art. 129 do Projeto de Lei nº 73/2017 oriundo da Mensagem 06/2017 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará os incisos I e II, com as seguintes redações:

"Art. 129.

(. . .)

I – As certidões imobiliárias solicitadas pelo IDACE junto aos cartórios de registro de imóveis, para fins de regularização fundiária, deverão ser fornecidas no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de punição pelo seu descumprimento.

II – O primeiro registro de Título de Domínio concedido pelo IDACE aos possuidores das glebas tituladas deverá ser realizado independentemente do recolhimento de custas e emolumentos, na forma do art. 290-A, da Lei nº 6.015/73, ficando autorizada a cobrança dos emolumentos previstos na Tabela de Emolumentos VII – Dos Atos e Valores dos Serviços do Registro de Imóveis, regulada pela Lei Estadual nº 14.282, de 28/12/2008, alterada pela Lei nº 14.826, de 28/12/2010, devidamente atualizada, pela prática dos seguintes atos:

a) Certidão (Código 7020)

b) Abertura de Matrícula (Código 7024)

c) Taxa Adicional a menor (Código 7010)

d) Prenotação (Código 7025)

Os valores correspondentes aos emolumentos referidos nas alíneas "a" e "d" deste artigo serão pagos pelo titulado por ocasião da apresentação dos Títulos de Domínio à Serventia para registro, cujo valor será de R$ 76,060 UFIRCE.

JUSTIFICATIVA

Em face do não cumprimento por parte dos cartórios em tempo hábil, o programa de regularização fundiária implementado pelo Governo do Estado, através do IDACE, vem sofrendo um grande atraso para o cumprimento das metas estabelecidas, prejudicando um número considerável de famílias que dependem da referida titularização para terem acesso a créditos bancários e outros benefícios advindos da titularidade.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2017

Deputado João Jaime
2º Secretário

Emenda Aditiva n.º 125/2017 a Mensagem 73/2017.

Acrescenta dispositivo à Proposição n.º 73/2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 7º .....

§ 1º - A Comarca de Altaneira, atualmente de entrância vinculada, fica classificada como entrância inicial.

Justificativa

A presente emenda tem como objetivo de atender a crescente demanda judicial naquela região.

Deputada Mirian Sobreira
Partido Democrático Trabalhista – PDT

Emenda Aditiva n.º 126/2017 a Mensagem 73/2017.

Acrescenta inciso II ao art. 136 da Proposição n.º 73/ 2017 e renumera os demais.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 136 .....

II – Na entrância incial: A comarca de Altaneira.

Justificativa

A presente emenda tem como objetivo de atender a crescente demanda judicial naquela região.

Deputada Mirian Sobreira
Partido Democrático Trabalhista – PDT

Emenda Supressiva n.º 127/2017 a Mensagem 73/2017.

Suprime o inciso II do art. 138 da Mensagem 73/2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

"Art. 138 - Ficam alteradas as agregações das seguintes comarcas vinculadas, que passam a integrar juridições de outras comarcas sedes:

I - .....

II - *OMISSIS*"

Justificativa

A presente emenda tem como objetivo garantir que o município de Altaneira continue sendo vinculada a Comarca de Santana do Cariri.

Deputada Mirian Sobreira
Partido Democrático Trabalhista – PDT

Emenda Supressiva n.º 138/2017 a Mensagem 73/2017.

Suprime o inciso VI do art. 134 da Mensagem 73/2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

"Art. 134 - Na forma descrita no Anexo I desta Lei, 16 (dezesseis) comarcas de entrância inicial ficam transformadas em comarcas vinculadas e passam a integrar as juridições das seguintes destinatárias:

I - .....

II - .....

III - .....

IV - .....

V - .....

VI - *OMISSIS*"

Justificativa

A presente emenda tem como objetivo garantir que o município de Cariús continue sendo de entrância inicial.

Deputado Nizo Costa
Partido da Mulher Brasileira - PMB

Emenda Aditiva n.º 07/2017 a Mensagem 73/2017.

Acrescenta dispositivo ao art. 136 da Mensagem 73/2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

"Art. 136 .....

j) a 4ª Vara da Comarca de Iguatu.

Justificativa

A presente emenda tem como objetivo garantir a criação da 4ª Vara da Comarca de Iguatu, tendo em vista atender a crescente demanda daquela região.

Deputado Nizo Costa
Partido da Mulher Brasileira - PMB

Emenda Aditiva n.º 130/2017 a Mensagem 73/2017.

Acrescenta o inciso IX ao art. 138 da Mensagem 73/2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

"Art. 138 .....

IX – Tarrafas, então vinculada a Comarca de Assaré, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Cariús.

Justificativa

A presente emenda tem como objetivo garantir que o município de Tarrafas, passe a integrar a comarca de Cariús, tendo em vista facilitar o acesso da população ao referido município, bem como contribuir com a diminuição da demanda da Comarca de Assaré.

Deputado Nizo Costa
Partido da Mulher Brasileira - PMB

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

MEMO Nº 001/2017

Fortaleza-CE, 19 de Outubro de 2017

Ilm° Senhor
CARLOS ALBERTO
Diretor do Departamento Legislativo
Nesta

Senhor Diretor,

Solicito sua especial atenção no sentido de RETIRAR a Emenda Aditiva Nº 124/2017, de minha autoria, do Projeto de Lei nº 73/2014 oriundo da Mensagem 06/2017 do Tribunal de Justiça.

Ante ao exposto e confiante no pronto atendimento, agradeço-lhe antecipadamente.

Cordialmente,

Deputado João Jaime
2º Secretário

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Des. Moreira, 2807 – Gab. 520 - Dionísio Torres
Tel.: (0xx85) 3277.2567 – Telefax: (0xx85) 3277.2566
CEP 60170-900 - Fortaleza – Ceará
E-mail: jjgma@me.com

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

EMENDA ADITIVA Nº 131/2017

Adiciona ao Art. 129 do Projeto de Lei nº 73/2017 oriundo da Mensagem 06/2017 do Tribunal de Justiça que dispõe sobre a organização judiciária do Estado do Ceará.

Art. 1º Adiciona ao Art. 129 do Projeto de Lei nº 73/2017 oriundo da Mensagem 06/2017 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará os incisos I e II, com as seguintes redações:

"Art. 129.

(. . .)

I – As certidões imobiliárias solicitadas pelo IDACE junto aos cartórios de registro de imóveis, para fins de regularização fundiária, deverão ser fornecidas no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de punição de suspensão do cartório ou multa de R$ 5.000 UFIRCE.

II – O primeiro registro de Título de Domínio concedido pelo IDACE aos possuidores das glebas tituladas deverá ser realizado independentemente do recolhimento de custas e emolumentos, na forma do art. 290-A, da Lei nº 6.015/73, ficando autorizada a cobrança dos emolumentos previstos na Tabela de Emolumentos VII – Dos Atos e Valores dos Serviços do Registro de Imóveis, regulada pela Lei Estadual nº 14.282, de 28/12/2008, alterada pela Lei nº 14.826, de 28/12/2010, devidamente atualizada, pela prática dos seguintes atos:

a) Certidão (Código 7020)

b) Abertura de Matrícula (Código 7024)

c) Taxa Adicional a menor (Código 7010)

d) Prenotação (Código 7025)

Os valores correspondentes aos emolumentos referidos nas alíneas "a" e "d" deste artigo serão pagos pelo titulado por ocasião da apresentação dos Títulos de Domínio à Serventia para registro, cujo valor será de R$ 76,060 UFIRCE.

JUSTIFICATIVA

Em face do não cumprimento por parte dos cartórios em tempo hábil, o programa de regularização fundiária implementado pelo Governo do Estado, através do IDACE, vem sofrendo um grande atraso para o cumprimento das metas estabelecidas, prejudicando um número considerável de famílias que dependem da referida titularização para terem acesso a créditos bancários e outros benefícios advindos da titularidade.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2017

Deputado João Jaime
2º Secretário

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	MEMORANDO
Descrição:	DESIGNAÇÃO DE RELATORIA - DEP. ELMANO FREITAS		
Autor:	99612 - DEPUTADO AGENOR NETO		
Usuário assinador:	99612 - DEPUTADO AGENOR NETO		
Data da criação:	19/10/2017 18:02:28	**Data da assinatura:**	19/10/2017 18:04:24

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE TRABALHO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

MEMORANDO
19/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-021-04**
MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/03/2016
	ITEM NORMA:	7.2

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP)

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Elmano Freitas

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), designamos Vossa Excelência para relatoria de:

Proposição	**Emenda(s)** (especificar a numeração)	**Regime de Urgência**	**Estudo Técnico**
NÃO	87-116, SUBEMENDA Nº 1; 117-123; 125-131	SIM: 05/10/2017	NÃO

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

Art. 82. O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

I - 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;

II - 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;

III - 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,



DEPUTADO AGENOR NETO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	PARECER
Descrição:	PARECER AS EMENDAS		
Autor:	99581 - DEPUTADO ELMANO FREITAS		
Usuário assinador:	99581 - DEPUTADO ELMANO FREITAS		
Data da criação:	20/10/2017 12:27:25	**Data da assinatura:**	20/10/2017 12:29:09

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO ELMANO FREITAS

PARECER
20/10/2017

Parecer às Emendas apresentadas ao Projeto de Lei constante da Mensagem n° 06 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Emendas à mensagem 73/2017 com parecer favorável com modificações da relatoria, que passam a presentar a seguinte redação:

Emenda 3 : Nosso **parecer é favorável com alteração** , mantendo o § 2° com o texto original, **acolhendo o texto sugerido na emenda em um novo parágrafo com a seguinte redação** : **"§ 3º Para os fins de que trata este artigo, os dados sobre a população e o eleitorado serão os oficialmente apurados e divulgados, respectivamente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**."

Emenda 12: A emenda analisadas sugere que a Comarca de Guaraciaba do Norte seja reconhecida como Entrância Intermediária, em virtude de sua população, número de processos. Entendemos justa a sugestão, pois no estudo elaborado Pelo tribunal de Justiça consta a Comarca com uma Média no triênio de 1109 processos com uma população de 39.301. Entendemos, também, que esta classificação deve ser realizada pelo Tribunal de Justiça. Assim, **nosso parecer é favorável com alteração**, para acolher a emenda e acrescentar o artigo 152-A, com a seguinte redação: "§ 1º: Fica o Tribunal de Justiça autorizado a reclassificar a Comarca de Guaraciaba do Norte como Entrância Intermediária".

Emenda 16: A emenda analisadas sugere que se tenha uma Unidade de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em todas as Zonas Judiciárias. Consideramos fundamental a sugestão do nobre parlamentar, uma vez que os índices de violência contra a mulher em nosso

Estado demonstram uma situação grave e que exige ações concretas para combatê-la. De outro lado, não se pode aumentar despesa em Mensagens de outro Poder. Assim, **nosso parecer é favorável com alteração,** passando o artigo 89 a ter a seguinte redação:

"Art. 89. Haverá na Comarca de Juazeiro do Norte, 1 (uma) Unidade de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo 1º: Fica o tribunal de Justiça autorizado a criar, em todas as Zonas Judiciárias, com sede preferencialmente nas cidades com mais de 100.000 habitantes, 1 (uma) Unidade de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher

Parágrafo Segundo: Ao Juiz de Direito do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com sede na Comarca de Juazeiro do Norte, compete processar, julgar e executar os feitos cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, abrangendo as jurisdições das Comarcas de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, na forma prevista no art. 6º, da Lei nº 14.258, de 4 de dezembro de 2008."

Emenda 71: A emenda analisada sugere que a Comarca do município de Milhã fique vinculada a Comarca de Meruoca. **Nosso Parecer é favorável com alteração à emenda 71,** pois Milhã continuará como Comarca Vinculada, mas vinculada a Solonópole, respeitando-se a tradição cultural existente na relação entre esses municípios.

EMENDA 73: A emenda analisada sugere que os municípios de Aratuba e Mulungu permaneçam com Comarca sede, em virtude de sua população e número de processos. Entendemos justo que os dois municípios juntos possuem condições de uma delas ser sede e a outra vinculada, sendo bem mais vantajoso que Aratuba ser vinculada a Capistrano e Mulungu vinculada a Baturité. As duas comarcas juntos têm uma média no triênio de 749 processos, e uma população de 23542. A decisão de Mulungu ficar como Comarca sede é baseado na população que é maior que de Aratuba. Assim, **nosso Parecer é favorável com alteração,** mantendo Mulungu como Comarca Sede e Aratuba como Comarca Vinculada a Mulungu.

EMENDA 95: Acolhemos parcialmente a emenda, no que altera o parágrafo segundo do artigo 17. Rejeitamos a modificação sugerida ao artigo 21. **Assim nosso parecer é parcialmente favorável.**

EMENDA 116: **Nosso parecer à emenda é favorável com alteração**, uma vez que entendemos ser necessária uma reorganização das serventias extrajudiciais, mas em nome da harmonia entre os poderes e do respeito à autonomia do Poder Judiciário, acrescentamos o artigo 147-A, com a seguinte redação:

“Art. 147-A O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por ato do Presidente, no prazo de 90 (noventa) dias após a promulgação desta Lei, promoverá estudo técnico sobre a viabilidade do redimensionamento das serventias extrajudiciais, com a indicação de fusão, criação e desmembramentos dos serviços em todo o Estado.

§ 1º O estudo técnico a que se refere o *caput* deste artigo será desenvolvido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Tribunal de Justiça com a colaboração da Corregedoria-Geral da Justiça.

§ 2º Concluído o estudo técnico, o relatório final será analisado por uma comissão, composta pelos membros a seguir indicados, a qual apresentará sugestões à Presidência do Tribunal de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) 1 (um) Desembargador, indicado pela Presidência do Tribunal de Justiça, que presidirá a comissão;

b) 1 (um) Juiz de Direito, indicado pela Presidência do Tribunal de Justiça;

c) 1 (um) Juiz de Direito, indicado pela Corregedoria-Geral da Justiça;

d) 1 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Gestão, indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça;

e) 1 (um) representante do Ministério Público, indicado pelo Procurador-Geral de Justiça;

f) 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Ceará, indicado por seu Presidente;

g) 2 (dois) representantes dos notários e registradores, indicados pelas respectivas entidades de classe de âmbito estadual, prevalecendo, no caso de o número de indicações superar o de vagas, os dois mais antigos.

§ 3º Apresentado o Relatório a que se refere o parágrafo anterior, o Presidente do Tribunal de Justiça, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, depois de submetê-lo à Consultoria Jurídica da Presidência do Tribunal, encaminhará o projeto de lei ao Pleno do Tribunal de Justiça para deliberação e, em seguida, à Assembleia Legislativa para apreciação.”

Emendas com parecer Favorável

1,2,4,7,10,11,17,53,54,56,75,87,88,97,98,101,103,113,117,124,124,129,131

Emendas com parecer contrário

5,6,8,13,14,15,19,42,43,46,48,50,51,52,55,57,58,59,60,72,67,68,69,70,72,74,76,77,78,79,80,81,82,,8



DEPUTADO ELMANO FREITAS

DEPUTADO (A)

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
Descrição:	CONCLUSÃO DA COMISSÃO		
Autor:	99612 - DEPUTADO AGENOR NETO		
Usuário assinador:	99612 - DEPUTADO AGENOR NETO		
Data da criação:	20/10/2017 12:35:59	**Data da assinatura:**	20/10/2017 12:38:18

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE TRABALHO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

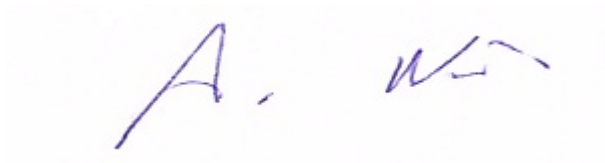
DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
20/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-012-04
CONCLUSÃO DA COMISSÃO	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	10/08/2016
	ITEM NORMA:	7.2

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Data 19/10/2017

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

CONCLUSÃO: APROVADO O PARECER DO RELATOR



DEPUTADO AGENOR NETO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	MEMORANDO
Descrição:	DESIGNAÇÃO DE RELATOR - COFT		
Autor:	99253 - JOSÉ CLEUDEMIR XAVIER DA SILVA		
Usuário assinador:	99593 - DEPUTADO JOAQUIM NORONHA		
Data da criação:	20/10/2017 13:34:39	**Data da assinatura:**	20/10/2017 13:37:40

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

MEMORANDO
20/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-021-04**
MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/03/2016
	ITEM NORMA:	7.2

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT)

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Evandro Leitão

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), designamos Vossa Excelência para relatoria de:

Proposição	**Emenda(s)** (especificar a numeração)	**Regime de Urgência**	**Estudo Técnico**

sim	1 a 17, 19, 50 a 60, 66 a 72, 74 a 85, 87 123, 125 a 131	sim	não

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

> **Art. 82.** O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:
>
> **I -** 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;
>
> **II -** 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;
>
> **III -** 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,



DEPUTADO JOAQUIM NORONHA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Nº do documento:	00085/2017	**Tipo do documento:**	TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Descrição:	TERMO DE DESENTRANHAMENTO DO DOCUMENTO: PARECER Nº (S/N)		
Autor:	99005 - FRANCISCO EUGÊNIO DE CASTRO CRUZ		
Usuário assinador:	99005 - FRANCISCO EUGÊNIO DE CASTRO CRUZ		
Data da criação:	20/10/2017 20:34:29	**Data da assinatura:**	20/10/2017 20:36:03

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

TERMO DE DESENTRANHAMENTO Nº 00085/2017
20/10/2017

Termo de desentranhamento PARECER nº (S/N)
Motivo: POR INCORREÃ‡Ãƒ O.

NÃO HÁ ASSINADOR ASSOCIADO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	PARECER
Descrição:	PARECER SOBRE MENSAGEM Nº 73/2017 E EMENDAS (ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 06/2017 DO PODER JUDICIÁRIO)		
Autor:	99561 - DEPUTADO EVANDRO LEITAO		
Usuário assinador:	99561 - DEPUTADO EVANDRO LEITAO		
Data da criação:	23/10/2017 14:29:25	**Data da assinatura:**	23/10/2017 15:32:42

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO EVANDRO LEITÃO

PARECER
23/10/2017

PARECER SOBRE MENSAGEM Nº 73/2017 E EMENDAS

(ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 06/2017 DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ)

ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ.

RELATOR: DEPUTADO EVANDRO LEITÃO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de mensagem nº 73/2017, oriunda da mensagem nº 06/2017 do **Poder Judiciário do Estado do Ceará, que submete à apreciação do Poder Legislativo projeto de lei que "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ."**

A matéria foi distribuída à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

II- ANÁLISE

O presente Projeto de Lei visa dispor sobre a Organização Judiciária do Estado do Ceará. Observa-se que se trata de novo disciplinamento acerca da estrutura judiciária, mais racional e eficiente, compatível com as necessidades atuais, em privilégio da melhoria do atendimento aos jurisdicionados.

Na já mencionada proposta, fora realizado um estudo técnico anterior elaborado no âmbito do Poder Judiciário, tendo resultado sob a responsabilidade de Grupo de Trabalho constituído por meio da Portaria nº 345, de 24 de fevereiro de 2017, e cujas conclusões, sob a forma de recomendações, estão disponibilizadas na internet, por meio do link: http:www//tjce.jus.br/institucional/reestruturação-da-organização-judiciaria.

O projeto prevê a transferência de unidades judiciárias subdemandadas, em cumprimento a determinação do Conselho Nacional de Justiça, editada em 2013, e com a abrangência para todos os órgãos do Poder Judiciário no Brasil, acompanhando movimento semelhante que já foi ou está sendo realizado em diversas unidades federativas.

A transferência possibilitará a criação de novas unidades em diversos pontos em que o sistema judiciário apresenta estrangulamento diante da grande quantidade de demandas, atendendo a reclamos de jurisdicionais e advogados quanto à implantação de novas unidades, alem de possibilitar o atendimento de outras de outras recomendações do CNJ, como ocorrerá com a criação de varas exclusivas para infância e juventude nas Comarcas de Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral.

De modo a evitar impacto às populações das comarcas cujas unidades serão transferidas, o projeto prevê a sua transformação em comarcas vinculadas, garantindo que todos os atos que exijam o comparecimento de pessoas em juízo continuem sendo praticados nas atuais jurisdições, cujas instalações físicas serão mantidas, bem assim outros atos como o protocolo de petições e documentos, atendimento ao público e expedição de certidões, afastando-se a necessidade de deslocamento dos juridicionados entre as vinculadas e suas respectivas sedes.

III- DAS EMENDAS

Ao projeto foram apresentadas emendas, sobre as quais nos debruçamos, para encontrar alternativas técnicas para o aproveitamento das propostas.

As emendas foram apreciadas em três blocos, dispostas em favorável com modificação, favorável e contrárias.

- Emendas com parecer favorável com modificações

Emenda 3 : Nosso **parecer é favorável com alteração**, mantendo o §2° com o texto original, acolhendo o texto sugerido na emenda em um novo parágrafo com a seguinte redação:

"**§ 3º Para os fins de que trata este artigo, os dados sobre a população e o eleitorado serão os oficialmente apurados e divulgados, respectivamente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**."

Emenda 12: A emenda analisadas sugere que a Comarca de Guaraciaba do Norte seja reconhecida como Entrância Intermediária, em virtude de sua população, número de processos. Entendemos justa a sugestão, pois no estudo elaborado Pelo tribunal de Justiça consta a Comarca com uma Média no triênio de 1.109 processos com uma população de 39.301. Entendemos, também, que esta classificação deve ser realizada pelo Tribunal de Justiça. Assim, **nosso parecer é favorável com alteração**, para acolher a emenda e acrescentar o artigo 152-A, com a seguinte redação: "§ 1º: Fica o Tribunal de Justiça autorizado a reclassificar a Comarca de Guaraciaba do Norte como Entrância Intermediária".

Emenda 16: A emenda analisadas sugere que se tenha uma Unidade de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em todas as Zonas Judiciárias. Consideramos fundamental a sugestão do nobre parlamentar, uma vez que os índices de violência contra a mulher em nosso Estado demonstram uma situação grave e que exige ações concretas para combatê-la. De outro lado, não se pode aumentar despesa em Mensagens de outro Poder. Assim, **nosso parecer é favorável com alteração,** passando o artigo 89 a ter a seguinte redação:

"**Art. 89. Haverá na Comarca de Juazeiro do Norte, 1 (uma) Unidade de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.**

Parágrafo 1º: Fica o tribunal de Justiça autorizado a criar, em todas as Zonas Judiciárias, com sede preferencialmente nas cidades com mais de 100.000 habitantes, 1 (uma) Unidade de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher Parágrafo Segundo: Ao Juiz de Direito do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com sede na Comarca de Juazeiro do Norte, compete processar, julgar e executar os feitos cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, abrangendo as jurisdições das Comarcas de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, na forma prevista no art. 6º, da Lei nº 14.258, de 4 de dezembro de 2008."

Emenda 71: A emenda analisada sugere que a Comarca do município de Milhã fique vinculada a Comarca de Meruoca. **Nosso Parecer é favorável com alteração à emenda 71,** pois Milhã continuará como Comarca Vinculada, mas vinculada a Solonópole, respeitando-se a tradição cultural existente na relação entre esses Municípios.

Emenda 95: Acolhemos parcialmente a emenda, no que altera o parágrafo segundo do artigo 17.

Rejeitamos a modificação sugerida ao artigo 21. **Assim nosso parecer é parcialmente favorável.**

Emenda 116: **Nosso parecer à emenda é favorável com alteração**, uma vez que entendemos ser necessária uma reorganização das serventias extrajudiciais, mas em nome da harmonia entre os poderes e do respeito à autonomia do Poder Judiciário, acrescentamos o artigo 147-A, com a seguinte redação:

"**Art. 147-A O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por ato do Presidente, no prazo de 90 (noventa) dias após a promulgação desta Lei, promoverá estudo técnico sobre a viabilidade do redimensionamento das serventias extrajudiciais, com a indicação de fusão, criação e desmembramentos dos serviços em todo o Estado.**

§ 1º O estudo técnico a que se refere o caput deste artigo será desenvolvido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Tribunal de Justiça com a colaboração da Corregedoria-Geral da Justiça.

§ 2º Concluído o estudo técnico, o relatório final será analisado por uma comissão, composta pelos membros a seguir indicados, a qual apresentará sugestões à Presidência do Tribunal de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) 1 (um) Desembargador, indicado pela Presidência do Tribunal de Justiça, que presidirá a comissão;

b) 1 (um) Juiz de Direito, indicado pela Presidência do Tribunal de Justiça;

c) 1 (um) Juiz de Direito, indicado pela Corregedoria-Geral da Justiça;

d) 1 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Gestão, indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça;

e) 1 (um) representante do Ministério Público, indicado pelo Procurador-Geral de Justiça;

f) 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Ceará, indicado por seu Presidente;

g) 2 (dois) representantes dos notários e registradores, indicados pelas respectivas entidades de classe de âmbito estadual, prevalecendo, no caso de o número de indicações superar o de vagas, os dois mais antigos.

§ 3º Apresentado o Relatório a que se refere o parágrafo anterior, o Presidente do Tribunal de Justiça, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, depois de submetê-lo à Consultoria Jurídica da Presidência do Tribunal, encaminhará o projeto de lei ao Pleno do Tribunal de Justiça para deliberação e, em seguida, à Assembleia Legislativa para apreciação."

Emenda 131: Acolhemos a emenda, alterando somente o número da Lei de 14.282 para Lei 14.283.

- Emendas com parecer Favorável

Acolhemos a emenda de ns.º **1, 2, 4, 7, 10, 11, 17, 53, 54, 56, 66, 75, 87, 88, 96, 97, 98, 101, 103, 113, 117 e 129.**

-Emendas com parecer contrário

Contudo, as emendas apresentada de ns.º **5, 6, 8, 09, 13, 14, 15, 19, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 59, 60, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 89, 90, 92, 93, 94, 99, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 130 e Subemenda modificativa nº 01/2017 à emenda 116** não se coadunam com o projeto em questão, violando o principio de separação dos poderes.

IV- VOTO DO RELATOR

Ante o exposto, voto **favorável ao Mérito** da mensagem nº 73/2017, oriunda da mensagem nº 06/2017, de autoria do **Poder Judiciário do Estado do Ceará, favorável ao Mérito** das emendas de ns.º **1, 2, 4, 7, 10, 11, 17, 53, 54, 56, 66, 75, 87, 88, 96, 97, 98, 101, 103, 113, 117 e 129 favorável ao Méritocom modificação** das emendas de ns.º **03, 12, 16, 71, 95, 116 e 131** e **contrário ao Mérito** das emendas de ns.º **5, 6, 8, 09, 13, 14, 15, 19, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 59, 60, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 89, 90, 92, 93, 94, 99, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 130 e Subemenda modificativa nº 01/2017 à emenda 116.**



DEPUTADO EVANDRO LEITAO

DEPUTADO (A)

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Memo n° 016/2017

Fortaleza, 24 de outubro de 2017

Ao Senhor Carlos Alberto Aragão
Diretor do Departamento Legislativo da Assembleia Legislativo,

Cumprimentando Vossa Senhoria, vimos solicitar atenção no sentido de viabilizar a **RETIRADA da Emenda de nº 90** de minha autoria, que acompanha o Projeto de Lei nº 73/2017, oriunda da Mensagem 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Atenciosamente,

Deputado Robério Monteiro

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	MEMORANDO
Descrição:	DESIGNAÇÃO DE RELATOR		
Autor:	99138 - LEILA PAULA VIANA PIRES		
Usuário assinador:	99593 - DEPUTADO JOAQUIM NORONHA		
Data da criação:	25/10/2017 09:02:41	**Data da assinatura:**	25/10/2017 09:16:48

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

MEMORANDO
25/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-021-04
MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/03/2016
	ITEM NORMA:	7.2

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT)

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Elmano Freitas

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), designamos Vossa Excelência para relatoria de:

Proposição	Emenda(s) (especificar a numeração)	Regime de Urgência	Estudo Técnico

NÃO	73/2017 e 78/2017	SIM, APROVADO 05/10/2017		NÃO

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

> **Art. 82.** O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:
>
> **I -** 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;
>
> **II -** 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;
>
> **III -** 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,



DEPUTADO JOAQUIM NORONHA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	PARECER
Descrição:	PARECER EMENDA 73 E 78		
Autor:	99581 - DEPUTADO ELMANO FREITAS		
Usuário assinador:	99581 - DEPUTADO ELMANO FREITAS		
Data da criação:	25/10/2017 10:00:13	**Data da assinatura:**	25/10/2017 10:02:08

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO ELMANO FREITAS

PARECER
25/10/2017

PARECER SOBRE AS EMENDAS Nº 73 E

A Emenda nº 73/17, de autoria do Deputado Evandro Leitão, tem por objetivo manter as Comarcas de Aratuba e Mulungu como Comarcas sedes. A proposta original sugere que a Comarca de Aratuba seja vinculada a Capistrano e a Comarca de Mulungu vinculada a Baturité. Entendemos ser razoável que tenhamos uma dessas Comarcas com sede, uma vez que somando suas populações e seus números de processos teríamos o montante de 23.982 habitantes e 749/ano respectivamente. Acreditamos ser o critério populacional o mais adequado para definir qual Município deverá ser a Comarca Sede. **Assim opinamos por Mulungu ser Comarca Sede e Aratuba a ela Vinculada**. Dessa forma sugerimos o **ACATAMENTO DA EMENDA COM A MODIFICAÇÃO ACIMA EXPOSTA.**

Já a Emenda nº 78/17, de autoria da Deputada Fernanda Pessoa, que tem por objetivo manter a Comarca de Aratuba como Comarca sede. Consideramos muito importante evitar que Aratuba permaneça como Comarca Vinculada à Capistrano e, pela facilidade de acesso, seja Vinculada à Mulungu, que passa a ser sede por ter população superior a Aratuba. Dessa maneira a presente emenda recebe **PARECER CONTRÁRIO**.

É o parecer.



DEPUTADO ELMANO FREITAS

DEPUTADO (A)

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
Descrição:	CONCLUSÃO DA COFT		
Autor:	99138 - LEILA PAULA VIANA PIRES		
Usuário assinador:	99593 - DEPUTADO JOAQUIM NORONHA		
Data da criação:	25/10/2017 10:24:32	**Data da assinatura:**	25/10/2017 10:27:25

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
25/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-012-04**
CONCLUSÃO DA COMISSÃO	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	10/08/2016
	ITEM NORMA:	7.2

17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Data: 25/10/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

CONCLUSÃO: APROVADO OS PARECERES DOS RELATORES



DEPUTADO JOAQUIM NORONHA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO FERREIRA ARAGÃO

Fortaleza, 25 de outubro de 2017

Memo 10/2017

Excelentíssimo Senhor
Sérgio Aguiar
Deputado Estadual

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, venho à presença de Vossa Excelência, para solicitar a subscrição da Emenda Supressiva Nº 55/2017, junto a Mensagem Nº 73/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 06, DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ.

Aproveito a oportunidade para desejar-lhe votos de elevada estima e apreço .

Atenciosamente,

Ferreira Aragão
Deputado Estadual - PDT

Sérgio Aguiar
Deputado Estadual

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	MEMORANDO
Descrição:	DESIGNAR RELATOR DE EMENDAS		
Autor:	99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR		
Usuário assinador:	99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR		
Data da criação:	25/10/2017 10:56:50	**Data da assinatura:**	25/10/2017 10:59:33

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

MEMORANDO
25/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-021-04**
MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/03/2016
	ITEM NORMA:	7.2

(CCJR)

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Joaquim Noronha

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), designamos Vossa Excelência para relatoria de:

Proposição	Emendas nºs	Regime de Urgência	Estudo Técnico
	1; 2; 3; 4; 7; 10; 11; 12; 16; 17; 53; 54; 56; 66; 71; 73; 75; 87; 88; 95; 96;		

97; 98; 101; 103;
113; 116; 117; 129
e 131.

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

> **Art. 82.** O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:
>
> **I -** 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;
>
> **II -** 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;
>
> **III -** 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,



DEPUTADO SERGIO AGUIAR

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	PARECER
Descrição:	PARECER DO RELATOR		
Autor:	99584 - JOAQUIM NORONHA.		
Usuário assinador:	99584 - JOAQUIM NORONHA.		
Data da criação:	26/10/2017 09:49:20	**Data da assinatura:**	26/10/2017 09:51:09

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO JOAQUIM NORONHA

PARECER
26/10/2017

EMENDAS A PROPOSIÇÃO Nº 73/2017 (Mensagem 06/2017)

"ORIUNDA DA MENSAGEM Nº. 06/2017 – TJCE, DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ".

RELATOR: DEPUTADO JOAQUIM NORONHA.

I – RELATÓRIO

Tratam-se de Emendas que modificam, suprimem ou adicionam dispositivos ao **Projeto de Lei 73/2017, de autoria do Poder Judiciário do Estado do Ceará**, que dispõe sobre a "Organização Judiciária do Estado do Ceará."

O projeto de Lei apresentado pelo Tribunal de Justiça do Ceará tem como objetivo promover uma profunda reestruturação administrativa na organização do Poder Judiciário no Ceará, rezoneando o território do Estado, tratando da ampliação das zonas judiciárias, abordando vinculação de comarcas, criando novas unidades judiciárias, definindo novos critérios para a classificação de comarcas entre as entrâncias inicial, intermediária e final, bem como redefinindo e extinguindo serventias extrajudiciais instaladas, não instaladas ou inviáveis.

O projeto sob análise possui 153 (cento e cinquenta e três) artigos em sua totalidade, tendo sido aprovadas nas comissões temáticas 30 Emendas de Parlamentares, quais sejam:

Emendas: 01, 02, 03, 04, 07, 10, 11, 12, 16, 17, 53, 54, 56, 66, 71, 73, 75, 87, 88, 95, 96, 97, 98, 101, 103, 113, 116, 117, 129 e 131.

II- ANÁLISE

É de bom alvitre esclarecer logo de inicio que o presente parecer analisará as emendas apenas quanto a sua constitucionalidade frente à Constituição Estadual e Federal, redação e compatibilidade com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, não adentrando, assim, no mérito de cada uma delas, que já foram devidamente analisadas em momento oportuno nas comissões temáticas pertinentes.

Assim, passando a análise propriamente dita da constitucionalidade, iniciativa e redação das Emendas de autoria dos Parlamentares verificamos a legitimidade destes para tanto, não havendo qualquer óbice, tendo em vista que é prerrogativa regimental destes propor emendas a qualquer matéria em trâmite na Assembleia Legislativa, inobstante não tenham a legitimidade para propor projeto de lei sobre a matéria, vez que privativa do Poder Judiciário no caso em comento, nos moldes dos arts. 222 e SS do Regimento Interno da ALECE.

Por fim, destaque-se o art. 227 do Regimento Interno da ALECE, onde resta patente e expresso que em matéria de iniciativa do Poder Judiciário, o parlamentar pode apresentar emendas, ressalvadas as que gerem aumento de despesas.

> **Art. 227.** Não será permitida emenda que aumente as despesas previstas (art. 60, Parágrafo Único, CE):
>
> **I -** nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador;
>
> **II - nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e do Ministério Público Estadual.**

Verificando cuidadosamente todas as emendas apresentadas e as que sofreram modificação, observa-se que nenhuma gerou qualquer aumento de despesa ao Poder Judiciário, bem como não ferem de nenhuma forma a Constituição Estadual ou Federal, muito pelo contrário, buscam aprimorar o projeto principal e garantir o principio do acesso a justiça a população do Estado do Ceará, amenizando os danos que acarretariam a transformação de inúmeras comarcas sede em vinculadas.

Desta forma no que se refere à admissibilidade jurídico-constitucional e redacional, nenhum óbice há às emendas em exame, que atendem aos ditames do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e aos pressupostos constitucionais, inclusive **da competência legislativa estadual para propor.**

III- PARECER DO RELATOR

Face ao exposto, averiguando que as emendas **01, 02, 03, 04, 07, 10, 11, 12, 16, 17, 53, 54, 56, 66, 71, 73, 75, 87, 88, 95, 96, 97, 98, 101, 103, 113, 116, 117, 129 e 131,** a Proposição n° 73/2017, oriunda da mensagem 06/2017 do Poder Judiciário, encontram-se em consonância com Regimento Interno desta Casa, bem como com os ditames das Constituições Federal e Estadual, somos de **PARECER FAVORÁVEL** a admissibilidade das Emendas.



JOAQUIM NORONHA.

DEPUTADO (A)

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
Descrição:	CONCLUSÃO DA CCJR		
Autor:	99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR		
Usuário assinador:	99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR		
Data da criação:	26/10/2017 10:06:19	**Data da assinatura:**	26/10/2017 10:08:06

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
26/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-012-04
CONCLUSÃO DA COMISSÃO	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	10/08/2016
	ITEM NORMA:	7.2

40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Data 25/10/2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CONCLUSÃO: APROVADO O PARECER DO RELATOR



DEPUTADO SERGIO AGUIAR

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Memo. 38/17

Fortaleza, 26 de outubro de 2017.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **Augusta Brito**

Senhora Deputada,

Cumprimentando-o cordialmente, venho à presença de Vossa Excelência, para solicitar a subscrição da Emenda Aditiva n.º 12, de sua autoria, junto à Mensagem n.º 73/20117, oriunda da Mensagem n.º 06, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que Dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado do Ceará.

Atenciosamente,

Tin Gomes
Deputado Estadual

De Acordo:

DEPUTADA AUGUSTA BRITO

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Memo. 01/17

Fortaleza, 25 de outubro de 2017.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **JOSÉ ALBUQUERQUE**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, venho à presença de Vossa Excelência, para solicitar a subscrição da Emenda Aditiva n.º 4, junto à Mensagem n.º 73/20117, oriunda da Mensagem n.º 06, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que Dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado do Ceará.

Atenciosamente,

ELY AGUIAR
Deputado Estadual

De Acordo:

JOSÉ ALBUQUERQUE
PRESIDENTE

7

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

EXCELENTISSIMO SENHOR DEPUTADO ZEZINHO ALBUQUERQUE, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA
em 31 de outubro de 2017
SECRETÁRIO

EMENDA DE PLENÁRIO

O Deputado Estadual abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 210,§1º do Regimento Interno, vem respeitosamente, oferecer o presente **EMENDA DE PLENÁRIO**, referente a Mensagem nº 73/2017, a fim de que seja devidamente analisadas pelo Plenário desta Casa legislativa.

Fortaleza, 27 de outubro de 2017.

Elmano Freitas
Deputado Estadual – PT/CE

Recebido em 27/10/17 12:30

Av. Desembargador Moreira, 2807- Dionisio Torres – CEP 60170900-Ceará

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA DE PLENÁRIO Nº 132/17.

Esta Emenda altera a redação do art. 138, da Mensagem nº 73/2017, que acompanha a Mensagem nº 06/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, bem como os Anexos I e II.

Art. 1º Adiciona o inciso IX, ao art. 138, da Mensagem 73/2017, que passará a vigorar com a seguinte redação:

IX - Ibaretama, então vinculada à Comarca de Quixadá, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Ibicuitinga.

Art. 2º Por força da alteração determinada no art. 1º, ficam alterados os Anexos I e II, do PL nº 73/2017, ressalvando-se, quanto ao Anexo II, que a Comarca Vinculada de Ibaretama passará a integrar a 4ª Zona Judiciária, com sede em Russas.

Elmano Freitas
Deputado Estadual – PT/CE

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

EXCELENTISSIMO SENHOR DEPUTADO ZEZINHO ALBUQUERQUE, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA
Em 31 de outubro de 2017
SECRETÁRIO

EMENDA DE PLENÁRIO

O Deputado Estadual abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 210,§1° do Regimento Interno, vem respeitosamente, oferecer o presente **EMENDA DE PLENÁRIO**, referente a Mensagem n° 50/2017, a fim de que seja devidamente analisadas pelo Plenário desta Casa legislativa.

Fortaleza, 31 de maio de 2017.

Tim Gomes
Deputado Estadual – PHS/CE

Quinta 13:05 horas
24.10.17 Recebido

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 133/17.

Altera a redação do art. 13 do Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a Mensagem nº 06/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 1º. Altera a redação do art. 13, do Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a Mensagem nº 06/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio da qual é acrescido parágrafo único ao art. 13, ao qual passa a ter a seguinte redação:

"Art. 13....

Parágrafo único. A Corregedoria-Geral da Justiça zelará para que o juiz responsável pela comarca vinculada nela compareça, no mínimo, a cada 15 (quinze) dias, para a realização de audiências e/ou quaisquer outros atos necessários para uma célere prestação jurisdicional."

Art. 2º Modifica a redação dos incisos XVI e XVII do art. 50, art. 72, *caput*, e art. 144, incisos I e II, que passam a ter a redação a seguir:

"Art. 50...

XVI – 20 (vinte) Juizados Especiais Cíveis;

XVII – 4 quatro) Juizados Especiais Criminais.

...

Art. 72 Na Comarca de Fortaleza haverá 20 (vinte) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e 4 (quatro) unidades dos Juizados Especiais Criminais, onde o Tribunal de Justiça disciplinará, por meio de resolução a distribuição da Unidades.

...

Art. 144. Ficam transformadas 30 (trinta) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza em:

I - 20 (vinte) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis; e

II – 4 (quatro) Unidades dos Juizados Especiais Criminais, com jurisdição em todo o território da Comarca de Fortaleza, servindo por distribuição."

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

SALA DAS SESSÕES, em 27 de outubro de 2017.

Deputado Tin Gomes

1° Vice-Presidente

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa dar uma melhor redação ao parágrafo único do art. 13, bem como nos demais dispositivos pretende essa modificação acrescer mais 4 (quatro) Unidades dos Juizados Especiais Criminais na Comarca de Fortaleza, onde passará de 2 (duas) Unidades para 6 (seis) Unidades.

Deputado Tin Gomes

1° Vice-Presidente

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	MEMORANDO
Descrição:	DESIGNAÇÃO DE RELATORIA - DEP. SÉRGIO AGUIAR		
Autor:	99617 - DEPUTADO ELMANO FREITAS		
Usuário assinador:	99617 - DEPUTADO ELMANO FREITAS		
Data da criação:	31/10/2017 12:51:23	**Data da assinatura:**	31/10/2017 12:53:35

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE TRABALHO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

MEMORANDO
31/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-021-04**
MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/03/2016
	ITEM NORMA:	7.2

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP)

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Sérgio Aguiar

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), designamos Vossa Excelência para relatoria de:

Proposição	**Emenda(s)** (especificar a numeração)	**Regime de Urgência**	**Estudo Técnico**
NÃO	EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 132 E 133	SIM	NÃO

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

Art. 82. O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

I - 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;

II - 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;

III - 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,



DEPUTADO ELMANO FREITAS

VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	PARECER
Descrição:	PARECER ÀS EMENDAS 133 E 134		
Autor:	99208 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR		
Usuário assinador:	99208 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR		
Data da criação:	31/10/2017 14:31:50	**Data da assinatura:**	31/10/2017 14:38:08

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR

PARECER
31/10/2017

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Publico

"ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 13 E 138, **DO PROJETO DE LEI Nº 0073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 06 DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, BEM COMO OS ANEXOS I E II."**

PARECER

EMENDAS DE PLENÁRIO Nº 132/2017 E 133/2017 APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI Nº 073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06 DE 21/08/2017 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ. AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Por meio de Memorando oriundo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, fui designado relator das emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 0073/2017, oriundo da mensagem nº 06 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Passo, portanto, a emitir parecer:

EMENDA Nº 132/2017 - Autoria do Dep. Elmano Freitas – Altera a redação do art. 138 do Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a mensagem nº 06/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 1º Adiciona o inciso IX, ao art.138, da mensagem 73/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

IX - Ibaretama, então vinculada à Comarca de Quixadá, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Ibicuitinga.

Art. 2º Por força da alteração determinada no art. 1º, ficam alterados os Anexos I e II, do PL nº 73/2017, ressalvando-se quanto ao Anexo II, que a Comarca Vinculada de Ibaretama passará a integrar a 4ª Zona Judiciária, com sede em Russas.

Análise: Observamos que a emenda apresentada pelo nobre parlamentar busca promover um melhor atendimento aos jurisdicionados daquele município, no sentido de resolver suas querelas judiciais. Ressaltando a importância que tem este município para toda a região.

Face ao exposto, somos de **PARECER FAVORÁVEL** a regular tramitação da Emenda nº 132/2017 - de autoria do Dep. Elmano Freitas.

EMENDA 133/2017 - Autoria do Dep. Tim Gomes **–** Altera a redação do art. 13 do Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a mensagem nº 06/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 1º Altera a redação do art. 13 do Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a mensagem nº 06/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio da qual é acrescido parágrafo único ao art. 13, ao qual passa a ter a seguinte redação:

"Art. 13 ...

Parágrafo Único. A Corregedoria Geral da Justiça zelará para que o Juiz responsável pela comarca vinculada nela compareça, a cada 15 (quinze) dias, para a realização de audiências e/ou quaisquer outros atos necessários para uma célere prestação jurisdicional"

Art. 2º Modifica a redação dos incisos XVI e XVII do art. 50, art. 72, *caput*, e art. 144, incisos I e II, que passam a ter redação a seguir:

"Art. 50 ...

XVI - 20 (vinte) Juizados Especiais Cíveis;

XVII - 4 (quatro) Juizados Especiais Criminais.

...

Art. 72 Na Comarca de Fortaleza haverá 20 (vinte) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e 4 (quatro) Unidades dos Juizados Especiais Criminais, onde o Tribunal de Justiça disciplinará, por meio de resolução a distribuição das Unidades.

...

Art. 144 Ficam transformadas 24 (vinte e quatro) Unidades dos Tribunais Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza em:

I - 20 (vinte) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis; e

II - 4 (quatro) Unidades dos Juizados Especiais Criminais, com a jurisdição em todo o território da Comarca de Fortaleza, servindo por distribuição."

Análise: Observamos que a emenda apresentada pelo nobre parlamentar busca melhorar a redação do parágrafo único do art. 13 e acrescentar mais quatro unidades dos Juizados Especiais Criminais nas Comarcas de Fortaleza e desta forma levará um melhor atendimento aos jurisdicionados do município de Fortaleza, no sentido de resolver suas querelas judiciais.

Face ao exposto, somos de **PARECER FAVORÁVEL** a regular tramitação da Emenda nº 133/2017 - de autoria do Dep. Tim Gomes.

É o parecer

SÉRGIO DE ARAÚJO LIMA AGUIAR

Deputado Estadual

Partido Democrático Trabalhista - PDT



DEPUTADO SERGIO AGUIAR

DEPUTADO (A)

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
Descrição:	CONCLUSÃO DA CTASP		
Autor:	99617 - DEPUTADO ELMANO FREITAS		
Usuário assinador:	99617 - DEPUTADO ELMANO FREITAS		
Data da criação:	31/10/2017 14:40:03	**Data da assinatura:**	31/10/2017 14:47:28

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE TRABALHO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
31/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-012-04
CONCLUSÃO DA COMISSÃO	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	10/08/2016
	ITEM NORMA:	7.2

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Data 31/10/2017

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

CONCLUSÃO: APROVADO O PARECER DO RELATOR



DEPUTADO ELMANO FREITAS

VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	MEMORANDO
Descrição:	DESIGNAÇÃO DE RELATORIA		
Autor:	99138 - LEILA PAULA VIANA PIRES		
Usuário assinador:	99593 - DEPUTADO JOAQUIM NORONHA		
Data da criação:	31/10/2017 14:51:04	**Data da assinatura:**	31/10/2017 14:57:18

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

MEMORANDO
31/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-021-04
MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/03/2016
	ITEM NORMA:	7.2

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT)

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Sérgio Aguiar

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), designamos Vossa Excelência para relatoria de:

Emenda(s)

Proposição	(especificar a numeração)	**Regime de Urgência**	**Estudo Técnico**
NÃO	Emendas Plenário n 132 e 133/2017	SIM, APROVADO 05/10/17	NÃO

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

> **Art. 82.** O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:
>
> **I -** 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;
>
> **II -** 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;
>
> **III -** 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,



DEPUTADO JOAQUIM NORONHA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	PARECER
Descrição:	PARECER EMENDAS 132 E 133		
Autor:	99594 - PAULO SERGIO ROCHA		
Usuário assinador:	99208 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR		
Data da criação:	31/10/2017 15:25:13	**Data da assinatura:**	31/10/2017 15:31:32

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR

PARECER
31/10/2017

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação

"ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 13 E 138, **DO PROJETO DE LEI Nº 0073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 06 DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, BEM COMO OS ANEXOS I E II."**

EMENDAS DE PLENÁRIO Nº 132/2017 E 133/2017 APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI Nº 073/2017, ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 06 DE 21/08/2017 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ. AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Por meio de Memorando oriundo da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, fui designado relator das emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 0073/2017, oriundo da mensagem nº 06 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Passo, portanto, a emitir parecer:

EMENDA Nº 132/2017 - Autoria do Dep. Elmano Freitas – Altera a redação do art. 138 do Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a mensagem nº 06/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 1º Adiciona o inciso IX, ao art.138, da mensagem 73/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

IX - Ibaretama, então vinculada à Comarca de Quixadá, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Ibicuitinga.

Art. 2º Por força da alteração determinada no art. 1º, ficam alterados os Anexos I e II, do PL nº 73/2017, ressalvando-se quanto ao Anexo II, que a Comarca Vinculada de Ibaretama passará a integrar a 4ª Zona Judiciária, com sede em Russas.

Análise: Observamos que a emenda apresentada pelo nobre parlamentar busca promover um melhor atendimento aos jurisdicionados daquele município, no sentido de resolver suas querelas judiciais. Ressaltando a importância que tem este município para toda a região.

Face ao exposto, somos de **PARECER FAVORÁVEL** a regular tramitação da Emenda nº 132/2017 - de autoria do Dep. Elmano Freitas.

EMENDA 133/2017 - Autoria do Dep. Tim Gomes **–** Altera a redação do art. 13 do Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a mensagem nº 06/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 1º Altera a redação do art. 13 do Projeto de Lei nº 73/2017, que acompanha a mensagem nº 06/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio da qual é acrescido parágrafo único ao art. 13, ao qual passa a ter a seguinte redação:

"Art. 13 ...

Parágrafo Único. A Corregedoria Geral da Justiça zelará para que o Juiz responsável pela comarca vinculada nela compareça, a cada 15 (quinze) dias, para a realização de audiências e/ou quaisquer outros atos necessários para uma célere prestação jurisdicional"

Art. 2º Modifica a redação dos incisos XVI e XVII do art. 50, art. 72, *caput*, e art. 144, incisos I e II, que passam a ter redação a seguir:

"Art. 50 ...

XVI - 20 (vinte) Juizados Especiais Cíveis;

XVII - 4 (quatro) Juizados Especiais Criminais.

...

Art. 72 Na Comarca de Fortaleza haverá 20 (vinte) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e 4 (quatro) Unidades dos Juizados Especiais Criminais, onde o Tribunal de Justiça disciplinará, por meio de resolução a distribuição das Unidades.

...

Art. 144 Ficam transformadas 24 (vinte e quatro) Unidades dos Tribunais Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza em:

I - 20 (vinte) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis; e

II - 4 (quatro) Unidades dos Juizados Especiais Criminais, com a jurisdição em todo o território da Comarca de Fortaleza, servindo por distribuição."

Análise: Observamos que a emenda apresentada pelo nobre parlamentar busca melhorar a redação do parágrafo único do art. 13 e acrescentar mais quatro unidades dos Juizados Especiais Criminais nas Comarcas de Fortaleza e desta forma levará um melhor atendimento aos jurisdicionados do município de Fortaleza, no sentido de resolver suas querelas judiciais.

Face ao exposto, somos de **PARECER FAVORÁVEL** a regular tramitação da Emenda nº 133/2017 - de autoria do Dep. Tim Gomes.

É o parecer



DEPUTADO SERGIO AGUIAR

DEPUTADO (A)

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
Descrição:	CONCLUSÃO DA COFT		
Autor:	99138 - LEILA PAULA VIANA PIRES		
Usuário assinador:	99593 - DEPUTADO JOAQUIM NORONHA		
Data da criação:	01/11/2017 08:34:51	**Data da assinatura:**	01/11/2017 09:35:37

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
01/11/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-012-04
CONCLUSÃO DA COMISSÃO	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	10/08/2016
	ITEM NORMA:	7.2

18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Data 31/10/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

CONCLUSÃO: APROVADO PARECER DO RELATOR



DEPUTADO JOAQUIM NORONHA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	MEMORANDO
Descrição:	DESIGNAR RELATOR DE EMENDAS		
Autor:	99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR		
Usuário assinador:	99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR		
Data da criação:	01/11/2017 11:10:08	**Data da assinatura:**	01/11/2017 11:12:13

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

MEMORANDO
01/11/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-021-04**
MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/03/2016
	ITEM NORMA:	7.2

(CCJR)

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Joaquim Noronha

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), designamos Vossa Excelência para relatoria de:

Proposição	Emenda de Plenário nºs	Regime de Urgência	Estudo Técnico
NÃO	**132 e 133**	**Aprovado em 5/10/2017**	**NÃO**

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

Art. 82. O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

I - 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;

II - 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;

III - 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,



DEPUTADO SERGIO AGUIAR

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	PARECER
Descrição:	PARECER DO RELATOR		
Autor:	99705 - DIRCEU COSTA LIMA FILHO		
Usuário assinador:	99584 - JOAQUIM NORONHA.		
Data da criação:	01/11/2017 17:48:23	**Data da assinatura:**	01/11/2017 17:51:20

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO JOAQUIM NORONHA

PARECER
01/11/2017

EMENDAS DE PLENÁRIO A PROPOSIÇÃO Nº 73/2017 (Mensagem 06/2017)

"ORIUNDA DA MENSAGEM Nº. 06/2017 – TJCE, DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ".

RELATOR: DEPUTADO JOAQUIM NORONHA.

I – RELATÓRIO

Tratam-se de Emendas de Plenário que modificam, suprimem ou adicionam dispositivos ao **Projeto de Lei 73/2017, de autoria do Poder Judiciário do Estado do Ceará**, que dispõe sobre a "Organização Judiciária do Estado do Ceará."

O projeto de Lei apresentado pelo Tribunal de Justiça do Ceará tem como objetivo promover uma profunda reestruturação administrativa na organização do Poder Judiciário no Ceará, rezoneando o território do Estado, tratando da ampliação das zonas judiciárias, abordando vinculação de comarcas, criando novas unidades judiciárias, definindo novos critérios para a classificação de comarcas entre as entrâncias inicial, intermediária e final, bem como redefinindo e extinguindo serventias extrajudiciais instaladas, não instaladas ou inviáveis.

O projeto sob análise possui 153 (cento e cinquenta e três) artigos em sua totalidade, tendo sido aprovadas 02 (duas) Emendas de plenário de Parlamentares, quais sejam:

Emendas de Plenário: 132/2017 e 133/2017

II- ANÁLISE

É de bom alvitre esclarecer logo de inicio que o presente parecer analisará as emendas de plenário apenas quanto a sua constitucionalidade frente à Constituição Estadual e Federal, redação e compatibilidade com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, não adentrando, assim, no mérito de cada uma delas, que já foram devidamente analisadas em momento oportuno nas comissões temáticas pertinentes.

Assim, passando a análise propriamente dita da constitucionalidade, iniciativa e redação das Emendas de Plenário de autoria dos Parlamentares verificamos a legitimidade destes para tanto, não havendo qualquer óbice, tendo em vista que é prerrogativa regimental destes propor emendas a qualquer matéria em trâmite na Assembleia Legislativa, inobstante não tenham a legitimidade para propor projeto de lei sobre a matéria, vez que privativa do Poder Judiciário no caso em comento, nos moldes dos arts. 222 e SS do Regimento Interno da ALECE.

Por fim, destaque-se o art. 227 do Regimento Interno da ALECE, onde resta patente e expresso que em matéria de iniciativa do Poder Judiciário, o parlamentar pode apresentar emendas, ressalvadas as que gerem aumento de despesas.

> **Art. 227.** Não será permitida emenda que aumente as despesas previstas (art. 60, Parágrafo Único, CE):
>
> **I -** nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador;
>
> **II - nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e do Ministério Público Estadual.**

Verificando cuidadosamente as emendas de plenário apresentadas e aprovadas, observa-se que nenhuma gerou qualquer aumento de despesa ao Poder Judiciário, bem como não ferem de nenhuma forma a Constituição Estadual ou Federal, muito pelo contrário, buscam aprimorar o projeto principal e garantir o principio do acesso a justiça a população do Estado do Ceará.

Desta forma no que se refere à admissibilidade jurídico-constitucional e redacional, nenhum óbice há às emendas de plenário em exame, que atendem aos ditames do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e aos pressupostos constitucionais, inclusive **da competência legislativa estadual para propor.**

Ressalte-se, por fim, a modificação redacional da Emenda 133/2017, corrigindo a quantidade de juizados especiais de 30 (trinta) para 24 (vinte e quatro), no texto do art. 144 da emenda, ficando com a seguinte redação:

> **Art. 144 Ficam transformadas 24 (vinte e quatro) Unidades dos Tribunais Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza em:**
>
> **I - 20 (vinte) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis; e**
>
> **II - 4 (quatro) Unidades dos Juizados Especiais Criminais, com a jurisdição em todo o território da Comarca de Fortaleza, servindo por distribuição."**

III- PARECER DO RELATOR

Face ao exposto, averiguando que as Emendas de Plenário **132/2017 e 133/2017,** a Proposição n° 73/2017, oriunda da mensagem 06/2017 do Poder Judiciário, encontram-se em consonância com Regimento Interno desta Casa, bem como com os ditames das Constituições Federal e Estadual, somos de **PARECER FAVORÁVEL** a admissibilidade das Emendas de Plenário.



JOAQUIM NORONHA.

DEPUTADO (A)

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
Descrição:	CONCLUSÃO DA CCJR		
Autor:	99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR		
Usuário assinador:	99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR		
Data da criação:	06/11/2017 09:18:47	**Data da assinatura:**	06/11/2017 09:21:22

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
06/11/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-012-04
CONCLUSÃO DA COMISSÃO	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	10/08/2016
	ITEM NORMA:	7.2

41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Data 31/10/2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CONCLUSÃO: APROVADO O PARECER DO RELATOR



DEPUTADO SERGIO AGUIAR

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	DESPACHO
Descrição:	DESPACHO DE APROVAÇÃO DO PLENÁRIO		
Autor:	99005 - FRANCISCO EUGÊNIO DE CASTRO CRUZ		
Usuário assinador:	99735 - DEPUTADO AUDIC MOTA		
Data da criação:	06/11/2017 11:32:19	**Data da assinatura:**	07/11/2017 14:44:32

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PLENÁRIO

DESPACHO
07/11/2017

APROVADO EM DISCUSSÃO INICIAL E VOTAÇÃO NA 136ª (CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 31/10/2017.

APROVADO EM DISCUSSÃO FINAL E VOTAÇÃO NA 73ª (SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 31/10/2017.

APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA DA REDAÇÃO FINAL NA 74ª (SEPTUAGÉSIMA QUARTA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 31/10/2017.



DEPUTADO AUDIC MOTA

1º SECRETÁRIO

AUTÓGRAFO DE LEI NÚMERO DUZENTOS E OITO

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

D E C R E T A:

LIVRO I
DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a organização judiciária do Estado do Ceará, compreendendo a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, observados os princípios definidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º Ao Poder Judiciário do Estado do Ceará é assegurada autonomia administrativa e financeira.

Art. 3º Compete privativamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará a iniciativa de lei que disponha sobre a organização judiciária estadual e a criação de unidades judiciárias, bem como a elaboração de seu regimento interno, disciplinando a composição e as atribuições de seus órgãos, o processo e o julgamento dos feitos de sua competência e a disciplina dos seus serviços.

TÍTULO II
DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

CAPÍTULO ÚNICO
DAS CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS

Art. 4º O território do Estado do Ceará, para fins de administração do Poder Judiciário estadual, divide-se em comarcas sedes e comarcas vinculadas, as quais, por sua vez, se dividem em distritos judiciários, na forma descrita no anexo I desta Lei.

Art. 5º As comarcas do interior do Estado serão agrupadas em zonas judiciárias.

Art. 6º Em cada município haverá sede de comarca, dependendo a sua implantação do cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Lei, mediante apuração pelo Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. Os municípios que não forem sedes de comarcas serão qualificados como comarcas vinculadas, formando com as respectivas sedes uma única jurisdição, observado o disposto no art. 12 desta Lei.

Art. 7º As comarcas classificam-se em 3 (três) entrâncias, denominadas: inicial, intermediária e final, de acordo com o constante do anexo I, observados, para fins de reclassificação, os critérios previstos no art. 20 desta Lei.

Parágrafo único. A Comarca do Crato, atualmente de entrância intermediária, fica classificada como de entrância final.

Art. 8º A distribuição das varas e o número de juízes serão proporcionais à efetiva demanda judicial e à respectiva população, devendo o Tribunal de Justiça zelar para que todas as comarcas que contem com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes tenham, pelo menos, 2 (duas) unidades judiciárias.

Seção I
Das Zonas Judiciárias

Art. 9º À exceção da Comarca de Fortaleza, as comarcas serão agrupadas em zonas judiciárias, na forma do anexo II desta Lei, todas dotadas de juízes auxiliares com jurisdição no território respectivo, cuja atuação dependerá de prévia designação da Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 10. A composição das zonas judiciárias observará, tanto quanto possível, a regionalização para fins de planejamento que decorrer de legislação estadual.

Parágrafo único. A zona judiciária poderá ter mais de uma sede, de modo a atender à racionalidade e à eficiência do serviço.

Seção II
Das Comarcas Sedes

Art. 11. As comarcas constituem circunscrições com unidades judiciárias implantadas, observados os requisitos estabelecidos nesta Lei, cujos limites corresponderão aos de um município, ou aos de um agrupamento de 2 (dois) ou mais deles, caso em que um será considerado a sua sede, figurando os demais como comarcas vinculadas.

Seção III
Das Comarcas Vinculadas

Art. 12. As comarcas vinculadas são circunscrições que correspondem aos municípios que não constituem sedes de comarcas, integrando, enquanto nessa condição, a jurisdição de comarcas implantadas, a cujo juízo ficam afetos os respectivos serviços judiciais.

§ 1º O Tribunal de Justiça, por deliberação de seu Órgão Especial, observados aspectos como a demanda e a disponibilidade de recursos humanos e materiais determinará a reunião de todos os acervos processuais para tramitação na comarca sede, assegurando, neste caso, que o protocolo de petições e documentos, bem como atendimento ao público, expedição de certidões possam ser feitos tanto na comarca sede quanto na comarca vinculada.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, se a comarca sede contar com mais de uma unidade jurisdicional, o acervo será distribuído entre elas, observados os mesmos critérios para fixação de suas competências quanto aos demais feitos.

§ 3º As audiências e/ou quaisquer atos processuais que exijam comparecimento de pessoas em juízo serão realizados obrigatoriamente na comarca vinculada.

§ 4º A extinção, transformação ou transferência de comarcas somente poderão ocorrer mediante Lei.

Art. 13. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a prestação jurisdicional na comarca vinculada ficará sob a responsabilidade de juiz titular de unidade instalada na sede, em sistema de rodízio anual onde houver mais de uma, ou ainda por juiz auxiliar da respectiva Zona Judiciária, mediante prévia designação do Tribunal de Justiça em quaisquer dos casos.

Parágrafo único. A Corregedoria-Geral da Justiça zelará para que o juiz responsável pela comarca vinculada nela compareça, no mínimo, a cada 15 (quinze) dias, para a realização de audiências e/ou quaisquer outros atos necessários para uma célere prestação jurisdicional.

Art. 14. O Tribunal de Justiça adotará providências para assegurar que as comarcas vinculadas sejam dotadas de recursos humanos e materiais em volume proporcional à demanda, podendo, para tanto, firmar convênios com os respectivos municípios e outros entes públicos, regulando, por ato normativo a ser expedido pelo Órgão Especial, as verbas indenizatórias devidas a magistrados e servidores em razão dos deslocamentos de sua sede.

Seção IV
Dos Distritos Judiciários

Art. 15. Os distritos judiciários, integrantes das respectivas comarcas, terão a denominação e os limites correspondentes aos da divisão administrativa dos municípios.

Art. 16. Os distritos judiciários que, a critério do Tribunal de Justiça, atendam a adequados requisitos populacionais e socioeconômicos, contarão com um ofício de registro civil de pessoas naturais, a ser criado por lei, e um juizado de paz.

§ 1º Nas comarcas de significativa extensão territorial, cada distrito judiciário disporá, no mínimo, de um registrador civil das pessoas naturais, instituído por lei de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 2º Os indicadores de que trata o *caput* serão considerados com base em dados regularmente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na forma do art. 38 da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

§ 3º A instalação do distrito judiciário estará consumada com a posse da primeira pessoa que desempenhar a delegação de oficial do registro civil de pessoas naturais, após a criação da serventia por lei e provimento mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

Seção V
Da Implantação e Instalação de Comarcas

Art. 17. São requisitos para a implantação de comarcas:

I - população mínima de 15.000 (quinze mil) habitantes e eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população;

II - haver registrado média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da implantação, igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) daquela registrada, por juiz, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

§ 1º A aferição do número de demandas de que trata o inciso II, do *caput*, será feita pela secretaria do juízo a que pertencer a comarca vinculada, com base no domicílio de, pelo menos, uma das partes envolvidas nos litígios, lavrando-se certidão que será acompanhada de relatório consolidado dos feitos identificados como relativos à comarca a ser implantada, para fins de apreciação pelo Tribunal de Justiça.

§ 2º O Tribunal de Justiça publicará, em sua página eletrônica, anualmente, até o dia 31 de março, resumo do quantitativo de casos novos ingressados no último triênio, incluído o resultado do ano imediatamente anterior, estratificado por zona, comarca e unidade, bem como a média, por magistrado, mediador e conciliador, no âmbito do Poder Judiciário Estadual.

§ 3º Para os fins de que trata este artigo, os dados sobre a população e o eleitorado serão os oficialmente apurados e divulgados, respectivamente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Art. 18. Atendidos os requisitos estabelecidos no artigo anterior, o Tribunal de Justiça, após a deliberação do Tribunal Pleno, providenciará o envio de projeto de lei à Assembleia Legislativa, do qual deverá constar, também, a proposta de criação dos cargos necessários para prover o juízo a ser implantado, e dos respectivos ofícios extrajudiciais.

Art. 19. Após a entrada em vigor da lei que autorizar a implantação de nova comarca, o Tribunal de Justiça disciplinará, por meio de resolução, as providências necessárias à respectiva instalação.

Parágrafo único. Quando da instalação de nova comarca, os feitos em tramitação que tenham pelo menos uma das partes com domicílio na jurisdição da unidade a ser implantada, desde que ainda não julgados, serão encaminhados para a nova sede do juízo, obedecida a legislação processual em vigor.

Seção VI
Da Elevação de Comarca

Art. 20. Para a elevação de comarca entre entrâncias devem ser observados requisitos relativos à população, eleitorado e demanda, nos seguintes termos:

I - da entrância inicial para a intermediária:

a) população mínima de 30.000 (trinta mil) habitantes; eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população; e média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da elevação, igual ou superior a 1.300 (um mil e trezentos) feitos; ou

b) população mínima de 40.000 (quarenta mil) habitantes; eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população; e média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da elevação, igual ou superior a 1.200 (um mil e duzentos) feitos; ou

c) população mínima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes; eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população; e média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da elevação, igual ou superior a 1.100 (um mil e cem) feitos;

II - da entrância intermediária para a final: população mínima de 200.000 (duzentos mil) habitantes e eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população; ou média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da elevação, igual ou superior a 8.000 (oito mil) feitos.

Parágrafo único. Aos juízes das unidades judiciárias que forem elevadas será assegurado o direito de permanecerem nas respectivas funções até serem removidos ou promovidos, fazendo jus à percepção da diferença de subsídios.

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

CAPÍTULO I
DOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

Art. 21. São órgãos do Poder Judiciário:
I - o Tribunal de Justiça;
II - as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e da Fazenda Pública;
III -os Tribunais do Júri;
IV - os Juizados Especiais Cíveis, Criminais, Cíveis e Criminais, e da Fazenda Pública;
V - os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
VI - a Auditoria Militar;
VII -os Juízes de Direito;
VIII -os Juízes de Direito Substitutos;
IX - a Justiça de Paz;
X- outros órgãos criados por lei.

§ 1º Os órgãos judiciários são independentes em seus desempenhos, ressalvada a estrutura recursal e observado o sistema de relações entre os poderes estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

CAPÍTULO II
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 22. A Justiça Estadual em segundo grau é constituída pelo Tribunal de Justiça.

Art. 23. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará, compõe-se de 43 (quarenta e três) desembargadores, nomeados na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

§ 1° O Tribunal de Justiça terá sua estrutura administrativa definida em lei específica, no seu regimento interno e nas resoluções que vier a editar.

§ 2° O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, a fim de ampliar o acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

§ 3° Ao Tribunal de Justiça é atribuído o tratamento de "egrégio Tribunal" e a seus membros o de "Excelência", com o título de desembargadores, os quais conservarão, bem assim as honras correspondentes, mesmo após a aposentadoria.

Art. 24. Compete ao Tribunal de Justiça:
I - eleger seus órgãos diretivos e elaborar seu regimento interno, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a composição e as atribuições de seus órgãos, o processo e o julgamento dos feitos de sua competência e a disciplina dos seus serviços;
II - organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correcional respectiva;
III - prover, na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual, os cargos necessários à administração da justiça;
IV - aposentar e conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhe forem imediatamente vinculados;

V - encaminhar as propostas orçamentárias do Poder Judiciário Estadual ao Poder Executivo;

VI - solicitar, quando cabível, a intervenção federal no Estado, nas hipóteses de sua competência;

VII - propor ao Poder Legislativo, mediante projeto de lei, observadas as Constituições Federal e Estadual:

a) a alteração da organização judiciária, ressalvado o disposto no art. 42, § 1°, desta Lei;

b) a alteração do número de seus membros;

c) a criação e a extinção de cargos de juiz e de serviços auxiliares da justiça;

d) a fixação da remuneração dos magistrados, dos servidores, dos serviços auxiliares da justiça e dos juízes de paz;

e) a alteração dos valores, forma de cálculo e de recolhimento das despesas dos processos judiciais e das custas extrajudiciais e emolumentos.

Art. 25. Compete, ainda, ao Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns e de responsabilidade, o Vice-Governador, os deputados estaduais, os juízes estaduais, os membros do Ministério Público, os membros da Defensoria Pública, os prefeitos, o Comandante-Geral da Polícia Militar e o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

b) os mandados de segurança e os habeas data contra atos do Governador do Estado, da Mesa e Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, dos secretários de Estado, do Tribunal de Contas do Estado ou de algum de seus órgãos, do Procurador-Geral de Justiça, no exercício de suas atribuições administrativas, ou na qualidade de presidente dos órgãos colegiados do Ministério Público, do Procurador-Geral do Estado, do Chefe da Casa Militar, do Chefe do Gabinete do Governador, do Controlador e do Ouvidor-Geral do Estado, do Defensor Público Geral do Estado, do Comandante-Geral da Polícia Militar e do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar;

c) os mandados de injunção contra omissão das autoridades referidas na alínea anterior;

d) os *habeas corpus* nos processos, cujos recursos forem de sua competência, ou quando o coator ou paciente for autoridade diretamente sujeita à sua jurisdição;

e) as ações rescisórias de seus julgados e as revisões criminais nos processos de sua competência;

f) as ações diretas de inconstitucionalidade, nos termos do art. 128 da Constituição Estadual;

g) as representações para intervenção em municípios;

h) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuição para a prática de atos processuais;

i) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

j) matérias disciplinares relativas aos magistrados;

II - julgar, em grau de recurso, as causas não atribuídas à competência dos órgãos recursais dos juizados especiais;

III- velar pelo exercício da atividade correicional respectiva;

IV- dar posse aos juízes de direito substitutos, organizar e rever, anualmente, a lista de antiguidade dos magistrados por classe e entrância, conhecendo das reclamações, para fins de promoção e acesso ao Tribunal de Justiça;

V- decidir sobre remoção e permuta de magistrados e organizar lista tríplice dos juízes, para fins de promoção e acesso por merecimento, bem como decidir sobre a promoção e acesso por antiguidade;

VI- eleger:

a) os membros do Órgão Especial e seus respectivos suplentes, dando-lhes posse na mesma sessão;

b) os membros do Conselho da Magistratura e respectivos suplentes;

c) os desembargadores e os juízes efetivos e substitutos do Tribunal Regional Eleitoral, apreciando a recondução, dentre os inscritos na classe dos magistrados do Estado;

VII- aprovar a indicação dos juízes para fins de substituição e auxílio à Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e ao Tribunal;

VIII- conceder licença e férias ao Presidente do Tribunal e autorizar seu afastamento, quando o prazo for superior a 15 (quinze) dias;

IX- solicitar, quando cabível, a intervenção federal no Estado, por intermédio do Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição da República;

X- homologar os concursos públicos para provimento de cargos na estrutura do Poder Judiciário;

XI- deliberar:

a) indicação de juiz de direito substituto ao cargo de juiz de direito, na forma da legislação pertinente;

b) perda do cargo de juiz de direito substituto, por maioria absoluta dos membros, na hipótese prevista no inciso I, do art. 95, da Constituição Federal;

c) pedido do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará com vistas à concessão de afastamento de magistrados e de servidores para a prestação de serviço exclusivamente à Justiça Eleitoral;

d) liberação de magistrados e servidores para frequentar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento;

XII- deliberar sobre remoção, disponibilidade e aposentadoria de magistrados, quando por interesse público, em decisão por voto da maioria absoluta dos membros efetivos;

XIII- formar:

a) listas tríplices para o preenchimento das vagas do Tribunal de Justiça reservadas aos juízes, advogados e membros do Ministério Público;

b) lista a ser encaminhada à Presidência da República para a nomeação de advogados que integrarão o Tribunal Regional Eleitoral;

XIV- exercer as demais funções que lhe forem atribuídas por lei.

Seção I
Dos Órgãos Julgadores

Art. 26. O Tribunal de Justiça tem como órgãos julgadores: o Tribunal Pleno, o Órgão Especial, a Seção de Direito Público, a Seção de Direito Privado, a Seção Criminal, as Câmaras de Direito Público, as Câmaras de Direito Privado e as Câmaras Criminais.

Art. 27. O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos membros da Corte, sendo presidido pelo Presidente do Tribunal e, nos seus impedimentos, sucessivamente, pelo Vice-Presidente ou pelo desembargador mais antigo.

Art. 28. O Órgão Especial é composto por 19 (dezenove) desembargadores, escolhidos na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica da Magistratura Nacional e no

Regimento Interno do Tribunal de Justiça, e exercerá atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do Tribunal Pleno.

Art. 29. As Seções de Direito Público, de Direito Privado e Criminal são formadas, respectivamente, pelos integrantes das Câmaras de Direito Público, de Direito Privado e Criminais.

Art. 30. Cada Câmara será composta por 4 (quatro) Desembargadores, sendo os julgamentos tomados pelo voto de 3 (três) deles.

Art. 31. A composição, a organização e o funcionamento dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça serão disciplinados no seu regimento.

Seção II
Dos Órgãos Diretivos

Subseção I
Das Disposições Preliminares

Art. 32. O Tribunal de Justiça é dirigido pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelo Corregedor-Geral da Justiça.

Art. 33. O Tribunal de Justiça, pela maioria absoluta dos membros efetivos, por votação secreta, elegerá, dentre os desembargadores, os titulares dos cargos de direção, com mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição.

Parágrafo único. São considerados inelegíveis os desembargadores que tenham exercido quaisquer dos cargos de direção, por período de 4 (quatro) anos, ou o cargo de Presidente do Tribunal, até que se esgotem todos os nomes.

Art. 34. Considerar-se-á eleito, para cada cargo de direção, o desembargador que obtiver a maioria absoluta dos votos dos membros efetivos do Tribunal.

§ 1º Computados os votos, se nenhum desembargador alcançar a maioria absoluta, será realizado novo escrutínio, concorrendo apenas os 2 (dois) desembargadores mais votados para cada cargo de direção, no primeiro escrutínio.

§ 2º No segundo escrutínio, será eleito aquele que obtiver a maioria dos votos.

§ 3º No caso de empate, por ocasião do segundo escrutínio, considerar-se-á eleito o mais antigo no Tribunal.

§ 4º Persistindo o empate, considerar-se-á eleito o mais antigo na carreira e, seguidamente, ainda em caso de empate, o mais idoso.

§ 5º Será adotada, para eleição de cada um dos cargos diretivos do Tribunal, cédula única na qual serão incluídos, na ordem decrescente de antiguidade, os nomes dos desembargadores que se tenham habilitado previamente.

Art. 35. A eleição ocorrerá, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término do mandato e com ela terá início o processo de transição, a ser encerrado com as respectivas posses.

Art. 36. Vagando os cargos de Presidente do Tribunal, de Vice-Presidente ou de Corregedor-Geral da Justiça, no curso do primeiro ano de mandato, proceder-se-á, dentro de 25 (vinte e cinco) dias, à eleição do sucessor para o tempo restante, ressalvando-se que aquele que for eleito Presidente do Tribunal não poderá ser reconduzido para o período subsequente.

§ 1º Vagando os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente do Tribunal, com menos de 12 (doze) meses para o término do mandato, a substituição, durante o período que restar, far-se-á do Presidente pelo Vice-Presidente do Tribunal, e deste pelo desembargador mais antigo, sendo que, nessa hipótese, não haverá óbice a que o substituto concorra à próxima eleição.

§ 2º Vagando o cargo de Corregedor, com menos de 12 (doze) meses para o término do mandato, realizar-se-á nova eleição, ressalvando-se que o eleito exercerá a função pelo período remanescente do mandato, não lhe sendo impedido concorrer no pleito imediatamente posterior.

Subseção II
Da Presidência

Art. 37. Ao Presidente do Tribunal de Justiça, além das atribuições de representar o Poder Judiciário em suas relações com os demais Poderes e de superintender todo o serviço da justiça, incumbe o desempenho das competências estabelecidas em lei específica que trata da organização administrativa do Poder Judiciário e no regimento interno, bem assim:

I - votar no Tribunal Pleno e no Órgão Especial nos pedidos de intervenção da União Federal no Estado e deste nos municípios, em processos de *habeas corpus*, nas ações diretas de inconstitucionalidade, nas ações declaratórias de constitucionalidade, bem como nos incidentes de inconstitucionalidade das leis ou atos normativos, proferindo voto de qualidade nos demais casos quando ocorrer empate, e a solução não estiver de outro modo regulada;

II - suspender a execução de liminar ou de sentença, nos casos previstos na Legislação Federal;

III- relatar e votar, perante o órgão julgador competente, o recurso contra decisão que tenha proferido em causas de sua competência, nos casos em que não tenha havido exercício de retratação;

IV -processar e ordenar o pagamento das requisições judiciais resultantes de sentenças proferidas contra a Fazenda Pública, segundo atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Subseção III
Da Vice-Presidência

Art. 38. Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente do Tribunal no exercício de suas atribuições, substituindo-o nas ausências, férias, licenças, suspeições e impedimentos, com a mesma posição hierárquica, bem como:

I - relatar exceção de suspeição não reconhecida, oposta ao Presidente do Tribunal;

II - presidir a distribuição dos processos no Tribunal, bem como assinar as atas e livros respectivos, organizados e guarnecidos pela Secretaria Judiciária;

III - deliberar acerca de pedido de desistência de ação, incidente ou recurso nos feitos ainda não distribuídos;

IV - despachar, nos termos das leis processuais vigentes, os recursos interpostos de decisões do Tribunal para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça, apreciando-lhes a admissibilidade;

V- apreciar, nos termos das leis processuais vigentes, os pedidos de concessão de efeito suspensivo aos recursos interpostos de decisões do Tribunal para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça;

VI - superintender o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP, que funcionará vinculado à Vice-Presidência, ao qual compete, dentre outras atribuições, a de uniformizar o gerenciamento dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da repercussão geral, de

julgamentos de casos repetitivos e de incidentes de assunção de competência, previstos na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

VII - ordenar a restauração de autos de processos administrativos, quando desaparecidos no Tribunal de Justiça.

Subseção IV
Da Corregedoria-Geral da Justiça

Art. 39. A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação dos juízes de primeiro grau, dos juízes de paz, dos servidores e dos serviços notariais e de registro, será dirigida por um desembargador, denominado Corregedor-Geral.

Parágrafo único. A Corregedoria elaborará seu regimento interno, que será submetido à aprovação do Tribunal Pleno, do qual constarão as atribuições do Corregedor-Geral, dos juízes corregedores auxiliares e de seus demais órgãos.

Art. 40. O Corregedor-Geral da Justiça será auxiliado em suas atividades por juízes de primeiro grau, na proporção de 1 (um) para cada 100 (cem) juízes efetivos em exercício no Estado, submetendo-se a referendo do Conselho Nacional de Justiça as convocações que, eventualmente, excederem a 6 (seis).

Art. 41. São ações próprias da Corregedoria-Geral da Justiça:

I - orientar e fiscalizar os serviços judiciais e extrajudiciais em todo o Estado;

II - avaliar o desempenho dos juízes em estágio probatório para o fim de vitaliciamento;

III - fiscalizar as secretarias das unidades judiciais de primeiro grau e as serventias extrajudiciais;

IV - realizar correições e inspeções em comarcas, varas e serventias;

V - editar atos normativos para:

a) instruir autoridades judiciais, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores;

b) evitar irregularidades;

c) corrigir erros e coibir abusos com ou sem cominação de pena;

VI - realizar sindicâncias e propor a abertura de processos administrativos disciplinares;

VII - aplicar as penas disciplinares cominadas aos ilícitos administrativos praticados por seus servidores;

VIII - responder a consultas a respeito do correto funcionamento do Poder Judiciário de primeiro grau e das serventias extrajudiciais.

CAPÍTULO III
DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU

Seção Única
Da Composição

Art. 42. A Justiça de primeiro grau é composta pelos seguintes órgãos:

I - Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e da Fazenda Pública;

II - Tribunais do Júri;

III- Juizados Especiais Cíveis, Criminais, Cíveis e Criminais, e da Fazenda Pública;

IV - Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

V - Auditoria Militar;

VI- Juízes de Direito;

VII - Juízes de Direito Substitutos;

VIII - Justiça de Paz.

§ 1º O Tribunal de Justiça, por sua composição plenária, com a aprovação por 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante resolução, poderá alterar a competência dos órgãos previstos neste artigo, bem como a sua denominação, e ainda determinar a redistribuição dos feitos neles em curso, sem aumento de despesa, sempre que necessário para racionalizar a adequada prestação jurisdicional.

§ 2º A criação de novas varas ou juizados dependerá da existência de cargos de servidores correspondentes à lotação paradigma do juízo, a ser estimada de acordo com as normas específicas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça, observados, tanto quanto possível, os parâmetros aplicáveis a unidades similares.

CAPÍTULO IV
DA COMARCA DE FORTALEZA

Seção I
Dos Órgãos Colegiados

Subseção I
Das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e Da Fazenda Pública

Art. 43. As Turmas Recursais serão em número de 3 (três), sendo 2 (duas) Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e 1 (uma) Turma Recursal do Juizado Especial da Fazenda Pública, cada uma delas com 3 (três) membros titulares, todas sediadas na Comarca de Fortaleza, com jurisdição e competência em todo o território do Estado.

§ 1º As Turmas Recursais serão presididas, em regime de rodízio, por um de seus membros, com mandato de 2 (dois) anos, iniciando pelo membro mais antigo, sem recondução até que se esgote a ordem de antiguidade de seus integrantes.

§ 2º O Presidente será substituído, nos períodos de férias, afastamentos ou impedimentos, pelos demais membros, observada a ordem decrescente de antiguidade no órgão.

§ 3º Compete às Turmas Recursais processar e julgar:

I - o mandado de segurança e o *habeas corpus* contra ato de Juiz de Direito dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais, Cíveis e Criminais, e contra seus próprios atos;

II - os recursos interpostos contra sentenças dos Juizados Especiais Cíveis; Criminais; Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública;

III - os embargos de declaração opostos a seus acórdãos;

IV - as homologações de desistência e transação, nos feitos que se achem em pauta;

V - agravo de instrumento interposto contra decisões cautelares ou antecipatórias proferidas nos Juizados Especiais da Fazenda Pública;

VI - conflito de competência entre juízes de Juizados Especiais.

§ 4º Compete ao Presidente de cada Turma Recursal exercer juízo de admissibilidade em recursos interpostos às suas decisões ou acórdãos, bem como prestar as informações que lhe forem requisitadas.

§ 5º Os Juízes das Turmas Recursais serão substituídos em suas faltas, afastamentos, férias, licenças, ausências e impedimentos nos termos de resolução aprovada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça que regulamente a matéria.

§ 6º O Tribunal de Justiça, por seu Órgão Especial, poderá constituir, mediante resolução, tantas Turmas Recursais quantas forem necessárias à prestação jurisdicional, em caráter temporário ou permanente, desde que mediante a destinação de cargos já existentes, sem aumento da despesa.

Subseção II
Do Tribunal do Júri

Art. 44. O Tribunal do Júri funcionará em cada comarca, obedecidas, na sua composição e funcionamento, as normas estabelecidas em lei.

Parágrafo único. Nas Comarcas de Fortaleza e do interior, as sessões do Tribunal do Júri poderão ser realizadas durante todo o ano.

Art. 45. O alistamento de jurados será feito de acordo com os quantitativos mínimos estabelecidos pela legislação federal, devendo a lista geral, com a indicação das respectivas profissões, ser publicada até o dia 10 de outubro de cada ano, através do Diário da Justiça e de editais afixados à porta do Tribunal do Júri.

§ 1º A lista poderá ser alterada, de ofício ou mediante reclamação de qualquer do povo ao juiz presidente até o dia 10 de novembro, data de sua publicação definitiva.

§ 2º O jurado que tiver integrado o Conselho de Sentença nos 12 (doze) meses que antecederem à publicação da lista geral fica dela excluído.

§ 3º Anualmente, a lista geral de jurados será, obrigatoriamente, completada.

§ 4º O sorteio será realizado entre o 15º (décimo quinto) e o 10º (décimo) dia útil antecedente à instalação da reunião, sob a presidência do juiz, a portas abertas, cabendo-lhe retirar as cédulas até completar o número de 25 (vinte e cinco) jurados, para a reunião periódica ou extraordinária.

Subseção III
Da Auditoria Militar

Art. 46. A Justiça Militar Estadual, em primeiro grau, é composta por um colegiado denominado Auditoria Militar, formado por um Juiz de Direito que o presidirá, e pelos Conselhos de Justiça Militar, com jurisdição em todo o Estado.

Art. 47. Em segundo grau, as funções afetas à Justiça Militar serão exercidas pelo Tribunal de Justiça.

Art. 48. Na composição dos Conselhos de Justiça Militar, observar-se-á, no que couber, o disposto na legislação da Justiça Militar da União.

Art. 49. Compete à Justiça Militar do Estado processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares por crimes militares definidos em lei, bem como as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do Tribunal do Júri quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal de Justiça decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

Parágrafo único. Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.

Seção II
Dos Órgãos Singulares

Subseção Única
Da Especialização

Art. 50. Na Comarca de Fortaleza, a jurisdição será exercida de acordo com as atribuições e competências definidas nesta Lei e nas normas pertinentes editadas pelo Tribunal de Justiça, nos termos do art. 42, § 1°, contemplando as seguintes especialidades:

I - 26 (vinte e seis) Varas Cíveis Comuns;
II - 13 (treze) Varas Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa;
III - 2 (duas) Varas de Recuperação de Empresas e Falências;
IV - 18 (dezoito) Varas de Família;
V - 5 (cinco) Varas de Sucessões;
VI -11 (onze) Varas da Fazenda Pública;
VII - 2 (duas) Varas de Registros Públicos;
VIII - 18 (dezoito) Varas Criminais, uma das quais privativa de Audiências de Custódia;
IX - 5 (cinco) Varas do Júri;
X - 1 (uma) Vara da Auditoria Militar;
XI - 4 (quatro) Varas de Delitos de Tráfico de Drogas;
XII -3 (três) Varas de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios;
XIII - 1 (uma) Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas;
XIV - 6 (seis) Varas de Execução Fiscal e de Crimes contra a Ordem Tributária;
XV - 5 (cinco) Varas da Infância e da Juventude;
XVI - 20 (vinte) Juizados Especiais Cíveis;
XVII - 4 (quatro) Juizados Especiais Criminais;
XVIII - 4 (quatro) Juizados Especiais da Fazenda Pública;
XIX - 1 (um) Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
XX - 2 (duas) Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;
XXI - 1 (uma) Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública;
XXII – 36 (trinta e seis) Juizados Auxiliares, assim divididos:

a) 5 (cinco) Juizados Auxiliares Privativos das Varas do Júri;

b) 1 (um) Juizado Auxiliar Privativo do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

c) 2 (dois) Juizados Auxiliares Privativos das Varas da Infância e Juventude, para o atendimento das atribuições previstas nos parágrafos únicos, dos arts. 67 e 69 desta Lei;

d) 1 (um) Juizado Auxiliar Privativo da 17ª Vara Criminal – Vara Única Privativa de Audiências de Custódia;

e) 1 (um) Juizado Auxiliar Privativo das Varas de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios, para o atendimento das atribuições previstas no art. 62, parágrafo único, desta Lei;

f) 7 (sete) Juizados Auxiliares das Varas Cíveis Comuns; Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa; Recuperação de Empresas e Falências; e Registros Públicos;

g) 6 (seis) Juizados Auxiliares das Varas Criminais; de Delitos de Tráfico de Drogas; de Penas Alternativas e da Auditoria Militar;

h) 5 (cinco) Juizados Auxiliares das Unidades dos Juizados Especiais Cíveis; Juizados Especiais Criminais; Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

i) 4 (quatro) Juizados Auxiliares das Varas de Família; Sucessões; e Infância e Juventude;

j) 2 (dois) Juizados Auxiliares das Varas da Fazenda Pública; dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e da Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública;

k) 2 (dois) Juizados Auxiliares das Varas de Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária.

Art. 51. Na Comarca de Fortaleza, as atribuições dos Juízes de Direito serão exercidas mediante distribuição, respeitadas as especialidades de cada juízo.

Parágrafo único. As cartas precatórias serão cumpridas pelos diversos juízos, por distribuição, observadas suas competências e especialidades.

Seção III
Da Jurisdição Cível

Subseção I
Dos Juízes de Direito das Varas Cíveis Comuns e das Varas Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa

Art. 52. Aos Juízes de Direito das Varas Cíveis Comuns e das Especializadas nas Demandas em Massa compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas nas leis processuais civis e em resoluções editadas pelo Tribunal de Justiça, não privativas de outro Juízo.

Parágrafo único. As classes processuais e assuntos abrangidos pela competência das Varas Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa serão definidos por resolução do Tribunal de Justiça e poderão ser revistos nos casos de acentuada redução do volume de casos novos afetos a grupos específicos de unidades, aferida com base no último triênio.

Subseção II
Dos Juízes de Direito das Varas de Recuperação de Empresas e Falências

Art. 53. Aos Juízes de Direito das Varas de Recuperação de Empresas e Falências compete, por distribuição, processar e julgar:

I -as recuperações judiciais e as falências;

II - os feitos que, por força de lei, devam ter curso no juízo da recuperação judicial ou da falência, inclusive os crimes de natureza falimentar;

III - as causas, inclusive penais, nas quais as instituições financeiras, em regime de liquidação extrajudicial, figurem como partes, vítimas ou interessadas;

IV - as execuções por quantia certa contra devedor insolvente, inclusive o pedido de declaração de insolvência.

Subseção III
Dos Juízes de Direito das Varas de Família

Art. 54. Aos Juízes das Varas de Família compete, por distribuição:

I - processar e julgar:

a) as ações de nulidade e de anulação de casamento, as de família (previstas no art. 693, do Código de Processo Civil), e as demais relativas ao estado e à capacidade da pessoa;

b) as ações de investigação de paternidade, cumuladas ou não com as de petição de herança;

c) as ações de alimentos, inclusive quanto à revisão e exoneração do encargo, e as de posse e guarda de filhos menores, ressalvada a competência específica das Varas da Infância e da Juventude;

d) as ações sobre suspensão e extinção do poder familiar e as de emancipação, ressalvada a competência das Varas da Infância e da Juventude;

e) as ações concernentes ao regime de bens do casamento e as doações antenupciais;

f) as ações relativas à interdição e atos decorrentes, como nomeação de curadores e administradores provisórios, levantamento de interdição, suprimento de consentimento, tomada de contas, especialização de hipoteca legal, remoção e destituição de curadores;

II - suprir o consentimento do cônjuge e dos pais ou tutores, para o casamento dos filhos ou tutelados, sob sua jurisdição;

III - julgar as habilitações de casamento civil nas hipóteses em que houver impugnação do oficial de Registro Civil, do Ministério Público ou de terceiro, na forma prevista no parágrafo único, do art. 1.526, do Código Civil;

IV - presidir a celebração de casamento civil, sem prejuízo da atuação de juiz de paz, onde houver, ou de autoridade investida de competência para tanto, por ato da Presidência do Tribunal de Justiça.

Subseção IV
Dos Juízes de Direito das Varas de Sucessões

Art. 55. Aos Juízes das Varas de Sucessões compete, por distribuição:

I - processar e julgar:

a) inventários e partilhas ou arrolamentos, ressalvado o previsto na Lei nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007, quanto à realização de tais procedimentos por via administrativa;

b) ações concernentes à sucessão *causa mortis*, salvo as de petição de herança, quando cumuladas com as de investigação de paternidade;

c) ações de nulidade e de anulação de testamento e as pertinentes à sua execução;

d) as ações que envolvam bens vagos ou de ausentes e a herança jacente, salvo as ações diretas contra a Fazenda Pública;

II - determinar a abertura de testamento e codicilos e decidir sobre a aprovação dos testamentos particulares, ordenando ou não o registro, inscrição e cumprimento deles e dos testamentos públicos.

Subseção V
Dos Juízes de Direito das Varas da Fazenda Pública

Art. 56. Aos Juízes de Direito das Varas da Fazenda Pública compete, por distribuição:

I - processar e julgar com jurisdição em todo o território do Estado:

a) as causas em que o Estado do Ceará, o Município de Fortaleza, as suas respectivas autarquias, fundações e empresas públicas, forem interessados, como autores, réus, assistentes ou oponentes, excetuadas as de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, as recuperações judiciais e falências, as sujeitas à Justiça do Trabalho e à Justiça Eleitoral, bem como as definidas nas alíneas "e" e "f", do inciso I, do art. 102, da Constituição Federal;

b) os mandados de segurança contra atos das autoridades estaduais, municipais, autárquicas ou pessoas naturais ou jurídicas que exerçam funções delegadas do Poder Público, no que se entender com essas funções, ressalvada a competência originária do Tribunal de Justiça e de seus

órgãos em relação à categoria da autoridade apontada como coatora, bem como a competência dos Juízes de Direito das comarcas do interior onde a autoridade impetrada tiver sua sede;

c) as medidas cautelares nos feitos de sua competência;

II - dar cumprimento às precatórias em que haja interesse do Estado do Ceará ou do Município de Fortaleza, suas autarquias, fundações e empresas públicas, salvo se elas tiverem de ser cumpridas em comarcas do interior do Estado.

§ 1º Os atos e diligências dos Juízes das Varas da Fazenda Pública poderão ser praticados em qualquer comarca do interior do Estado pelos juízes locais ou seus auxiliares, mediante a exibição de ofício ou mandado em forma regular.

§ 2º É competente o foro da situação da coisa, nos casos definidos nas letras "a" e "c" do inciso I deste artigo, caso se cuide de ação fundada em direito real sobre imóveis.

Subseção VI
Dos Juízes de Direito das Varas de Registros Públicos

Art. 57. Aos Juízes de Direito das Varas de Registros Públicos compete, por distribuição:

I - processar e julgar:

a) as causas que se refiram, com exclusividade, à alteração ou desconstituição dos registros públicos;

b) as impugnações a loteamento de imóveis, realizadas na conformidade do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937 e da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, bem como as incorporações imobiliárias, no termos da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964;

c) as causas relativas a bem de família;

II - responder a consultas e decidir dúvidas levantadas pelos notários e oficiais do registro público, salvo nos casos de execução de sentença proferida por outro juiz;

III - processar protestos, notificações, interpelações, vistorias e outras medidas que sirvam como documentos para a juntada em processos de sua competência;

IV - dirimir as dúvidas suscitadas entre a sociedade anônima e o acionista ou qualquer interessado, a respeito das averbações, anotações, lançamentos ou transferências de ações nos livros próprios das referidas sociedades anônimas, com exceção das questões atinentes à substância do direito.

Parágrafo único. Na forma prevista nos arts. 212 e 213, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a retificação de registro de imóvel que contenha omissão, imprecisão ou não exprima a verdade poderá ser feita na via administrativa ou judicial, ressalvando-se que a opção por aquela não exclui a prestação jurisdicional, a requerimento da parte prejudicada.

Seção IV
Da Jurisdição Criminal

Subseção I
Dos Juízes de Direito das Varas Criminais

Art. 58. Compete aos Juízes de Direito das Varas Criminais exercer, por distribuição, as atribuições definidas nas leis processuais penais, não privativas de outros juízos.

§ 1º Ao Juiz de Direito da 12ª Vara Criminal compete, com exclusividade, processar e julgar os crimes praticados contra a criança e o adolescente, ressalvada a competência das Varas do Júri e dos Juizados Especiais Criminais.

§ 2º Ao Juiz de Direito da 17ª Vara Criminal compete exercer, em caráter privativo e exclusivo no âmbito da jurisdição da Comarca de Fortaleza, as atribuições relativas à realização das audiências de custódia, devendo ser a ele apresentadas, sem demora, todas as pessoas presas em flagrante delito, observado o regulamento próprio a ser editado pelo Tribunal de Justiça e ressalvada a competência do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

§ 3º Ao Juiz de Direito da 18ª Vara Criminal compete, privativamente, processar e julgar, com jurisdição na Comarca de Fortaleza, as ações penais pela prática de crimes ambientais, definidos em legislação federal.

Subseção II
Dos Juízes de Direito das Varas do Júri

Art. 59. Aos Juízes de Direito das Varas do Júri compete, por distribuição:
I - processar as ações dos crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados;
II - prolatar sentença de pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária;
III - lavrar sentença condenatória ou absolutória na forma da lei;
IV - presidir o Tribunal do Júri;
V - promover o alistamento anual dos jurados e a sua revisão.

Subseção III
Do Juiz de Direito da Vara da Auditoria Militar

Art. 60. Ao Juiz de Direito da Vara da Auditoria Militar compete:
I – presidir o Conselho da Justiça Militar, nos processos da alçada da Justiça Militar Estadual;
II – processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do Tribunal do Júri;
III - praticar, em geral, os atos de jurisdição criminal regulados pelo Código de Processo Penal Militar, não atribuídos expressamente a jurisdição diversa.

Subseção IV
Dos Juízes de Direito das Varas de Delitos de Tráfico de Drogas

Art. 61. Aos Juízes de Direito das Varas de Delitos de Tráfico de Drogas compete, por distribuição, o processo e julgamento dos delitos de tráfico de drogas, assim definidos em legislação federal.

Subseção V
Dos Juízes de Direito das Varas de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios

Art. 62. Aos Juízes de Direito das Varas de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios, ressalvada a competência da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, compete:
I - executar as sentenças condenatórias, inclusive as proferidas pelos juízes das comarcas do interior, quando a pena tenha de ser cumprida em estabelecimento prisional localizado na Região Metropolitana de Fortaleza;
II - aplicar aos casos julgados a lei posterior que, de qualquer modo, favoreça o condenado;
III - declarar extinta a punibilidade;

IV - conhecer e decidir sobre:

a) soma ou unificação de penas;

b) progressão ou regressão de regime;

c) detração, remissão ou reajuste de pena, no caso de sua comutação;

d) suspensão condicional da pena;

e) livramento condicional;

f) incidentes da execução;

V - expedir alvará de soltura em favor de réus que tenham cumprido a pena;

VI - inspecionar, permanentemente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promover, quando for o caso, a apuração de responsabilidade, comunicando, outrossim, ao Corregedor-Geral da Justiça e ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, as irregularidades e deficiências da respectiva administração;

VII - interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei;

VIII - processar e julgar os pedidos de *habeas corpus*, ressalvada, entretanto, a competência do Juiz da Vara que esteja prevento em razão de anterior distribuição de inquérito policial, procedimento criminal de qualquer natureza ou ação criminal;

IX - autorizar o ingresso e a saída de presos nas unidades sob sua jurisdição, tanto os oriundos da Capital quanto os do interior do Estado, obedecidas as cautelas legais;

X - zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança;

XI - autorizar saídas temporárias;

XII - determinar:

a) a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos;

b) a aplicação da medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança;

c) a revogação da medida de segurança;

d) a desinternação e o restabelecimento da situação anterior;

e) o cumprimento da pena ou medida de segurança em outra comarca;

f) a remoção do condenado na hipótese prevista na Lei de Execução Penal.

Parágrafo único. Ao Juízo da Vara de Execuções Penais ao qual for cometido, mediante sistema de rodízio anual, o desempenho das atribuições afetas à Corregedoria dos Presídios, será assegurada, durante o período respectivo, a atuação do Juiz de Direito do Juizado Auxiliar de que trata o art. 50, inciso XXII, alínea "e", desta Lei.

Subseção VI
Do Juiz de Direito da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas

Art. 63. Ao Juiz de Direito da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas compete:

I - promover a execução e fiscalização das penas restritivas de direitos e medidas alternativas, inclusive da suspensão condicional do processo, e decidir sobre os respectivos incidentes, bem assim, das penas e medidas alternativas impostas a réus residentes na Comarca de Fortaleza, ainda que processados e julgados em outras comarcas;

II- designar a entidade ou o programa comunitário, o local, dia e horário para o cumprimento da pena ou medida alternativa, bem como a forma de fiscalização;

III- acompanhar pessoalmente, quando necessário, a execução dos trabalhos;

IV- declarar extinta a pena ou cumprida a medida.

Seção V
Da Jurisdição Especial

Subseção I
Dos Juízes de Direito das Varas de Execução Fiscal e de Crimes Contra a Ordem Tributária

Art. 64. Aos Juízes de Direito das Varas de Execução Fiscal e de Crimes contra a Ordem Tributária compete, por distribuição, processar e julgar:

I - as execuções fiscais ajuizadas pelo Estado do Ceará, pelo Município de Fortaleza, e por suas respectivas entidades autárquicas, contra devedores residentes e domiciliados na Capital, observando-se a legislação processual específica;

II - as ações decorrentes das execuções fiscais, como mandados de segurança, repetição do indébito, anulatória do ato declaratório da dívida, ação cautelar fiscal, dentre outras;

III - as ações penais e demais incidentes quanto aos crimes contra a ordem tributária.

Parágrafo único. Os atos e diligências dos Juízes de Direito das Varas de Execução Fiscal e de Crimes contra a Ordem Tributária poderão ser praticados em qualquer comarca do interior do Estado, pelos juízes locais ou seus auxiliares, mediante a exibição de ofício ou mandado em forma regular.

Subseção II
Dos Juízes de Direito das Varas da Infância e da Juventude

Art. 65. Compete aos Juízes das Varas de Direito da Infância e Juventude o exercício das atribuições constantes da legislação especial de proteção integral à criança e ao adolescente, assegurando-lhes, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 66. Aos Juízes de Direito das Varas da Infância e da Juventude compete, observadas as normas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação complementar, processar e julgar, mediante distribuição:

I - as ações de destituição do poder familiar e de adoção quando tratarem de interesse de criança ou adolescente institucionalizados;

II - as ações cíveis fundadas em interesse individual, difuso ou coletivo afetos à criança e ao adolescente;

III - as ações e medidas de colocação em família substituta;

IV - as ações por ato infracional atribuído a adolescente;

V - os pedidos de autorização de viagem.

Art. 67. Compete, privativamente, ao Juiz de Direito da 3ª Vara da Infância e Juventude processar e julgar as ações de natureza cível, especialmente:

I - os pedidos de guarda e tutela e demais ações previstas nas alíneas "c" a "h", do parágrafo único, do art. 148, do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando a criança ou adolescente se encontrar em uma das situações do art. 98, do mesmo diploma legal;

II - as ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação da tutela ou guarda, quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses do art. 98, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - os requerimentos de adoção e seus incidentes;

IV - o Cadastro Nacional de Adoção, consoante a Resolução nº 54/2008 e as alterações dispostas na Resolução nº 93/2009, ambas do Conselho Nacional de Justiça, além das regulações posteriores pertinentes;

V - as demandas decorrentes de irregularidades em entidades de acolhimento, com exceção das hipóteses relacionadas às unidades de internação e semiliberdade, bem como aplicar as respectivas medidas cabíveis, conforme os arts. 191 a 193, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Ao Juízo da 3ª Vara da Infância será assegurada a atuação do Juiz de Direito do Juizado Auxiliar de que trata o art. 50, inciso XXII, alínea "c", desta Lei.

Art. 68. Compete, privativamente, aos Juízes de Direito da 1ª, 2ª e 4ª Varas da Infância e Juventude processar e julgar, por distribuição, as representações em face do cometimento de atos infracionais, para fins de aplicação de medidas socioeducativas, bem como a aplicação das penalidades administrativas nos casos de infrações às normas de proteção à criança ou adolescente.

Art. 69. Compete, privativamente, ao Juiz de Direito da 5ª Vara da Infância e Juventude:

I - proceder ao atendimento inicial do adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional, conforme o art. 88, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, através do Sistema de Integração Operacional, com a participação obrigatória, perante o magistrado, tanto do Ministério Público como da Defensoria Pública ou defensor constituído, além da presença de equipe interdisciplinar, conhecendo os pedidos de arquivamento, remissão, internação provisória e aplicação de medidas de proteção, e remeter o processo imediatamente para distribuição entre uma das varas especializadas, na hipótese de oferecimento de representação;

II - a execução das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei, segundo o art. 112, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - a apuração de irregularidades em entidades de atendimento de adolescentes privados de liberdade ou em semiliberdade.

Parágrafo único. Ao Juízo da 5ª Vara da Infância será assegurada a atuação do Juiz de Direito do Juizado Auxiliar de que trata o art. 50, inciso XXII, alínea "c", desta Lei, com a finalidade de cuidar do atendimento inicial do adolescente em conflito com a lei.

Art. 70. Os pedidos de autorização administrativa de viagem devem ser apreciados por um dos Juízes de Direito das Varas da Infância e Juventude, indistintamente, com exceção dos casos em que se faz necessário suprimento judicial, os quais são de competência privativa da 3ª Vara da Infância e Juventude.

Art. 71. Compete ao Juiz Coordenador das Varas da Infância e Juventude, de que trata o art. 102, parágrafo único, inciso I, alínea "d", desta Lei, as seguintes funções:

I - atendimento ao público e administrativo;

II - coordenação dos setores extrajudiciais e de apoio às Varas e Juízes da Infância e Juventude;

III - disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará, as situações atinentes às hipóteses delineadas no art. 149, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV - representar o Juizado da Infância e da Juventude em suas relações com os demais componentes do sistema de garantias de direitos.

Subseção III
Dos Juízes de Direito dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais, e da Fazenda Pública

Art. 72. Na Comarca de Fortaleza haverá 20 (vinte) unidades dos Juizados Especiais Cíveis e 4 (quatro) unidades dos Juizados Especiais Criminais, cabendo ao Tribunal de Justiça disciplinar, por resolução, a distribuição das Unidades.

Parágrafo único. As respectivas jurisdições dos Juizados serão definidas em regulamento a ser editado pelo Tribunal de Justiça, o qual poderá criar anexos das unidades, bem como alterar a localização de suas sedes, priorizando as áreas de elevada densidade populacional, para maior comodidade e presteza no atendimento ao jurisdicionado.

Art. 73. Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais Cíveis compete a conciliação, o processo, o julgamento e a execução de causas de menor complexidade, definidas em lei.

Art. 74. Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais Criminais compete a conciliação, o processo, o julgamento e a execução de seus julgados, proferidos em processos relativos a infrações penais de menor potencial ofensivo, nos termos da lei, respeitadas as regras de conexão e continência e ressalvados os casos de competência da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios e da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas.

Art. 75. Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública compete, com exclusividade, mediante distribuição, processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza, suas autarquias, fundações e empresas públicas, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos, nos termos da Lei Federal nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;

II – as causas sobre bens imóveis do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;

III – as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

Subseção IV
Dos Juízes de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Art. 76. Haverá na Comarca de Fortaleza, pelo menos, 1 (uma) Unidade de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Ao Juiz de Direito do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher compete processar, julgar e executar os feitos cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Seção VI
Dos Juizados Auxiliares

Art. 77. Os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares da Comarca de Fortaleza, à exceção dos privativos, atuarão mediante designação do Diretor do Fórum, observadas as respectivas

competências dos juízos nos quais estiverem desempenhando atribuições de auxílio ou respondência, fixadas nesta Lei e nas demais normas expedidas pelo Tribunal de Justiça, valendo-se da estrutura funcional daquelas unidades jurisdicionais.

Parágrafo único. A designação de Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares ocorrerá, prioritariamente, nas hipóteses de vacâncias, licenças médicas por períodos superiores a 30 (trinta) dias, afastamentos para o exercício de funções administrativas ou convocação por Tribunais quanto aos juízes titulares, como também para participar de projetos ou programas que tenham por finalidade reduzir taxas de congestionamento processual em unidades específicas ou cumprir metas do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 78. Para o fim de atender situações excepcionais, de modo a garantir a ininterruptibilidade da prestação jurisdicional, o Juiz Diretor do Fórum da Comarca de Fortaleza poderá designar os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares para que atuem em especialidade diversa daquela a que vinculados.

Art. 79. Os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares Privativos desempenharão atribuições exclusivamente nas unidades a que vinculados, independentemente de designação do Diretor do Fórum, devendo cuidar, por ocasião da elaboração da escala anual, para não programar férias em períodos coincidentes com os do Juiz Titular.

Seção VII
Das Substituições

Art. 80. A substituição dos juízes da Comarca de Fortaleza nos casos de afastamentos, faltas, férias, licenças, impedimentos e suspeições far-se-á da forma a seguir:

I - nas varas especializadas isoladas, os juízes serão substituídos por designação do Diretor do Foro;

II - na hipótese de serem apenas 2 (duas) varas especializadas, compete reciprocamente, a substituição de um titular pelo outro, independentemente de designação, salvo nos casos de afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, quando o substituto será designado pelo Diretor do Foro;

III – nas unidades que contem, em regime de atuação privativa, com Juiz de Direito do Juizado Auxiliar, compete a este a substituição do titular, independentemente de designação e do prazo de afastamento, salvo determinação em contrário da Diretoria do Foro;

IV - quando existirem mais de 2 (duas) varas especializadas, os juízes serão substituídos nos casos de faltas, impedimentos, suspeições e licenças até 30 (trinta) dias, de forma sucessiva e independentemente de designação, da seguinte forma: o Juiz da 1ª Vara será substituído pelo Juiz da 2ª Vara; o da 2ª pelo da 3ª, sendo que o Juiz da última Vara será substituído pelo Juiz da 1ª;

V - Os Juízes dos Juizados Especiais serão substituídos na forma do inciso anterior.

Parágrafo único. Nos casos de faltas ou ausências ocasionais do juiz originalmente competente, a atuação do magistrado em regime de substituição automática deve velar pela ininterruptibilidade da jurisdição, notadamente diante de casos urgentes, nos quais se apresente risco de perecimento do direito e, será precedida de certidão exarada pelo Supervisor da Unidade Judiciária respectiva, a ser acostada aos autos antes da prática de ato pelo substituto, da qual se aviará cópia à Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 81. O critério de substituição, regulado no artigo anterior, poderá ser modificado por motivo de relevante interesse da administração da justiça, competindo ao Diretor do Foro da Capital alterá-lo.

CAPÍTULO V
DAS COMARCAS DO INTERIOR

Seção I
Da Especialização

Art. 82. Nas Comarcas de Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral e Crato, a jurisdição será exercida de acordo com as atribuições e competências definidas nesta Lei e nas normas pertinentes editadas pelo Tribunal de Justiça, nos termos do art. 42, § 1°, contemplando as seguintes especialidades:

I – na Comarca de Caucaia:
a) 3 (três)Varas Cíveis;
b) 2 (duas) Varas de Família e Sucessões;
c) 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude;
d) 3 (três) Varas Criminais;
e) 1 (uma) Vara do Júri; e
f) 2 (dois) Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

II -na Comarca de Juazeiro do Norte:
a) 3 (três)Varas Cíveis;
b) 2 (duas) Varas de Família e Sucessões;
c) 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude;
d) 3 (três) Varas Criminais;
e) 2 (dois) Juizados Especiais Cíveis e Criminais;
f) 1 (um) Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

III – nas Comarcas de Maracanaú e Sobral:
a) 3 (três) Varas Cíveis;
b) 2 (duas) Varas de Família e Sucessões;
c) 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude;
d) 3 (três) Varas Criminais;
e) 1 (um) Juizado Especial Cível e Criminal;

IV - na Comarca do Crato:
a) 2 (duas) Varas Cíveis;
b) 2 (duas) Varas Criminais
c) 1 (uma) Vara de Família e Sucessões;
d) 1 (um) Juizado Especial Cível e Criminal.

Parágrafo único. A definição de competências, inclusive as privativas, entre as unidades judiciárias das comarcas reportadas no *caput* deste artigo será regulamentada em resoluções do Tribunal de Justiça, e deve assegurar, tanto quanto possível, a distribuição equitativa dos casos novos, privilegiando a racionalidade do serviço.

Seção II
Da Competência em Matéria Cível

Art. 83. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, em matéria cível, processar e julgar os feitos de jurisdição contenciosa ou voluntária de natureza cível e os

correlatos processos cautelares e de execução, desde que não privativos de outro Juízo, servindo por distribuição.

Seção III
Da Competência em Matéria Criminal

Art. 84. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, em matéria criminal, processar e julgar as ações penais e seus incidentes, inclusive por crimes falimentares, bem como a execução penal.

Parágrafo único. Nas comarcas dotadas de vara exclusiva do Tribunal do Júri, a competência será a definida no art. 59 desta Lei, observada a respectiva delimitação territorial.

Seção IV
Competência em Matéria de Família e Sucessões

Art. 85. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, em matéria de Direito de Família e Sucessões, aquelas definidas nos arts. 54 e 55 desta Lei, observados os limites territoriais de suas respectivas jurisdições.

Seção V
Da Competência em Matéria da Infância e Juventude

Art. 86. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, em matéria de infância e juventude, processar e julgar as causas definidas nos arts. 148 e 149, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), bem como outras fixadas em legislação específica.

Seção VI
Da Competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

Art. 87. Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais das comarcas do interior do Estado compete, sem prejuízo de outras que venham ser fixadas por resolução do Tribunal de Justiça, a conciliação, o processo, o julgamento e a execução de seus julgados nas causas cíveis de menor complexidade e nas infrações penais de menor potencial ofensivo, nos termos da lei.

Art. 88. No interior do Estado, haverá 18 (dezoito) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais localizadas nas Comarcas de Aquiraz, Aracati, Baturité, Caucaia (2 Unidades), Crateús, Crato, Icó, Iguatu, Itapipoca, Juazeiro do Norte (2 Unidades), Maracanaú, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral, Tauá e Tianguá.

Parágrafo único. Nas comarcas do interior do Estado dotadas de mais de um Juizado Especial Cível e Criminal, a divisão das respectivas jurisdições será feita por resolução a ser editada pelo Tribunal de Justiça.

Seção VII
Da Competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Art. 89. Haverá, na Comarca de Juazeiro do Norte, 1 (uma) Unidade do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

§ 1º Fica o Tribunal de Justiça autorizado a criar, em todas as Zonas Judiciárias, com sede preferencialmente nas cidades com mais de 100.000 (cem mil) habitantes, 1 (uma) Unidade de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

§ 2º Ao Juiz de Direito do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com sede na Comarca de Juazeiro do Norte, compete processar, julgar e executar os feitos cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, abrangendo as jurisdições das Comarcas de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, na forma prevista no art. 6º da Lei nº 14.258, de 4 de dezembro de 2008.

Seção VIII
Da Competência em outras áreas da jurisdição

Art. 90. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, quando investidos na jurisdição federal:

I - processar e julgar as causas mencionadas no § 3°, do art. 109, da Constituição Federal de 1988, bem como as mencionadas nos incisos I, II e III, do art. 15, da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, ressalvada a competência, em caso de recurso, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sediado em Recife;

II - mandar cumprir os atos e diligências da Justiça Federal requeridas pelos Juízes Federais ou Tribunais Regionais Federais, através de ofício ou mandado, quando a comarca não for sede de Juízo Federal.

Seção IX
Das competências comuns e privatividades

Subseção I
Das Comarcas com Vara Única

Art. 91. Nas comarcas com vara única, os juízes terão competência cumulativa sobre todas ações de competência da Justiça Estadual.

Subseção II
Das Comarcas com Duas Varas

Art. 92. A competência dos juízes de direito das comarcas com 2 (duas) varas será exercida com observância das seguintes privatividades:

I - Ao Juiz da 1ª Vara cabe:

a) os processos e as medidas relativas à jurisdição da infância e juventude;

b) os processos de competência do Tribunal do Júri;

c) a execução penal e corregedoria dos presídios;
d) os feitos relativos aos conflitos fundiários;
II - Ao Juiz da 2ª Vara cabe:
a) os processos e julgamento dos crimes da competência do juiz singular;
b) o processo e medidas relativas aos registros públicos.
Parágrafo único. Compete a todos os juízos, por distribuição, e de acordo com suas respectivas competências, o cumprimento das cartas precatórias.

Subseção III
Das Comarcas com Três Varas

Art. 93. A competência dos juízes de direito das comarcas com 3 (três) varas será exercida com observância das seguintes privatividades:
I - Ao Juiz da 1ª Vara cabe:
a) os processos de competência do Tribunal do Júri;
b) a execução penal e corregedoria dos presídios;
c) os feitos relativos aos conflitos fundiários;
II - Ao Juiz da 2ª Vara cabem as ações e medidas relativas aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, onde não houver unidade autônoma instalada;
III - Ao Juiz da 3ª Vara cabe:
a) o processo e medidas relativas à jurisdição da infância e juventude;
b) o processo e medidas relativas aos registros públicos.
§ 1º O julgamento e processo dos crimes de competência do juiz singular competirá, por distribuição, à 2ª e 3ª Varas.
§ 2º As privatividades apontadas na alínea "c", do inciso I, e na alínea "b", do inciso III, serão exercidas pelo Juízo da 2ª Vara, aonde instalada unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.
§ 3º Compete a todos os juízos, por distribuição, e de acordo com suas respectivas competências, o cumprimento das cartas precatórias.

Subseção IV
Das Comarcas com Quatro Varas

Art. 94. A competência dos juízes de direito das comarcas com 4 (quatro) varas será exercida com observância das seguintes privatividades:
I - Ao Juiz da 1ª Vara cabe:
a) os processos de competência do Tribunal do Júri;
b) a execução penal e corregedoria de presídios;
II - Ao Juiz da 2ª Vara cabem as ações e medidas relativas aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, onde não houver unidade autônoma instalada.
III - Ao Juiz da 3ª Vara compete:
a) o processo e medidas relativas à jurisdição da infância e juventude;
b) o processo e medidas relativas aos registros públicos.
IV - Ao Juiz da 4ª Vara compete:
a) as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006;

b) os feitos relativos aos conflitos fundiários.

§ 1º O julgamento e processo dos crimes de competência do juiz singular competirá, por distribuição, às 2ª, 3ª e 4ª Varas.

§ 2º As privatividades apontadas na alínea "b", dos incisos III e IV, deste artigo, serão exercidas pelo Juízo da 2ª Vara, onde instalada a Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

§ 3º Compete a todos os juízos, por distribuição, e de acordo com suas respectivas competências, o cumprimento das cartas precatórias.

Subseção V
Das Comarcas com Cinco ou mais Varas

Art. 95. Nas comarcas com 5 (cinco) ou mais varas, a definição de competências observará a especialização, de acordo com as matérias previstas no art. 82 a 88 desta Lei, e será regulamentada em resoluções do Tribunal de Justiça, as quais devem assegurar, tanto quanto possível, a distribuição equitativa dos casos novos, privilegiando a racionalidade do serviço.

Seção X
Dos Juizados Auxiliares do Interior

Art. 96. Nas Zonas Judiciárias haverá 30 (trinta) Juizados Auxiliares, distribuídos de modo a atender a todo o território respectivo, de conformidade com o anexo II desta Lei.

Art. 97. Compete aos Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares substituir, por designação do Presidente do Tribunal, os titulares de varas ou juizados durantes as férias individuais, faltas, licenças, impedimentos e suspeições, no âmbito da respectiva Zona, bem como atuar em razão de vacância do juízo ou ainda nas comarcas vinculadas.

§ 1º Quando do interesse da justiça, poderão os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares coadjuvar os Juízes Titulares, na conformidade do que for estabelecido pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º Os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares, quando não estiverem respondendo pela titularidade de qualquer vara ou juizado, funcionarão nas comarcas vinculadas ou em unidades que registrem maiores taxas de congestionamento, mediante prévia designação.

§ 3º Os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares, quando em substituição, terão jurisdição plena, respeitadas as normas processuais em vigor.

§ 4º O Juiz de Direito do Juizado Auxiliar tem residência na sede da respectiva Zona Judiciária.

Seção XI
Dos Juízes de Direito Substitutos

Art. 98. O Juiz de Direito Substituto terá as mesmas funções, atribuições e competências conferidas aos Juízes de Direito, e sua jurisdição corresponderá à unidade territorial da comarca para a qual for nomeado.

Seção XII
Das Substituições

Art. 99. A substituição dos juízes das comarcas do interior nos casos de afastamentos, faltas, férias, licenças, impedimentos e suspeições far-se-á do seguinte modo:

I - os juízes de comarcas de vara única serão substituídos por Juiz de Direito do Juizado Auxiliar ou por outro Juiz da Zona respectiva, designado pelo Presidente do Tribunal;

II - nas comarcas com 2 (duas)varas, compete, reciprocamente, a substituição de um titular pelo outro, independentemente de designação, salvo nos casos de afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, quando o substituto será designado pelo Presidente do Tribunal;

III - nas comarcas com 3 (três) ou mais varas, a substituição dar-se-á, de modo sucessivo e independentemente de designação, da seguinte forma: o Juiz da 1ª Vara será substituído pelo Juiz da 2ª Vara; o da 2ª, pelo da 3ª, sendo que o Juiz da última Vara será substituído pelo da 1ª, salvo nos casos de afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, quando o substituto será designado pelo Presidente do Tribunal;

IV - para efeito de substituição, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são considerados como as últimas unidades entre as existentes na comarca;

§ 1º Por motivo de relevante interesse da administração da justiça, o Presidente do Tribunal de Justiça poderá dispor de forma diferente da prevista nos incisos II e III, deste artigo, designando outros magistrados em exercício na mesma jurisdição, ou na mesma Zona Judiciária, conforme o caso, para fins de respondência, recaindo as indicações, preferencialmente, sobre os Juízes dos Juizados Auxiliares.

§ 2º Nos afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, será designado para responder, preferencialmente, Juiz de Direito do Juizado Auxiliar.

§ 3º Nas comarcas de Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral e Crato, que contam com unidades especializadas por competências, a substituição automática será regulada por ato do Tribunal de Justiça, observando-se, tanto quanto possível, a preferência de que magistrados sejam substituídos por outros da mesma especialidade.

§ 4º Nos casos de faltas ou ausências ocasionais do juiz originalmente competente, a atuação do magistrado em regime de substituição automática deve velar pela ininterruptibilidade da jurisdição, notadamente diante de casos urgentes, nos quais se apresente risco de perecimento do direito, e, será precedida de certidão exarada pelo Supervisor da Unidade Judiciária respectiva, a ser acostada aos autos antes da prática de ato pelo substituto, da qual se aviará cópia à Corregedoria-Geral da Justiça.

CAPÍTULO VI
DA DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL E DOS FOROS DAS COMARCAS DO INTERIOR

Art. 100. Em cada comarca haverá uma Diretoria do Foro.

Art. 101. A Diretoria do Fórum da Comarca de Fortaleza será exercida por 1 (um) Juiz de Direito em efetivo exercício na Capital, indicado pela Presidência do Tribunal, devendo a escolha ser referendada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, admitida a recondução para um período imediatamente subsequente.

§ 1º A Vice-Diretoria do Fórum da Comarca de Fortaleza será exercida por 1 (um) Juiz de Direito com exercício na Comarca, indicado pela Presidência do Tribunal de Justiça, devendo a escolha ser referendada pelo Órgão Especial, com competência para substituir o Diretor nas ausências,

impedimentos, licenças e férias, bem como outras que lhe venham a ser atribuídas em ato normativo próprio.

§ 2º As designações do Juiz Diretor e do Vice-Diretor da Comarca da Capital devem coincidir com o período do mandato do Presidente que os indicou, sendo permitida a recondução para um único biênio consecutivo.

Art. 102. Compete ao Juiz Diretor do Foro da Capital:

I - superintender a administração e polícia das instalações físicas do Fórum e das demais unidades do Poder Judiciário na jurisdição da Comarca de Fortaleza, à exceção do Fórum das Turmas Recursais, que contará com direção própria, ressalvada a atribuição dos Juízes de Direito quanto à polícia das audiências e sessões do Tribunal do Júri;

II - presidir, diariamente, a distribuição dos feitos na Comarca de Fortaleza, para o que se valerá do auxílio do magistrado que vier a indicar para o desempenho de tal atribuição;

III - conceder férias e licenças aos magistrados e servidores lotados no Fórum da Capital;

IV - abrir, rubricar e encerrar livros dos titulares dos ofícios extrajudiciais da Comarca de Fortaleza;

V - elaborar, durante a primeira quinzena do mês de novembro de cada ano, a escala de férias dos magistrados e encaminhá-la à Presidência do Tribunal de Justiça;

VI - elaborar a escala de plantões judiciários e promover a sua divulgação;

VII - requisitar da autoridade competente a força policial necessária aos serviços de segurança do prédio do Fórum;

VIII - designar magistrado em substituição ao titular, nos casos de férias, licenças, afastamentos, impedimentos e suspeições, observado o disposto no art. 80, desta Lei;

IX -proceder à lotação de servidores nas unidades sob sua competência, bem assim modificá-la, de acordo com a necessidade do serviço;

X - aplicar, quando cabíveis, sanções disciplinares a servidores de Justiça, notários, registradores e a juízes de paz;

XI - remeter mensalmente ao setor competente do Tribunal de Justiça a frequência dos servidores;

XII - movimentar os servidores nos diversos serviços da Diretoria do Fórum;

XIII - desempenhar atribuições delegadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça;

XIV - apresentar, até 15 (quinze) dias antes da abertura dos trabalhos judiciários, circunstanciado relatório à Presidência do Tribunal de Justiça, a respeito das atividades judiciárias do ano, das medidas adotadas, dos serviços realizados e do grau de eficiência revelado por juízes e servidores.

Parágrafo único. O Diretor do Fórum será auxiliado por 10 (dez) Juízes de Direito em exercício na Comarca de Fortaleza, por ele indicados, com a aprovação do Órgão Especial, para desempenhar as seguintes funções:

I - Coordenadores de Áreas, que representarão os seguintes grupos de varas:

a) Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Execução Fiscal e Crimes contra a Ordem Tributária, e Registros Públicos;

b) Cíveis;

c) Família e Sucessões;

d) Infância e Juventude;

e) Criminais, de Delitos de Tráfico de Drogas, de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, Juízo Militar, Penas Alternativas e Júri;

f) Juizados Especiais Cíveis; Criminais; da Fazenda Pública e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

II - unidades administrativas:

a) Supervisor da Central de Cumprimento de Mandados Judiciais;

b) Supervisor da Distribuição;

c) Ouvidor-Geral;

d) Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

Art. 103. Incumbe ao Juiz de Direito investido em juízo de vara única, como titular ou interino, o desempenho das atribuições de Diretor do Fórum.

Art. 104. Nas jurisdições com mais de uma unidade judiciária, será observado rodízio anual entre os magistrados titulares em exercício, mediante prévia designação da Presidência do Tribunal de Justiça, a ocorrer até o último dia útil do mês de fevereiro.

§ 1º Nas comarcas com 2 (duas) varas, em casos de afastamentos do Diretor do Fórum, a qualquer título, por período superior a 5 (cinco) dias, responderá interinamente pelas funções, independentemente de designação, o outro magistrado em exercício na mesma jurisdição, ou, quando não houver, o que for designado para responder pelo juízo do qual o Diretor é titular.

§ 2º Nas comarcas com mais de 2 (duas) varas, em casos de afastamentos do Diretor do Fórum, a qualquer título, por período superior a 5 (cinco) dias, responderá interinamente pelas funções, independentemente de designação, o magistrado investido há mais tempo na titularidade de unidade judiciária na respectiva circunscrição, seguindo-se a ordem de acordo com tal critério de modo a assegurar o desempenho ininterrupto da Direção.

Art. 105. Quando no exercício da função de Diretor do Foro, nas comarcas de vara única ou de mais de uma vara, compete ao Juiz de Direito ou Juiz de Direito Substituto:

I - superintender o serviço judiciário da comarca;

II - ministrar instruções ou ordens aos servidores e auxiliares da justiça, sem prejuízo das atribuições, se houver, dos demais juízes da comarca;

III - comunicar-se diretamente com quaisquer outras autoridades públicas federais, estaduais ou municipais, quando tiver de tratar de assuntos relacionados com matéria administrativa do interesse do Foro da comarca;

IV - tomar conhecimento das indicações de substitutos de notários e oficiais de registro para os casos de faltas e impedimentos, observado o disposto no art. 119 desta Lei, garantindo a publicidade devida;

V- proceder à lotação de servidores nas unidades sob sua competência, bem assim modificá-la, de acordo com a necessidade do serviço;

VI - decidir reclamações e aplicar, quando cabíveis, sanções disciplinares por atos praticados por servidores de Justiça, notários, oficiais de registro e juízes de paz;

VII - abrir, numerar, rubricar e encerrar os livros utilizados na secretaria administrativa do Foro;

VIII - tomar providências de ordem administrativa que digam respeito à fiscalização, disciplina e regularidade dos serviços forenses;

IX - presidir a distribuição dos feitos;

X - requisitar ao Tribunal de Justiça o fornecimento de material de expediente, móveis e utensílios necessários ao serviço judiciário.

CAPÍTULO VII
DOS JUÍZES DE PAZ

Art. 106. A Justiça de Paz, de caráter temporário, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de 4 (quatro) anos, remunerados pelos cofres públicos, tem competência para verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação de casamento, celebrar casamentos civis e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional.

§ 1º São requisitos para o exercício do cargo:

a) nacionalidade brasileira;

b) pleno exercício dos direitos políticos;

c) idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

d) escolaridade equivalente ao ensino médio completo;

e) aptidão física e mental;

f) idoneidade moral;

g) certificado de participação e aproveitamento em curso específico ministrado pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará;

h) residência na sede do distrito para o qual concorrer.

§ 2º Cada Juiz de Paz será eleito com 1 (um) suplente, que o sucederá ou substituirá, nas hipóteses de vacância ou de impedimento.

§ 3º As eleições serão efetivadas até 6 (seis) meses depois da realização das eleições estaduais, sendo vedada a eleição simultânea com pleito para mandatos eletivos.

§ 4º Caberá ao Tribunal de Justiça regulamentar as eleições para Juiz de Paz até 4 (quatro) meses antes de sua realização.

§ 5º Verificando irregularidade ou nulidade de casamento, de ofício ou em caso de impugnação, o Juiz de Paz submeterá o processo ao Juiz de Direito competente.

§ 6º Os autos de habilitação de casamento tramitarão no Cartório do Registro Civil do Distrito.

§ 7º Em nenhuma hipótese, o Juiz de Paz terá competência criminal.

§ 8º É vedada a cobrança ou percepção de custas, emolumentos ou taxa de qualquer natureza nos Juizados de Paz.

§ 9º Os Juízes de Paz tomarão posse perante o Juiz Diretor do Foro.

§ 10. É vedado ao Juiz de Paz exercer atividade político-partidária.

§ 11. A remuneração dos Juízes de Paz será estabelecida em lei de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 12. Enquanto não instalada a Justiça de Paz, a Presidência do Tribunal de Justiça designará, por meio de provimento, cidadãos com a atribuição específica de celebrar casamentos, domiciliados nas respectivas circunscrições em que houverem de servir, mediante prévia indicação das autoridades judiciárias locais.

LIVRO II
DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 107. Os serviços auxiliares da justiça são constituídos pelos órgãos que integram os foros judicial e extrajudicial.

Art. 108. Os serviços do foro judicial compreendem as secretarias do Tribunal de Justiça, as Diretorias dos Foros e suas respectivas unidades, assim como as secretarias de unidades judiciárias e juizados.

Art. 109. Os serviços extrajudiciais, nos quais são lavradas as declarações de vontade das partes e executados os atos decorrentes de legislação sobre notas e registros públicos, compreendem os tabelionatos de notas, os ofícios de registro de distribuição, os ofícios de registro de imóveis, os ofícios de registro civil das pessoas naturais, os ofícios de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, os ofícios de protestos de títulos e os ofícios de contratos marítimos.

CAPÍTULO II
DOS SERVIÇOS DO FORO JUDICIAL

Seção I
Das Secretarias do Tribunal e Das Diretorias dos Foros

Art. 110. As Secretarias do Tribunal e as Diretorias dos Foros terão sua composição e atribuições definidas em lei específica que trate da estrutura administrativa do Poder Judiciário, e suas normas operacionais serão estabelecidas através de atos de competência do Presidente do Tribunal de Justiça e dos Diretores dos Foros, respectivamente.

Seção II
Do Regime Jurídico dos Servidores da Justiça

Art. 111. Os servidores do Poder Judiciário, salvo nos casos em que haja disposição especial, serão regidos pelas normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará e legislação complementar, inclusive quanto aos direitos, deveres, garantias e regime disciplinar.

Seção III
Das Secretarias de Unidades Judiciárias

Art. 112. Todas as Unidades Judiciárias do Estado do Ceará, efetivamente instaladas e em funcionamento, contarão com um Supervisor e um Assistente, nomeados em comissão pela Presidência do Tribunal de Justiça após livre indicação do respectivo Juiz Titular ou, no caso de vacância, pelo Juiz em respondência, observadas as condições e atribuições fixadas em legislação específica.

Parágrafo único. Na Comarca da Capital, funcionarão Secretarias Judiciárias de 1° Grau, na forma e com a estrutura previstas na Lei n° 16.208, de 3 de abril de 2017.

Art. 113. Além do Supervisor e do Assistente, cada Unidade Judiciária contará com servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, integrantes das carreiras do Poder Judiciário, de que trata a Lei n° 14.786, de 13 de agosto de 2010, em número compatível com a lotação paradigma do juízo, a ser calculada de acordo com as normas específicas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça, ressalvando-se, quanto aos Oficiais de Justiça, a possibilidade de que estejam lotados nas respectivas Centrais de Cumprimentos de Mandados.

Art. 114. O Tribunal de Justiça disciplinará a forma de substituição dos ocupantes de cargos de provimento em comissão.

CAPÍTULO III
DOS SERVIÇOS DO FORO EXTRAJUDICIAL

Art. 115. Os serviços do foro extrajudicial compreendem serventias extrajudiciais notariais e de registro, e são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 116. Os direitos, deveres, atribuições, competências e regime disciplinar dos notários e registradores, bem como os requisitos para o ingresso na atividade notarial e de registro, são os especificados na Lei Federal n° 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Parágrafo único. A responsabilidade disciplinar de notários e registradores será apurada em procedimento administrativo definido no regimento interno e provimento aplicável à espécie por parte da Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 117. Extinta a delegação a notário ou a oficial de registro, em razão de quaisquer das hipóteses previstas no art. 39, da Lei Federal n° 8.935, de 18 de novembro de 1994, o Juiz Diretor do Fórum designará interino para responder pelo expediente, recaindo a indicação, preferencialmente, sobre o substituto mais antigo da serventia, dando ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça para que seja realizado o concurso público, na forma prevista no art. 236, § 3°, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Verificada a absoluta impossibilidade de nomeação de um substituto para responder pelo expediente da serventia vaga, o Juiz Diretor do Fórum comunicará o fato ao Corregedor-Geral da Justiça que, por ato normativo, determinará a anexação provisória das atribuições ao serviço da mesma natureza mais próximo ou àquele localizado na sede do respectivo município ou de município contíguo.

Art. 118. O Tribunal de Justiça fará aprovar regulamento, disciplinando as condições para realização do concurso para provimento dos cargos de notários e registradores, a que se refere o artigo anterior.

Art. 119. A substituição dos notários e registradores e a contratação de prepostos dar-se-ão na forma da legislação específica.

§ 1° Os titulares dos ofícios de notas e de registros poderão admitir tantos empregados quantos forem necessários aos serviços do seu ofício, subordinando-se as relações empregatícias à legislação trabalhista.

§ 2° Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro.

§ 3° Os notários e os oficiais de registro encaminharão os nomes dos substitutos por eles escolhidos ao Juiz Diretor do Fórum, que os fará publicar no Diário da Justiça.

§ 4º Os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.

§ 5º Os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios.

§ 6º Dentre os substitutos, um deles será designado pelo notário ou oficial de registro para responder pelo respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular.

Art. 120. É livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.

Parágrafo único. O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora da comarca para a qual recebeu delegação, cabendo ao Diretor do Foro e ao Corregedor-Geral da Justiça, de ofício ou mediante comunicação ou reclamação, providenciarem a apuração da responsabilidade disciplinar.

Art. 121. Cada serviço notarial ou de registro funcionará em um só local, vedada a instalação de sucursal, observando-se o disposto no artigo anterior.

Art. 122. O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.

Seção I
Dos Serviços do Foro Extrajudicial da Capital

Art. 123. Haverá, na Comarca de Fortaleza, 1 (um) Ofício de Registro de Distribuição de Protestos.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer a vacância de 2 (dois) dos Ofícios de Distribuição de Protestos da Comarca de Fortaleza, criados pela Lei Estadual nº 12.673, de 31 de dezembro de 1996 e extintos pela Lei Estadual nº 14.706, de 14 de maio de 2010, os mesmos permanecerão com as suas competências plenas.

Art. 124. Ao Ofício de Registro de Distribuição de Protestos da Comarca de Fortaleza compete privativamente:

I - quando previamente exigida, proceder à distribuição equitativa pelos serviços da mesma natureza, registrando os atos praticados; em caso contrário, registrar as comunicações recebidas dos órgãos e serviços competentes;

II - efetuar as averbações e os cancelamentos de sua competência;

III - expedir certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis.

Art. 125. Haverá, na Comarca de Fortaleza, 10 (dez) notariados com as denominações de primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, oitavo, nono e décimo, competindo privativamente aos 1º, 2º, 5º, 7º e 8º, a lavratura e o protesto de títulos; aos 3º, 4º e 6º, as funções privativas do registro de títulos e documentos e do registro civil das pessoas jurídicas; e aos 9º e 10º, as atribuições concernentes ao ofício de notas.

Art. 126. Haverá, na Comarca de Fortaleza, 5 (cinco) ofícios do registro civil das pessoas naturais, servindo cada um deles nos limites de suas zonas, com as denominações de primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto.

§ 1° Para os serviços de registro civil das pessoas naturais, a cidade de Fortaleza se divide em 5 (cinco) zonas, observando-se os limites abaixo descritos, respeitada a circunscrição territorial dos Distritos de Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim, Parangaba e Mucuripe:

a) Primeira Zona: começa na orla marítima, na Avenida Desembargador Moreira, lado poente, e por ela segue até encontrar a Avenida Pontes Vieira, lado norte, na qual prossegue até chegar à Avenida 13 de Maio, pela qual continua até atingir a Rua Senador Pompeu; daí segue por esta rua, no rumo do norte, lado do nascente, até chegar, novamente, à orla marítima;

b) Segunda Zona: tem início na Avenida Desembargador Moreira, no seu começo, lado nascente, seguindo por esta Rua até encontrar a Avenida Pontes Vieira, lado sul, por onde prossegue, alcançando a Avenida 13 de Maio, na qual continua até encontrar a Rua Senador Pompeu; parte desse ponto, na direção sul, pela Avenida dos Expedicionários, lado nascente, até atingir os limites do sudoeste dos Distritos de Parangaba e Messejana; daí, ao atingir a estrada que liga a Capital ao Distrito de Messejana, retorna pelo lado poente 55 até atingir a estrada de ferro que liga Parangaba a Mucuripe, prosseguindo por esta via férrea pelos lados norte e poente até à orla marítima;

c) Terceira Zona: inicia-se na Rua Senador Pompeu, na orla marítima, lado poente, até chegar à Rua Meton de Alencar, por onde prossegue, na sua parte norte, até chegar à Avenida Bezerra de Menezes, pela qual continua até encontrar o limite noroeste do Distrito de Antônio Bezerra;

d) Quarta Zona: começa na confluência da Rua Senador Pompeu com a Rua Meton de Alencar, seguindo por esta até encontrar a Avenida dos Expedicionários, no rumo do sul; prosseguindo por esta avenida, lado poente, até encontrar os limites do Distrito de Parangaba;

e) Quinta Zona: tem início na orla marítima, seguindo pela estrada de ferro que liga Parangaba ao Mucuripe, lado nascente e sul, até encontrar a estrada que liga a Capital ao Distrito de Messejana; por esta estrada, lado nascente, prossegue até alcançar os limites do sudoeste do Distrito de Messejana.

§ 2° Para a execução dos mencionados serviços serão, ainda, observadas as seguintes normas:

a) são da competência do Primeiro Ofício os serviços de registro civil especificados nos arts. 89, 92 e 94 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

b) são da competência do Segundo Ofício os serviços de registro civil especificados nos arts. 84 e 88 e seu parágrafo único, da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

c) são da competência do Terceiro Ofício os serviços de registro civil especificados nos arts. 66, 85 e 87 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

d) são da competência do Quarto Ofício os serviços de registro civil especificados nos arts. 51, 62 e 65 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§ 3° Os oficiais de registro civil da sede e dos distritos da Comarca da Capital, bem como os das sedes das comarcas da Região Metropolitana de Fortaleza poderão também lavrar procurações, reconhecer firmas, e autenticar documentos.

Art. 127. Haverá, na Comarca de Fortaleza, 6 (seis) ofícios de registro de imóveis, com as denominações de Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto, Quinto e Sexto Ofícios.

Parágrafo único. Os oficiais de registro de imóveis exercerão suas funções dentro dos limites de suas respectivas zonas, as quais possuem as seguintes delimitações:

a) Primeira Zona: constitui parte do Leste da cidade de Fortaleza, iniciando na foz do Rio Cocó, seguindo por esse rio, lados nascente e sul, até encontrar a BR 116; prossegue por essa BR na direção Sul até alcançar o limite de Fortaleza, seguindo por essa linha divisória até a barra do Rio Pacoti;

b) Segunda Zona: tem início no Norte da cidade a partir da orla marítima, seguindo pela Avenida Barão de Studart, lado poente, até encontrar a Rua Coronel Alves Teixeira; segue por essa rua, no sentido oeste até a Avenida Visconde do Rio Branco, e por essa avenida, lado poente prossegue até alcançar a BR 116, dobrando à direita no trevo que dá acesso à Avenida Paulino Rocha; segue pelas Avenidas Paulino Rocha, Dedé Brasil e Rua Carlos Amora, dobrando à direita na Rua 7 de Setembro seguindo pelas Avenidas João Pessoa, Universidade e Rua General Sampaio, lado leste, até encontrar a orla marítima;

c) Terceira Zona: constitui parte do poente da cidade de Fortaleza, começando na orla marítima seguindo pela Rua General Sampaio, Avenida da Universidade, Avenida João Pessoa e Rua 7 de Setembro, lado oeste até a Rua Gomes Brasil, dobrando nesta rua, no sentido oeste, até encontrar a Av. José Bastos (Av. Augusto dos Anjos), por onde segue numa reta até encontrar o limite sul da cidade;

d) Quarta Zona: inicia na orla marítima, seguindo pela Av. Barão de Studart, lado nascente, até encontrar a Rua Coronel Alves Teixeira; segue por esta rua na direção oeste até a Avenida Visconde do Rio Branco e por essa Avenida lado do nascente até encontrar a estrada de ferro que liga Parangaba ao Porto do Mucuripe, seguindo por essa via férrea, lados norte e oeste até a orla marítima;

e) Quinta Zona: tem início na foz do Rio Cocó, seguindo dito rio lados oeste e norte, até encontrar a BR 116; daí pela BR 116 na direção norte, seguindo pela Avenida Visconde do Rio Branco, lado leste, até encontrar a estrada de ferro que liga Parangaba ao Porto do Mucuripe, seguindo por essa via férrea lados sul e leste até a orla marítima;

f) Sexta Zona: inicia no limite sul de Fortaleza, seguindo pela BR 116, lado oeste, até o trevo que dá acesso à Avenida Paulino Rocha; segue por esta Avenida e pela Avenida Dr. Silas Munguba e Rua Carlos Amora, lado sul, até a Rua 7 de Setembro, dobrando nesta rua na direção sul até a Rua Gomes Brasil, por onde segue dobrando nessa rua até encontrar a Avenida José Bastos (Avenida Augusto dos Anjos) lado leste, por onde segue até encontrar o limite sul da cidade.

Seção II
Dos Serviços do Foro Extrajudicial nas Comarcas Sedes e Vinculadas do Interior

Art. 128. Haverá, na sede de cada comarca do interior do Estado, pelo menos, 1 (um) ofício de registro civil e 1 (um) ofício de registro de imóveis, cabendo a ambos, cumulativamente, os serviços de tabelionato de notas, ofício de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas e ofício de protesto de títulos.

§ 1° Nas comarcas do interior do Estado, o primeiro escrivão e tabelião exercerá as funções de oficial de registro civil e o segundo escrivão e tabelião as funções de oficial do registro de imóveis.

§ 2° Nas comarcas do interior do Estado em que não exista Ofício de Registro de Distribuição ou nas quais ainda não esteja implantado um serviço na forma da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997 (art. 7°, parágrafo único), as funções de distribuição extrajudicial serão exercidas pelo titular do Primeiro Ofício.

§ 3° Todos os oficiais de registro civil das pessoas naturais das comarcas sedes ou vinculadas do interior, bem como os dos respectivos distritos judiciários, poderão também lavrar procurações, reconhecer firmas e autenticar documentos.

§ 4° Nas comarcas onde exista instalado, na sede, mais de um ofício de registro civil e/ou mais de um ofício de registro de imóveis, o Tribunal de Justiça, por ato normativo, definirá as zonas nas quais cada serventia exercerá suas atribuições.

Seção III
Dos Serviços do Foro Extrajudicial nos Distritos Judiciários

Art. 129. Na forma definida no art. 16 desta Lei, os distritos judiciários que, a critério do Tribunal de Justiça, atendam a adequados requisitos populacionais e socioeconômicos, contarão com um ofício de registro civil de pessoas naturais, a ser criado por lei, com as atribuições definidas no art. 29, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

Art. 129-A. As certidões imobiliárias solicitadas pelo IDACE junto aos cartórios de registro de imóveis, para fins de regularização fundiária, deverão ser fornecidas no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de punição de suspensão do cartório ou multa de R$ 5.000 (cinco mil) UFIRCEs.

§ 1º O primeiro registro de domínio concedido pelo IDACE aos possuidores das glebas tituladas deverá ser realizado independentemente do recolhimento de custas e emolumentos, na forma do art. 290-A, da Lei nº 6.015/73, ficando autorizada a cobrança dos emolumentos previstos na Tabela de Emolumentos VII, Dos Atos e Valores dos Serviços do Registro de Imóveis, regulada pela Lei Estadual nº 14.283, de 28 de dezembro de 2008, alterada pela Lei nº 14.826, de 28 de dezembro de 2010, devidamente atualizada, pela prática dos seguintes atos:

a) Certidão (Código 7020);
b) Abertura de Matrícula (Código 7024);
c) Taxa Adicional a Menor (Código 7010);
d) Prenotação (Código 7025).

§ 2º Os valores correspondentes aos emolumentos referidos nas alíneas "a" e "d" deste artigo serão pagos pelo titulado por ocasião da apresentação dos Títulos de Domínio à Serventia para registro, cujo valor será de R$ 76,060 UFIRCEs.

Seção IV
Das Remoções e Permutas

Art. 130. Os titulares de ofício de notas e de registros poderão ser removidos para ofícios de igual natureza, da mesma ou de outra comarca, mediante concurso.

Art. 131. O concurso de remoção consistirá de prova de títulos, a que se poderão habilitar todos os investidos na delegação há mais de 2 (dois), contados entre a data do efetivo exercício na atividade e a da publicação do edital.

Parágrafo único. No ato de inscrição, e antes da delegação, o candidato deverá comprovar a regularidade de sua situação em relação às obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, apresentando as correspondentes certidões negativas.

Art. 132. No edital do concurso, serão indicados os ofícios vagos e demais informações de acordo com a presente Lei e com o regulamento aprovado pelo Tribunal Pleno.

Art. 133. Os critérios de valorização dos títulos serão estabelecidos através de resolução do Tribunal de Justiça e em harmonia com as regras norteadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

LIVRO III
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Seção I
Da Transformação de Comarcas Sedes em Comarcas Vinculadas

Art. 134. Na forma descrita no anexo I desta Lei, 11 (onze) comarcas de entrância inicial ficam transformadas em comarcas vinculadas e passam a integrar as jurisdições das seguintes destinatárias:

I - Antonina do Norte, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Assaré;
II – Poranga e Ipaporanga, que passam a integrar a jurisdição da Comarca de Ararendá;
III – Aratuba, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Mulungu;
IV - Baixio, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Ipaumirim;
V - Barroquinha, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Chaval;
VI - Cariús, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Jucás;
VII - Groaíras, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Cariré;
VIII - Jati, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Porteiras;
IX - Palmácia, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Maranguape; e
X - São Luís do Curu, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Umirim.

Seção II
Da Transformação de Unidade Judiciária

Art. 135. Fica transformada, na entrância intermediária, a 1ª Vara da Comarca de Várzea Alegre em Vara Única da Comarca de Várzea Alegre.

Parágrafo único. A estrutura funcional da 2ª Vara da Comarca de Várzea Alegre, criada pela Lei Estadual nº 14.407, de 15 de julho de 2009, todavia não instalada, será aproveitada para a criação de novas unidades judiciárias, na forma do disposto na seção seguinte.

Seção III
Da Criação de Unidade Judiciária

Art. 136. Em razão das transformações de que tratam as seções anteriores, fica autorizada a criação das seguintes unidades:

I - na entrância inicial: a Vara Única da Comarca de Ocara;
II - na entrância intermediária:
a) 2ª Vara da Comarca de Acaraú;
b) 2ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante;
c) 2ª Vara da Comarca de Beberibe;
d) 2ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará;
e) 2ª Vara da Comarca de Horizonte;

f) 2ª Vara da Comarca de Itaitinga;
g) 3ª Vara da Comarca de Russas;
h) 2ª Vara da Comarca de Icó;
i) 3ª Vara da Comarca de Canindé;
j) 4ª Vara da Comarca de Iguatu;
k) 2ª Vara da Comarca de Trairi;

III - na entrância final:

a) 2ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Caucaia;
b) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral;
c) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral;
d) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Juazeiro do Norte;
e) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte;
f) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Maracanaú;
g) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Maracanaú.

Parágrafo único. O Tribunal de Justiça editará regulamento que disponha sobre cronograma de instalação das novas unidades, observada a sua disponibilidade orçamentária.

Art. 137. O Tribunal de Justiça adotará providências para a relotação de magistrados e servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo em exercício nas unidades transformadas, observados os seguintes parâmetros:

I - no caso dos magistrados, serão removidos para unidades judiciárias de igual entrância, mediante certame de ampla concorrência, precedido do competente edital e observadas as regras em vigor;

II - no caso de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, serão removidos para qualquer unidade judiciária do Estado em que haja carência, incluídas as criadas por esta Lei, mediante certame de ampla concorrência, precedido do competente edital, o qual deverá contemplar, dentre os critérios de pontuação, a lotação originária em unidades transformadas nos termos dos arts. 134 e 135.

§ 1º Na hipótese de servidor de unidade transformada por esta Lei não se habilitar ao certame de remoção ou, caso se habilite e não logre êxito em concursos sucessivos, será realizada a remoção de ofício, nos termos da lei, priorizando-se a movimentação para unidade mais próxima de sua lotação originária, que registre vaga.

§ 2º Os ocupantes dos cargos de provimento em comissão nas unidades transformadas serão exonerados, enquanto os respectivos cargos serão transformados em outros similares a serem lotados nas unidades criadas, de entrância igual ou superior, por resolução do Tribunal de Justiça, na forma prevista no art. 64, parágrafo único, da Lei nº 16.208, de 3 de abril de 2017, procedendo-se às adequações necessárias.

Seção IV
Das Alterações de Sedes de Comarcas Vinculadas

Art. 138. Ficam alteradas as agregações das seguintes comarcas vinculadas, que passam a integrar jurisdições de outras comarcas sedes:

I - Altaneira, então vinculada à Comarca de Santana do Cariri, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Nova Olinda;

II – Ibaretama, então vinculada à Comarca de Quixadá, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Ibicuitinga;

III – Martinópole, então vinculada à Comarca de Granja, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Uruoca;

IV - Penaforte, então vinculada à Comarca de Jati, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Porteiras;

V - Tejuçuoca, então vinculada à Comarca de Itapajé, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Irauçuba;

VI - Tururu, então vinculada à Comarca de Umirim, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Uruburetama.

Seção V
Da Reclassificação de Comarcas entre Entrâncias

Art. 139. Ficam reclassificadas, a partir da entrada em vigor desta Lei, passando a integrar a entrância intermediária, as seguintes comarcas:

I - Horizonte;

II - Acaraú;

III - Trairi;

IV – Itaitinga.

§ 1º Fica o Tribunal de Justiça autorizado a reclassificar a Comarca de Guaraciaba do Norte como Entrância Intermediária.

§ 2º Os requisitos para a implantação de comarcas e para a sua classificação entre entrâncias, de que tratam os arts. 17 e 20, respectivamente, serão observados pelo Tribunal de Justiça após a entrada em vigor desta Lei, não se aplicando à classificação constante do anexo I.

Seção VI
Da Extinção de Unidades e Transformação de Cargos na Comarca de Fortaleza

Art. 140. Ficam extintas 10 (dez) unidades jurisdicionais da Comarca de Fortaleza, criadas pela Lei Estadual nº 14.407, de 15 de julho de 2009, todavia não instaladas, e especificadas na Resolução nº 10, de 28 de maio de 2010, do Tribunal de Justiça, sendo os cargos de Juiz de Direito das respectivas unidades transformados nos seguintes termos:

I - Juiz de Direito da 20ª Vara de Família em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar das Varas de Família; Sucessões; e Infância e Juventude;

II - Juízes de Direito das 21ª e 26ª Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais em Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Unidades dos Juizados Especiais Cíveis; Juizados Especiais Criminais; Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

III - Juiz de Direito da 19ª Vara Criminal em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar Privativo da 17ª Vara Criminal – Vara Única Privativa de Audiências de Custódia;

IV - Juízes de Direito das 20ª, 21ª, 22ª e 23ª Varas Criminais em Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas Criminais; de Delitos de Tráfico de Drogas; de Penas Alternativas e da Auditoria Militar;

V - Juízes de Direito das 7ª e 9ª Varas de Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária em Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas de Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária.

Art. 141. Na hipótese de serem criadas, por transformação, no prazo de 5 (cinco) anos contados da entrada em vigor desta Lei, novas unidades da mesma especialidade daquelas extintas nos

termos do artigo anterior, deve ser assegurado aos magistrados então nelas titularizados o direito de opção quanto a terem seus cargos transformados para que exerçam funções nos novos juízos.

Art. 142. Ficam transformados 23 (vinte e três) cargos de Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares da Comarca de Fortaleza em:

a) 3 (três) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares Privativos das Varas do Júri;

b) 1 (um) Juiz de Direito do Juizado Auxiliar Privativo do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

c) 1 (um) Juiz de Direito do Juizado Auxiliar Privativo das Varas da Infância e Juventude, para o atendimento das atribuições previstas no parágrafo único do art. 69 desta Lei;

d) 1 (um) Juiz de Direito do Juizado Auxiliar Privativo das Varas de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios, para o atendimento das atribuições previstas no art. 62, parágrafo único, desta Lei;

e) 7 (sete) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas Cíveis Comuns; Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa; Recuperação de Empresas e Falências; e Registros Públicos;

f) 2 (dois) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas Criminais; de Delitos de Tráfico de Drogas; de Penas Alternativas e da Auditoria Militar;

g) 3 (três) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Unidades dos Juizados Especiais Cíveis; Juizados Especiais Criminais; Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

h) 3 (três) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas de Família; Sucessões; e Infância e Juventude;

i) 2 (dois) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas da Fazenda Pública; dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e da Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

§ 1º Para efetivação das alterações de cargos de que trata este artigo, será publicado edital, de competência da Presidência do Tribunal de Justiça, com prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para manifestação de interesse, mediante registro de inscrição no sistema próprio, de Juízes de Direito Auxiliares da Comarca de Fortaleza, indicando, na oportunidade, o cargo pretendido.

§ 2º Na hipótese de inscrição de candidatos em número superior às vagas fixadas, será aplicado o critério de antiguidade na entrância final.

§ 3º Não havendo manifestação de interesse, ou caso o número de interessados seja inferior ao de vagas, incumbirá à Presidência do Tribunal de Justiça expedir ato que indique os cargos cuja competência será alterada, observada a ordem inversa de antiguidade, iniciando-se pelo magistrado que conte menos tempo de exercício na entrância final.

Art. 143. Ficam transformadas 39 (trinta e nove) Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza em:

I - 26 (vinte e seis) Varas Cíveis Comuns;

II - 13 (treze) Varas Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa.

Parágrafo único. A transformação das unidades de que trata o *caput* e dos respectivos cargos de Juiz de Direito; as classes processuais e competências das unidades especializadas; bem como a redistribuição de processos, serão disciplinadas pelo Tribunal de Justiça por meio de resolução a ser editada até a data da entrada em vigor desta Lei.

Art. 144. Ficam transformadas 24 (vinte e quatro) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza em:

I - 20 (vinte) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis;

II - 4 (quatro) Unidades dos Juizados Especiais Criminais, com jurisdição em todo o território da Comarca de Fortaleza, servindo por distribuição.

Parágrafo único. A transformação das unidades de que trata o *caput* e dos respectivos cargos de Juiz de Direito; as competências; as jurisdições dos Juizados Especiais Cíveis; bem como a redistribuição de processos, serão disciplinadas pelo Tribunal de Justiça por meio de resolução a ser editada até a data da entrada em vigor desta Lei.

Art. 145. Fica transformada a Vara Única de Trânsito da Comarca de Fortaleza em 4ª Vara de Tráfico de Drogas.

Parágrafo único. A redistribuição de processos das varas em funcionamento da mesma especialidade será disciplinada pelo Tribunal de Justiça por meio de resolução a ser editada até a data da entrada em vigor desta Lei.

Seção VII
Da Transformação dos Cargos de Juiz Auxiliar das Zonas Judiciárias

Art. 146. Ficam transformados 30 (trinta) cargos de Juízes de Direito Auxiliar, com lotação nas 9 (nove) Zonas Judiciárias do Estado do Ceará, na forma seguinte:

I - 4 (quatro) Juízes de Direito Auxiliares da 1ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1°, 2°, 3° e 4° Juizados Auxiliares da 1ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Juazeiro do Norte;

II - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 2ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1° e 2° Juizados Auxiliares da 2ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Iguatu, e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 14ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Tauá;

III - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 3ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1° e 2° Juizados Auxiliares da 3ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Quixadá, e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 10ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Baturité;

IV - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 4ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1° e 2° Juizados Auxiliares da 4ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Russas, e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 12ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Aracati;

V - 4 (quatro) Juízes de Direito Auxiliares da 5ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1°, 2°, 3° e 4° Juizados Auxiliares da 5ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Maracanaú;

VI - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 6ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 5°, 6° e7° Juizados Auxiliares da 5ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Caucaia;

VII - 4 (quatro) Juízes de Direito Auxiliares da 7ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1°, 2° e 3° Juizados Auxiliares da 7ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Sobral, e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 6ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Itapipoca;

VIII - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 8ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1° e 2° Juizados Auxiliares da 8ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Tianguá, e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 11ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Camocim;

IX - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 9ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1° e 2° Juizados Auxiliares da 9ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Crateús, e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 13ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Canindé.

§ 1° Para efetivação das alterações de cargos de que trata este artigo, será publicado edital, de competência da Presidência do Tribunal de Justiça, com prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para manifestação de interesse, mediante registro de inscrição no sistema próprio, de Juízes de Direito Auxiliares da 2ª, 3ª, 4ª, 7ª, 8ª e 9ª Zonas Judiciárias, indicando, na oportunidade, o cargo pretendido.

§ 2º As inscrições serão restritas aos magistrados em atuação em cada uma das Zonas referenciadas no parágrafo anterior, que somente poderão concorrer no âmbito de suas respectivas circunscrições, observados os desmembramentos de que trata o *caput*.

§ 3º Na hipótese de inscrição de candidatos em número superior às vagas fixadas, será aplicado o critério de antiguidade na respectiva entrância.

§ 4º Não havendo manifestação de interesse por parte dos magistrados referenciados no § 1º, ou caso o número de interessados seja inferior ao de vagas, incumbirá à Presidência do Tribunal de Justiça expedir ato que indique os cargos cuja competência será alterada, observada a ordem inversa de antiguidade, iniciando-se pelo magistrado que conte menos tempo de exercício na respectiva entrância.

Seção VIII
Da Extinção e Criação de Serventias Extrajudiciais

Art. 147. O Tribunal de Justiça não procederá à instalação e ao provimento de serventias extrajudiciais criadas em desacordo com o art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal.

Art. 147-A. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por ato do Presidente, no prazo de 90 (noventa) dias após a promulgação desta Lei, promoverá estudo técnico sobre a viabilidade do redimensionamento das serventias extrajudiciais, com a indicação de fusão, criação e desmembramento dos serviços em todo o Estado.

§ 1º O estudo técnico a que se refere o *caput* deste artigo será desenvolvido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Tribunal de Justiça com a colaboração da Corregedoria-Geral da Justiça.

§ 2º Concluído o estudo técnico, o relatório final será analisado por uma comissão, composta pelos membros a seguir indicados, a qual apresentará sugestões à Presidência do Tribunal de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) 1 (um) desembargador, indicado pela Presidência do Tribunal de Justiça, que presidirá a comissão;

b) 1 (um) juiz de direito, indicado pela Presidência do Tribunal de Justiça;

c) 1 (um) juiz de direito, indicado pela Corregedoria-Geral da Justiça;

d) 1 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Gestão, indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça;

e) 1 (um) representante do Ministério Público, indicado pelo Procurador-Geral de Justiça;

f) 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Ceará, indicado por seu Presidente;

g) 2 (dois) representantes dos notários e registradores, indicados pelas respectivas entidades de classe de âmbito estadual, prevalecendo, no caso de o número de indicações superar o de vagas, os 2 (dois) mais antigos.

§ 3º Apresentado o relatório a que se refere o parágrafo anterior, o Presidente do Tribunal de Justiça, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, depois de submetê-lo à Consultoria Jurídica da Presidência do Tribunal, encaminhará o projeto de lei ao Pleno do Tribunal de Justiça para deliberação e, em seguida, à Assembleia Legislativa para apreciação.

Art. 148. Ficam extintas 119 (cento e dezenove) serventias extrajudiciais listadas no anexo III desta Lei, criadas por leis estaduais diversas, todavia nunca instaladas.

Art. 149. Por não atenderem a adequados requisitos populacionais, socioeconômicos e territoriais, ficam extintas 39 (trinta e nove) serventias extrajudiciais sediadas em distritos, listadas no anexo IV desta Lei, as quais se acham vagas.

Art. 150. Fica criado o Ofício de Registro Civil do Distrito de Capitão Mor, na Comarca de Pedra Branca.

Art. 151. Fica extinto o 2° Ofício de Notas e Registro de Imóveis do Município de Moraújo, sendo suas atribuições assumidas pelo 1° Ofício de Notas e Registro Civil, ambos vagos na data da publicação desta Lei.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 152. Ficam revogadas as Disposições Preliminares; o Livro I; os Títulos I, II e V, do Livro II; e o Livro III, da Lei Estadual n° 12.342, de 28 de julho de 1994, que instituiu o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, à exceção das normas de criação de cargos e de serventias extrajudiciais, no que não for incompatível com o disposto nesta Lei.

Art. 153. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará implantará, até 31 de dezembro de 2020, ferramentas computacionais que permitam a tramitação em formato eletrônico de todos os casos novos de sua competência, observado o seguinte cronograma:

I – 60% (sessenta por cento) dos casos novos até 31 de dezembro de 2018;

II – 80% (oitenta por cento) dos casos novos até 31 de dezembro de 2019;

III – 100% (cem por cento) dos casos novos até 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. Para assegurar o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Judiciário do Estado do Ceará incluirá as previsões das despesas necessárias e suficientes em suas respectivas propostas constantes das leis orçamentárias anuais dos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

Art. 154. Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data da sua publicação.

Art. 155. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 31 de outubro de 2017.

DEP. JOSÉ ALBUQUERQUE
PRESIDENTE

DEP. TIN GOMES
1.° VICE-PRESIDENTE

DEP. MANOEL DUCA
2.° VICE-PRESIDENTE

DEP. AUDIC MOTA
1.° SECRETÁRIO

DEP. JOÃO JAIME
2.° SECRETÁRIO

DEP. AUGUSTA BRITO
3.ª SECRETÁRIA (em exercício)

DEP. ROBÉRIO MONTEIRO
4.° SECRETÁRIO (em exercício)

Anexo I, da Lei Estadual nº , de de 2017		
Comarcas de Entrância Inicial		
Comarcas Sedes	**Comarcas Vinculadas**	**Distritos**
Acarape	-	-
Aiuaba	-	Barra
Alto Santo	-	Baixio Grande, Batoque, Boa Fé, Bom Jesus, Cabrito, Castanhão
	Potiretama	Canindezinho
Amontada	-	Aracatiara, Garças, Icaraí, Lagoa Grande, Moitas, Mosquito, Nascente, Poço, Comprido, Sabiaguaba
	Miraíma	Brotas, Poço da Onça, Riachão
Ararendá		Santo Antônio
	Ipaporanga	Sacramento
	Poranga	Buritizal, Cachoeira Grande, Macambira
Araripe		Alagoinha, Brejinho, Pajeú, Riacho Grande
	Potengi	Barreiros
Assaré	-	Amaro, Aratama
	Antonina do Norte	Taboleiro
	Tarrafas	-
Aurora	-	Ingazeiras, Santa Vitória, Tipi
Barreira	-	Córrego, Lagoa do Barro, Lagoa Grande
Barro	-	Brejinho, Cuncas, Engenho Velho, Iara, Monte Alegre, Santo Antônio, Serrota
Bela Cruz	-	Prata
Campos Sales	-	Barão de Aquiraz, Carmelópolis, Itaguá, Monte Castelo, Quixariú
	Salitre	Caldeirão, Lagoa dos Crioulos

Capistrano	-	-
Caridade	-	Campos Belos, Inhuporanga, São Domingos
	Paramoti	-
Cariré	-	Arariús, Cacimbas, Jucá, Tapuio
	Groaíras	Itamaracá
Caririaçu	-	Feitosa, Miguel Xavier, Miragem
	Granjeiro	-
Carnaubal	-	-
Catarina	-	-
Chaval	-	Passagem
	Barroquinha	Araras, Bitupitá
Chorozinho	-	Campestre, Cedro, Patos dos Liberatos, Timbaúba dos Marinheiros, Triângulo
Coreaú	-	Araquém, Aroeiras, Canto, Ubaúna
	Moraújo	Boa Esperança, Várzea da Volta
Croatá	-	Barra do Sotero, Betânia, Lagoa da Cruz, Repartição, Santa Tereza, São Roque, Vista Alegre
Cruz		Caiçara
Farias Brito	-	Cariutaba, Nova Betânia, Quincuncá
Forquilha	-	Salgado dos Mendes, Trapiá
Fortim		Barra, Campestre, Guajiru, Maceió, Viçosa
Frecheirinha		
Graça	-	Lapa

Guaiúba	-	Água Verde, Baú, Dourado, Itacima, Núcleo Colonial Pio XII (S. Gerônimo)
Guaraciaba do Norte	-	Martinslândia, Morrinhos Novos, Mucambo, Sussuanha, Várzea dos Espinhos
Hidrolândia	-	Betânia, Conceição, Irajá
Ibiapina	-	Alto Lindo, Betânia, Santo Antônio da Pindoba
Ibicuitinga		Açude dos Pinheiros, Canindezinho, Chile, Viçosa
	Ibaretama	Nova Vida, Oiticica, Pedra e Cal, Piranji.
Icapuí	-	Ibicuitaba, Manibú
Ipaumirim	-	Canaúna, Felizardo
	Baixio	-
	Umari	Pio X
Ipueiras	-	Alazans, América, Balseiros, Engenheiro João Tomé, Gázea, Livramento, Matriz, Nova Fátima, São José, São José das Lontras
Iracema	-	Bastiões, Ema, São José
	Ererê	São João, Tomé Vieira
Irauçuba	-	Boa Vista do Caxitoré, Juá, Missi
	Tejuçuoca	Caxitoré
Itapiúna	-	Caio Prado, Itans, Palmatória
Itarema	-	Almofala, Carvoeiro
Itatira	-	Bandeira, Cachoeira, Lagoa do Mato, Morro Branco
Jaguaretama	-	-
	Jaguaribara	Poço Comprido
Jaguaribe	-	Aquinópolis, Feiticeiro, Mapuá, Nova Floresta
Jaguaruana	-	Borges, Giqui, Santa Luzia, São José do Lagamar, Saquinho

	Itaiçaba	-
Jardim	-	Corrente, Jardimirim
Jijoca de Jericoacoara	-	-
Jucás	-	Baixio da Donana, Canafístula, Mel, Poço Grande, São Pedro do Norte
	Cariús	Bela Vista, Caipu, São Bartolomeu, São Sebastião
Madalena	-	Cacimba Nova, Cajazeiras, Macaoca, Paus Branco, União
Marco	-	Mocambo, Panacuí
Mauriti	-	Anauá, Buritizinho, Coité, Maraguá, Mararupá, Nova Santa Cruz, Palestina do Cariri, São Félix, São Miguel, Umburanas
Meruoca	-	Anil, Camilos, Palestina do Norte, Santo Antônio dos Fernandes, São Francisco.
	Alcântaras	Ventura
Milagres	-	Podimirim, Rosário
	Abaiara	São José
Missão Velha	-	Jamacaru, Missão Nova, Quimami
Monsenhor Tabosa	-	Barreiros, Nossa Senhora do Livramento
Morrinhos	-	Sítio Alegre
Mucambo	-	Carqueijo, Poço Verde
	Pacujá	-
Mulungu	-	-
	Aratuba	Pai João
Nova Olinda	-	Triunfo
	Altaneira	São Romão
Novo Oriente	-	Emaús, Palestina, Santa Maria, São Raimundo, Três Irmãos

Ocara	-	Arisco dos Marianos, Curupira, Novo Horizonte, Sereno de Cima, Serragem
Orós	-	Guassussê, Igarói, Palestina, Santarém
Pacoti	-	Colina, Fátima, Santa Ana
	Guaramiranga	Pernambuquinho
Paracuru	-	Jardim, Poço Doce
Paraipaba	-	Boa Vista, Camboas, Lagoinha
Parambu	-	Cococi, Gavião, Miranda, Monte Sion, Novo Assis, Oiticica
Pedra Branca	-	Capitão Mor, Mineirolândia, Santa Cruz do Banabuiú, Tróia
Pentecoste	-	Matias, Porfírio Sampaio, Sebastião de Abreu
	Apuiarés	Canafístula, Vila Soares
	General Sampaio	-
Pereiro	-	Crioulos
Pindoretama	-	Capim da Roça, Caponguinha, Ema, Pratiús
Piquet Carneiro	-	Catolé da Pista, Ibicuã.
Porteiras	-	Simão
	Jati	Balanças, Carnaúba
	Penaforte	Juá, Santo André
Quiterianópolis	-	Algodões, São Francisco
Quixelô	-	Antonico
Quixeré	-	Agua Fria, Lagoinha, Tomé
Redenção	-	Antônio Diogo, Barra Nova, Faísca, Guassi, São Gerardo
Reriutaba	-	Amanaiara, Campo Lindo
Saboeiro	-	Barrinha, Felipe, Flamengo, Malhada, São José

Santana do Acaraú	-	Bahia, Baixa Fria, Barro Preto, João Cordeiro, Mutambeiras, Parapuí, Sapó
Santana do Cariri	-	Anjinhos, Araporanga, Brejo Grande, Dom Leme, Inhumas, Pontal da Santa Cruz
Solonópole		Assunção, Cangati, Pasta, Prefeita Suely Pinheiro, São José de Solonópole.
	Milhã	Baixa Verde, Barra, Carnaubinha, Ipueira, Monte grave.
	Deputado Irapuan Pinheiro	Aurora, Baixio, Betânia, Maratoã, Velame
Tabuleiro do Norte	-	Olho-d'Água da Bica, Peixe Gordo
	São João do Jaguaribe	-
Tamboril	-	Açudinho, Boa Esperança, Carvalho, Curatis, Holanda, Oliveiras, Sucesso
Umirim	-	Caxitoré, São Joaquim
	São Luís do Curu	-
Uruoca	-	Campanário, Paracuá
	Martinópole	-
Varjota	-	Croata
Comarcas de Entrância Intermediária		
Comarcas Sedes	**Comarcas Vinculadas**	**Distritos**
Acaraú	-	Aranaú, Juritianha, Lagoa do Carneiro
Acopiara	-	Barra do Ingá, Ebron, Isidoro, Quincoê, Santa Felícia, Santo Antônio, São Paulinho, Solidão, Trussu
		Camará, Caponga da Bernarda,

Aquiraz	-	Jacaúna, João de Castro, Justiniano de Serpa, Patacas, Tapera
Aracati	-	Barreira dos Vianas, Cabreiro, Córrego dos Fernandes, Jirau, Mata Fresca, Santa Tereza
Aracoiaba	-	Ideal, Jaguarão, Jenipapeiro, Lagoa de São João, Milton Belo, Pedra Branca, Plácido Martins, Vazantes
Barbalha	-	Arajara, Caldas, Estrela
Baturité		Boa Vista, São Sebastião
Beberibe	-	Forquilha, Itapeim, Parajuru, Paripueira, Serra do Félix, Sucatinga
Boa Viagem	-	Águas Belas, Boqueirão, Domingos da Costa, Guia, Ibuaçu, Ipiranga, Jacampari, Massapê dos Paes, Olho D'Água do Bezerril, Olho d'Água dos Facundos, Poço da Pedra, Várzea da Ipueira
Brejo Santo	-	Poço, São Filipe
Camocim	-	Amarelas, Guriú
Canindé	-	Bonito, Caiçara, Campos, Capitão Pedro Sampaio, Esperança, Iguaçu, Ipueiras dos Gomes, Monte Alegre, Salitre, Targinos
Cascavel	-	Caponga, Cristais, Guanacés, Jacarecoara, Pitombeiras
Cedro	-	Assunção, Candeias, Lagedo, Santo Antônio, São Miguel, Várzea da Conceição
Crateús	-	Assis, Curral Velho, Ibiapaba, Irapuá, Lagoa das Pedras, Montenebo, Oiticica, Poti,

		Realejo, Santana, Santo Antônio, Tucuns
Eusébio	-	-
Granja	-	Adrianópolis, Ibuguaçu, Parazinho, Pessoa Anta, Sambaíba, Timonha
Horizonte	-	Aningas, Dourados, Queimados
Icó	-	Cruzeirinho, Icozinho, Lima Campos, Pedrinhas, São Vicente
Iguatu	-	Barreiras, Barro Alto, Baú, Gadelha, José de Alencar, Riacho Vermelho, Suassurana
Independência	-	Ematuba, Iapi, Jandrangoeira, Monte Sinai, Tranqueiras
Ipu	-	Abílio Martins, Flores, Ingazeiras, Recanto, Várzea do Giló
	Pires Ferreira	Donato, Otavilândia, Santo Izidro
Itaitinga	-	Gererau
Itapajé	-	Aguaí, Baixa Grande, Cruz, Iratinga, Pitombeira, São Tomé, Serrote do Meio, Soledade
Itapipoca	-	Arapari, Assunção, Baleia, Barrento, Bela Vista, Betânia, Calugi, Cruxati, Deserto, Ipu Mazagão, Lagoa das Mercês, Marinheiros
Lavras da Mangabeira	-	Amaniutuba, Arrojado, Iborepi, Mangabeira, Quitaiús
Limoeiro do Norte	-	Bixopá
	-	Amanari, Antônio Marques, Cachoeira, Itapebussu, Jubaia, Ladeira Grande, Lages, Lagoa

Maranguape		do Juvenal, Manoel Guedes, Papara, Penedo, São João do Amanari, Sapupara, Tanques, Umarizeiras, Vertentes do Lagedo
	Palmácia	Gado, Gados dos Rodrigues
Massapê	-	Aiuá, Ipaguaçu, Mumbaba, Padre Linhares, Tangente, Tuína
	Senador Sá	Salão, Serrota
Mombaça		Açudinho dos Costas, Boa Vista, Cangatí, Carnaúbas, Catolé, Cipó, Manoel Correia, São Gonçalo do Umari, São Vicente
Morada Nova	-	Aruaru, Boa Água, Juazeiro de Baixo, Lagoa Grande, Pedras, Roldão, Uiraponga
Nova Russas	-	Canindezinho, Espacinha, Major Simplício, Nova Betânia, São Pedro.
Pacajus	-	Itaipaba, Pascoal
Pacatuba	-	Monguba, Pavuna, Senador Carlos Jereissati.
Quixadá	-	Califórnia, Cipó dos Anjos, Custódio, Daniel de Queiróz, Dom Maurício, Juá, Juatama, Riacho Verde, São Bernardo, São João dos Queirozes, Tapuiará, Várzea da Onça.
	Banabuiú	Laranjeiras, Pedras Brancas, Rinaré, Sitiá.
	Choró	Barbada, Caiçarinha, Maravilha, Monte Castelo, Santa Rita.

Quixeramobim	-	Belém, Damião Carneiro, Encantado, Lacerda, Manituba, Nenelândia, Passagem, São Miguel, Uruquê.
Russas	-	Bonhu, Flores, Lagoa Grande, Peixe, São João de Deus.
	Palhano	São José
Santa Quitéria	-	Lisieux, Logradouro, Macaraú, Malhada Grande, Muribeca, Raimundo Martins, Trapiá
	Catunda	Paraíso, Video
São Benedito	-	Barreiros, Inhuçu
São Gonçalo do Amarante	-	Cágado, Croatá, Pecém, Serrote, Siupé, Taiba, Umarituba
Senador Pompeu	-	Bonfim, Codia, Engenheiro José Lopes, São Joaquim do Salgado
Tauá	-	Barra Nova, Carrapateiras, Inhamuns, Marrecas, Marruás, Santa Tereza, Trici
	Arneiroz	Cachoeira de Fora, Planalto
Tianguá	-	Arapá, Caruataí, Pindoguaba, Tabainha
Trairi	-	Canaan, Córrego Fundo, Fleicheiras, Gualdrapas, Mundaú
Ubajara	-	Araticum, Jaburuna, Nova Veneza
Uruburetama	-	Itacolomy, Mundaú, Retiro, Santa Luzia
	Tururu	Cemoaba, Conceição, São Pedro do Gavião
Várzea Alegre	-	Calabaça, Canindezinho, Ibicatu, Naraniú, Riacho Verde
Viçosa do Ceará	-	General Tibúrcio, Juá dos Vieiras, Lambedouro, Manhoso,

		Padre Vieira, Passagem da Onça, Quatiguaba
Comarcas de Entrância Final		
Comarcas Sedes	Comarcas Vinculadas	Distritos
Caucaia	-	Bom Príncipio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos, Tucunduba
Crato	-	Baixio das Palmeiras, Bela Vista, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Ponta da Serra, Santa Fé, Santa Rosa.
Fortaleza	-	Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim, Parangaba
Juazeiro do Norte	-	Marrocos, Padre Cícero
Maracanaú	-	Pajuçara
Sobral	-	Aprazível, Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Patos, Patriarca, Rafael Arruda, São José do Torto, Taperuaba

Anexo II, da Lei Estadual nº , de de 2017

Zona Judiciária	Sede	Cargo de Juiz Auxiliar	Área de Jurisdição
1ª	Juazeiro do Norte	04	Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre.
2ª	Iguatu	2	Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari.
3ª	Quixadá	2	Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu e Solonópole.
4ª	Russas	2	Alto Santo, Ererê, Ibaretama, Ibicuitinga, Iracema, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São

			João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.
5ª	Caucaia	3	Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Palmácia, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, e Trairi.
	Maracanaú	4	
6ª	Itapipoca	1	Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Pentecoste, São Luís do Curu ,Tejuçuoca, Tururu, Umirim e Uruburetama.
7ª	Sobral	3	Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Sobral e Varjota.
8ª	Tianguá	2	Carnaubal, Croatá, Frecheirinha, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, Pires Ferreira, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.

9ª	Crateús	2	Ararendá, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Santa Quitéria e Tamboril.
10ª	Baturité	1	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti e Redenção.
11ª	Camocim	1	Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópole, Morrinhos, Senador Sá e Uruoca.
12ª	Aracati	1	Aracati, Beberibe, Fortim, Icapuí, Itaiçaba e Jaguaruana.
13ª	Canindé	1	Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti.
14ª	Tauá	1	Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá.

Anexo III, da Lei Estadual nº , de de de 2017

Nº	COMARCA	RAZÃO SOCIAL	CRIAÇÃO DA SERVENTIA
1	AIUABA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE BARRA	Criada pela Lei Estadual nº 3.338, de 15-09-1956 e não instalada
2	ALCÂNTARAS	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE VENTURA	Criada pela Lei Estadual 3.961 de 10/12/1957 e não instalada
3	ALTANEIRA (VINCULADA)	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE SÃO ROMÃO	Criada pela Lei Estadual 6.796 de 20/11/1963 e não instalada
4	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE GRAÇAS	Criada pela Lei Estadual 11.425 de 08/01/1988 e não instalada
5	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE LAGOA GRANDE	Criada pela Lei Estadual 11.426 de 08/01/1988 e não instalada
6	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE MOITAS	Criada pela Lei Estadual 11.420 de 05/01/1988 e não instalada
7	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE NASCENTE	Criada pela Lei Estadual 11.424 de 08/01/1988 e não instalada
8	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE POÇO COMPRIDO	Criada pela Lei Estadual 11.421 de 05/01/1988 e não instalada
9	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE SABIAGUABA	Criada pela Lei Estadual 11.419 de 05/01/1988 e não instalada
10	ANTONINA DO NORTE (VINCULADA)	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE TABULEIRO	Criada pela Lei Estadual 7.151 de 14/01/1968 e não instalada
11	APUIARÉS (VINCULADA)	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CANAFÍSTULA	Criada pela Lei Estadual 6.446 de 21/07/1963 e não instalada
12	APUIARÉS	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST.	Criada pela Lei Estadual

	(VINCULADA)	DE VILA SOARES	6.445 de 21/07/1963 e não instalada
13	AQUIRAZ	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CAMARÁ	Criada pela Lei Estadual 11.469 de 06/07/1988 e não instalada
14	AQUIRAZ	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CAPONGA DA BERNARDA	Criada pela Lei Estadual 11.474 de 06/07/1988 e não instalada
15	ARACATI	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CUIPIRANGA	Criada pelo Decreto Lei Estadual 114/1943 e não instalada
16	ARACATI	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE BARREIRA DOS VIANAS	Criada pela Lei Estadual 11.481 de 20/07/1988 e não instalada
17	ARARIPE	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE ALAGOINHA	Criada pela Lei Estadual 7.140 de 10/01/1964 e não instalada
18	ARARIPE	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE PAJEÚ	Criada pela Lei Estadual 7.140 de 10/01/1964 e não instalada
19	ARARIPE	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE RIACHO GRANDE	Criada pela Lei Estadual 7.140 de 10/01/1964 e não instalada
20	BARRO	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE ENGENHO VELHO	Criada pela Lei Estadual 11.453 de 02/06/1988 e não instalada
21	BARRO	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE MONTE ALEGRE	Criada pela Lei Estadual 11.452 de 02/06/1988 e não instalada
22	BARRO	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE SERROTE	Criada pela Lei Estadual 11.454 de 02/06/1988 e não instalada
23	BREJO SANTO	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE POÇO	Criada pela Lei Estadual 1.153 de 22/11/1951 e não instalada
24	CAMOCIM	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE AMARELAS	Criada pela Lei Estadual 6.397 de 03/07/1963 e não instalada

25	CANINDÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE IPUEIRA DOS GOMES	Criada pela Lei Estadual 7.166 de 14/01/1964 e não instalada
26	CANINDÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MONTE ALEGRE	Criada pela Lei Estadual 7.166 de 14/01/1964 e não instalada
27	CARIRÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ALTO	Criada pela Lei Estadual nº 6.767, de 19/11/1963 e não instalada
28	CROATÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BETÂNIA	Criada pela Lei Estadual 11.430/88 e não instalada
29	CRUZ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAIÇARA	Criada pela Lei Estadual 11.323/87 e não instalada
30	DEP. IRAPUAN PINHEIRO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BETÂNIA	Criada pela Lei Estadual 11.429/88 e não instalada
31	FORQUILHA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE TRAPIÁ	Criada pela Lei Estadual 11.012/85 e não instalada
32	HIDROLÂNDIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CONCEIÇÃO	Criada pela Lei Estadual 7.400/63 e não instalada
33	HORIZONTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ANINGÁS	Criada pela Lei Estadual 11.300 de 06/03/1987 e não instalada
34	HORIZONTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE DOURADO	Criada pela Lei Estadual 11.300 de 06/03/1987 e não instalada
35	ICAPUÍ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MANIBÚ	Criada pela Lei Estadual 11.003 de 15/01/1985 e não instalada
36	ICÓ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BERNARDINÓPOLIS	Criada pela Lei Estadual 6.880/63 e não instalada
37	ICÓ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO JOÃO	Criada pela Lei Estadual 6.880/63 e não instalada
38	ICÓ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO VICENTE	Criada pela Lei Estadual 6.880/63 e não instalada
39	IGUATU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CRUZ DAS PEDRAS	Criada pela Lei Estadual 6.915/63 e não instalada
40	INDEPENDÊNCIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE	Criada pela Lei Estadual

		JANDRAGOEIRA	7.103/1964 e não instalada
41	IPAPORANGA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SACRAMENTO	Criada pela Lei Estadual 11.348/1987 e não instalada
42	IPU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE FLORES	Criada pela Lei Estadual 7.264/1964 e não instalada
43	IPU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE VARZEA DO JILÓ	Criada pela Lei Estadual 7.010/1963 e não instalada
44	IRACEMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE EMA	Criada pela Lei Estadual 6.883/1963 e não instalada
45	IRACEMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO JOSÉ	Criada pela Lei Estadual 6.778/1963 e não instalada
46	IRAUÇUBA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BOA VISTA DO CAXITORÉ	Criada pela Lei Estadual 6.476/1963 e não instalada
47	ITAITINGA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE GERERAÚ	Criada pela Lei Estadual 11.927/1963 e não instalada
48	ITAPAJÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE AGUAÍ	Criada pela Lei Estadual 11.458/1988 e não instalada
49	ITAPAJÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAMARÁ	Criada pela Lei Estadual 6.602/1963 e não instalada
50	ITAPAJÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SOLEDADE	Criada pela Lei Estadual 6.602/1963 e não instalada
51	ITAPIPOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BELA VISTA	Criada pela Lei Estadual 7.188/64 e não instalada
52	ITAPIPOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE DESERTO	Criada pela Lei Estadual 11.102/86 e não instalada
53	ITAREMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CARVOEIRO	Criada pela Lei Estadual 6.990/63 e não instalada
54	ITATIRA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BANDEIRA	Criada pela Lei Estadual 7.180/64 e não instalada
55	JAGUARIBE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE AQUINÓPOLIS	Criada pela Lei Estadual 6.405/63 e não instalada
56	JAGUARUANA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO JOSÉ	Criada pela Lei Estadual 6.876/63 e não instalada
57	JUCÁS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BAIXIO DA DONANA	Criada pela Lei Estadual 6.531/63 e não instalada
58	JUCÁS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE POÇO GRANDE	Criada pela Lei Estadual 6.531/63 e não instalada

59	LIMOEIRO DO NORTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BIXOPÁ	Criada pela Lei Estadual 1.153 de 22/11/1951 e não instalada
60	MASSAPÊ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MUMBABA	Criada pela Lei Estadual 6.802/1963 e não instalada
61	MAURITI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BURITIZINHO	Criada pela Lei Estadual 11.157/85 e não instalada
62	MAURITI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO MIGUEL	Criada pela Lei Estadual 11.161/85 e não instalada
63	MERUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAMILOS	Criada pela Lei Estadual 7.159/64 e não instalada
64	MERUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PALESTINA DO NORTE	Criada pela Lei Estadual 7.167/64 e não instalada
65	MERUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SANTO ANTÔNIO DOS FERNANDES	Criada pela Lei Estadual 7.163/64 e não instalada
66	MERUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO FRANCISCO	Criada pela Lei Estadual 7.158/64 e não instalada
67	MILHÃ (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MONTE GRAVE	Criada pela Lei Estadual 11.315/64 e não instalada
68	MIRAÍMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BROTAS	Criada pela Lei Estadual 11.437/88 e não instalada
69	MISSÃO VELHA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE GAMELEIRA DE SÃO SEBASTIÃO	Criada pela Lei Estadual 8.339/65 e não instalada
70	MOMBAÇA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CANGATI	Criada pela Lei Estadual 6.933/63 e não instalada
71	MOMBAÇA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO GONÇALO DO UMARI	Criada pela Lei Estadual 6.933/63 e não instalada
72	MOMBAÇA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO VICENTE	Criada pela Lei Estadual 6.933/63 e não instalada
73	MONSENHOR TABOSA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BARREIRAS	Criada pela Lei Estadual 7.107/63 e não instalada
74	MONSENHOR TABOSA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	Criada pela Lei Estadual 6.898/63 e não instalada
75	MORADA NOVA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LAGOA GRANDE	Criada pela Lei Estadual 11.417/88 e não instalada

76	MORAÚJO (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE GOIÂNIA	Criada pela Lei Estadual 3.920/1957 e não instalada
77	MORAÚJO (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE VÁRZEA DA VOLTA	Criada pela Lei Estadual 3.920/1957 e não instalada
78	MUCAMBO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CARGUEIRO	Criada pela Lei Estadual 2.160/1953 e não instalada
79	ORÓS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PALESTINA	Criada pela Lei Estadual 7.168/64 e não instalada
80	PACOTI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE COLINA	Criada pela Lei Estadual 7.269/64 e não instalada
81	PACOTI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE FÁTIMA	Criada pela Lei Estadual 7.269/64 e não instalada
82	PACOTI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SANTA ANA	Criada pela Lei Estadual 7.269/64 e não instalada
83	PALHANO (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO JOSÉ	Criada pela Lei Estadual 11.455/88 e não instalada
84	PALMÁCIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ANTÔNIO MARQUES	Criada pela Lei Estadual 7.148/64 e não instalada
85	PALMÁCIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE VERTENTE DO LAJEDO	Criada pela Lei Estadual 7.148/64 e não instalada
86	PARACURU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE JARDIM	Criada pela Lei Estadual 6.526/63 e não instalada
87	PARAIPABA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ALAGOINHA	Criada pela Lei Estadual 11.009/85 e não instalada
88	PENTECOSTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PORFÍRIO SAMPAIO	Criada pela Lei Estadual 6.569/63 e não instalada
89	PEREIRO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CRIOULAS	Criada pela Lei Estadual 7.069/62 e não instalada
90	PIQUET CARNEIRO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MULUNGU	Criada pela Lei Estadual 11.418/88 e não instalada
91	POTENGI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BARREIRAS	Criada pela Lei Estadual 3.786/57 e não instalada
92	QUIXERÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LAGOINHA	Criada pela Lei Estadual 11.158/85 e não instalada
93	QUIXERÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE TOMÉ	Criada pela Lei Estadual 11.159/85 e não instalada

94	REDENÇÃO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO GERARDO	Criada por Ato Estadual de 04/11/1912 e não instalada
95	SALITRE (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LAGOA DOS CRIOULOS	Criada pela Lei Estadual 11.467/88 e não instalada
96	SALITRE (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CALDEIRÃO	Criada pela Lei Estadual 11.467/88 e não instalada
97	SANTA QUITÉRIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE AREAL	Criada pela Lei Estadual 7.162/64 e não instalada
98	SANTA QUITÉRIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LISEUX	Criada pela Lei Estadual 7.162/64 e não instalada
99	SANTA QUITÉRIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LOGRADOURO	Criada pela Lei Estadual 7.165/64 e não instalada
100	SANTA QUITÉRIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MURIBECA	Criada pela Lei Estadual 7.020/64 e não instalada
101	SANTANA DO ACARAÚ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE JOÃO CORDEIRO	Criada pela Lei Estadual 7.022/64 e não instalada
102	SANTANA DO CARIRI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE DOM LEME	Criada pela Lei Estadual 11.327/87 e não instalada
103	SÃO JOAO DO JAGUARIBE (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BARRA DO FIGUEIREDO	Criada pela Lei Estadual 1.153 de 22/11/1951 e não instalada
104	SENADOR POMPEU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CODIÁ	Criada pela Lei Estadual 11.335/87 e não instalada
105	SENADOR SÁ (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SERROTE	Criada pela Lei Estadual 3.762/57 e não instalada
106	SENADOR SÁ (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SALÃO	Criada pela Lei Estadual 3.762/57 e não instalada
107	SOBRAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAIOCA	Criada pela Lei Estadual 7.150/64 e não instalada
108	SOBRAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CARACARÁ	Criada pela Lei Estadual 6.754/63 e não instalada
109	SOBRAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BONFIM	Criada pela Lei Estadual 6.482/63 e não instalada
110	SOLONÓPOLE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ASSUNÇÃO	Criada pela Lei Estadual 7.093/64 e não instalada
111	TABULEIRO DO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE	Criada pela Lei Estadual

	NORTE	PEIXE GORDO	7.023/63 e não instalada
112	TAMBORIL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CARVALHO	Criada pela Lei Estadual 7.014/63 e não instalada
113	TAMBORIL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BOA ESPERANÇA	Criada pela Lei Estadual 7.019/63 e não instalada
114	UMIRIM	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAXITORÉ	Criada pela Lei Estadual 11.441/88 e não instalada
115	URUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAMPANÁRIO	Criada pela Lei Estadual 6.751 e não instalada
116	BELA CRUZ	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CAJUEIRINHO	Criada pela Lei Estadual 4.439/58 e não instalada
117	CARNAUBAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE GRAÇA	Criada pela Lei Estadual 3.702/57 e não instalada
118	CARNAUBAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MONTE CASTELO	Criada pela Lei Estadual 3.702/57 e não instalada
119	TAUÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. CAIÇARA	Criada pela Lei Estadual 11.949/92 e não instalada

Anexo IV da Lei Estadual nº , de de de 2017.

Nº	COMARCA	RAZÃO SOCIAL
1	ACOPIARA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ISIDORO
2	ARARIPE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. BREJINHO
3	ASSARÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ARATAMA
4	CAMPOS SALES	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. BARÃO DE AQUIRAZ
5	CARIRIAÇU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MIGUEL XAVIER
6	CARIRIAÇU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. VILA FEITOSA
7	CAUCAIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. SÍTIOS NOVOS
8	CAUCAIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DO DIST. DE TUCUNDUBA
9	CEDRO	CARTÓRIO REG. CIVIL DO DIST. VÁRZEA DA CONCEIÇÃO
10	CHAVAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PASSAGEM
11	COREAÚ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. AROEIRAS
12	CRATEÚS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE IRAPUÃ
13	CRATEÚS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE TUCUNS
14	CROATÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. BARRA DO SOTERO
15	GUAIÚBA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ITACIMA
16	GUARACIABA DO NORTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MORRINHOS NOVOS
17	HIDROLÂNDIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DO DIST. IRAJÁ
18	ICÓ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ICOZINHO
19	IGUATU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BAÚ
20	ITAPIPOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ASSUNÇÃO
21	JUCÁS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MEL
22	MADALENA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MACAOCA
23	MASSAPÊ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. TUINÁ
24	MASSAPÊ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. AIUÁ
25	MORADA NOVA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. UIRAPONGA
26	PARAMBU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. COCOCI
27	PEDRA BRANCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. TRÓIA

28	SANTANA DO CARIRI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ANJINHOS
29	SOBRAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. PATRIARCA
30	SOLONÓPOLE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. CANGATI
31	SOLONÓPOLE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. PASTA
32	TAUÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. CARRAPATEIRAS
33	TAUÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MARRUÁS
34	TAUÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. TRICI
35	URUBURETAMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. SANTA LUZIA
36	VÁRZEA ALEGRE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. RIACHO VERDE
37	CHORÓ LIMÃO (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAIÇARINHA
38	IBARETAMA (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PIRANGI
39	TURURU (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. CEMOABA

Editoração Casa Civil
CEARÁ
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO
Fortaleza, 16 de novembro de 2017 | SÉRIE 3 | ANO IX Nº213 | Caderno 1/2 | Preço: R$ 15,78

PODER EXECUTIVO

LEI Nº16.397, 14 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei :

LIVRO I
DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a organização judiciária do Estado do Ceará, compreendendo a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, observados os princípios definidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º Ao Poder Judiciário do Estado do Ceará é assegurada autonomia administrativa e financeira.

Art. 3º Compete privativamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará a iniciativa de lei que disponha sobre a organização judiciária estadual e a criação de unidades judiciárias, bem como a elaboração de seu regimento interno, disciplinando a composição e as atribuições de seus órgãos, o processo e o julgamento dos feitos de sua competência e a disciplina dos seus serviços.

TÍTULO II
DA DIVISÃO JUDICIÁRIA
CAPÍTULO ÚNICO
DAS CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS

Art. 4º O território do Estado do Ceará, para fins de administração do Poder Judiciário estadual, divide-se em comarcas sedes e comarcas vinculadas, as quais, por sua vez, se dividem em distritos judiciários, na forma descrita no anexo I desta Lei.

Art. 5º As comarcas do interior do Estado serão agrupadas em zonas judiciárias.

Art. 6º Em cada município haverá sede de comarca, dependendo a sua implantação do cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Lei, mediante apuração pelo Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. Os municípios que não forem sedes de comarcas serão qualificados como comarcas vinculadas, formando com as respectivas sedes uma única jurisdição, observado o disposto no art. 12 desta Lei.

Art. 7º As comarcas classificam-se em 3 (três) entrâncias, denominadas: inicial, intermediária e final, de acordo com o constante do anexo I, observados, para fins de reclassificação, os critérios previstos no art. 20 desta Lei.

Parágrafo único. A Comarca do Crato, atualmente de entrância intermediária, fica classificada como de entrância final.

Art. 8º A distribuição das varas e o número de juízes serão proporcionais à efetiva demanda judicial e à respectiva população, devendo o Tribunal de Justiça zelar para que todas as comarcas que contem com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes tenham, pelo menos, 2 (duas) unidades judiciárias.

Seção I
Das Zonas Judiciárias

Art. 9º À exceção da Comarca de Fortaleza, as comarcas serão agrupadas em zonas judiciárias, na forma do anexo II desta Lei, todas dotadas de juízes auxiliares com jurisdição no território respectivo, cuja atuação dependerá de prévia designação da Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 10. A composição das zonas judiciárias observará, tanto quanto possível, a regionalização para fins de planejamento que decorrer de legislação estadual.

Parágrafo único. A zona judiciária poderá ter mais de uma sede, de modo a atender à racionalidade e à eficiência do serviço.

Seção II
Das Comarcas Sedes

Art. 11. As comarcas constituem circunscrições com unidades judiciárias implantadas, observados os requisitos estabelecidos nesta Lei, cujos limites corresponderão aos de um município, ou aos de um agrupamento de 2 (dois) ou mais deles, caso em que um será considerado a sua sede, figurando os demais como comarcas vinculadas.

Seção III
Das Comarcas Vinculadas

Art. 12. As comarcas vinculadas são circunscrições que correspondem aos municípios que não constituem sedes de comarcas, integrando, enquanto nessa condição, a jurisdição de comarcas implantadas, a cujo juízo ficam afetos os respectivos serviços judiciais.

§ 1º O Tribunal de Justiça, por deliberação de seu Órgão Especial, observados aspectos como a demanda e a disponibilidade de recursos humanos e materiais determinará a reunião de todos os acervos processuais para tramitação na comarca sede, assegurando, neste caso, que o protocolo de petições e documentos, bem como atendimento ao público, expedição de certidões possam ser feitos tanto na comarca sede quanto na comarca vinculada.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, se a comarca sede contar com mais de uma unidade jurisdicional, o acervo será distribuído entre elas, observados os mesmos critérios para fixação de suas competências quanto aos demais feitos.

§ 3º As audiências e/ou quaisquer atos processuais que exijam comparecimento de pessoas em juízo serão realizados obrigatoriamente na comarca vinculada.

§ 4º A extinção, transformação ou transferência de comarcas somente poderão ocorrer mediante Lei.

Art. 13. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a prestação jurisdicional na comarca vinculada ficará sob a responsabilidade de juiz titular de unidade instalada na sede, em sistema de rodízio anual onde houver mais de uma, ou ainda por juiz auxiliar da respectiva Zona Judiciária, mediante prévia designação do Tribunal de Justiça em quaisquer dos casos.

Parágrafo único. A Corregedoria-Geral da Justiça zelará para que o juiz responsável pela comarca vinculada nela compareça, no mínimo, a cada 15 (quinze) dias, para a realização de audiências e/ou quaisquer outros atos necessários para uma célere prestação jurisdicional.

Art. 14. O Tribunal de Justiça adotará providências para assegurar que as comarcas vinculadas sejam dotadas de recursos humanos e materiais em volume proporcional à demanda, podendo, para tanto, firmar convênios com os respectivos municípios e outros entes públicos, regulando, por ato normativo a ser expedido pelo Órgão Especial, as verbas indenizatórias devidas a magistrados e servidores em razão dos deslocamentos de sua sede.

Seção IV
Dos Distritos Judiciários

Art. 15. Os distritos judiciários, integrantes das respectivas comarcas, terão a denominação e os limites correspondentes aos da divisão administrativa dos municípios.

Art. 16. Os distritos judiciários que, a critério do Tribunal de Justiça, atendam a adequados requisitos populacionais e socioeconômicos, contarão com um ofício de registro civil de pessoas naturais, a ser criado por lei, e um juizado de paz.

§ 1º Nas comarcas de significativa extensão territorial, cada distrito judiciário disporá, no mínimo, de um registrador civil das pessoas naturais, instituído por lei de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 2º Os indicadores de que trata o caput serão considerados com base em dados regularmente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na forma do art. 38 da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

§ 3º A instalação do distrito judiciário estará consumada com a posse da primeira pessoa que desempenhar a delegação de oficial do registro civil de pessoas naturais, após a criação da serventia por lei e provimento mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

Seção V
Da Implantação e Instalação de Comarcas

Art. 17. São requisitos para a implantação de comarcas:

I - população mínima de 15.000 (quinze mil) habitantes e eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população;

II - haver registrado média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da implantação, igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) daquela registrada, por juiz, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

§ 1º A aferição do número de demandas de que trata o inciso II, do caput, será feita pela secretaria do juízo a que pertencer a comarca vinculada, com base no domicílio de, pelo menos, uma das partes envolvidas nos litígios, lavrando-se certidão que será acompanhada de relatório consolidado dos feitos identificados como relativos à comarca a ser implantada, para fins de apreciação pelo Tribunal de Justiça.

§ 2º O Tribunal de Justiça publicará, em sua página eletrônica, anualmente, até o dia 31 de março, resumo do quantitativo de casos novos ingressados no último triênio, incluído o resultado do ano imediatamente anterior, estratificado por zona, comarca e unidade, bem como a média, por magistrado, mediador e conciliador, no âmbito do Poder Judiciário Estadual.

§ 3º Para os fins de que trata este artigo, os dados sobre a população e o eleitorado serão os oficialmente apurados e divulgados, respectivamente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e pelo Tribunal

Governador
CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

Vice - Governadora
MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO

Gabinete do Governador
JOSÉ ÉLCIO BATISTA

Gabinete do Vice-Governador
FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA

Casa Civil
JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA

Procuradoria Geral do Estado
JUVÊNCIO VASCONCELOS VIANA

Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado
JOSÉ FLÁVIO BARBOSA JUCÁ DE ARAÚJO

Conselho Estadual de Educação
JOSÉ LINHARES PONTE

Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura
EUVALDO BRINGEL OLINDA

Secretaria das Cidades
JESUALDO PEREIRA FARIAS

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior
INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA

Secretaria da Cultura
FABIANO DOS SANTOS

Secretaria do Desenvolvimento Agrário
FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA

Secretaria do Desenvolvimento Econômico
CESAR AUGUSTO RIBEIRO

Secretaria da Educação
ANTONIO IDILVAN DE LIMA ALENCAR

Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas
ALINE BEZERRA OLIVEIRA LIMA

Secretaria do Esporte
JOSÉ EULER DE OLIVEIRA BARBOSA

Secretaria da Fazenda
CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO

Secretaria da Infraestrutura
LUCIO FERREIRA GOMES

Secretaria da Justiça e Cidadania
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO

Secretaria do Meio Ambiente
ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO

Secretaria do Planejamento e Gestão
FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR

Secretaria dos Recursos Hídricos
FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

Secretaria da Saúde
HENRIQUE JORGE JAVI DE SOUSA

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
ANDRÉ SANTOS COSTA

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
JOSBERTINI VIRGÍNIO CLEMENTINO

Secretaria do Turismo
ARIALDO DE MELLO PINHO

Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário
RODRIGO BONA CARNEIRO (RESPONDENDO)

Regional Eleitoral do Ceará.

Art. 18. Atendidos os requisitos estabelecidos no artigo anterior, o Tribunal de Justiça, após a deliberação do Tribunal Pleno, providenciará o envio de projeto de lei à Assembleia Legislativa, do qual deverá constar, também, a proposta de criação dos cargos necessários para prover o juízo a ser implantado, e dos respectivos ofícios extrajudiciais.

Art. 19. Após a entrada em vigor da lei que autorizar a implantação de nova comarca, o Tribunal de Justiça disciplinará, por meio de resolução, as providências necessárias à respectiva instalação.

Parágrafo único. Quando da instalação de nova comarca, os feitos em tramitação que tenham pelo menos uma das partes com domicílio na jurisdição da unidade a ser implantada, desde que ainda não julgados, serão encaminhados para a nova sede do juízo, obedecida a legislação processual em vigor.

Seção VI
Da Elevação de Comarca

Art. 20. Para a elevação de comarca entre entrâncias devem ser observados requisitos relativos à população, eleitorado e demanda, nos seguintes termos:

I - da entrância inicial para a intermediária:

a) população mínima de 30.000 (trinta mil) habitantes; eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população; e média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da elevação, igual ou superior a 1.300 (um mil e trezentos) feitos; ou

b) população mínima de 40.000 (quarenta mil) habitantes; eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população; e média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da elevação, igual ou superior a 1.200 (um mil e duzentos) feitos; ou

c) população mínima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes; eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população; e média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da elevação, igual ou superior a 1.100 (um mil e cem) feitos;

II - da entrância intermediária para a final: população mínima de 200.000 (duzentos mil) habitantes e eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população; ou média anual de casos novos, considerado o triênio anterior ao da elevação, igual ou superior a 8.000 (oito mil) feitos.

Parágrafo único. Aos juízes das unidades judiciárias que forem elevadas será assegurado o direito de permanecerem nas respectivas funções até serem removidos ou promovidos, fazendo jus à percepção da diferença de subsídios.

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL
CAPÍTULO I
DOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

Art. 21. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Tribunal de Justiça;

II - as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e da Fazenda Pública;

III -os Tribunais do Júri;

IV - os Juizados Especiais Cíveis, Criminais, Cíveis e Criminais, e da Fazenda Pública;

V - os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

VI - a Auditoria Militar;

VII -os Juízes de Direito;

VIII -os Juízes de Direito Substitutos;

IX - a Justiça de Paz;

X- outros órgãos criados por lei.

§ 1º Os órgãos judiciários são independentes em seus desempenhos, ressalvada a estrutura recursal e observado o sistema de relações entre os poderes estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

CAPÍTULO II
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 22. A Justiça Estadual em segundo grau é constituída pelo Tribunal de Justiça.

Art. 23. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará, compõe-se de 43 (quarenta e três) desembargadores, nomeados na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

§ 1º O Tribunal de Justiça terá sua estrutura administrativa definida em lei específica, no seu regimento interno e nas resoluções que vier a editar.

§ 2º O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, a fim de ampliar o acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

§ 3º Ao Tribunal de Justiça é atribuído o tratamento de "egrégio Tribunal" e a seus membros o de "Excelência", com o título de desembargadores, os quais conservarão, bem assim as honras correspondentes, mesmo após a aposentadoria.

Art. 24. Compete ao Tribunal de Justiça:

I - eleger seus órgãos diretivos e elaborar seu regimento interno, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a composição e as atribuições de seus órgãos, o processo e o julgamento dos feitos de sua competência e a disciplina dos seus serviços;

II - organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correcional respectiva;

III - prover, na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual, os cargos necessários à administração da justiça;

IV - aposentar e conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhe forem imediatamente vinculados;

V - encaminhar as propostas orçamentárias do Poder Judiciário Estadual ao Poder Executivo;

VI - solicitar, quando cabível, a intervenção federal no Estado, nas hipóteses de sua competência;

VII - propor ao Poder Legislativo, mediante projeto de lei, observadas as Constituições Federal e Estadual:

a) a alteração da organização judiciária, ressalvado o disposto no art. 42, § 1º, desta Lei;

b) a alteração do número de seus membros;

c) a criação e a extinção de cargos de juiz e de serviços auxiliares da justiça;

d) a fixação da remuneração dos magistrados, dos servidores, dos serviços auxiliares da justiça e dos juízes de paz;

e) a alteração dos valores, forma de cálculo e de recolhimento das despesas dos processos judiciais e das custas extrajudiciais e emolumentos.

Art. 25. Compete, ainda, ao Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns e de responsabilidade, o Vice-Governador, os deputados estaduais, os juízes estaduais, os membros do Ministério Público, os membros da Defensoria Pública, os prefeitos, o Comandante-Geral da Polícia Militar e o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

b) os mandados de segurança e os habeas data contra atos do Governador do Estado, da Mesa e Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, dos secretários de Estado, do Tribunal de Contas do Estado ou de algum de seus órgãos, do Procurador-Geral de Justiça, no exercício de suas atribuições administrativas, ou na qualidade de presidente dos órgãos colegiados do Ministério Público, do Procurador-Geral do Estado, do Chefe da Casa Militar, do Chefe do Gabinete do Governador, do Controlador e do Ouvidor-Geral do Estado, do Defensor Público Geral do Estado, do Comandante-Geral da Polícia Militar e do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar;

c) os mandados de injunção contra omissão das autoridades referidas na alínea anterior;

d) os habeas corpus nos processos, cujos recursos forem de sua competência, ou quando o coator ou paciente for autoridade diretamente sujeita à sua jurisdição;

e) as ações rescisórias de seus julgados e as revisões criminais nos processos de sua competência;

f) as ações diretas de inconstitucionalidade, nos termos do art. 128 da Constituição Estadual;

g) as representações para intervenção em municípios;

h) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuição para a prática de atos processuais;

i) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

j) matérias disciplinares relativas aos magistrados;

II - julgar, em grau de recurso, as causas não atribuídas à competência dos órgãos recursais dos juizados especiais;

III- velar pelo exercício da atividade correicional respectiva;

IV- dar posse aos juízes de direito substitutos, organizar e rever, anualmente, a lista de antiguidade dos magistrados por classe e entrância, conhecendo das reclamações, para fins de promoção e acesso ao Tribunal de Justiça;

V- decidir sobre remoção e permuta de magistrados e organizar lista tríplice dos juízes, para fins de promoção e acesso por merecimento, bem como decidir sobre a promoção e acesso por antiguidade;

VI- eleger:

a) os membros do Órgão Especial e seus respectivos suplentes, dando-lhes posse na mesma sessão;

b) os membros do Conselho da Magistratura e respectivos suplentes;

c) os desembargadores e os juízes efetivos e substitutos do Tribunal Regional Eleitoral, apreciando a recondução, dentre os inscritos na classe dos magistrados do Estado;

VII- aprovar a indicação dos juízes para fins de substituição e auxílio à Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e ao Tribunal;

VIII- conceder licença e férias ao Presidente do Tribunal e autorizar seu afastamento, quando o prazo for superior a 15 (quinze) dias;

IX- solicitar, quando cabível, a intervenção federal no Estado, por intermédio do Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição da República;

X- homologar os concursos públicos para provimento de cargos na estrutura do Poder Judiciário;

XI- deliberar:

a) indicação de juiz de direito substituto ao cargo de juiz de direito, na forma da legislação pertinente;

b) perda do cargo de juiz de direito substituto, por maioria absoluta dos membros, na hipótese prevista no inciso I, do art. 95, da Constituição Federal;

c) pedido do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará com vistas à concessão de afastamento de magistrados e de servidores para a prestação de serviço exclusivamente à Justiça Eleitoral;

d) liberação de magistrados e servidores para frequentar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento;

XII- deliberar sobre remoção, disponibilidade e aposentadoria de magistrados, quando por interesse público, em decisão por voto da maioria absoluta dos membros efetivos;

XIII- formar:

a) listas tríplices para o preenchimento das vagas do Tribunal de Justiça reservadas aos juízes, advogados e membros do Ministério Público;

b) lista a ser encaminhada à Presidência da República para a nomeação de advogados que integrarão o Tribunal Regional Eleitoral;

XIV- exercer as demais funções que lhe forem atribuídas por lei.

Seção I
Dos Órgãos Julgadores

Art. 26. O Tribunal de Justiça tem como órgãos julgadores: o Tribunal Pleno, o Órgão Especial, a Seção de Direito Público, a Seção de Direito Privado, a Seção Criminal, as Câmaras de Direito Público, as Câmaras de Direito Privado e as Câmaras Criminais.

Art. 27. O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos membros da Corte, sendo presidido pelo Presidente do Tribunal e, nos seus impedimentos, sucessivamente, pelo Vice-Presidente ou pelo desembargador mais antigo.

Art. 28. O Órgão Especial é composto por 19 (dezenove) desembargadores, escolhidos na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica da Magistratura Nacional e no Regimento Interno do Tribunal de Justiça, e exercerá atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do Tribunal Pleno.

Art. 29. As Seções de Direito Público, de Direito Privado e Criminal são formadas, respectivamente, pelos integrantes das Câmaras de Direito Público, de Direito Privado e Criminais.

Art. 30. Cada Câmara será composta por 4 (quatro) Desembargadores, sendo os julgamentos tomados pelo voto de 3 (três) deles.

Art. 31. A composição, a organização e o funcionamento dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça serão disciplinados no seu regimento.

Seção II
Dos Órgãos Diretivos
Subseção I
Das Disposições Preliminares

Art. 32. O Tribunal de Justiça é dirigido pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelo Corregedor-Geral da Justiça.

Art. 33. O Tribunal de Justiça, pela maioria absoluta dos membros efetivos, por votação secreta, elegerá, dentre os desembargadores, os titulares dos cargos de direção, com mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição.

Parágrafo único. São considerados inelegíveis os desembargadores que tenham exercido quaisquer dos cargos de direção, por período de 4 (quatro) anos, ou o cargo de Presidente do Tribunal, até que se esgotem todos os nomes.

Art. 34. Considerar-se-á eleito, para cada cargo de direção, o desembargador que obtiver a maioria absoluta dos votos dos membros efetivos do Tribunal.

§ 1º Computados os votos, se nenhum desembargador alcançar a maioria absoluta, será realizado novo escrutínio, concorrendo apenas os 2 (dois) desembargadores mais votados para cada cargo de direção, no primeiro escrutínio.

§ 2º No segundo escrutínio, será eleito aquele que obtiver a maioria dos votos.

§ 3º No caso de empate, por ocasião do segundo escrutínio, considerar-se-á eleito o mais antigo no Tribunal.

§ 4º Persistindo o empate, considerar-se-á eleito o mais antigo na carreira e, seguidamente, ainda em caso de empate, o mais idoso.

§ 5º Será adotada, para eleição de cada um dos cargos diretivos do Tribunal, cédula única na qual serão incluídos, na ordem decrescente de antiguidade, os nomes dos desembargadores que se tenham habilitado previamente.

Art. 35. A eleição ocorrerá, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término do mandato e com ela terá início o processo de transição, a ser encerrado com as respectivas posses.

Art. 36. Vagando os cargos de Presidente do Tribunal, de Vice-Presidente ou de Corregedor-Geral da Justiça, no curso do primeiro ano de mandato, proceder-se-á, dentro de 25 (vinte e cinco) dias, à eleição do sucessor para o tempo restante, ressalvando-se que aquele que for eleito Presidente do Tribunal não poderá ser reconduzido para o período subsequente.

§ 1º Vagando os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente do Tribunal, com menos de 12 (doze) meses para o término do mandato, a substituição, durante o período que restar, far-se-á do Presidente pelo Vice-Presidente do Tribunal, e deste pelo desembargador mais antigo, sendo que, nessa hipótese, não haverá óbice a que o substituto concorra à próxima eleição.

§ 2º Vagando o cargo de Corregedor, com menos de 12 (doze) meses para o término do mandato, realizar-se-á nova eleição, ressalvando-se que o eleito exercerá a função pelo período remanescente do mandato, não lhe sendo impedido concorrer no pleito imediatamente posterior.

Subseção II
Da Presidência

Art. 37. Ao Presidente do Tribunal de Justiça, além das atribuições de representar o Poder Judiciário em suas relações com os demais Poderes e de superintender todo o serviço da justiça, incumbe o desempenho das competências estabelecidas em lei específica que trata da organização ad-

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

ministrativa do Poder Judiciário e no regimento interno, bem assim:

I - votar no Tribunal Pleno e no Órgão Especial nos pedidos de intervenção da União Federal no Estado e deste nos municípios, em processos de habeas corpus, nas ações diretas de inconstitucionalidade, nas ações declaratórias de constitucionalidade, bem como nos incidentes de inconstitucionalidade das leis ou atos normativos, proferindo voto de qualidade nos demais casos quando ocorrer empate, e a solução não estiver de outro modo regulada;

II - suspender a execução de liminar ou de sentença, nos casos previstos na Legislação Federal;

III- relatar e votar, perante o órgão julgador competente, o recurso contra decisão que tenha proferido em causas de sua competência, nos casos em que não tenha havido exercício de retratação;

IV -processar e ordenar o pagamento das requisições judiciais resultantes de sentenças proferidas contra a Fazenda Pública, segundo atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Subseção III
Da Vice-Presidência

Art. 38.Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente do Tribunal no exercício de suas atribuições, substituindo-o nas ausências, férias, licenças, suspeições e impedimentos, com a mesma posição hierárquica, bem como:

I - relatar exceção de suspeição não reconhecida, oposta ao Presidente do Tribunal;

II - presidir a distribuição dos processos no Tribunal, bem como assinar as atas e livros respectivos, organizados e guarnecidos pela Secretaria Judiciária;

III - deliberar acerca de pedido de desistência de ação, incidente ou recurso nos feitos ainda não distribuídos;

IV - despachar, nos termos das leis processuais vigentes, os recursos interpostos de decisões do Tribunal para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça, apreciando-lhes a admissibilidade;

V- apreciar, nos termos das leis processuais vigentes, os pedidos de concessão de efeito suspensivo aos recursos interpostos de decisões do Tribunal para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça;

VI - superintender o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP, que funcionará vinculado à Vice-Presidência, ao qual compete, dentre outras atribuições, a de uniformizar o gerenciamento dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da repercussão geral, de julgamentos de casos repetitivos e de incidentes de assunção de competência, previstos na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

VII - ordenar a restauração de autos de processos administrativos, quando desaparecidos no Tribunal de Justiça.

Subseção IV
Da Corregedoria-Geral da Justiça

Art. 39. A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação dos juízes de primeiro grau, dos juízes de paz, dos servidores e dos serviços notariais e de registro, será dirigida por um desembargador, denominado Corregedor-Geral.

Parágrafo único. A Corregedoria elaborará seu regimento interno, que será submetido à aprovação do Tribunal Pleno, do qual constarão as atribuições do Corregedor-Geral, dos juízes corregedores auxiliares e de seus demais órgãos.

Art. 40. O Corregedor-Geral da Justiça será auxiliado em suas atividades por juízes de primeiro grau, na proporção de 1 (um) para cada 100 (cem) juízes efetivos em exercício no Estado, submetendo-se a referendo do Conselho Nacional de Justiça as convocações que, eventualmente, excederem a 6 (seis).

Art. 41. São ações próprias da Corregedoria-Geral da Justiça:

I - orientar e fiscalizar os serviços judiciais e extrajudiciais em todo o Estado;

II - avaliar o desempenho dos juízes em estágio probatório para o fim de vitaliciamento;

III - fiscalizar as secretarias das unidades judiciais de primeiro grau e as serventias extrajudiciais;

IV - realizar correições e inspeções em comarcas, varas e serventias;

V - editar atos normativos para:

a) instruir autoridades judiciais, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores;

b) evitar irregularidades;

c) corrigir erros e coibir abusos com ou sem cominação de pena;

VI - realizar sindicâncias e propor a abertura de processos administrativos disciplinares;

VII - aplicar as penas disciplinares cominadas aos ilícitos administrativos praticados por seus servidores;

VIII - responder a consultas a respeito do correto funcionamento do Poder Judiciário de primeiro grau e das serventias extrajudiciais.

CAPÍTULO III
DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU
Seção Única
Da Composição

Art. 42. A Justiça de primeiro grau é composta pelos seguintes órgãos:

I - Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e da Fazenda Pública;

II - Tribunais do Júri;

III- Juizados Especiais Cíveis, Criminais, Cíveis e Criminais, e da Fazenda Pública;

IV - Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

V - Auditoria Militar;

VI- Juízes de Direito;

VII - Juízes de Direito Substitutos;

VIII - Justiça de Paz.

§ 1º O Tribunal de Justiça, por sua composição plenária, com a aprovação por 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante resolução, poderá alterar a competência dos órgãos previstos neste artigo, bem como a sua denominação, e ainda determinar a redistribuição dos feitos neles em curso, sem aumento de despesa, sempre que necessário para racionalizar a adequada prestação jurisdicional.

§ 2º A criação de novas varas ou juizados dependerá da existência de cargos de servidores correspondentes à lotação paradigma do juízo, a ser estimada de acordo com as normas específicas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça, observados, tanto quanto possível, os parâmetros aplicáveis a unidades similares.

CAPÍTULO IV
DA COMARCA DE FORTALEZA
Seção I
Dos Órgãos Colegiados
Subseção I
Das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e Da Fazenda Pública

Art. 43. As Turmas Recursais serão em número de 3 (três), sendo 2 (duas) Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e 1 (uma) Turma Recursal do Juizado Especial da Fazenda Pública, cada uma delas com 3 (três) membros titulares, todas sediadas na Comarca de Fortaleza, com jurisdição e competência em todo o território do Estado.

§ 1º As Turmas Recursais serão presididas, em regime de rodízio, por um de seus membros, com mandato de 2 (dois) anos, iniciando pelo membro mais antigo, sem recondução até que se esgote a ordem de antiguidade de seus integrantes.

§ 2º O Presidente será substituído, nos períodos de férias, afastamentos ou impedimentos, pelos demais membros, observada a ordem decrescente de antiguidade no órgão.

§ 3º Compete às Turmas Recursais processar e julgar:

I - o mandado de segurança e o habeas corpus contra ato de Juiz de Direito dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais, Cíveis e Criminais, e contra seus próprios atos;

II - os recursos interpostos contra sentenças dos Juizados Especiais Cíveis; Criminais; Cíveis e Criminais; e da Fazenda Pública;

III - os embargos de declaração opostos a seus acórdãos;

IV - as homologações de desistência e transação, nos feitos que se achem em pauta;

V - agravo de instrumento interposto contra decisões cautelares ou antecipatórias proferidas nos Juizados Especiais da Fazenda Pública;

VI - conflito de competência entre juízes de Juizados Especiais.

§ 4º Compete ao Presidente de cada Turma Recursal exercer juízo de admissibilidade em recursos interpostos às suas decisões ou acórdãos, bem como prestar as informações que lhe forem requisitadas.

§ 5º Os Juízes das Turmas Recursais serão substituídos em suas faltas, afastamentos, férias, licenças, ausências e impedimentos nos termos de resolução aprovada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça que regulamente a matéria.

§ 6º O Tribunal de Justiça, por seu Órgão Especial, poderá constituir, mediante resolução, tantas Turmas Recursais quantas forem necessárias à prestação jurisdicional, em caráter temporário ou permanente, desde que mediante a destinação de cargos já existentes, sem aumento da despesa.

Subseção II
Do Tribunal do Júri

Art. 44. O Tribunal do Júri funcionará em cada comarca, obedecidas, na sua composição e funcionamento, as normas estabelecidas em lei.

Parágrafo único. Nas Comarcas de Fortaleza e do interior, as sessões do Tribunal do Júri poderão ser realizadas durante todo o ano.

Art. 45. O alistamento de jurados será feito de acordo com os quantitativos mínimos estabelecidos pela legislação federal, devendo a lista geral, com a indicação das respectivas profissões, ser publicada até o dia 10 de outubro de cada ano, através do Diário da Justiça e de editais afixados à porta do Tribunal do Júri.

§ 1º A lista poderá ser alterada, de ofício ou mediante reclamação de qualquer do povo ao juiz presidente até o dia 10 de novembro, data de sua publicação definitiva.

§ 2º O jurado que tiver integrado o Conselho de Sentença nos 12 (doze) meses que antecederem à publicação da lista geral fica dela excluído.

§ 3º Anualmente, a lista geral de jurados será, obrigatoriamente, completada.

§ 4º O sorteio será realizado entre o 15º (décimo quinto) e o 10º (décimo) dia útil antecedente à instalação da reunião, sob a presidência do juiz, a portas abertas, cabendo-lhe retirar as cédulas até completar o número de 25 (vinte e cinco) jurados, para a reunião periódica ou extraordinária.

Subseção III
Da Auditoria Militar

Art. 46. A Justiça Militar Estadual, em primeiro grau, é composta por um colegiado denominado Auditoria Militar, formado por um Juiz de

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

Direito que o presidirá, e pelos Conselhos de Justiça Militar, com jurisdição em todo o Estado.

Art. 47. Em segundo grau, as funções afetas à Justiça Militar serão exercidas pelo Tribunal de Justiça.

Art. 48. Na composição dos Conselhos de Justiça Militar, observar-se-á, no que couber, o disposto na legislação da Justiça Militar da União.

Art. 49. Compete à Justiça Militar do Estado processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares por crimes militares definidos em lei, bem como as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do Tribunal do Júri quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal de Justiça decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

Parágrafo único. Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.

Seção II
Dos Órgãos Singulares
Subseção Única
Da Especialização

Art. 50. Na Comarca de Fortaleza, a jurisdição será exercida de acordo com as atribuições e competências definidas nesta Lei e nas normas pertinentes editadas pelo Tribunal de Justiça, nos termos do art. 42, § 1º, contemplando as seguintes especialidades:

I - 26 (vinte e seis) Varas Cíveis Comuns;

II - 13 (treze) Varas Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa;

III - 2 (duas) Varas de Recuperação de Empresas e Falências;

IV - 18 (dezoito) Varas de Família;

V - 5 (cinco) Varas de Sucessões;

VI - 11 (onze) Varas da Fazenda Pública;

VII - 2 (duas) Varas de Registros Públicos;

VIII - 18 (dezoito) Varas Criminais, uma das quais privativa de Audiências de Custódia;

IX - 5 (cinco) Varas do Júri;

X - 1 (uma) Vara da Auditoria Militar;

XI - 4 (quatro) Varas de Delitos de Tráfico de Drogas;

XII - 3 (três) Varas de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios;

XIII - 1 (uma) Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas;

XIV - 6 (seis) Varas de Execução Fiscal e de Crimes contra a Ordem Tributária;

XV - 5 (cinco) Varas da Infância e da Juventude;

XVI - 20 (vinte) Juizados Especiais Cíveis;

XVII - 4 (quatro) Juizados Especiais Criminais;

XVIII - 4 (quatro) Juizados Especiais da Fazenda Pública;

XIX - 1 (um) Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

XX - 2 (duas) Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

XXI - 1 (uma) Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública;

XXII – 36 (trinta e seis) Juizados Auxiliares, assim divididos:

a) 5 (cinco) Juizados Auxiliares Privativos das Varas do Júri;

b) 1 (um) Juizado Auxiliar Privativo do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

c) 2 (dois) Juizados Auxiliares Privativos das Varas da Infância e Juventude, para o atendimento das atribuições previstas nos parágrafos únicos, dos arts. 67 e 69 desta Lei;

d) 1 (um) Juizado Auxiliar Privativo da 17ª Vara Criminal – Vara Única Privativa de Audiências de Custódia;

e) 1 (um) Juizado Auxiliar Privativo das Varas de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios, para o atendimento das atribuições previstas no art. 62, parágrafo único, desta Lei;

f) 7 (sete) Juizados Auxiliares das Varas Cíveis Comuns; Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa; Recuperação de Empresas e Falências; e Registros Públicos;

g) 6 (seis) Juizados Auxiliares das Varas Criminais; de Delitos de Tráfico de Drogas; de Penas Alternativas e da Auditoria Militar;

h) 5 (cinco) Juizados Auxiliares das Unidades dos Juizados Especiais Cíveis; Juizados Especiais Criminais; Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

i) 4 (quatro) Juizados Auxiliares das Varas de Família; Sucessões; e Infância e Juventude;

j) 2 (dois) Juizados Auxiliares das Varas da Fazenda Pública; dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e da Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública;

k) 2 (dois) Juizados Auxiliares das Varas de Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária.

Art. 51. Na Comarca de Fortaleza, as atribuições dos Juízes de Direito serão exercidas mediante distribuição, respeitadas as especialidades de cada juízo.

Parágrafo único. As cartas precatórias serão cumpridas pelos diversos juízos, por distribuição, observadas suas competências e especialidades.

Seção III
Da Jurisdição Cível
Subseção I
Dos Juízes de Direito das Varas Cíveis Comuns e das Varas Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa

Art. 52. Aos Juízes de Direito das Varas Cíveis Comuns e das Especializadas nas Demandas em Massa compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas nas leis processuais civis e em resoluções editadas pelo Tribunal de Justiça, não privativas de outro Juízo.

Parágrafo único. As classes processuais e assuntos abrangidos pela competência das Varas Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa serão definidos por resolução do Tribunal de Justiça e poderão ser revistos nos casos de acentuada redução do volume de casos novos afetos a grupos específicos de unidades, aferida com base no último triênio.

Subseção II
Dos Juízes de Direito das Varas de Recuperação de Empresas e Falências

Art. 53. Aos Juízes de Direito das Varas de Recuperação de Empresas e Falências compete, por distribuição, processar e julgar:

I -as recuperações judiciais e as falências;

II - os feitos que, por força de lei, devam ter curso no juízo da recuperação judicial ou da falência, inclusive os crimes de natureza falimentar;

III - as causas, inclusive penais, nas quais as instituições financeiras, em regime de liquidação extrajudicial, figurem como partes, vítimas ou interessadas;

IV - as execuções por quantia certa contra devedor insolvente, inclusive o pedido de declaração de insolvência.

Subseção III
Dos Juízes de Direito das Varas de Família

Art. 54. Aos Juízes das Varas de Família compete, por distribuição:

I - processar e julgar:

a) as ações de nulidade e de anulação de casamento, as de família (previstas no art. 693, do Código de Processo Civil), e as demais relativas ao estado e à capacidade da pessoa;

b) as ações de investigação de paternidade, cumuladas ou não com as de petição de herança;

c) as ações de alimentos, inclusive quanto à revisão e exoneração do encargo, e as de posse e guarda de filhos menores, ressalvada a competência específica das Varas da Infância e da Juventude;

d) as ações sobre suspensão e extinção do poder familiar e as de emancipação, ressalvada a competência das Varas da Infância e da Juventude;

e) as ações concernentes ao regime de bens do casamento e as doações antenupciais;

f) as ações relativas à interdição e atos decorrentes, como nomeação de curadores e administradores provisórios, levantamento de interdição, suprimento de consentimento, tomada de contas, especialização de hipoteca legal, remoção e destituição de curadores;

II - suprir o consentimento do cônjuge e dos pais ou tutores, para o casamento dos filhos ou tutelados, sob sua jurisdição;

III - julgar as habilitações de casamento civil nas hipóteses em que houver impugnação do oficial de Registro Civil, do Ministério Público ou de terceiro, na forma prevista no parágrafo único, do art. 1.526, do Código Civil;

IV - presidir a celebração de casamento civil, sem prejuízo da atuação de juiz de paz, onde houver, ou de autoridade investida de competência para tanto, por ato da Presidência do Tribunal de Justiça.

Subseção IV
Dos Juízes de Direito das Varas de Sucessões

Art. 55. Aos Juízes das Varas de Sucessões compete, por distribuição:

I - processar e julgar:

a) inventários e partilhas ou arrolamentos, ressalvado o previsto na Lei nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007, quanto à realização de tais procedimentos por via administrativa;

b) ações concernentes à sucessão causa mortis, salvo as de petição de herança, quando cumuladas com as de investigação de paternidade;

c) ações de nulidade e de anulação de testamento e as pertinentes à sua execução;

d) as ações que envolvam bens vagos ou de ausentes e a herança jacente, salvo as ações diretas contra a Fazenda Pública;

II - determinar a abertura de testamento e codicilos e decidir sobre a aprovação dos testamentos particulares, ordenando ou não o registro, inscrição e cumprimento deles e dos testamentos públicos.

Subseção V
Dos Juízes de Direito das Varas da Fazenda Pública

Art. 56. Aos Juízes de Direito das Varas da Fazenda Pública compete, por distribuição:

I - processar e julgar com jurisdição em todo o território do Estado:

a) as causas em que o Estado do Ceará, o Município de Fortaleza, as suas respectivas autarquias, fundações e empresas públicas, forem interessados, como autores, réus, assistentes ou oponentes, excetuadas as de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, as recuperações judiciais e falências, as sujeitas à Justiça do Trabalho e à Justiça Eleitoral, bem como as definidas nas alíneas "e" e "f", do inciso I, do art. 102, da Constituição Federal;

b) os mandados de segurança contra atos das autoridades estaduais, municipais, autárquicas ou pessoas naturais ou jurídicas que exerçam funções

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

delegadas do Poder Público, no que se entender com essas funções, ressalvada a competência originária do Tribunal de Justiça e de seus órgãos em relação à categoria da autoridade apontada como coatora, bem como a competência dos Juízes de Direito das comarcas do interior onde a autoridade impetrada tiver sua sede;

c) as medidas cautelares nos feitos de sua competência;

II - dar cumprimento às precatórias em que haja interesse do Estado do Ceará ou do Município de Fortaleza, suas autarquias, fundações e empresas públicas, salvo se elas tiverem de ser cumpridas em comarcas do interior do Estado.

§ 1º Os atos e diligências dos Juízes das Varas da Fazenda Pública poderão ser praticados em qualquer comarca do interior do Estado pelos juízes locais ou seus auxiliares, mediante a exibição de ofício ou mandado em forma regular.

§ 2º É competente o foro da situação da coisa, nos casos definidos nas letras "a" e "c" do inciso I deste artigo, caso se cuide de ação fundada em direito real sobre imóveis.

Subseção VI
Dos Juízes de Direito das Varas de Registros Públicos

Art. 57. Aos Juízes de Direito das Varas de Registros Públicos compete, por distribuição:

I - processar e julgar:

a) as causas que se refiram, com exclusividade, à alteração ou desconstituição dos registros públicos;

b) as impugnações a loteamento de imóveis, realizadas na conformidade do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937 e da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, bem como as incorporações imobiliárias, no termos da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964;

c) as causas relativas a bem de família;

II - responder a consultas e decidir dúvidas levantadas pelos notários e oficiais do registro público, salvo nos casos de execução de sentença proferida por outro juiz;

III - processar protestos, notificações, interpelações, vistorias e outras medidas que sirvam como documentos para a juntada em processos de sua competência;

IV - dirimir as dúvidas suscitadas entre a sociedade anônima e o acionista ou qualquer interessado, a respeito das averbações, anotações, lançamentos ou transferências de ações nos livros próprios das referidas sociedades anônimas, com exceção das questões atinentes à substância do direito.

Parágrafo único. Na forma prevista nos arts. 212 e 213, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a retificação de registro de imóvel que contenha omissão, imprecisão ou não exprima a verdade poderá ser feita na via administrativa ou judicial, ressalvando-se que a opção por aquela não exclui a prestação jurisdicional, a requerimento da parte prejudicada.

Seção IV
Da Jurisdição Criminal
Subseção I
Dos Juízes de Direito das Varas Criminais

Art. 58. Compete aos Juízes de Direito das Varas Criminais exercer, por distribuição, as atribuições definidas nas leis processuais penais, não privativas de outros juízos.

§ 1º Ao Juiz de Direito da 12ª Vara Criminal compete, com exclusividade, processar e julgar os crimes praticados contra a criança e o adolescente, ressalvada a competência das Varas do Júri e dos Juizados Especiais Criminais.

§ 2º Ao Juiz de Direito da 17ª Vara Criminal compete exercer, em caráter privativo e exclusivo no âmbito da jurisdição da Comarca de Fortaleza, as atribuições relativas à realização das audiências de custódia, devendo ser a ele apresentadas, sem demora, todas as pessoas presas em flagrante delito, observado o regulamento próprio a ser editado pelo Tribunal de Justiça e ressalvada a competência do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

§ 3º Ao Juiz de Direito da 18ª Vara Criminal compete, privativamente, processar e julgar, com jurisdição na Comarca de Fortaleza, as ações penais pela prática de crimes ambientais, definidos em legislação federal.

Subseção II
Dos Juízes de Direito das Varas do Júri

Art. 59. Aos Juízes de Direito das Varas do Júri compete, por distribuição:

I - processar as ações dos crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados;

II - prolatar sentença de pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária;

III - lavrar sentença condenatória ou absolutória na forma da lei;

IV - presidir o Tribunal do Júri;

V - promover o alistamento anual dos jurados e a sua revisão.

Subseção III
Do Juiz de Direito da Vara da Auditoria Militar

Art. 60. Ao Juiz de Direito da Vara da Auditoria Militar compete:

I – presidir o Conselho da Justiça Militar, nos processos da alçada da Justiça Militar Estadual;

II – processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do Tribunal do Júri;

III - praticar, em geral, os atos de jurisdição criminal regulados pelo Código de Processo Penal Militar, não atribuídos expressamente a jurisdição diversa.

Subseção IV
Dos Juízes de Direito das Varas de Delitos de Tráfico de Drogas

Art. 61. Aos Juízes de Direito das Varas de Delitos de Tráfico de Drogas compete, por distribuição, o processo e julgamento dos delitos de tráfico de drogas, assim definidos em legislação federal.

Subseção V
Dos Juízes de Direito das Varas de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios

Art. 62. Aos Juízes de Direito das Varas de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios, ressalvada a competência da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, compete:

I - executar as sentenças condenatórias, inclusive as proferidas pelos juízes das comarcas do interior, quando a pena tenha de ser cumprida em estabelecimento prisional localizado na Região Metropolitana de Fortaleza;

II - aplicar aos casos julgados a lei posterior que, de qualquer modo, favoreça o condenado;

III - declarar extinta a punibilidade;

IV - conhecer e decidir sobre:

a) soma ou unificação de penas;

b) progressão ou regressão de regime;

c) detração, remissão ou reajuste de pena, no caso de sua comutação;

d) suspensão condicional da pena;

e) livramento condicional;

f) incidentes da execução;

V - expedir alvará de soltura em favor de réus que tenham cumprido a pena;

VI - inspecionar, permanentemente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promover, quando for o caso, a apuração de responsabilidade, comunicando, outrossim, ao Corregedor-Geral da Justiça e ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, as irregularidades e deficiências da respectiva administração;

VII - interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei;

VIII - processar e julgar os pedidos de habeas corpus, ressalvada, entretanto, a competência do Juiz da Vara que esteja prevento em razão de anterior distribuição de inquérito policial, procedimento criminal de qualquer natureza ou ação criminal;

IX - autorizar o ingresso e a saída de presos nas unidades sob sua jurisdição, tanto os oriundos da Capital quanto os do interior do Estado, obedecidas as cautelas legais;

X - zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança;

XI - autorizar saídas temporárias;

XII - determinar:

a) a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos;

b) a aplicação da medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança;

c) a revogação da medida de segurança;

d) a desinternação e o restabelecimento da situação anterior;

e) o cumprimento da pena ou medida de segurança em outra comarca;

f) a remoção do condenado na hipótese prevista na Lei de Execução Penal.

Parágrafo único. Ao Juízo da Vara de Execuções Penais ao qual for cometido, mediante sistema de rodízio anual, o desempenho das atribuições afetas à Corregedoria dos Presídios, será assegurada, durante o período respectivo, a atuação do Juiz de Direito do Juizado Auxiliar de que trata o art. 50, inciso XXII, alínea "e", desta Lei.

Subseção VI
Do Juiz de Direito da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas

Art. 63. Ao Juiz de Direito da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas compete:

I - promover a execução e fiscalização das penas restritivas de direitos e medidas alternativas, inclusive da suspensão condicional do processo, e decidir sobre os respectivos incidentes, bem assim, das penas e medidas alternativas impostas a réus residentes na Comarca de Fortaleza, ainda que processados e julgados em outras comarcas;

II- designar a entidade ou o programa comunitário, o local, dia e horário para o cumprimento da pena ou medida alternativa, bem como a forma de fiscalização;

III- acompanhar pessoalmente, quando necessário, a execução dos trabalhos;

IV- declarar extinta a pena ou cumprida a medida.

Seção V
Da Jurisdição Especial
Subseção I
Dos Juízes de Direito das Varas de Execução Fiscal e de Crimes Contra a Ordem Tributária

Art. 64. Aos Juízes de Direito das Varas de Execução Fiscal e de Crimes contra a Ordem Tributária compete, por distribuição, processar e julgar:

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

I - as execuções fiscais ajuizadas pelo Estado do Ceará, pelo Município de Fortaleza, e por suas respectivas entidades autárquicas, contra devedores residentes e domiciliados na Capital, observando-se a legislação processual específica;

II - as ações decorrentes das execuções fiscais, como mandados de segurança, repetição do indébito, anulatória do ato declaratório da dívida, ação cautelar fiscal, dentre outras;

III - as ações penais e demais incidentes quanto aos crimes contra a ordem tributária.

Parágrafo único. Os atos e diligências dos Juízes de Direito das Varas de Execução Fiscal e de Crimes contra a Ordem Tributária poderão ser praticados em qualquer comarca do interior do Estado, pelos juízes locais ou seus auxiliares, mediante a exibição de ofício ou mandado em forma regular.

Subseção II

Dos Juízes de Direito das Varas da Infância e da Juventude

Art. 65. Compete aos Juízes das Varas de Direito da Infância e Juventude o exercício das atribuições constantes da legislação especial de proteção integral à criança e ao adolescente, assegurando-lhes, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 66. Aos Juízes de Direito das Varas da Infância e da Juventude compete, observadas as normas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação complementar, processar e julgar, mediante distribuição:

I - as ações de destituição do poder familiar e de adoção quando tratarem de interesse de criança ou adolescente institucionalizados;

II - as ações cíveis fundadas em interesse individual, difuso ou coletivo afetos à criança e ao adolescente;

III - as ações e medidas de colocação em família substituta;

IV - as ações por ato infracional atribuído a adolescente;

V - os pedidos de autorização de viagem.

Art. 67. Compete, privativamente, ao Juiz de Direito da 3ª Vara da Infância e Juventude processar e julgar as ações de natureza cível, especialmente:

I - os pedidos de guarda e tutela e demais ações previstas nas alíneas "c" a "h", do parágrafo único, do art. 148, do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando a criança ou adolescente se encontrar em uma das situações do art. 98, do mesmo diploma legal;

II - as ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação da tutela ou guarda, quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses do art. 98, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - os requerimentos de adoção e seus incidentes;

IV - o Cadastro Nacional de Adoção, consoante a Resolução nº 54/2008 e as alterações dispostas na Resolução nº 93/2009, ambas do Conselho Nacional de Justiça, além das regulações posteriores pertinentes;

V - as demandas decorrentes de irregularidades em entidades de acolhimento, com exceção das hipóteses relacionadas às unidades de internação e semiliberdade, bem como aplicar as respectivas medidas cabíveis, conforme os arts. 191 a 193, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Ao Juízo da 3ª Vara da Infância será assegurada a atuação do Juiz de Direito do Juizado Auxiliar de que trata o art. 50, inciso XXII, alínea "c", desta Lei.

Art. 68. Compete, privativamente, aos Juízes de Direito da 1ª, 2ª e 4ª Varas da Infância e Juventude processar e julgar, por distribuição, as representações em face do cometimento de atos infracionais, para fins de aplicação de medidas socioeducativas, bem como a aplicação das penalidades administrativas nos casos de infrações às normas de proteção à criança ou adolescente.

Art. 69. Compete, privativamente, ao Juiz de Direito da 5ª Vara da Infância e Juventude:

I - proceder ao atendimento inicial do adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional, conforme o art. 88, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, através do Sistema de Integração Operacional, com a participação obrigatória, perante o magistrado, tanto do Ministério Público como da Defensoria Pública ou defensor constituído, além da presença de equipe interdisciplinar, conhecendo os pedidos de arquivamento, remissão, internação provisória e aplicação de medidas de proteção, e remeter o processo imediatamente para distribuição entre uma das varas especializadas, na hipótese de oferecimento de representação;

II - a execução das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei, segundo o art. 112, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - a apuração de irregularidades em entidades de atendimento de adolescentes privados de liberdade ou em semiliberdade.

Parágrafo único. Ao Juízo da 5ª Vara da Infância será assegurada a atuação do Juiz de Direito do Juizado Auxiliar de que trata o art. 50, inciso XXII, alínea "c", desta Lei, com a finalidade de cuidar do atendimento inicial do adolescente em conflito com a lei.

Art. 70. Os pedidos de autorização administrativa de viagem devem ser apreciados por um dos Juízes de Direito das Varas da Infância e Juventude, indistintamente, com exceção dos casos em que se faz necessário suprimento judicial, os quais são de competência privativa da 3ª Vara da Infância e Juventude.

Art. 71. Compete ao Juiz Coordenador das Varas da Infância e Juventude, de que trata o art. 102, parágrafo único, inciso I, alínea "d", desta Lei, as seguintes funções:

I - atendimento ao público e administrativo;

II - coordenação dos setores extrajudiciais e de apoio às Varas e Juízes da Infância e Juventude;

III - disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará, as situações atinentes às hipóteses delineadas no art. 149, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV - representar o Juizado da Infância e da Juventude em suas relações com os demais componentes do sistema de garantias de direitos.

Subseção III

Dos Juízes de Direito dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais, e da Fazenda Pública

Art. 72. Na Comarca de Fortaleza haverá 20 (vinte) unidades dos Juizados Especiais Cíveis e 4 (quatro) unidades dos Juizados Especiais Criminais, cabendo ao Tribunal de Justiça disciplinar, por resolução, a distribuição das Unidades.

Parágrafo único. As respectivas jurisdições dos Juizados serão definidas em regulamento a ser editado pelo Tribunal de Justiça, o qual poderá criar anexos das unidades, bem como alterar a localização de suas sedes, priorizando as áreas de elevada densidade populacional, para maior comodidade e presteza no atendimento ao jurisdicionado.

Art. 73. Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais Cíveis compete a conciliação, o processo, o julgamento e a execução de causas de menor complexidade, definidas em lei.

Art. 74. Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais Criminais compete a conciliação, o processo, o julgamento e a execução de seus julgados, proferidos em processos relativos a infrações penais de menor potencial ofensivo, nos termos da lei, respeitadas as regras de conexão e continência e ressalvados os casos de competência da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios e da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas.

Art. 75. Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública compete, com exclusividade, mediante distribuição, processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza, suas autarquias, fundações e empresas públicas, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos, nos termos da Lei Federal nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;

II – as causas sobre bens imóveis do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;

III – as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

Subseção IV

Dos Juízes de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Art. 76. Haverá na Comarca de Fortaleza, pelo menos, 1 (uma) Unidade de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Ao Juiz de Direito do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher compete processar, julgar e executar os feitos cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Seção VI

Dos Juizados Auxiliares

Art. 77. Os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares da Comarca de Fortaleza, à exceção dos privativos, atuarão mediante designação do Diretor do Fórum, observadas as respectivas competências dos juízos nos quais estiverem desempenhando atribuições de auxílio ou respondência, fixadas nesta Lei e nas demais normas expedidas pelo Tribunal de Justiça, valendo-se da estrutura funcional daquelas unidades jurisdicionais.

Parágrafo único. A designação de Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares ocorrerá, prioritariamente, nas hipóteses de vacâncias, licenças médicas por períodos superiores a 30 (trinta) dias, afastamentos para o exercício de funções administrativas ou convocação por Tribunais quanto aos juízes titulares, como também para participar de projetos ou programas que tenham por finalidade reduzir taxas de congestionamento processual em unidades específicas ou cumprir metas do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 78. Para o fim de atender situações excepcionais, de modo a garantir a ininterruptibilidade da prestação jurisdicional, o Juiz Diretor do Fórum da Comarca de Fortaleza poderá designar os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares para que atuem em especialidade diversa daquela a que vinculados.

Art. 79. Os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares Privativos desempenharão atribuições exclusivamente nas unidades a que vinculados, independentemente de designação do Diretor do Fórum, devendo cuidar, por ocasião da elaboração da escala anual, para não programar férias em períodos coincidentes com os do Juiz Titular.

Seção VII

Das Substituições

Art. 80. A substituição dos juízes da Comarca de Fortaleza nos casos de afastamentos, faltas, férias, licenças, impedimentos e suspeições far-se-á da forma a seguir:

I - nas varas especializadas isoladas, os juízes serão substituídos

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

por designação do Diretor do Foro;

II - na hipótese de serem apenas 2 (duas) varas especializadas, compete reciprocamente, a substituição de um titular pelo outro, independentemente de designação, salvo nos casos de afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, quando o substituto será designado pelo Diretor do Foro;

III – nas unidades que contem, em regime de atuação privativa, com Juiz de Direito do Juizado Auxiliar, compete a este a substituição do titular, independentemente de designação e do prazo de afastamento, salvo determinação em contrário da Diretoria do Foro;

IV - quando existirem mais de 2 (duas) varas especializadas, os juízes serão substituídos nos casos de faltas, impedimentos, suspeições e licenças até 30 (trinta) dias, de forma sucessiva e independentemente de designação, da seguinte forma: o Juiz da 1ª Vara será substituído pelo Juiz da 2ª Vara; o da 2ª pelo da 3ª, sendo que o Juiz da última Vara será substituído pelo Juiz da 1ª;

V - Os Juízes dos Juizados Especiais serão substituídos na forma do inciso anterior.

Parágrafo único. Nos casos de faltas ou ausências ocasionais do juiz originalmente competente, a atuação do magistrado em regime de substituição automática deve velar pela ininterruptibilidade da jurisdição, notadamente diante de casos urgentes, nos quais se apresente risco de perecimento do direito e, será precedida de certidão exarada pelo Supervisor da Unidade Judiciária respectiva, a ser acostada aos autos antes da prática de ato pelo substituto, da qual se aviará cópia à Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 81. O critério de substituição, regulado no artigo anterior, poderá ser modificado por motivo de relevante interesse da administração da justiça, competindo ao Diretor do Foro da Capital alterá-lo.

CAPÍTULO V
DAS COMARCAS DO INTERIOR
Seção I
Da Especialização

Art. 82. Nas Comarcas de Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral e Crato, a jurisdição será exercida de acordo com as atribuições e competências definidas nesta Lei e nas normas pertinentes editadas pelo Tribunal de Justiça, nos termos do art. 42, § 1º, contemplando as seguintes especialidades:

I – na Comarca de Caucaia:
a) 3 (três)Varas Cíveis;
b) 2 (duas) Varas de Família e Sucessões;
c) 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude;
d) 3 (três) Varas Criminais;
e) 1 (uma) Vara do Júri; e
f) 2 (dois) Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

II -na Comarca de Juazeiro do Norte:
a) 3 (três)Varas Cíveis;
b) 2 (duas) Varas de Família e Sucessões;
c) 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude;
d) 3 (três) Varas Criminais;
e) 2 (dois) Juizados Especiais Cíveis e Criminais;
f) 1 (um) Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

III – nas Comarcas de Maracanaú e Sobral:
a) 3 (três) Varas Cíveis;
b) 2 (duas) Varas de Família e Sucessões;
c) 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude;
d) 3 (três) Varas Criminais;
e) 1 (um) Juizado Especial Cível e Criminal;

IV - na Comarca do Crato:
a) 2 (duas) Varas Cíveis;
b) 2 (duas) Varas Criminais
c) 1 (uma) Vara de Família e Sucessões;
d) 1 (um) Juizado Especial Cível e Criminal.

Parágrafo único. A definição de competências, inclusive as privativas, entre as unidades judiciárias das comarcas reportadas no caput deste artigo será regulamentada em resoluções do Tribunal de Justiça, e deve assegurar, tanto quanto possível, a distribuição equitativa dos casos novos, privilegiando a racionalidade do serviço.

Seção II
Da Competência em Matéria Cível

Art. 83. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, em matéria cível, processar e julgar os feitos de jurisdição contenciosa ou voluntária de natureza cível e os correlatos processos cautelares e de execução, desde que não privativos de outro Juízo, servindo por distribuição.

Seção III
Da Competência em Matéria Criminal

Art. 84. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, em matéria criminal, processar e julgar as ações penais e seus incidentes, inclusive por crimes falimentares, bem como a execução penal.

Parágrafo único. Nas comarcas dotadas de vara exclusiva do Tribunal do Júri, a competência será a definida no art. 59 desta Lei, observada a respectiva delimitação territorial.

Seção IV
Competência em Matéria de Família e Sucessões

Art. 85. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, em matéria de Direito de Família e Sucessões, aquelas definidas nos arts. 54 e 55 desta Lei, observados os limites territoriais de suas respectivas jurisdições.

Seção V
Da Competência em Matéria da Infância e Juventude

Art. 86. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, em matéria de infância e juventude, processar e julgar as causas definidas nos arts. 148 e 149, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), bem como outras fixadas em legislação específica.

Seção VI
Da Competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

Art. 87. Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais das comarcas do interior do Estado compete, sem prejuízo de outras que venham ser fixadas por resolução do Tribunal de Justiça, a conciliação, o processo, o julgamento e a execução de seus julgados nas causas cíveis de menor complexidade e nas infrações penais de menor potencial ofensivo, nos termos da lei.

Art. 88. No interior do Estado, haverá 18 (dezoito) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais localizadas nas Comarcas de Aquiraz, Aracati, Baturité, Caucaia (2 Unidades), Crateús, Crato, Icó, Iguatu, Itapipoca, Juazeiro do Norte (2 Unidades), Maracanaú, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral, Tauá e Tianguá.

Parágrafo único. Nas comarcas do interior do Estado dotadas de mais de um Juizado Especial Cível e Criminal, a divisão das respectivas jurisdições será feita por resolução a ser editada pelo Tribunal de Justiça.

Seção VII
Da Competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Art. 89. Haverá, na Comarca de Juazeiro do Norte, 1 (uma) Unidade do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

§ 1º Fica o Tribunal de Justiça autorizado a criar, em todas as Zonas Judiciárias, com sede preferencialmente nas cidades com mais de 100.000 (cem mil) habitantes, 1 (uma) Unidade de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, de jurisdição especial, para o fim específico de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

§ 2º Ao Juiz de Direito do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com sede na Comarca de Juazeiro do Norte, compete processar, julgar e executar os feitos cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, abrangendo as jurisdições das Comarcas de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, na forma prevista no art. 6º da Lei nº 14.258, de 4 de dezembro de 2008.

Seção VIII
Da Competência em outras áreas da jurisdição

Art. 90. Compete aos Juízes de Direito das comarcas do interior do Estado, quando investidos na jurisdição federal:

I - processar e julgar as causas mencionadas no § 3º, do art. 109, da Constituição Federal de 1988, bem como as mencionadas nos incisos I, II e III, do art. 15, da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, ressalvada a competência, em caso de recurso, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sediado em Recife;

II - mandar cumprir os atos e diligências da Justiça Federal requeridas pelos Juízes Federais ou Tribunais Regionais Federais, através de ofício ou mandado, quando a comarca não for sede de Juízo Federal.

Seção IX
Das competências comuns e privatividades
Subseção I
Das Comarcas com Vara Única

Art. 91. Nas comarcas com vara única, os juízes terão competência cumulativa sobre todas ações de competência da Justiça Estadual.

Subseção II
Das Comarcas com Duas Varas

Art. 92. A competência dos juízes de direito das comarcas com 2 (duas) varas será exercida com observância das seguintes privatividades:

I - Ao Juiz da 1ª Vara cabe:
a) os processos e as medidas relativas à jurisdição da infância e juventude;
b) os processos de competência do Tribunal do Júri;
c) a execução penal e corregedoria dos presídios;
d) os feitos relativos aos conflitos fundiários;

II - Ao Juiz da 2ª Vara cabe:
a) os processos e julgamento dos crimes da competência do juiz singular;
b) o processo e medidas relativas aos registros públicos.

Parágrafo único. Compete a todos os juízos, por distribuição, e de acordo com suas respectivas competências, o cumprimento das cartas precatórias.

Subseção III
Das Comarcas com Três Varas

Art. 93. A competência dos juízes de direito das comarcas com 3 (três) varas será exercida com observância das seguintes privatividades:

I - Ao Juiz da 1ª Vara cabe:
a) os processos de competência do Tribunal do Júri;

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

b) a execução penal e corregedoria dos presídios;

c) os feitos relativos aos conflitos fundiários;

II - Ao Juiz da 2ª Vara cabem as ações e medidas relativas aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, onde não houver unidade autônoma instalada;

III - Ao Juiz da 3ª Vara cabe:

a) o processo e medidas relativas à jurisdição da infância e juventude;

b) o processo e medidas relativas aos registros públicos.

§ 1º O julgamento e processo dos crimes de competência do juiz singular competirá, por distribuição, à 2ª e 3ª Varas.

§ 2º As privatividades apontadas na alínea "c", do inciso I, e na alínea "b", do inciso III, serão exercidas pelo Juízo da 2ª Vara, aonde instalada unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

§ 3º Compete a todos os juízos, por distribuição, e de acordo com suas respectivas competências, o cumprimento das cartas precatórias.

Subseção IV

Das Comarcas com Quatro Varas

Art. 94. A competência dos juízes de direito das comarcas com 4 (quatro) varas será exercida com observância das seguintes privatividades:

I - Ao Juiz da 1ª Vara cabe:

a) os processos de competência do Tribunal do Júri;

b) a execução penal e corregedoria de presídios;

II - Ao Juiz da 2ª Vara cabem as ações e medidas relativas aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, onde não houver unidade autônoma instalada.

III - Ao Juiz da 3ª Vara compete:

a) o processo e medidas relativas à jurisdição da infância e juventude;

b) o processo e medidas relativas aos registros públicos.

IV - Ao Juiz da 4ª Vara compete:

a) as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006;

b) os feitos relativos aos conflitos fundiários.

§ 1º O julgamento e processo dos crimes de competência do juiz singular competirá, por distribuição, às 2ª, 3ª e 4ª Varas.

§ 2º As privatividades apontadas na alínea "b", dos incisos III e IV, deste artigo, serão exercidas pelo Juízo da 2ª Vara, onde instalada a Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

§ 3º Compete a todos os juízos, por distribuição, e de acordo com suas respectivas competências, o cumprimento das cartas precatórias.

Subseção V

Das Comarcas com Cinco ou mais Varas

Art. 95. Nas comarcas com 5 (cinco) ou mais varas, a definição de competências observará a especialização, de acordo com as matérias previstas no art. 82 a 88 desta Lei, e será regulamentada em resoluções do Tribunal de Justiça, as quais devem assegurar, tanto quanto possível, a distribuição equitativa dos casos novos, privilegiando a racionalidade do serviço.

Seção X

Dos Juizados Auxiliares do Interior

Art. 96. Nas Zonas Judiciárias haverá 30 (trinta) Juizados Auxiliares, distribuídos de modo a atender a todo o território respectivo, de conformidade com o anexo II desta Lei.

Art. 97. Compete aos Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares substituir, por designação do Presidente do Tribunal, os titulares de varas ou juizados durantes as férias individuais, faltas, licenças, impedimentos e suspeições, no âmbito da respectiva Zona, bem como atuar em razão de vacância do juízo ou ainda nas comarcas vinculadas.

§ 1º Quando do interesse da justiça, poderão os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares coadjuvar os Juízes Titulares, na conformidade do que for estabelecido pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º Os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares, quando não estiverem respondendo pela titularidade de qualquer vara ou juizado, funcionarão nas comarcas vinculadas ou em unidades que registrem maiores taxas de congestionamento, mediante prévia designação.

§ 3º Os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares, quando em substituição, terão jurisdição plena, respeitadas as normas processuais em vigor.

§ 4º O Juiz de Direito do Juizado Auxiliar tem residência na sede da respectiva Zona Judiciária.

Seção XI

Dos Juízes de Direito Substitutos

Art. 98. O Juiz de Direito Substituto terá as mesmas funções, atribuições e competências conferidas aos Juízes de Direito, e sua jurisdição corresponderá à unidade territorial da comarca para a qual for nomeado.

Seção XII

Das Substituições

Art. 99. A substituição dos juízes das comarcas do interior nos casos de afastamentos, faltas, férias, licenças, impedimentos e suspeições far-se-á do seguinte modo:

I - os juízes de comarcas de vara única serão substituídos por Juiz de Direito do Juizado Auxiliar ou por outro Juiz da Zona respectiva, designado pelo Presidente do Tribunal;

II - nas comarcas com 2 (duas)varas, compete, reciprocamente, a substituição de um titular pelo outro, independentemente de designação, salvo nos casos de afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, quando o substituto será designado pelo Presidente do Tribunal;

III - nas comarcas com 3 (três) ou mais varas, a substituição dar-se-á, de modo sucessivo e independentemente de designação, da seguinte forma: o Juiz da 1ª Vara será substituído pelo Juiz da 2ª Vara; o da 2ª, pelo da 3ª, sendo que o Juiz da última Vara será substituído pelo da 1ª, salvo nos casos de afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, quando o substituto será designado pelo Presidente do Tribunal;

IV - para efeito de substituição, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são considerados como as últimas unidades entre as existentes na comarca;

§ 1º Por motivo de relevante interesse da administração da justiça, o Presidente do Tribunal de Justiça poderá dispor de forma diferente da prevista nos incisos II e III, deste artigo, designando outros magistrados em exercício na mesma jurisdição, ou na mesma Zona Judiciária, conforme o caso, para fins de respondência, recaindo as indicações, preferencialmente, sobre os Juízes dos Juizados Auxiliares.

§ 2º Nos afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, será designado para responder, preferencialmente, Juiz de Direito do Juizado Auxiliar.

§ 3º Nas comarcas de Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral e Crato, que contam com unidades especializadas por competências, a substituição automática será regulada por ato do Tribunal de Justiça, observando-se, tanto quanto possível, a preferência de que magistrados sejam substituídos por outros da mesma especialidade.

§ 4º Nos casos de faltas ou ausências ocasionais do juiz originalmente competente, a atuação do magistrado em regime de substituição automática deve velar pela ininterruptibilidade da jurisdição, notadamente diante de casos urgentes, nos quais se apresente risco de perecimento do direito, e, será precedida de certidão exarada pelo Supervisor da Unidade Judiciária respectiva, a ser acostada aos autos antes da prática de ato pelo substituto, da qual se aviará cópia à Corregedoria-Geral da Justiça.

CAPÍTULO VI

DA DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL E DOS FOROS DAS COMARCAS DO INTERIOR

Art. 100. Em cada comarca haverá uma Diretoria do Foro.

Art. 101. A Diretoria do Fórum da Comarca de Fortaleza será exercida por 1 (um) Juiz de Direito em efetivo exercício na Capital, indicado pela Presidência do Tribunal, devendo a escolha ser referendada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, admitida a recondução para um período imediatamente subsequente.

§ 1º A Vice-Diretoria do Fórum da Comarca de Fortaleza será exercida por 1 (um) Juiz de Direito com exercício na Comarca, indicado pela Presidência do Tribunal de Justiça, devendo a escolha ser referendada pelo Órgão Especial, com competência para substituir o Diretor nas ausências, impedimentos, licenças e férias, bem como outras que lhe venham a ser atribuídas em ato normativo próprio.

§ 2º As designações do Juiz Diretor e do Vice-Diretor da Comarca da Capital devem coincidir com o período do mandato do Presidente que os indicou, sendo permitida a recondução para um único biênio consecutivo.

Art. 102. Compete ao Juiz Diretor do Foro da Capital:

I - superintender a administração e polícia das instalações físicas do Fórum e das demais unidades do Poder Judiciário na jurisdição da Comarca de Fortaleza, à exceção do Fórum das Turmas Recursais, que contará com direção própria, ressalvada a atribuição dos Juízes de Direito quanto à polícia das audiências e sessões do Tribunal do Júri;

II - presidir, diariamente, a distribuição dos feitos na Comarca de Fortaleza, para o que se valerá do auxílio do magistrado que vier a indicar para o desempenho de tal atribuição;

III - conceder férias e licenças aos magistrados e servidores lotados no Fórum da Capital;

IV - abrir, rubricar e encerrar livros dos titulares dos ofícios extrajudiciais da Comarca de Fortaleza;

V - elaborar, durante a primeira quinzena do mês de novembro de cada ano, a escala de férias dos magistrados e encaminhá-la à Presidência do Tribunal de Justiça;

VI - elaborar a escala de plantões judiciários e promover a sua divulgação;

VII - requisitar da autoridade competente a força policial necessária aos serviços de segurança do prédio do Fórum;

VIII - designar magistrado em substituição ao titular, nos casos de férias, licenças, afastamentos, impedimentos e suspeições, observado o disposto no art. 80, desta Lei;

IX -proceder à lotação de servidores nas unidades sob sua competência, bem assim modificá-la, de acordo com a necessidade do serviço;

X - aplicar, quando cabíveis, sanções disciplinares a servidores de Justiça, notários, registradores e a juízes de paz;

XI - remeter mensalmente ao setor competente do Tribunal de Justiça a frequência dos servidores;

XII - movimentar os servidores nos diversos serviços da Diretoria do Fórum;

XIII - desempenhar atribuições delegadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça;

XIV - apresentar, até 15 (quinze) dias antes da abertura dos trabalhos judiciários, circunstanciado relatório à Presidência do Tribunal de Justiça, a respeito das atividades judiciárias do ano, das medidas adotadas, dos serviços realizados e do grau de eficiência revelado por juízes e servidores.

Parágrafo único. O Diretor do Fórum será auxiliado por 10 (dez) Juízes de Direito em exercício na Comarca de Fortaleza, por ele indicados, com a aprovação do Órgão Especial, para desempenhar as seguintes funções:

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

I - Coordenadores de Áreas, que representarão os seguintes grupos de varas:

a) Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Execução Fiscal e Crimes contra a Ordem Tributária, e Registros Públicos;

b) Cíveis;

c) Família e Sucessões;

d) Infância e Juventude;

e) Criminais, de Delitos de Tráfico de Drogas, de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, Juízo Militar, Penas Alternativas e Júri;

f) Juizados Especiais Cíveis; Criminais; da Fazenda Pública e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

II - unidades administrativas:

a) Supervisor da Central de Cumprimento de Mandados Judiciais;

b) Supervisor da Distribuição;

c) Ouvidor-Geral;

d) Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

Art. 103. Incumbe ao Juiz de Direito investido em juízo de vara única, como titular ou interino, o desempenho das atribuições de Diretor do Fórum.

Art. 104. Nas jurisdições com mais de uma unidade judiciária, será observado rodízio anual entre os magistrados titulares em exercício, mediante prévia designação da Presidência do Tribunal de Justiça, a ocorrer até o último dia útil do mês de fevereiro.

§ 1º Nas comarcas com 2 (duas) varas, em casos de afastamentos do Diretor do Fórum, a qualquer título, por período superior a 5 (cinco) dias, responderá interinamente pelas funções, independentemente de designação, o outro magistrado em exercício na mesma jurisdição, ou, quando não houver, o que for designado para responder pelo juízo do qual o Diretor é titular.

§ 2º Nas comarcas com mais de 2 (duas) varas, em casos de afastamentos do Diretor do Fórum, a qualquer título, por período superior a 5 (cinco) dias, responderá interinamente pelas funções, independentemente de designação, o magistrado investido há mais tempo na titularidade de unidade judiciária na respectiva circunscrição, seguindo-se a ordem de acordo com tal critério de modo a assegurar o desempenho ininterrupto da Direção.

Art. 105. Quando no exercício da função de Diretor do Foro, nas comarcas de vara única ou de mais de uma vara, compete ao Juiz de Direito ou Juiz de Direito Substituto:

I - superintender o serviço judiciário da comarca;

II - ministrar instruções ou ordens aos servidores e auxiliares da justiça, sem prejuízo das atribuições, se houver, dos demais juízes da comarca;

III - comunicar-se diretamente com quaisquer outras autoridades públicas federais, estaduais ou municipais, quando tiver de tratar de assuntos relacionados com matéria administrativa do interesse do Foro da comarca;

IV - tomar conhecimento das indicações de substitutos de notários e oficiais de registro para os casos de faltas e impedimentos, observado o disposto no art. 119 desta Lei, garantindo a publicidade devida;

V- proceder à lotação de servidores nas unidades sob sua competência, bem assim modificá-la, de acordo com a necessidade do serviço;

VI - decidir reclamações e aplicar, quando cabíveis, sanções disciplinares por atos praticados por servidores de Justiça, notários, oficiais de registro e juízes de paz;

VII - abrir, numerar, rubricar e encerrar os livros utilizados na secretaria administrativa do Foro;

VIII - tomar providências de ordem administrativa que digam respeito à fiscalização, disciplina e regularidade dos serviços forenses;

IX - presidir a distribuição dos feitos;

X - requisitar ao Tribunal de Justiça o fornecimento de material de expediente, móveis e utensílios necessários ao serviço judiciário.

CAPÍTULO VII
DOS JUÍZES DE PAZ

Art. 106. A Justiça de Paz, de caráter temporário, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de 4 (quatro) anos, remunerados pelos cofres públicos, tem competência para verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação de casamento, celebrar casamentos civis e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional.

§ 1º São requisitos para o exercício do cargo:

a) nacionalidade brasileira;

b) pleno exercício dos direitos políticos;

c) idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

d) escolaridade equivalente ao ensino médio completo;

e) aptidão física e mental;

f) idoneidade moral;

g) certificado de participação e aproveitamento em curso específico ministrado pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará;

h) residência na sede do distrito para o qual concorrer.

§ 2º Cada Juiz de Paz será eleito com 1 (um) suplente, que o sucederá ou substituirá, nas hipóteses de vacância ou de impedimento.

§ 3º As eleições serão efetivadas até 6 (seis) meses depois da realização das eleições estaduais, sendo vedada a eleição simultânea com pleito para mandatos eletivos.

§ 4º Caberá ao Tribunal de Justiça regulamentar as eleições para Juiz de Paz até 4 (quatro) meses antes de sua realização.

§ 5º Verificando irregularidade ou nulidade de casamento, de ofício ou em caso de impugnação, o Juiz de Paz submeterá o processo ao Juiz de Direito competente.

§ 6º Os autos de habilitação de casamento tramitarão no Cartório do Registro Civil do Distrito.

§ 7º Em nenhuma hipótese, o Juiz de Paz terá competência criminal.

§ 8º É vedada a cobrança ou percepção de custas, emolumentos ou taxa de qualquer natureza nos Juizados de Paz.

§ 9º Os Juízes de Paz tomarão posse perante o Juiz Diretor do Foro.

§ 10. É vedado ao Juiz de Paz exercer atividade político-partidária.

§ 11. A remuneração dos Juízes de Paz será estabelecida em lei de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 12. Enquanto não instalada a Justiça de Paz, a Presidência do Tribunal de Justiça designará, por meio de provimento, cidadãos com a atribuição específica de celebrar casamentos, domiciliados nas respectivas circunscrições em que houverem de servir, mediante prévia indicação das autoridades judiciárias locais.

LIVRO II
DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 107. Os serviços auxiliares da justiça são constituídos pelos órgãos que integram os foros judicial e extrajudicial.

Art. 108. Os serviços do foro judicial compreendem as secretarias do Tribunal de Justiça, as Diretorias dos Foros e suas respectivas unidades, assim como as secretarias de unidades judiciárias e juizados.

Art. 109. Os serviços extrajudiciais, nos quais são lavradas as declarações de vontade das partes e executados os atos decorrentes de legislação sobre notas e registros públicos, compreendem os tabelionatos de notas, os ofícios de registro de distribuição, os ofícios de registro de imóveis, os ofícios de registro civil das pessoas naturais, os ofícios de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, os ofícios de protestos de títulos e os ofícios de contratos marítimos.

CAPÍTULO II
DOS SERVIÇOS DO FORO JUDICIAL
Seção I
Das Secretarias do Tribunal e Das Diretorias dos Foros

Art. 110. As Secretarias do Tribunal e as Diretorias dos Foros terão sua composição e atribuições definidas em lei específica que trate da estrutura administrativa do Poder Judiciário, e suas normas operacionais serão estabelecidas através de atos de competência do Presidente do Tribunal de Justiça e dos Diretores dos Foros, respectivamente.

Seção II
Do Regime Jurídico dos Servidores da Justiça

Art. 111. Os servidores do Poder Judiciário, salvo nos casos em que haja disposição especial, serão regidos pelas normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará e legislação complementar, inclusive quanto aos direitos, deveres, garantias e regime disciplinar.

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

Seção III
Das Secretarias de Unidades Judiciárias

Art. 112. Todas as Unidades Judiciárias do Estado do Ceará, efetivamente instaladas e em funcionamento, contarão com um Supervisor e um Assistente, nomeados em comissão pela Presidência do Tribunal de Justiça após livre indicação do respectivo Juiz Titular ou, no caso de vacância, pelo Juiz em respondência, observadas as condições e atribuições fixadas em legislação específica.

Parágrafo único. Na Comarca da Capital, funcionarão Secretarias Judiciárias de 1º Grau, na forma e com a estrutura previstas na Lei nº 16.208, de 3 de abril de 2017.

Art. 113. Além do Supervisor e do Assistente, cada Unidade Judiciária contará com servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, integrantes das carreiras do Poder Judiciário, de que trata a Lei nº 14.786, de 13 de agosto de 2010, em número compatível com a lotação paradigma do juízo, a ser calculada de acordo com as normas específicas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça, ressalvando-se, quanto aos Oficiais de Justiça, a possibilidade de que estejam lotados nas respectivas Centrais de Cumprimentos de Mandados.

Art. 114. O Tribunal de Justiça disciplinará a forma de substituição dos ocupantes de cargos de provimento em comissão.

CAPÍTULO III
DOS SERVIÇOS DO FORO EXTRAJUDICIAL

Art. 115. Os serviços do foro extrajudicial compreendem serventias extrajudiciais notariais e de registro, e são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 116. Os direitos, deveres, atribuições, competências e regime disciplinar dos notários e registradores, bem como os requisitos para o ingresso na atividade notarial e de registro, são os especificados na Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Parágrafo único. A responsabilidade disciplinar de notários e registradores será apurada em procedimento administrativo definido no regimento interno e provimento aplicável à espécie por parte da Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 117. Extinta a delegação a notário ou a oficial de registro, em razão de quaisquer das hipóteses previstas no art. 39, da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, o Juiz Diretor do Fórum designará interino para responder pelo expediente, recaindo a indicação, preferencialmente, sobre o substituto mais antigo da serventia, dando ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça para que seja realizado o concurso público, na forma prevista no art. 236, § 3º, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Verificada a absoluta impossibilidade de nomeação de um substituto para responder pelo expediente da serventia vaga, o Juiz Diretor do Fórum comunicará o fato ao Corregedor-Geral da Justiça que, por ato normativo, determinará a anexação provisória das atribuições ao serviço da mesma natureza mais próximo ou àquele localizado na sede do respectivo município ou de município contíguo.

Art. 118. O Tribunal de Justiça fará aprovar regulamento, disciplinando as condições para realização do concurso para provimento dos cargos de notários e registradores, a que se refere o artigo anterior.

Art. 119. A substituição dos notários e registradores e a contratação de prepostos dar-se-ão na forma da legislação específica.

§ 1º Os titulares dos ofícios de notas e de registros poderão admitir tantos empregados quantos forem necessários aos serviços do seu ofício, subordinando-se as relações empregatícias à legislação trabalhista.

§ 2º Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro.

§ 3º Os notários e os oficiais de registro encaminharão os nomes dos substitutos por eles escolhidos ao Juiz Diretor do Fórum, que os fará publicar no Diário da Justiça.

§ 4º Os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.

§ 5º Os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios.

§ 6º Dentre os substitutos, um deles será designado pelo notário ou oficial de registro para responder pelo respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular.

Art. 120. É livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.

Parágrafo único. O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora da comarca para a qual recebeu delegação, cabendo ao Diretor do Foro e ao Corregedor-Geral da Justiça, de ofício ou mediante comunicação ou reclamação, providenciarem a apuração da responsabilidade disciplinar.

Art. 121. Cada serviço notarial ou de registro funcionará em um só local, vedada a instalação de sucursal, observando-se o disposto no artigo anterior.

Art. 122. O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

Seção I

Dos Serviços do Foro Extrajudicial da Capital

Art. 123. Haverá, na Comarca de Fortaleza, 1 (um) Ofício de Registro de Distribuição de Protestos.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer a vacância de 2 (dois) dos Ofícios de Distribuição de Protestos da Comarca de Fortaleza, criados pela Lei Estadual nº 12.673, de 31 de dezembro de 1996 e extintos pela Lei Estadual nº 14.706, de 14 de maio de 2010, os mesmos permanecerão com as suas competências plenas.

Art. 124. Ao Ofício de Registro de Distribuição de Protestos da Comarca de Fortaleza compete privativamente:

I - quando previamente exigida, proceder à distribuição equitativa pelos serviços da mesma natureza, registrando os atos praticados; em caso contrário, registrar as comunicações recebidas dos órgãos e serviços competentes;

II - efetuar as averbações e os cancelamentos de sua competência;

III - expedir certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis.

Art. 125. Haverá, na Comarca de Fortaleza, 10 (dez) notariados com as denominações de primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, oitavo, nono e décimo, competindo privativamente aos 1º, 2º, 5º, 7º e 8º, a lavratura e o protesto de títulos; aos 3º, 4º e 6º, as funções privativas do registro de títulos e documentos e do registro civil das pessoas jurídicas; e aos 9º e 10º, as atribuições concernentes ao ofício de notas.

Art. 126. Haverá, na Comarca de Fortaleza, 5 (cinco) ofícios do registro civil das pessoas naturais, servindo cada um deles nos limites de suas zonas, com as denominações de primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto.

§ 1º Para os serviços de registro civil das pessoas naturais, a cidade de Fortaleza se divide em 5 (cinco) zonas, observando-se os limites abaixo descritos, respeitada a circunscrição territorial dos Distritos de Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim, Parangaba e Mucuripe:

a) Primeira Zona: começa na orla marítima, na Avenida Desembargador Moreira, lado poente, e por ela segue até encontrar a Avenida Pontes Vieira, lado norte, na qual prossegue até chegar à Avenida 13 de Maio, pela qual continua até atingir a Rua Senador Pompeu; daí segue por esta rua, no rumo do norte, lado do nascente, até chegar, novamente, à orla marítima;

b) Segunda Zona: tem início na Avenida Desembargador Moreira, no seu começo, lado nascente, seguindo por esta Rua até encontrar a Avenida Pontes Vieira, lado sul, por onde prossegue, alcançando a Avenida 13 de Maio, na qual continua até encontrar a Rua Senador Pompeu; parte desse ponto, na direção sul, pela Avenida dos Expedicionários, lado nascente, até atingir os limites do sudoeste dos Distritos de Parangaba e Messejana; daí, ao atingir a estrada que liga a Capital ao Distrito de Messejana, retorna pelo lado poente 55 até atingir a estrada de ferro que liga Parangaba a Mucuripe, prosseguindo por esta via férrea pelos lados norte e poente até à orla marítima;

c) Terceira Zona: inicia-se na Rua Senador Pompeu, na orla marítima, lado poente, até chegar à Rua Meton de Alencar, por onde prossegue, na sua parte norte, até chegar à Avenida Bezerra de Menezes, pela qual continua até encontrar o limite noroeste do Distrito de Antônio Bezerra;

d) Quarta Zona: começa na confluência da Rua Senador Pompeu com a Rua Meton de Alencar, seguindo por esta até encontrar a Avenida dos Expedicionários, no rumo do sul; prosseguindo por esta avenida, lado poente, até encontrar os limites do Distrito de Parangaba;

e) Quinta Zona: tem início na orla marítima, seguindo pela estrada de ferro que liga Parangaba ao Mucuripe, lado nascente e sul, até encontrar a estrada que liga a Capital ao Distrito de Messejana; por esta estrada, lado nascente, prossegue até alcançar os limites do sudoeste do Distrito de Messejana.

§ 2º Para a execução dos mencionados serviços serão, ainda, observadas as seguintes normas:

a) são da competência do Primeiro Ofício os serviços de registro civil especificados nos arts. 89, 92 e 94 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

b) são da competência do Segundo Ofício os serviços de registro civil especificados nos arts. 84 e 88 e seu parágrafo único, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

c) são da competência do Terceiro Ofício os serviços de registro civil especificados nos arts. 66, 85 e 87 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

d) são da competência do Quarto Ofício os serviços de registro civil especificados nos arts. 51, 62 e 65 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§ 3º Os oficiais de registro civil da sede e dos distritos da Comarca da Capital, bem como os das sedes das comarcas da Região Metropolitana de Fortaleza poderão também lavrar procurações, reconhecer firmas, e autenticar documentos.

Art. 127. Haverá, na Comarca de Fortaleza, 6 (seis) ofícios de registro de imóveis, com as denominações de Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto, Quinto e Sexto Ofícios.

Parágrafo único. Os oficiais de registro de imóveis exercerão suas funções dentro dos limites de suas respectivas zonas, as quais possuem as seguintes delimitações:

a) Primeira Zona: constitui parte do Leste da cidade de Fortaleza, iniciando na foz do Rio Cocó, seguindo por esse rio, lados nascente e sul, até encontrar a BR 116; prossegue por essa BR na direção Sul até alcançar o limite de Fortaleza, seguindo por essa linha divisória até a barra do Rio Pacoti;

b) Segunda Zona: tem início no Norte da cidade a partir da orla marítima, seguindo pela Avenida Barão de Studart, lado poente, até encontrar a Rua Coronel Alves Teixeira; segue por essa rua, no sentido oeste até a Avenida Visconde do Rio Branco, e por essa avenida, lado poente prossegue até alcançar a BR 116, dobrando à direita no trevo que dá acesso à Avenida Paulino Rocha; segue pelas Avenidas Paulino Rocha, Dedé Brasil e Rua Carlos Amora, dobrando à direita na Rua 7 de Setembro seguindo pelas Avenidas João Pessoa, Universidade e Rua General Sampaio, lado leste, até encontrar a orla marítima;

c) Terceira Zona: constitui parte do poente da cidade de Fortaleza, começando na orla marítima seguindo pela Rua General Sampaio, Avenida da Universidade, Avenida João Pessoa e Rua 7 de Setembro, lado oeste até a Rua Gomes Brasil, dobrando nesta rua, no sentido oeste, até encontrar a Av. José Bastos (Av. Augusto dos Anjos), por onde segue numa reta até encontrar o limite sul da cidade;

d) Quarta Zona: inicia na orla marítima, seguindo pela Av. Barão de Studart, lado nascente, até encontrar a Rua Coronel Alves Teixeira; segue por esta rua na direção oeste até a Avenida Visconde do Rio Branco e por essa Avenida lado do nascente até encontrar a estrada de ferro que liga Parangaba ao Porto do Mucuripe, seguindo por essa via férrea, lados norte e oeste até a orla marítima;

e) Quinta Zona: tem início na foz do Rio Cocó, seguindo dito rio lados oeste e norte, até encontrar a BR 116; daí pela BR 116 na direção norte, seguindo pela Avenida Visconde do Rio Branco, lado leste, até encontrar a estrada de ferro que liga Parangaba ao Porto do Mucuripe, seguindo por essa via férrea lados sul e leste até a orla marítima;

f) Sexta Zona: inicia no limite sul de Fortaleza, seguindo pela BR 116, lado oeste, até o trevo que dá acesso à Avenida Paulino Rocha; segue por esta Avenida e pela Avenida Dr. Silas Munguba e Rua Carlos Amora, lado sul, até a Rua 7 de Setembro, dobrando nesta rua na direção sul até a Rua Gomes Brasil, por onde segue dobrando nessa rua até encontrar a Avenida José Bastos (Avenida Augusto dos Anjos) lado leste, por onde segue até encontrar o limite sul da cidade.

Seção II

Dos Serviços do Foro Extrajudicial nas Comarcas Sedes e Vinculadas do Interior

Art. 128. Haverá, na sede de cada comarca do interior do Estado, pelo menos, 1 (um) ofício de registro civil e 1 (um) ofício de registro de imóveis, cabendo a ambos, cumulativamente, os serviços de tabelionato de notas, ofício de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas e ofício de protesto de títulos.

§ 1º Nas comarcas do interior do Estado, o primeiro escrivão e tabelião exercerá as funções de oficial de registro civil e o segundo escrivão e tabelião as funções de oficial do registro de imóveis.

§ 2º Nas comarcas do interior do Estado em que não exista Ofício de Registro de Distribuição ou nas quais ainda não esteja implantado um serviço na forma da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997 (art. 7º, parágrafo único), as funções de distribuição extrajudicial serão exercidas

pelo titular do Primeiro Ofício.

§ 3º Todos os oficiais de registro civil das pessoas naturais das comarcas sedes ou vinculadas do interior, bem como os dos respectivos distritos judiciários, poderão também lavrar procurações, reconhecer firmas e autenticar documentos.

§ 4º Nas comarcas onde exista instalado, na sede, mais de um ofício de registro civil e/ou mais de um ofício de registro de imóveis, o Tribunal de Justiça, por ato normativo, definirá as zonas nas quais cada serventia exercerá suas atribuições.

Seção III
Dos Serviços do Foro Extrajudicial nos Distritos Judiciários

Art. 129. Na forma definida no art. 16 desta Lei, os distritos judiciários que, a critério do Tribunal de Justiça, atendam a adequados requisitos populacionais e socioeconômicos, contarão com um ofício de registro civil de pessoas naturais, a ser criado por lei, com as atribuições definidas no art. 29, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

Art. 129-A. As certidões imobiliárias solicitadas pelo IDACE junto aos cartórios de registro de imóveis, para fins de regularização fundiária, deverão ser fornecidas no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de punição de suspensão do cartório ou multa de R$ 5.000 (cinco mil) UFIRCEs.

§ 1º O primeiro registro de domínio concedido pelo IDACE aos possuidores das glebas tituladas deverá ser realizado independentemente do recolhimento de custas e emolumentos, na forma do art. 290-A, da Lei nº 6.015/73, ficando autorizada a cobrança dos emolumentos previstos na Tabela de Emolumentos VII, Dos Atos e Valores dos Serviços do Registro de Imóveis, regulada pela Lei Estadual nº 14.283, de 28 de dezembro de 2008, alterada pela Lei nº 14.826, de 28 de dezembro de 2010, devidamente atualizada, pela prática dos seguintes atos:

a) Certidão (Código 7020);
b) Abertura de Matrícula (Código 7024);
c) Taxa Adicional a Menor (Código 7010);
d) Prenotação (Código 7025).

§ 2º Os valores correspondentes aos emolumentos referidos nas alíneas "a" e "d" deste artigo serão pagos pelo titulado por ocasião da apresentação dos Títulos de Domínio à Serventia para registro, cujo valor será de R$ 76,060 UFIRCEs.

Seção IV
Das Remoções e Permutas

Art. 130. Os titulares de ofício de notas e de registros poderão ser removidos para ofícios de igual natureza, da mesma ou de outra comarca, mediante concurso.

Art. 131. O concurso de remoção consistirá de prova de títulos, a que se poderão habilitar todos os investidos na delegação há mais de 2 (dois), contados entre a data do efetivo exercício na atividade e a da publicação do edital.

Parágrafo único. No ato de inscrição, e antes da delegação, o candidato deverá comprovar a regularidade de sua situação em relação às obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, apresentando as correspondentes certidões negativas.

Art. 132. No edital do concurso, serão indicados os ofícios vagos e demais informações de acordo com a presente Lei e com o regulamento aprovado pelo Tribunal Pleno.

Art. 133. Os critérios de valorização dos títulos serão estabelecidos através de resolução do Tribunal de Justiça e em harmonia com as regras norteadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

LIVRO III
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS
Seção I
Da Transformação de Comarcas Sedes em Comarcas Vinculadas

Art. 134. Na forma descrita no anexo I desta Lei, 11 (onze) comarcas de entrância inicial ficam transformadas em comarcas vinculadas e passam a integrar as jurisdições das seguintes destinatárias:

I - Antonina do Norte, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Assaré;

II – Poranga e Ipaporanga, que passam a integrar a jurisdição da Comarca de Ararendá;

III – Aratuba, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Mulungu;

IV - Baixio, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Ipaumirim;

V - Barroquinha, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Chaval;

VI - Cariús, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Jucás;

VII - Groaíras, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Cariré;

VIII - Jati, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Porteiras;

IX - Palmácia, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Maranguape; e

X - São Luís do Curu, que passa a integrar a jurisdição da Comarca de Umirim.

Seção II
Da Transformação de Unidade Judiciária

Art. 135. Fica transformada, na entrância intermediária, a 1ª Vara da Comarca de Várzea Alegre em Vara Única da Comarca de Várzea Alegre.

Parágrafo único. A estrutura funcional da 2ª Vara da Comarca de Várzea Alegre, criada pela Lei Estadual nº 14.407, de 15 de julho de 2009, todavia não instalada, será aproveitada para a criação de novas unidades judiciárias, na forma do disposto na seção seguinte.

Seção III
Da Criação de Unidade Judiciária

Art. 136. Em razão das transformações de que tratam as seções anteriores, fica autorizada a criação das seguintes unidades:

I - na entrância inicial: a Vara Única da Comarca de Ocara;

II - na entrância intermediária:

a) 2ª Vara da Comarca de Acaraú;
b) 2ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante;
c) 2ª Vara da Comarca de Beberibe;
d) 2ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará;
e) 2ª Vara da Comarca de Horizonte;
f) 2ª Vara da Comarca de Itaitinga;
g) 3ª Vara da Comarca de Russas;
h) 2ª Vara da Comarca de Icó;
i) 3ª Vara da Comarca de Canindé;
j) 4ª Vara da Comarca de Iguatu;
k) 2ª Vara da Comarca de Trairi;

III - na entrância final:

a) 2ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Caucaia;
b) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral;
c) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral;
d) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Juazeiro do Norte;
e) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte;
f) Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Maracanaú;
g) 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Maracanaú.

Parágrafo único. O Tribunal de Justiça editará regulamento que disponha sobre cronograma de instalação das novas unidades, observada a sua disponibilidade orçamentária.

Art. 137. O Tribunal de Justiça adotará providências para a relotação de magistrados e servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo em exercício nas unidades transformadas, observados os seguintes parâmetros:

I - no caso dos magistrados, serão removidos para unidades judiciárias de igual entrância, mediante certame de ampla concorrência, precedido do competente edital e observadas as regras em vigor;

II - no caso de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, serão removidos para qualquer unidade judiciária do Estado em que haja carência, incluídas as criadas por esta Lei, mediante certame de ampla concorrência, precedido do competente edital, o qual deverá contemplar, dentre os critérios de pontuação, a lotação originária em unidades transformadas nos termos dos arts. 134 e 135.

§ 1º Na hipótese de servidor de unidade transformada por esta Lei não se habilitar ao certame de remoção ou, caso se habilite e não logre êxito em concursos sucessivos, será realizada a remoção de ofício, nos termos da lei, priorizando-se a movimentação para unidade mais próxima de sua lotação originária, que registre vaga.

§ 2º Os ocupantes dos cargos de provimento em comissão nas unidades transformadas serão exonerados, enquanto os respectivos cargos serão transformados em outros similares a serem lotados nas unidades criadas, de entrância igual ou superior, por resolução do Tribunal de Justiça, na forma prevista no art. 64, parágrafo único, da Lei nº 16.208, de 3 de abril de 2017, procedendo-se às adequações necessárias.

Seção IV
Das Alterações de Sedes de Comarcas Vinculadas

Art. 138. Ficam alteradas as agregações das seguintes comarcas vinculadas, que passam a integrar jurisdições de outras comarcas sedes:

I - Altaneira, então vinculada à Comarca de Santana do Cariri, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Nova Olinda;

II – Ibaretama, então vinculada à Comarca de Quixadá, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Ibicuitinga;

III – Martinópole, então vinculada à Comarca de Granja, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Uruoca;

IV - Penaforte, então vinculada à Comarca de Jati, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Porteiras;

V - Tejuçuoca, então vinculada à Comarca de Itapajé, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Irauçuba;

VI - Tururu, então vinculada à Comarca de Umirim, passa a integrar a jurisdição da Comarca de Uruburetama.

Seção V
Da Reclassificação de Comarcas entre Entrâncias

Art. 139. Ficam reclassificadas, a partir da entrada em vigor desta Lei, passando a integrar a entrância intermediária, as seguintes comarcas:

I - Horizonte;
II - Acaraú;
III - Trairi;
IV – Itaitinga.

§ 1º Fica o Tribunal de Justiça autorizado a reclassificar a Comarca de Guaraciaba do Norte como Entrância Intermediária.

§ 2º Os requisitos para a implantação de comarcas e para a sua classificação entre entrâncias, de que tratam os arts. 17 e 20, respectivamente, serão observados pelo Tribunal de Justiça após a entrada em vigor desta Lei, não se aplicando à classificação constante do anexo I.

Seção VI
Da Extinção de Unidades e Transformação de Cargos na Comarca de Fortaleza

Art. 140. Ficam extintas 10 (dez) unidades jurisdicionais da Comarca de Fortaleza, criadas pela Lei Estadual nº 14.407, de 15 de julho de 2009,

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de florestas responsáveis FSC® C126031

todavia não instaladas, e especificadas na Resolução nº 10, de 28 de maio de 2010, do Tribunal de Justiça, sendo os cargos de Juiz de Direito das respectivas unidades transformados nos seguintes termos:

I - Juiz de Direito da 20ª Vara de Família em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar das Varas de Família; Sucessões; e Infância e Juventude;

II - Juízes de Direito das 21ª e 26ª Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais em Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Unidades dos Juizados Especiais Cíveis; Juizados Especiais Criminais; Turmas Recursais dos Juízados Especiais Cíveis e Criminais;

III - Juiz de Direito da 19ª Vara Criminal em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar Privativo da 17ª Vara Criminal – Vara Única Privativa de Audiências de Custódia;

IV - Juízes de Direito das 20ª, 21ª, 22ª e 23ª Varas Criminais em Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas Criminais; de Delitos de Tráfico de Drogas; de Penas Alternativas e da Auditoria Militar;

V - Juízes de Direito das 7ª e 9ª Varas de Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária em Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas de Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária.

Art. 141. Na hipótese de serem criadas, por transformação, no prazo de 5 (cinco) anos contados da entrada em vigor desta Lei, novas unidades da mesma especialidade daquelas extintas nos termos do artigo anterior, deve ser assegurado aos magistrados então nelas titularizados o direito de opção quanto a terem seus cargos transformados para que exerçam funções nos novos juízos.

Art. 142. Ficam transformados 23 (vinte e três) cargos de Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares da Comarca de Fortaleza em:

a) 3 (três) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares Privativos das Varas do Júri;

b) 1 (um) Juiz de Direito do Juizado Auxiliar Privativo do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

c) 1 (um) Juiz de Direito do Juizado Auxiliar Privativo das Varas da Infância e Juventude, para o atendimento das atribuições previstas no parágrafo único do art. 69 desta Lei;

d) 1 (um) Juiz de Direito do Juizado Auxiliar Privativo das Varas de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios, para o atendimento das atribuições previstas no art. 62, parágrafo único, desta Lei;

e) 7 (sete) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas Cíveis Comuns; Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa; Recuperação de Empresas e Falências; e Registros Públicos;

f) 2 (dois) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas Criminais; de Delitos de Tráfico de Drogas; de Penas Alternativas e da Auditoria Militar;

g) 3 (três) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Unidades dos Juizados Especiais Cíveis; Juizados Especiais Criminais; Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

h) 3 (três) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas de Família; Sucessões; e Infância e Juventude;

i) 2 (dois) Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares das Varas da Fazenda Pública; dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e da Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

§ 1º Para efetivação das alterações de cargos de que trata este artigo, será publicado edital, de competência da Presidência do Tribunal de Justiça, com prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para manifestação de interesse, mediante registro de inscrição no sistema próprio, de Juízes de Direito Auxiliares da Comarca de Fortaleza, indicando, na oportunidade, o cargo pretendido.

§ 2º Na hipótese de inscrição de candidatos em número superior às vagas fixadas, será aplicado o critério de antiguidade na entrância final.

§ 3º Não havendo manifestação de interesse, ou caso o número de interessados seja inferior ao de vagas, incumbirá à Presidência do Tribunal de Justiça expedir ato que indique os cargos cuja competência será alterada, observada a ordem inversa de antiguidade, iniciando-se pelo magistrado que conte menos tempo de exercício na entrância final.

Art. 143. Ficam transformadas 39 (trinta e nove) Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza em:

I - 26 (vinte e seis) Varas Cíveis Comuns;

II - 13 (treze) Varas Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa.

Parágrafo único. A transformação das unidades de que trata o caput e dos respectivos cargos de Juiz de Direito; as classes processuais e competências das unidades especializadas; bem como a redistribuição de processos, serão disciplinadas pelo Tribunal de Justiça por meio de resolução a ser editada até a data da entrada em vigor desta Lei.

Art. 144. Ficam transformadas 24 (vinte e quatro) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza em:

I - 20 (vinte) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis;

II - 4 (quatro) Unidades dos Juizados Especiais Criminais, com jurisdição em todo o território da Comarca de Fortaleza, servindo por distribuição.

Parágrafo único. A transformação das unidades de que trata o caput e dos respectivos cargos de Juiz de Direito; as competências; as jurisdições dos Juizados Especiais Cíveis; bem como a redistribuição de processos, serão disciplinadas pelo Tribunal de Justiça por meio de resolução a ser editada até a data da entrada em vigor desta Lei.

Art. 145. Fica transformada a Vara Única de Trânsito da Comarca de Fortaleza em 4ª Vara de Tráfico de Drogas.

Parágrafo único. A redistribuição de processos das varas em funcionamento da mesma especialidade será disciplinada pelo Tribunal de Justiça por meio de resolução a ser editada até a data da entrada em vigor desta Lei.

Seção VII

Da Transformação dos Cargos de Juiz Auxiliar das Zonas Judiciárias

Art. 146. Ficam transformados 30 (trinta) cargos de Juízes de Direito Auxiliar, com lotação nas 9 (nove) Zonas Judiciárias do Estado do Ceará, na forma seguinte:

I - 4 (quatro) Juízes de Direito Auxiliares da 1ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1º, 2º, 3º e 4º Juizados Auxiliares da 1ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Juazeiro do Norte;

II - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 2ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1º e 2º Juizados Auxiliares da 2ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Iguatu, e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 14ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Tauá;

III - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 3ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1º e 2º Juizados Auxiliares da 3ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Quixadá, e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 10ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Baturité;

IV - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 4ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1º e 2º Juizados Auxiliares da 4ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Russas, e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 12ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Aracati;

V - 4 (quatro) Juízes de Direito Auxiliares da 5ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1º, 2º, 3º e 4º Juizados Auxiliares da 5ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Maracanaú;

VI - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 6ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 5º, 6º e7º Juizados Auxiliares da 5ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Caucaia;

VII - 4 (quatro) Juízes de Direito Auxiliares da 7ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1º, 2º e 3º Juizados Auxiliares da 7ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Sobral, e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 6ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Itapipoca;

VIII - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 8ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1º e 2º Juizados Auxiliares da 8ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Tianguá, e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 11ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Camocim;

IX - 3 (três) Juízes de Direito Auxiliares da 9ª Zona Judiciária em Juízes de Direito dos 1º e 2º Juizados Auxiliares da 9ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Crateús, e em Juiz de Direito do Juizado Auxiliar da 13ª Zona Judiciária, com sede na Comarca de Canindé.

§ 1º Para efetivação das alterações de cargos de que trata este artigo, será publicado edital, de competência da Presidência do Tribunal de Justiça, com prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para manifestação de interesse, mediante registro de inscrição no sistema próprio, de Juízes de Direito Auxiliares da 2ª, 3ª, 4ª, 7ª, 8ª e 9ª Zonas Judiciárias, indicando, na oportunidade, o cargo pretendido.

§ 2º As inscrições serão restritas aos magistrados em atuação em cada uma das Zonas referenciadas no parágrafo anterior, que somente poderão concorrer no âmbito de suas respectivas circunscrições, observados os desmembramentos de que trata o caput.

§ 3º Na hipótese de inscrição de candidatos em número superior às vagas fixadas, será aplicado o critério de antiguidade na respectiva entrância.

§ 4º Não havendo manifestação de interesse por parte dos magistrados referenciados no § 1º, ou caso o número de interessados seja inferior ao de vagas, incumbirá à Presidência do Tribunal de Justiça expedir ato que indique os cargos cuja competência será alterada, observada a ordem inversa de antiguidade, iniciando-se pelo magistrado que conte menos tempo de exercício na respectiva entrância.

Seção VIII

Da Extinção e Criação de Serventias Extrajudiciais

Art. 147. O Tribunal de Justiça não procederá à instalação e ao provimento de serventias extrajudiciais criadas em desacordo com o art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal.

Art. 147-A. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por ato do Presidente, no prazo de 90 (noventa) dias após a promulgação desta Lei, promoverá estudo técnico sobre a viabilidade do redimensionamento das serventias extrajudiciais, com a indicação de fusão, criação e desmembramento dos serviços em todo o Estado.

§ 1º O estudo técnico a que se refere o caput deste artigo será desenvolvido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Tribunal de Justiça com a colaboração da Corregedoria-Geral da Justiça.

§ 2º Concluído o estudo técnico, o relatório final será analisado por uma comissão, composta pelos membros a seguir indicados, a qual apresentará sugestões à Presidência do Tribunal de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) 1 (um) desembargador, indicado pela Presidência do Tribunal de Justiça, que presidirá a comissão;

b) 1 (um) juiz de direito, indicado pela Presidência do Tribunal de Justiça;

c) 1 (um) juiz de direito, indicado pela Corregedoria-Geral da Justiça;

d) 1 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Gestão, indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça;

e) 1 (um) representante do Ministério Público, indicado pelo Procurador-Geral de Justiça;

f) 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Ceará, indicado por seu Presidente;

g) 2 (dois) representantes dos notários e registradores, indicados pelas respectivas entidades de classe de âmbito estadual, prevalecendo, no caso de o número de indicações superar o de vagas, os 2 (dois) mais antigos.

§ 3º Apresentado o relatório a que se refere o parágrafo anterior, o Presidente do Tribunal de Justiça, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, depois de submetê-lo à Consultoria Jurídica da Presidência do Tribunal, encaminhará o projeto de lei ao Pleno do Tribunal de Justiça para deliberação e, em seguida, à Assembleia Legislativa para apreciação.

Art. 148. Ficam extintas 119 (cento e dezenove) serventias extrajudiciais listadas no anexo III desta Lei, criadas por leis estaduais diversas, todavia

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

nunca instaladas.

Art. 149. Por não atenderem a adequados requisitos populacionais, socioeconômicos e territoriais, ficam extintas 39 (trinta e nove) serventias extrajudiciais sediadas em distritos, listadas no anexo IV desta Lei, as quais se acham vagas.

Art. 150. Fica criado o Ofício de Registro Civil do Distrito de Capitão Mor, na Comarca de Pedra Branca.

Art. 151. Fica extinto o 2º Ofício de Notas e Registro de Imóveis do Município de Morajú, sendo suas atribuições assumidas pelo 1º Ofício de Notas e Registro Civil, ambos vagos na data da publicação desta Lei.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 152. Ficam revogadas as Disposições Preliminares; o Livro I; os Títulos I, II e V, do Livro II; e o Livro III, da Lei Estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, que instituiu o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, à exceção das normas de criação de cargos e de serventias extrajudiciais, no que não for incompatível com o disposto nesta Lei.

Art. 153. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará implantará, até 31 de dezembro de 2020, ferramentas computacionais que permitam a tramitação em formato eletrônico de todos os casos novos de sua competência, observado o seguinte cronograma:

I – 60% (sessenta por cento) dos casos novos até 31 de dezembro de 2018;

II – 80% (oitenta por cento) dos casos novos até 31 de dezembro de 2019;

III – 100% (cem por cento) dos casos novos até 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. Para assegurar o cumprimento do disposto no caput deste artigo, o Poder Judiciário do Estado do Ceará incluirá as previsões das despesas necessárias e suficientes em suas respectivas propostas constantes das leis orçamentárias anuais dos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

Art. 154. Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data da sua publicação.

Art. 155. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 14 de novembro de 2017.

Camilo Sobreira de Santana

GOVERNADOR DO ESTADO

ANEXO I, DA LEI ESTADUAL Nº16.397, DE 14 DE NOVEMBRO 2017

COMARCAS DE ENTRÂNCIA INICIAL		
COMARCAS SEDES	COMARCAS VINCULADAS	DISTRITOS
Acarape	-	-
Aiuaba	-	Barra
Alto Santo	-	Baixio Grande, Batoque, Boa Fé, Bom Jesus, Cabrito, Castanhão
	Potiretama	Canindezinho
	-	Aracatiara, Garças, Icaraí, Lagoa Grande, Moitas, Mosquito, Nascente, Poço, Comprido, Sabiaguaba
Amontada	Miraíma	Brotas, Poço da Onça, Riachão
Ararendá		Santo Antônio
	Ipaporanga	Sacramento
	Poranga	Buritizal, Cachoeira Grande, Macambira
Araripe		Alagoinha, Brejinho, Pajeú, Riacho Grande
	Potengi	Barreiros
	-	Amaro, Aratama
Assaré	Antonina do Norte	Taboleiro
	Tarrafas	-
Aurora	-	Ingazeiras, Santa Vitória, Tipi
Barreira	-	Córrego, Lagoa do Barro, Lagoa Grande
Barro	-	Brejinho, Cuncas, Engenho Velho, Iara, Monte Alegre, Santo Antônio, Serrota
Bela Cruz	-	Praia
	-	Barão de Aquiraz, Carnelópolis, Itaguá, Monte Castelo, Quixariú
Campos Sales	Salitre	Caldeirão, Lagoa dos Crioulos
Capistrano	-	-
Caridade	-	Campos Belos, Inhuporanga, São Domingos
	Paramoti	-
Cariré	-	Araciús, Cacimbas, Jucá, Tapuio
	Groaíras	Itamaracá
Caririaçu	-	Feitosa, Miguel Xavier, Miragem
	Granjeiro	-
Carnaubal	-	-
Catarina	-	-
Chaval	-	Passagem
	Barroquinha	Araras, Bitupitá
Chorózinho	-	Campestre, Cedro, Patos dos Liberatos, Timbaúba dos Marinheiros, Triângulo
Coreaú	-	Araquém, Aroeiras, Canto, Ubaúna
	Morajú	Boa Esperança, Várzea da Volta
Croatá	-	Barra do Sotero, Betânia, Lagoa da Cruz, Repartição, Santa Tereza, São Roque, Vista Alegre
Cruz		Caiçara
Farias Brito	-	Cariutaba, Nova Betânia, Quincuncá
Forquilha	-	Salgado dos Mendes, Trapiá
Fortim		Barra, Campestre, Guajiru, Maceió, Viçosa
Frecheirinha		
Graça	-	Lapa
Guaiúba	-	Água Verde, Baú, Dourado, Itacima, Núcleo Colonial Pio XII (S. Gerônimo)
Guaraciaba do Norte	-	Martinslândia, Morrinhos Novos, Mucambo, Sussuanha, Várzea dos Espinhos
Hidrolândia	-	Betânia, Conceição, Irajá
Ibiapina	-	Alto Lindo, Betânia, Santo Antônio da Pindoba
Ibicuitinga		Açude dos Pinheiros, Canindezinho, Chile, Viçosa
	Ibaretama	Nova Vida, Oiticica, Pedra e Cal, Piranji.
Icapuí	-	Ibicuitaba, Manibú
Ipaumirim	-	Canaúna, Felizardo
	Baixio	-
	Umari	Pio X
Ipueiras	-	Alazans, América, Balseiros, Engenheiro João Tomé, Gázea, Livramento, Matriz, Nova Fátima, São José, São José das Lontras
Iracema	-	Bastiões, Ema, São José
	Ererê	São João, Tomé Vieira

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

COMARCAS DE ENTRÂNCIA INICIAL

COMARCAS SEDES	COMARCAS VINCULADAS	DISTRITOS
Irauçuba	-	Boa Vista do Caxitoré, Juá, Missi
	Tejuçuoca	Caxitoré
Itapiúna	-	Caio Prado, Itans, Palmatória
Itarema	-	Almofala, Carvoeiro
Itatira	-	Bandeira, Cachoeira, Lagoa do Mato, Morro Branco
Jaguaretama	-	-
	Jaguaribara	Poço Comprido
Jaguaribe	-	Aquinópolis, Feiticeiro, Mapuá, Nova Floresta
Jaguaruana	-	Borges, Giqui, Santa Luzia, São José do Lagamar, Saquinho
	Itaiçaba	-
Jardim	-	Corrente, Jardimirim
Jijoca de Jericoacoara	-	-
Jucás	-	Baixio da Donana, Canafistula, Mel, Poço Grande, São Pedro do Norte
	Cariús	Bela Vista, Caipu, São Bartolomeu, São Sebastião
Madalena	-	Cacimba Nova, Cajazeiras, Macaoca, Paus Branco, União
Marco	-	Mocambo, Panacuí
Mauriti	-	Anauá, Buritizinho, Coité, Maraguá, Mararupá, Nova Santa Cruz, Palestina do Cariri, São Félix, São Miguel, Umburanas
Meruoca	-	Anil, Camilos, Palestina do Norte, Santo Antônio dos Fernandes, São Francisco.
	Alcântaras	Ventura
Milagres	-	Podimirim, Rosário
	Abaiara	São José
Missão Velha	-	Jamacaru, Missão Nova, Quimami
Monsenhor Tabosa	-	Barreiros, Nossa Senhora do Livramento
Mortinhos	-	Sítio Alegre
Mucambo	-	Carqueijo, Poço Verde
	Pacujá	-
Mulungu	-	-
Nova Olinda	Aratuba	Pai João
	-	Triunfo
	Altaneira	São Romão
Novo Oriente	-	Emaús, Palestina, Santa Maria, São Raimundo, Três Irmãos
Ocara	-	Arisco dos Marianos, Curupira, Novo Horizonte, Sereno de Cima, Serragem
Orós	-	Guassussê, Igaróí, Palestina, Santarém
Pacoti	-	Colina, Fátima, Santa Ana
	Guaramiranga	Pernambuquinho
Paracuru	-	Jardim, Poço Doce
Paraipaba	-	Boa Vista, Camboas, Lagoinha
Parambu	-	Cococi, Gavião, Miranda, Monte Sion, Novo Assis, Oiticica
Pedra Branca	-	Capitão Mor, Mineirolândia, Santa Cruz do Banabuiú, Tróia
Pentecoste	-	Matias, Porfírio Sampaio, Sebastião de Abreu
	Apuiarés	Canafistula, Vila Soares
	General Sampaio	-
Pereiro	-	Crioulos
Pindoretama	-	Capim da Roça, Caponguinha, Ema, Pratiús
Piquet Carneiro	-	Catolé da Pista, Ibicuã.
Porteiras	-	Simão
	Jati	Balanças, Carnaúba
	Penaforte	Juá, Santo André
Quiterianópolis	-	Algodões, São Francisco
Quixelô	-	Antonico
Quixeré	-	Agua Fria, Lagoinha, Tomé
Redenção	-	Antônio Diogo, Barra Nova, Falsca, Guassi, São Gerardo
Reriutaba	-	Amanaiara, Campo Lindo
Saboeiro	-	Barrinha, Felipe, Flamengo, Malhada, São José
Santana do Acaraú	-	Bahia, Baixa Fria, Barro Preto, João Cordeiro, Mutambeiras, Parapuí, Sapó
Santana do Cariri	-	Anjinhos, Aruporanga, Brejo Grande, Dom Leme, Inhumas, Pontal da Santa Cruz
Solonópole	-	Assunção, Cangati, Pasta, Prefeita Suely Pinheiro, São José de Solonópole.
	Milhã	Baixa Verde, Barra, Carnaubinha, Ipueira, Monte grave.
	Deputado Irapuan Pinheiro	Aurora, Baixio, Betânia, Maratoã, Velame
Tabuleiro do Norte	-	Olho-d'Água da Bica, Peixe Gordo
	São João do Jaguaribe	-
Tamboril	-	Açudinho, Boa Esperança, Carvalho, Curatis, Holanda, Oliveiras, Sucesso
Umirim	-	Caxitoré, São Joaquim
Uruoca	São Luís do Curu	-
	-	Campanário, Paracuá
	Martinópole	-
Varjota	-	Croata

COMARCAS DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA

COMARCAS SEDES	COMARCAS VINCULADAS	DISTRITOS
Acaraú	-	Araturi, Juritianha, Lagoa do Carneiro
Acopiara	-	Barra do Ingá, Ebron, Isidoro, Quincoê, Santa Felicia, Santo Antônio, São Paulinho, Solidão, Trussu
Aquiraz	-	Camará, Caponga da Bernarda, Jacaúna, João de Castro, Justiniano de Serpa, Patacas, Tapera
Aracati	-	Barreira dos Vianas, Cabreiro, Córrego dos Fernandes, Jirau, Mata Fresca, Santa Tereza
Araciaba	-	Ideal, Jaguarão, Jenipapeiro, Lagoa de São João, Milton Belo, Pedra Branca, Plácido Martins, Vazantes
Barbalha	-	Arajara, Caldas, Estrela
Baturité	-	Boa Vista, São Sebastião
Beberibe	-	Forquilha, Itapeim, Parajuru, Paripueira, Serra do Félix, Sucatinga

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

COMARCAS DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA

COMARCAS SEDES	COMARCAS VINCULADAS	DISTRITOS
Boa Viagem	-	Águas Belas, Boqueirão, Domingos da Costa, Guia, Ibuaçu, Ipiranga, Jacampari, Massapê dos Paes, Olho D'Água do Bezerril, Olho d'Água dos Facundos, Poço da Pedra, Várzea da Ipueira
Brejo Santo	-	Poço, São Filipe
Camocim	-	Amarelas, Guriú
Canindé	-	Bonito, Caiçara, Campos, Capitão Pedro Sampaio, Esperança, Iguaçu, Ipueiras dos Gomes, Monte Alegre, Salitre, Targinos
Cascavel	-	Caponga, Cristais, Guanacés, Jacarecoara, Pitombeiras
Cedro	-	Assunção, Candeias, Lagedo, Santo Antônio, São Miguel, Várzea da Conceição
Crateús	-	Assis, Curral Velho, Ibiapaba, Irapuá, Lagoa das Pedras, Montenebo, Oiticica, Poti, Realejo, Santana, Santo Antônio, Tucuns
Eusébio	-	-
Granja	-	Adrianópolis, Ibuguaçu, Parazinho, Pessoa Anta, Sambaiba, Timonha
Horizonte	-	Aningas, Dourados, Queimados
Icó	-	Cruzeirinho, Icozinho, Lima Campos, Pedrinhas, São Vicente
Iguatu	-	Barreiras, Barro Alto, Baú, Gadelha, José de Alencar, Riacho Vermelho, Suassurana
Independência	-	Ematuba, Iapi, Jandrangoeira, Monte Sinai, Tranqueiras
	-	Abílio Martins, Flores, Ingazeiras, Recanto, Várzea do Gilo
Ipu	Pires Ferreira	Donato, Otavilândia, Santo Izidro
Itaitinga	-	Gererau
Itapajé	-	Aguaí, Baixa Grande, Cruz, Iratinga, Pitombeira, São Tomé, Serrote do Meio, Soledade
Itapipoca	-	Arapari, Assunção, Baleia, Barrento, Bela Vista, Betânia, Calugi, Cruxati, Deserto, Ipu Mazagão, Lagoa das Mercês, Marinheiros
Lavras da Mangabeira	-	Amaniutuba, Arrojado, Iborepi, Mangabeira, Quitaiús
Limoeiro do Norte	-	Bixopá
Maranguape	-	Amanari, Antônio Marques, Cachoeira, Itapebussu, Jubaia, Ladeira Grande, Lages, Lagoa do Juvenal, Manoel Guedes, Papara, Penedo, São João do Amanari, Sapupara, Tanques, Umarizeiras, Vertentes do Lagedo
	Palmácia	Gado, Gados dos Rodrigues
Massapê	-	Aiuá, Ipaguaçu, Mumbaba, Padre Linhares, Tangente, Tufna
	Senador Sá	Salão, Serrota
Morada Nova	-	Arauru, Boa Água, Juazeiro de Baixo, Lagoa Grande, Pedras, Roldão, Uiraponga
Mombaça	-	Açudinho dos Costas, Boa Vista, Cangati, Carnaúbas, Catolé, Cipó, Manoel Correia, São Gonçalo do Umari, São Vicente
Nova Russas	-	Canindezinho, Espacinha, Major Simplício, Nova Betânia, São Pedro.
Pacajus	-	Itaipaba, Pascoal
Pacatuba	-	Monguba, Pavuna, Senador Carlos Jereissati.
Quixadá	-	Califórnia, Cipó dos Anjos, Custódio, Daniel de Queiróz, Dom Maurício, Juá, Juatama, Riacho Verde, São Bernardo, São João dos Queirozes, Tapuiará, Várzea da Onça.
	Banabuiú	Laranjeiras, Pedras Brancas, Rinaré, Sitiá.
	Choró	Barbada, Caiçarinha, Maravilha, Monte Castelo, Santa Rita.
Quixeramobim	-	Belém, Damião Carneiro, Encantado, Lacerda, Manituba, Nenelândia, Passagem, São Miguel, Uruquê.
Russas	-	Bonhu, Flores, Lagoa Grande, Peixe, São João de Deus.
	Palhano	São José
Santa Quitéria	-	Lisieux, Logradouro, Macaraú, Malhada Grande, Muribeca, Raimundo Martins, Trapiá
	Catunda	Paraíso, Video
São Benedito	-	Barreiros, Inhuçu
São Gonçalo do Amarante	-	Cágado, Croatá, Pecém, Serrote, Siupé, Taíba, Umarituba
Senador Pompeu	-	Bonfim, Codia, Engenheiro José Lopes, São Joaquim do Salgado
Tauá	-	Barra Nova, Carrapateiras, Inhamuns, Marrecas, Marruás, Santa Tereza, Trici
	Arneiroz	Cachoeira de Fora, Planalto
Tianguá	-	Arapá, Caruatal, Pindoguaba, Tabainha
Trairi	-	-
Ubajara	-	Canaan, Córrego Fundo, Fleicheiras, Gualdrapas, Mundaú
Uruburetama	-	Araticum, Jaburuna, Nova Veneza
	Tururu	Itacolomy, Mundaú, Retiro, Santa Luzia
Várzea Alegre	-	Cemoaba, Conceição, São Pedro do Gavião
Viçosa do Ceará	-	Calabaça, Canindezinho, Ibicatu, Naraniú, Riacho Verde
		General Tibúrcio, Juá dos Vieiras, Lambedouro, Manhoso, Padre Vieira, Passagem da Onça, Quatiguaba

COMARCAS DE ENTRÂNCIA FINAL

COMARCAS SEDES	COMARCAS VINCULADAS	DISTRITOS
Caucaia	-	Bom Princípio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos, Tucunduba
Crato	-	Baixio das Palmeiras, Bela Vista, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Ponta da Serra, Santa Fé, Santa Rosa.
Fortaleza	-	Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim, Parangaba
Juazeiro do Norte	-	Marrocos, Padre Cícero
Maracanaú	-	Pajuçara
Sobral	-	Aprazível, Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Patos, Patriarca, Rafael Arruda, São José do Torto, Taperuaba

ANEXO II, DA LEI ESTADUAL Nº16.397, DE 14 DE NOVEMBRO 2017

ZONA JUDICIÁRIA	SEDE	CARGO DE JUIZ AUXILIAR	ÁREA DE JURISDIÇÃO
1ª	Juazeiro do Norte	04	Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre.
2ª	Iguatu	2	Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari.
3ª	Quixadá	2	Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu e Solonópole.

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

ZONA JUDICIÁRIA	SEDE	CARGO DE JUIZ AUXILIAR	ÁREA DE JURISDIÇÃO
4ª	Russas	2	Alto Santo, Ererê, Ibaretama, Ibicuitinga, Iracema, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.
5ª	Caucaia	3	Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Palmácia, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, e Trairi.
	Maracanaú	4	
6ª	Itapipoca	1	Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Pentecoste, São Luís do Curu ,Tejuçuoca, Tururu, Umirim e Uruburetama.
7ª	Sobral	3	Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Morrinho, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Sobral e Varjota.
8ª	Tianguá	2	Carnaubal, Croatá, Frecheirinha, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, Pires Ferreira, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.
9ª	Crateús	2	Ararendá, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Santa Quitéria e Tamboril.
10ª	Baturité	1	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti e Redenção.
11ª	Camocim	1	Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópole, Morrinhos, Senador Sá e Uruoca.
12ª	Aracati	1	Aracati, Beberibe, Fortim, Icapuí, Itaiçaba e Jaguaruana.
13ª	Canindé	1	Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti.
14ª	Tauá	1	Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá.

ANEXO III, DA LEI ESTADUAL Nº16.397, DE 14 DE NOVEMBRO 2017

Nº	COMARCA	RAZÃO SOCIAL	CRIAÇÃO DA SERVENTIA
1	AIUABA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE BARRA	Criada pela Lei Estadual nº 3.338, de 15-09-1956 e não instalada
2	ALCÂNTARAS	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE VENTURA	Criada pela Lei Estadual 3.961 de 10/12/1957 e não instalada
3	ALTANEIRA (VINCULADA)	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE SÃO ROMÃO	Criada pela Lei Estadual 6.796 de 20/11/1963 e não instalada
4	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE GRAÇAS	Criada pela Lei Estadual 11.425 de 08/01/1988 e não instalada
5	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE LAGOA GRANDE	Criada pela Lei Estadual 11.426 de 08/01/1988 e não instalada
6	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE MOITAS	Criada pela Lei Estadual 11.420 de 05/01/1988 e não instalada
7	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE NASCENTE	Criada pela Lei Estadual 11.424 de 08/01/1988 e não instalada
8	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE POÇO COMPRIDO	Criada pela Lei Estadual 11.421 de 05/01/1988 e não instalada
9	AMONTADA	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE SABIAGUABA	Criada pela Lei Estadual 11.419 de 05/01/1988 e não instalada
10	ANTONINA DO NORTE (VINCULADA)	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE TABULEIRO	Criada pela Lei Estadual 7.151 de 14/01/1968 e não instalada
11	APUIARÉS (VINCULADA)	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CANAFÍSTULA	Criada pela Lei Estadual 6.446 de 21/07/1963 e não instalada
12	APUIARÉS (VINCULADA)	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE VILA SOARES	Criada pela Lei Estadual 6.445 de 21/07/1963 e não instalada
13	AQUIRAZ	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CAMARÁ	Criada pela Lei Estadual 11.469 de 06/07/1988 e não instalada
14	AQUIRAZ	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CAPONGA DA BERNARDA	Criada pela Lei Estadual 11.474 de 06/07/1988 e não instalada
15	ARACATI	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CUIPIRANGA	Criada pelo Decreto Lei Estadual 114/1943 e não instalada
16	ARACATI	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE BARREIRA DOS VIANAS	Criada pela Lei Estadual 11.481 de 20/07/1988 e não instalada
17	ARARIPE	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE ALAGOINHA	Criada pela Lei Estadual 7.140 de 10/01/1964 e não instalada
18	ARARIPE	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE PAJEÚ	Criada pela Lei Estadual 7.140 de 10/01/1964 e não instalada
19	ARARIPE	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE RIACHO GRANDE	Criada pela Lei Estadual 7.140 de 10/01/1964 e não instalada
20	BARRO	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE ENGENHO VELHO	Criada pela Lei Estadual 11.453 de 02/06/1988 e não instalada
21	BARRO	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE MONTE ALEGRE	Criada pela Lei Estadual 11.452 de 02/06/1988 e não instalada
22	BARRO	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE SERROTE	Criada pela Lei Estadual 11.454 de 02/06/1988 e não instalada
23	BREJO SANTO	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE POÇO	Criada pela Lei Estadual 1.153 de 22/11/1951 e não instalada
24	CAMOCIM	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE AMARELAS	Criada pela Lei Estadual 6.397 de 03/07/1963 e não instalada
25	CANINDÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE IPUEIRA DOS GOMES	Criada pela Lei Estadual 7.166 de 14/01/1964 e não instalada
26	CANINDÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MONTE ALEGRE	Criada pela Lei Estadual 7.166 de 14/01/1964 e não instalada
27	CARIRÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ALTO	Criada pela Lei Estadual nº 6.767, de 19/11/1963 e não instalada
28	CROATÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BETÂNIA	Criada pela Lei Estadual 11.430/88 e não instalada
29	CRUZ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAIÇARA	Criada pela Lei Estadual 11.323/87 e não instalada
30	DEP. IRAPUAN PINHEIRO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BETÂNIA	Criada pela Lei Estadual 11.429/88 e não instalada
31	FORQUILHA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE TRAPIÁ	Criada pela Lei Estadual 11.012/85 e não instalada
32	HIDROLÂNDIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CONCEIÇÃO	Criada pela Lei Estadual 7.400/63 e não instalada
33	HORIZONTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ANINGÁS	Criada pela Lei Estadual 11.300 de 06/03/1987 e não instalada
34	HORIZONTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE DOURADO	Criada pela Lei Estadual 11.300 de 06/03/1987 e não instalada
35	ICAPUÍ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MANIBÚ	Criada pela Lei Estadual 11.003 de 15/01/1985 e não instalada
36	ICÓ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BERNARDINÓPOLIS	Criada pela Lei Estadual 6.880/63 e não instalada
37	ICÓ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO JOÃO	Criada pela Lei Estadual 6.880/63 e não instalada
38	ICÓ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO VICENTE	Criada pela Lei Estadual 6.880/63 e não instalada
39	IGUATU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CRUZ DAS PEDRAS	Criada pela Lei Estadual 6.915/63 e não instalada
40	INDEPENDÊNCIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE JANDRAGOEIRA	Criada pela Lei Estadual 7.103/1964 e não instalada
41	IPAPORANGA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SACRAMENTO	Criada pela Lei Estadual 11.348/1987 e não instalada
42	IPU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE FLORES	Criada pela Lei Estadual 7.264/1964 e não instalada
43	IPU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE VARZEA DO JILÓ	Criada pela Lei Estadual 7.010/1963 e não instalada
44	IRACEMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE EMA	Criada pela Lei Estadual 6.883/1963 e não instalada
45	IRACEMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO JOSÉ	Criada pela Lei Estadual 6.778/1963 e não instalada
46	IRAUÇUBA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BOA VISTA DO CAXITORÉ	Criada pela Lei Estadual 6.476/1963 e não instalada
47	ITAITINGA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE GERERAÚ	Criada pela Lei Estadual 11.927/1963 e não instalada
48	ITAPAJÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE AGUAÍ	Criada pela Lei Estadual 11.458/1988 e não instalada
49	ITAPAJÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAMARÁ	Criada pela Lei Estadual 6.602/1963 e não instalada
50	ITAPAJÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SOLEDADE	Criada pela Lei Estadual 6.602/1963 e não instalada
51	ITAPIPOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BELA VISTA	Criada pela Lei Estadual 7.188/64 e não instalada
52	ITAPIPOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE DESERTO	Criada pela Lei Estadual 11.102/86 e não instalada
53	ITAREMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CARVOEIRO	Criada pela Lei Estadual 6.990/63 e não instalada
54	ITATIRA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BANDEIRA	Criada pela Lei Estadual 7.180/64 e não instalada
55	JAGUARIBE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE AQUINÓPOLIS	Criada pela Lei Estadual 6.405/63 e não instalada
56	JAGUARUANA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO JOSÉ	Criada pela Lei Estadual 6.876/63 e não instalada
57	JUCÁS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BAIXIO DA DONANA	Criada pela Lei Estadual 6.531/63 e não instalada
58	JUCÁS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE POÇO GRANDE	Criada pela Lei Estadual 6.531/63 e não instalada
59	LIMOEIRO DO NORTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BIXOPÁ	Criada pela Lei Estadual 1.153 de 22/11/1951 e não instalada
60	MASSAPÊ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MUMBABA	Criada pela Lei Estadual 6.802/1963 e não instalada
61	MAURITI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BURITIZINHO	Criada pela Lei Estadual 11.157/85 e não instalada
62	MAURITI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO MIGUEL	Criada pela Lei Estadual 11.161/85 e não instalada
63	MERUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAMILOS	Criada pela Lei Estadual 7.159/64 e não instalada
64	MERUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PALESTINA DO NORTE	Criada pela Lei Estadual 7.167/64 e não instalada

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

Nº	COMARCA	RAZÃO SOCIAL	CRIAÇÃO DA SERVENTIA
65	MERUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SANTO ANTÔNIO DOS FERNANDES	Criada pela Lei Estadual 7.163/64 e não instalada
66	MERUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO FRANCISCO	Criada pela Lei Estadual 7.158/64 e não instalada
67	MILHÃ (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MONTE GRAVE	Criada pela Lei Estadual 11.315/64 e não instalada
68	MIRAÍMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BROTAS	Criada pela Lei Estadual 11.437/88 e não instalada
69	MISSÃO VELHA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE GAMELEIRA DE SÃO SEBASTIÃO	Criada pela Lei Estadual 8.339/65 e não instalada
70	MOMBAÇA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CANGATI	Criada pela Lei Estadual 6.933/63 e não instalada
71	MOMBAÇA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO GONÇALO DO UMARI	Criada pela Lei Estadual 6.933/63 e não instalada
72	MOMBAÇA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO VICENTE	Criada pela Lei Estadual 6.933/63 e não instalada
73	MONSENHOR TABOSA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BARREIRAS	Criada pela Lei Estadual 7.107/63 e não instalada
74	MONSENHOR TABOSA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	Criada pela Lei Estadual 6.898/63 e não instalada
75	MORADA NOVA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LAGOA GRANDE	Criada pela Lei Estadual 11.417/88 e não instalada
76	MORAÚJO (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE GOIÂNIA	Criada pela Lei Estadual 3.920/1957 e não instalada
77	MORAÚJO (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE VÁRZEA DA VOLTA	Criada pela Lei Estadual 3.920/1957 e não instalada
78	MUCAMBO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CARGUEIRO	Criada pela Lei Estadual 2.160/1953 e não instalada
79	ORÓS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PALESTINA	Criada pela Lei Estadual 7.168/64 e não instalada
80	PACOTI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE COLINA	Criada pela Lei Estadual 7.269/64 e não instalada
81	PACOTI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE FÁTIMA	Criada pela Lei Estadual 7.269/64 e não instalada
82	PACOTI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SANTA ANA	Criada pela Lei Estadual 7.269/64 e não instalada
83	PALHANO (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO JOSÉ	Criada pela Lei Estadual 11.455/88 e não instalada
84	PALMÁCIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ANTÔNIO MARQUES	Criada pela Lei Estadual 7.148/64 e não instalada
85	PALMÁCIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE VERTENTE DO LAJEDO	Criada pela Lei Estadual 7.148/64 e não instalada
86	PARACURU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE JARDIM	Criada pela Lei Estadual 6.526/63 e não instalada
87	PARAIPABA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ALAGOINHA	Criada pela Lei Estadual 11.009/85 e não instalada
88	PENTECOSTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PORFÍRIO SAMPAIO	Criada pela Lei Estadual 6.569/63 e não instalada
89	PEREIRO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CRIOULAS	Criada pela Lei Estadual 7.069/62 e não instalada
90	PIQUET CARNEIRO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MULUNGU	Criada pela Lei Estadual 11.418/88 e não instalada
91	POTENGI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BARREIRAS	Criada pela Lei Estadual 3.786/57 e não instalada
92	QUIXERÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LAGOINHA	Criada pela Lei Estadual 11.158/85 e não instalada
93	QUIXERÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE TOMÉ	Criada pela Lei Estadual 11.159/85 e não instalada
94	REDENÇÃO	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SÃO GERARDO	Criada por Ato Estadual de 04/11/1912 e não instalada
95	SALITRE (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LAGOA DOS CRIOULOS	Criada pela Lei Estadual 11.467/88 e não instalada
96	SALITRE (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CALDEIRÃO	Criada pela Lei Estadual 11.467/88 e não instalada
97	SANTA QUITÉRIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE AREAL	Criada pela Lei Estadual 7.162/64 e não instalada
98	SANTA QUITÉRIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LISEUX	Criada pela Lei Estadual 7.162/64 e não instalada
99	SANTA QUITÉRIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE LOGRADOURO	Criada pela Lei Estadual 7.165/64 e não instalada
100	SANTA QUITÉRIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MURIBECA	Criada pela Lei Estadual 7.020/64 e não instalada
101	SANTANA DO ACARAÚ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE JOÃO CORDEIRO	Criada pela Lei Estadual 7.022/64 e não instalada
102	SANTANA DO CARIRI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE DOM LEME	Criada pela Lei Estadual 11.327/87 e não instalada
103	SÃO JOAO DO JAGUARIBE (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BARRA DO FIGUEIREDO	Criada pela Lei Estadual 1.153 de 22/11/1951 e não instalada
104	SENADOR POMPEU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CODIÁ	Criada pela Lei Estadual 11.335/87 e não instalada
105	SENADOR SÁ (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SERROTE	Criada pela Lei Estadual 3.762/57 e não instalada
106	SENADOR SÁ (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE SALÃO	Criada pela Lei Estadual 3.762/57 e não instalada
107	SOBRAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAIOCA	Criada pela Lei Estadual 7.150/64 e não instalada
108	SOBRAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CARACARÁ	Criada pela Lei Estadual 6.754/63 e não instalada
109	SOBRAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BONFIM	Criada pela Lei Estadual 6.482/63 e não instalada
110	SOLONÓPOLE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ASSUNÇÃO	Criada pela Lei Estadual 7.093/64 e não instalada
111	TABULEIRO DO NORTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PEIXE GORDO	Criada pela Lei Estadual 7.023/63 e não instalada
112	TAMBORIL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CARVALHO	Criada pela Lei Estadual 7.014/63 e não instalada
113	TAMBORIL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BOA ESPERANÇA	Criada pela Lei Estadual 7.019/63 e não instalada
114	UMIRIM	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAXITORÉ	Criada pela Lei Estadual 11.441/88 e não instalada
115	URUOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAMPANÁRIO	Criada pela Lei Estadual 6.751 e não instalada
116	BELA CRUZ	CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DIST. DE CAJUEIRINHO	Criada pela Lei Estadual 4.439/58 e não instalada
117	CARNAUBAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE GRAÇA	Criada pela Lei Estadual 3.702/57 e não instalada
118	CARNAUBAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MONTE CASTELO	Criada pela Lei Estadual 3.702/57 e não instalada
119	TAUÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. CAIÇARA	Criada pela Lei Estadual 11.949/92 e não instalada

ANEXO IV DA LEI ESTADUAL Nº16.397, DE 14 DE NOVEMBRO 2017

Nº	COMARCA	RAZÃO SOCIAL
1	ACOPIARA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE ISIDORO
2	ARARIPE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. BREJINHO
3	ASSARÉ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ARATAMA
4	CAMPOS SALES	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. BARÃO DE AQUIRAZ
5	CARIRIAÇU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MIGUEL XAVIER
6	CARIRIAÇU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. VILA FEITOSA
7	CAUCAIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. SÍTIOS NOVOS
8	CAUCAIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DO DIST. DE TUCUNDUBA
9	CEDRO	CARTÓRIO REG. CIVIL DO DIST. VÁRZEA DA CONCEIÇÃO
10	CHAVAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PASSAGEM
11	COREAÚ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. AROEIRAS
12	CRATEÚS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE IRAPUÃ
13	CRATEÚS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE TUCUNS
14	CROATÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. BARRA DO SOTERO
15	GUAIÚBA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ITACIMA
16	GUARACIABA DO NORTE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MORRINHOS NOVOS
17	HIDROLÂNDIA	CARTÓRIO REG. CIVIL DO DIST. IRAJÁ
18	ICÓ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ICOZINHO
19	IGUATU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE BAÚ
20	ITAPIPOCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ASSUNÇÃO
21	JUCÁS	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MEL
22	MADALENA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. MACAOCA
23	MASSAPÊ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. TUINÁ
24	MASSAPÊ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. AIUÁ
25	MORADA NOVA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. UIRAPONGA

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

Nº	COMARCA	RAZÃO SOCIAL
26	PARAMBU	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. COCOCI
27	PEDRA BRANCA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. TRÓIA
28	SANTANA DO CARIRI	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. ANJINHOS
29	SOBRAL	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. PATRIARCA
30	SOLONÓPOLE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. CANGATI
31	SOLONÓPOLE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. PASTA
32	TAUÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. CARRAPATEIRAS
33	TAUÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE MARRUÁS
34	TAUÁ	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. TRICI
35	URUBURETAMA	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. SANTA LUZIA
36	VÁRZEA ALEGRE	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. RIACHO VERDE
37	CHORÓ LIMÃO (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE CAIÇARINHA
38	IBARETAMA (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. DE PIRANGI
39	TURURU (VINCULADA)	CARTÓRIO REG. CIVIL DIST. CEMOABA

*** *** ***

DECRETO Nº32.419, de 13 de novembro de 2017.

APROVA O REGULAMENTO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, E DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO E A DENOMINAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SEAS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual; CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto nº 21.325, de 15 de março de 1991, quanto à indispensável transparência dos atos do Governo, e; CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 16.040 de 28 de junho de 2016, DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados o Regulamento e a estrutura organizacional da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (Seas), na forma que integra o Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º Os cargos de provimento em comissão integrantes da estrutura organizacional da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (Seas) são os constantes no Anexo II deste Decreto, com denominações e quantificações ali previstas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 31.988, de 12 de julho de 2016.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 13 de novembro de 2017.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Francisco de Queiroz Maia Júnior
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Josbertini Virgínio Clementino
SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

ANEXO I
A QUE SE REFERE O ART. 1º DO DECRETO Nº32.419, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

REGULAMENTO DA SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SEAS)

TÍTULO I
DA SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SEAS)

CAPÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º A Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (Seas), criada pela Lei nº 16.040, de 28 de junho de 2016, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Estado do Ceará, vinculada à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), de natureza substantiva, com sede e foro na Capital do Estado do Ceará, reger-se-á pela sua Lei de criação e pelo presente Regulamento, bem como pelas normas internas e a legislação pertinente em vigor.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 2º Compete a Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (Seas):

I - coordenar a gestão e a execução da política de atendimento socioeducativo no Estado do Ceará, em conformidade com as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), e com foco na gestão por resultados;

II - coordenar a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial integrado de adolescentes apreendidos para apuração de atos infracionais;

III - realizar a execução das internações provisórias e a execução dos programas socioeducativos de semiliberdade e internação, e estabelecer com os municípios os requisitos e formas de colaboração para os programas de atendimento em meio aberto;

IV - estabelecer as diretrizes e o modelo de avaliação de desempenho das equipes dos Centros Socioeducativos e demais setores da Superintendência;

V - executar e contratar estudos e pesquisas que contribuam para a formulação de programas e projetos voltados para a excelência do atendimento aos adolescentes, bem como promover intercâmbio técnico-científico com instituições nacionais e internacionais;

VI - estabelecer parcerias com órgãos que compõem o Sistema de Justiça, Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, Organizações não Governamentais (ONG's), e Organizações Governamentais (OGs), com o objetivo de assegurar a garantia dos direitos dos adolescentes em atendimento socioeducativo;

VII - realizar, quando necessário, a captação de recursos junto a órgãos financiadores de programas e projetos voltados para a sua área de atuação;

VIII - promover a interlocução com ONGs, OGs, empresas privadas e sociedade civil, visando à inserção/reinserção familiar e inclusão socioprodutiva dos egressos de medidas socioeducativas;

IX - manter atualizado o sistema de informações gerenciais e monitorar, para efeito de avaliação e controle de todo o Sistema Socioeducativo Estadual, seus respectivos indicadores de desempenho;

X - articular a elaboração de Termos de Cooperação com entidades públicas e privadas e contratos de gestão com organização social potencializando a implementação da política de atendimento socioeducativo, vedada a transferência de atividades de direção e gestão das unidades de atendimento;

XI - implantar e manter metodologias relacionadas à comunicação não violenta e práticas restaurativas em todas as instâncias e níveis organizacionais da superintendência;

XII - estabelecer diretrizes para a regionalização das medidas socioeducativas e executar sua implantação com vistas à ampliação dos programas de atendimento em Meio Aberto e Semiliberdade;

XIII - estabelecer os indicadores de desempenho e os critérios necessários para a certificação da qualidade dos processos e serviços prestados;

XIV - possibilitar, por meio de tratamento adequado e individualizado, a oportunidade aos internos, de reintegração ao convívio social, mediante o desenvolvimento de programas, projetos e atividades que objetivem a sua ressocialização, por meio de ações preventivas e de tratamento;

XV - submeter ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca) políticas e planos que se queira operar no Sistema Socioeducativo;

XVI - publicizar, mensalmente, por meios eletrônicos dados e informações atualizadas sobre o Sistema Socioeducativo;

XVII - emitir relatórios anuais com informações obtidas e condensadas a partir do Sistema de Avaliação e Monitoramento;

XVIII - fomentar a implementação dos programas de atendimento em meio aberto nos municípios, estabelecendo requisitos, orientações metodológicas, formas de colaboração e prestando consultoria técnica;

XIX - exercer outras atividades correlatas.